



**ubimuseum**

**.03**

*maio | 2014*

REVISTA ONLINE DO MUSEU DE LANIFÍCIOS  
DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR



**ubimuseum**

REVISTA ONLINE  
DO MUSEU DE LANIFÍCIOS  
DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

**CONSELHO EDITORIAL**

António dos Santos Pereira

Donizete Rodrigues

Elisa Calado Pinheiro

Jorge Manuel Raimundo Custódio

José Amado Mendes

José Manuel Lopes Cordeiro

Manuel José Santos Silva

Maria José Ferro Tavares

**CONTACTOS**

Serviço Educativo Museu de Lanifícios

[educmuslan@ubi.pt](mailto:educmuslan@ubi.pt)

#### NORMAS EDITORIAIS

Deve acompanhar a colaboração proposta: uma breve resenha biográfica do autor, com a instituição de pertença, o e-mail e telefone e a direcção de contacto.

#### **São aceites textos em Português, Inglês, Espanhol e Francês.**

Os artigos devem apresentar cinco palavras-chave e um resumo com 100 palavras e não podem exceder os 35.000 caracteres. As notas devem ser apresentadas no fim do texto, antes das referências bibliográficas.

As referências devem seguir o sistema de Harvard, último nome do autor, data da publicação e número da página e. g. (Pereira 2003: 125).

As referências bibliográficas completas devem aparecer no fim de acordo aos exemplos seguintes:

Almeida, Fernando de (1964). *Aras Inéditas, Igeditanas, Dedicadas a Marte. Um Templo de Marte, em Idanha-a-Velha*. In *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. 3ª Série, 8: 65-73;

Pereira, António dos Santos (2003). *Portugal. O Império Urgente*, 2 vols.. Lisboa: INCM. Vicens Vives, J. (1984). *A estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII*. In António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime: Colectânea de Textos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

UBIMUSEUM INDEX

7

## **Editorial**

**António dos Santos Pereira**

Universidade da Beira Interior

9

## **Arte, Património e Indústria Cultural na Política do Território**

**Francisco Paiva**

Universidade da Beira Interior / LabCom

31

## **Do património arquitectónico ao património literário: a quinta de Nossa Senhora do Amparo em Romarigães**

**Ana Maria Tavares Martins**

Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Universidade da Beira Interior

**Mafalda Teixeira de Sampayo**

Departamento de Arquitectura e Urbanismo, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE/IUL)

43

## **Cidade e frente de água: ligações físicas, visuais e simbólicas**

**Rita Ochoa**

CIES-IUL/UBI

CR POLIS-UB

59

## **Cidades de Montanha. Dos Alpes à Covilhã**

**Maria João Matos**

Departamento de Arquitectura

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

73

## **A Beira Interior: de mosaico de paisagens a região identitária**

**Elisa Calado Pinheiro**

UBI e MusLan

103

## **Transumância na Beira Interior em tempos medievos**

**Maria da Graça Antunes Silvestre Vicente**

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Academia Portuguesa da História

Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais

Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão

115

## **A funcionalidade do Estado burguês na reprodução da sociedade capitalista**

**Gisely Vieira Batista**

Faculdade de Serviço Social

Universidade Federal de Alagoas

141

## **Fundamentos Ontológicos do trabalho em Marx: trabalho útil - concreto e trabalho abstrato**

**Mariana Correia Silva Sabino**

Universidade Federal de Alagoas

155

## **Antes pecar do que cardar: um filho de Manteigas, em oceano de ira, na aurora do século XVIII**

**António dos Santos Pereira**

Universidade da Beira Interior / LABCOM

*Ubimuseum*

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

# Editorial

**ANTÓNIO DOS SANTOS PEREIRA**

Universidade da Beira Interior

**A ARTE E OS LUGARES COM MEMÓRIA, A ARQUITETURA URBANA, A ÁGUA E A MONTANHA,  
A TRANSMÂNICA, OS OFÍCIOS DA LÃ E O PECADO, O TRABALHO E MARX**

O património continua a fazer o lastro da ubimuseum, agora na perceção do espírito dos lugares com valor patrimonial na versão de um artista, o Francisco Paiva. A capacidade de encontrar a marca humana do passado com o sentido do futuro não pertence apenas ao historiador. Liberto dos pergaminhos ou dos papéis velhos, o artista contrasta o elemento patrimonial com o meio que observa intenso, e pode refazer o mundo em valores eternos. Ele desenvolve ainda a questão da mediação e nós, como responsáveis pela revista de um Museu, aportamos esta, conscientes das tarefas, que nos incumbem, na modelação cultural do fenómeno turístico, para além das óbvias dimensões de conservar, informar, comunicar, criar e persuadir a um nível superior, portanto, também artístico e de exposição permanente. Ainda que apenas em alusão, notamos uma das figuras tutelares da Beira, que nos apraz convocar aqui, Aquilino Ribeiro, um apaixonado pela arte dos lugares e pelas experiências modernistas, vividas precocemente em Paris nos salões de outono nos primeiros anos da segunda década do século XX. Porém o artigo do Professor Francisco Paiva vale sobretudo pelo instrumental teórico que aporta, na sua análise dos imaginários e valores históricos inscritos no território, da arte, do património e da identidade, em um momento alto desta revista.

A arquitetura tornou-se um hábito da ubimuseum. Já estávamos habituados à preciosa colaboração da Ana Maria Martins, que agora nos traz, com a Mafalda

Teixeira de Sampaio, um notável artigo sobre o património, na sua versão mais sublime, em simultâneo material e imaterial, “A Casa Grande de Romarigães”, na dupla expressão de Quinta de Nossa Senhora do Amparo e de peça romanesca de um dos mais geniais escritores portugueses. O modernismo deixou-nos esta herança de cruzamento de várias artes. Do sucesso das Tardes de Quinta no Museu, chegam-nos as colaborações da Rita Ochoa, preciosa pela conceptualização do entendimento das cidades com linhas de água, e da Maria João Matos, dos espaços urbanos irmanados à montanha no paradigma alpino. Estas duas docentes universitárias brindam-nos com dois textos de qualidade superior de que resgatamos, em particular, a percepção de Lisboa face ao Tejo e a Covilhã, à Estrela.

Entre a Economia do Desenvolvimento e a História, com uma interessante súpula em que reporta a “natureza” da Beira Interior, a Professora Elisa Pinheiro acompanha a evolução demográfica da mesma, particularmente, entre 1874 e 2010, e equaciona: “a par de alguns dos desafios económicos e sociais, o recente enquadramento administrativo da região face à(s) subjacente(s) identidade (s) que agrega ou segrega”. O artigo da medievalista Maria da Graça Vicente entra no cerne das matérias mais específicas da ubimuseum, o pastoreio, a transumância, os rebanhos de ovelhas, como fonte da matéria prima, que fizeram da Covilhã o maior centro português dos Lanifícios e justificam o nosso Museu. Esta académica faz-nos perceber a economia da Beira até à Idade Média mais funda. Ainda nas matérias específicas da História, nós construímos a biografia de um beirão dividido entre os ofícios da transformação da lã, como cardador e tintureiro, em estabelecimentos pisoeiros, em Manteigas e na Covilhã, e as atividades de curandeiro e os supostos atos de marginalidade, que o levaram por três vezes ao Tribunal do Santo Ofício e às galés. A história dos lanifícios, da medicina e a da sexualidade recebem aqui um precioso contributo.

Continuando uma linha aberta no ano passado, sobre os movimentos operários e as doutrinas económicas e sociais que os informam, aceitamos a contribuição de Gisely Vieira Batista sobre a funcionalidade do Estado na reprodução da sociedade capitalista. Neste seu artigo, sustentada particularmente em Sérgio Lessa, traz-nos a conceção do trabalho como “condição eterna da vida humana” e faz-nos perceber como Marx advoga o fim do Estado, em nome do fim da exploração daquele em um sociedade injusta, contraditória e desigual. A mesma matéria é retomada por Mariana Correia Silva Sabino com a particularidade de insistir sobre a dimensão humana e natural do trabalho que Marx relevou face à abstração que dele faz o capitalismo ao reduzi-lo a simples mercadoria. O trabalho percebido como interação entre o homem e a natureza transporta-nos para o centro do debate contemporâneo questionando os atuais fenómenos de sobreexploração dos recursos ao nível global e regional e que têm prejudicado os equilíbrios ecológicos e sociais. A nossa pertença á Rede de Estudos do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal fica assim justificada mais uma vez com a atenção prestada a estas matérias.

# Arte, Património e Indústria Cultural na Política do Território

FRANCISCO PAIVA

Universidade da Beira Interior / LabCom

## RESUMO

Este artigo resulta de uma conferência proferida no Museu de Lanifícios em que, considerando a interdependência dos vários domínios culturais, se advogou um tipo de relação com o Património capaz de integrar formas de mediação e representação apropriadas à cosmogonia contemporânea. A partir de alguns exemplos, analisa-se a qualidade da experiência estética e crítica que o uso do passado e da história sempre suscita. Olha-se para o Património através do prisma da arte, da sua capacidade de atender ao *genius loci* e ao imaginário particular, de lhes acrescentar sentido, numa dialéctica de apelo à posteridade.

## PALAVRAS-CHAVE

Património, Arte, Cultura, Representação, Território

## ABSTRACT

This article results from a lecture at the Wool Museum of UBI in which we have advocated a model of relation with the Heritage sites which does not evade from the duty to create forms of mediation and representation appropriate to every epoch cosmogony. In a prospective sense, it comes to the quality of the aesthetic and critical experience that the use of the past and the story raises. We look at the heritage through the prism of art, his ability to meet the particular *genius loci*, the local imaginary add their meaning, in a dialectic appeal to posterity.

## KEYWORDS

Heritage, Art, Culture, Representation, Territory

## INTRODUÇÃO

As matérias deste artigo foram expostas em conferência no Museu de Lanifícios a 21 de Fevereiro de 2013. Nele, retomamos a reflexão sobre os diversos âmbitos da cultura, apelando à necessidade de aumentar o investimento público no sector e de promover novos modos de apropriação e fruição do património no quadro das indústrias culturais. A nossa colaboração advoga uma perspectiva crítica no cruzamento da memória com os modos de a representar, na procura de entender a situação do criador cultural perante o génio do lugar. Preconiza-se uma metodologia de relação com o património que encare a responsabilidade presente no estudo e na conservação, mas também o dever de conceber formas de mediação apropriadas à nossa cosmogonia, processo que, embora convoque os saberes consolidados, se afigura indissociável das modernas estratégias e tecnologias de informação, comunicação, criação e persuasão. Incidindo sobre esta problemática, o artigo faz uma escolha, necessariamente redutora, mas que pretende despertar um instrumental teórico passível de aplicação e de múltiplas analogias em diversos campos das ciências humanas, inclusive no económico.

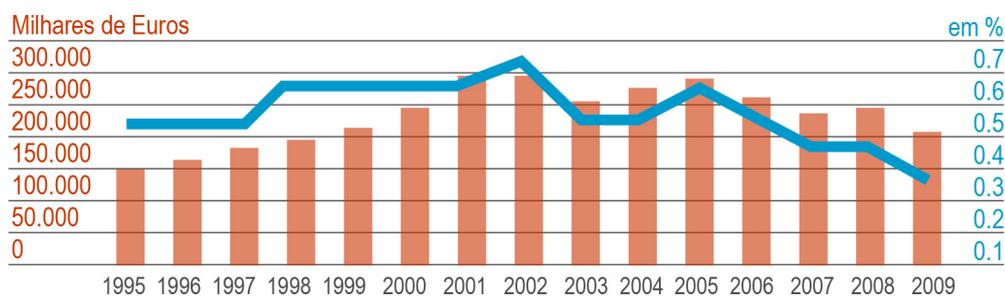
O texto tem cinco partes e um epílogo. Naturalmente, revisitam-se os conceitos de Património e Indústria Cultural, no sentido em que estes servem a discussão do fenómeno da representação e das políticas do território, em diálogo com as estratégias da criação contemporânea, cujo escopo convoca uma teleologia de cariz prospectivo, resultante da vontade de moldar o futuro no lastro do passado. Assim, recuperamos as palavras de Malraux (1965: 234) para caracterizar o que move esta procura de sentido e a demanda de uma certa aura, expressão da vontade da arte que as coisas suscitam, que muda consoante o que se vê ou através delas alcançamos. É precisamente nesse alerta sobre o processo mediacional do património e da sua imagem, cientes de que tantas vezes os espectáculos e os dispositivos multimediáticos se sobrepoem à obra, que situamos esta incursão.

## 1. CULTURA

Na Declaração Universal da Diversidade Cultural da UNESCO (2001), considera-se “a cultura como o conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. Nos momentos críticos, em especial depois de grandes catástrofes, as artes têm sido determinantes para a recuperação das

sociedades, da sua diversidade e capacidade de iniciativa. Foi assim na Inglaterra e na França do pós-guerra. Não foi assim nos países submetidos a ditaduras, que à semelhança dos regimes fascistas cultivavam o discurso único, a propaganda, a Cultura de Estado e, nas margens, uma incipiente, quantas vezes envergonhada Cultura de Resistência que, apesar de tudo, nos legou parte do património, das colecções e obras de que dispomos.

Antes de constituírem políticas públicas, os processos de mudança civilizacional resultam de opções humanistas e ideológicas. A cultura abre futuros. Proporciona visões do mundo, ora complementares, ora alternativas. Não obstante o reconhecimento destes valores, o economicismo vigente propaga a ideia de que a cultura vive sob a tutela dos poderes públicos. Sucede que a ínfima parte dos impostos canalizada para o sector não pode fazer esquecer as inestimáveis valias económicas dos produtos culturais, ainda que o seu financiamento em Portugal nunca tenha alcançado a meta de 1% do Orçamento Geral do Estado, cifrando-se hoje abaixo dos 0,3%.



01.

Orçamento do Ministério da Cultura por ano.

Fonte: MC/SG (1995-1996 e 2002); Me/DGO Relatório OE (restantes anos).

Nos anos 2001 e 2002 excluem-se os valores do Sector da Comunicação Social.

A cultura contribui directamente em 4,5% do Produto Interno Bruto da União Europeia e emprega hoje nela mais de 8,5 milhões de pessoas. Cada euro investido em cultura tem oito de retorno. Cerca de 30% dos trabalhadores dos países desenvolvidos encontra-se, directa ou indirectamente, ligada ao sector criativo, integrando as artes plásticas, o design, o multimédia, o cinema, a dança, o teatro, o artesanato, a moda e a arquitectura. Se pensarmos que 40% do turismo mundial tem motivações culturais, talvez possamos olhar para a inovação, a identidade e a memória, a par da qualidade ambiental, como principais factores de atracção de públicos e de actividades económicas, desde a programação, divulgação, exploração, salvaguarda e conservação. Por todo o mundo, as políticas do património aliam-se progressivamente à criação contemporânea, como aliás preconiza a Carta Europeia do Património, assinada pelo Estado português em 2005. Mas a agonia de equipamentos culturais a que se assiste, em parte ditada pelo desinvestimento público, pela redução do mecenato e perseguição fiscal aos criadores, entre outras inanidades, induz uma óbvia perda de horizonte. Nada está, pois, adquirido. A todos, em particular aos responsáveis pelas instituições culturais, cabe a permanente vigilância crítica e impõe-se a necessidade da renovação das rotinas de programação.

## 2. CULTO DO PATRIMÓNIO

Com *O Moderno Culto dos Monumentos* (1903), Alois Riegl preconizou a promoção de uma política de salvaguarda dos valores históricos, temporal e espacialmente identificados com uma sociedade ou grupo. O mesmo acrescentou ao valor histórico-identitário, que provém da Antiguidade, o valor histórico-artístico, capaz de situar o património nas estruturas significantes das representações de uma dada época. Considerando esse culto patrimonial como análogo aos demais processos culturais, que evoluem de um valor cognitivo e histórico para um valor artístico, o património deixa de estar sob a estrita lógica histórica e de conservação para se constituir em problema eminentemente crítico e social, todavia, chave para a interrogação do futuro das sociedades modernas (Choay 1982: 169). Tais processos influem no modo como as pessoas se relacionam com as preexistências e com os sítios. Estes, se por um lado veiculam modos de interacção progressivamente normalizados, por outro, convidam-nos à procura de referentes de projecção da alteridade, da identidade, mas também da diferença, que escapem à erosão dos lugares ou, como sói dizer-se, dos não-lugares.

02.

Coliseu de Roma.



03.

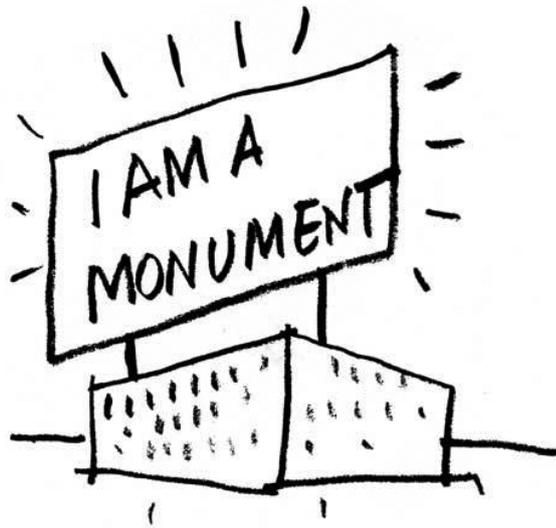
Giorgio de Chirico. *Ariadne*, 1913.

Óleo e grafite sobre tela (135.6 x 180.3 cm). Legado de Florene M. Schoenborn, 1995 The Metropolitan Museum of Art, New York.



04.

*I am a Monument.* In Venturi, Scott Brown, and Izenour, *Learning From Las Vegas*, 1972.



Nos denominados sítios históricos, a arte e a arquitectura assumem-se, cada vez mais, na esteira da Carta de Veneza, como mediadoras do cenário, da preexistência que motiva as intervenções. O *design* aparece em regra como uma espécie de elemento corruptor que actualiza a experiência. Ou seja, permite associar o património à sofisticação e à criação contemporâneas, quer pela simples presença da iluminação, do mobiliário, da sinalética, quer de dispositivos que “aumentam” a realidade, elementos que transfiguram os sítios e estabelecem novos modos de relacionamento entre o material e o imaterial, entre o que vemos e interpretamos, entre o que está dentro e fora do campo, como é apanágio de muitos dispositivos multimédia.

05.

*Castelo Novo*

Fotografia do autor.



É a diversidade de tempos que transforma a experiência estética num *evento* congregador de temporalidades em si aleatórias. O desenho enquanto projecto, por exemplo, é um exercício de fora (mundo e corpo) para dentro (ideia e forma), guiado pela intuição, pontuando o contínuo temporal (*cronos*) como um momento de intensificação da existência (*kairos*), o tempo oportuno que desloca a arte das estruturas conceptuais estáveis para o campo fenomenológico. Também a analogia cinemática da *promenade architecturale*, argutamente formulada por Le Corbusier, sintetiza bem essa estratégia de percepção da obra através do movimento do sujeito, ainda que num itinerário controlado (Paiva 2013).

06.

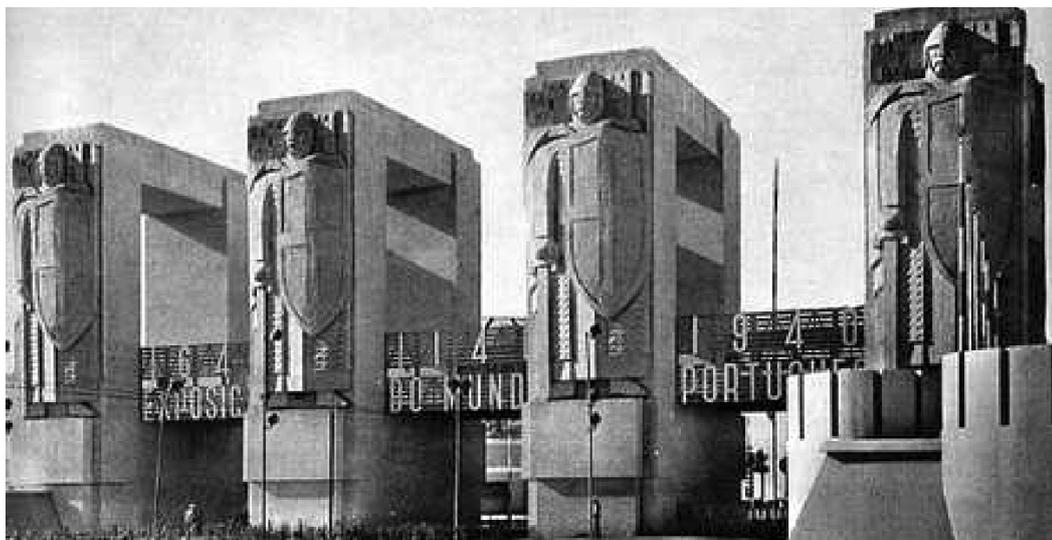
Francisco Paiva. *La Alhambra - Pátio da Recepção*.  
Desenho a caneta sobre papel (52 x 74 mm), 2002



Nos nossos dias, assistimos à tendência para uma certa política do espectáculo, vocacionada para a promoção de eventos e de circuitos temáticos, frequentemente em manifesto contraste com o ambiente, associando-lhe a ideia de “falso”. A falsidade é agravada quando as narrativas da autenticidade estão demasiado centradas na imagem de outras épocas sem conseguirem estabelecer uma, ousamos chamar-lhe, intertextualidade com as marcas contemporâneas, de que a arte, a arquitectura e o design são exímios embaixadores. No fundo, a fossilização típica não está livre de produzir o exótico vernacular, mais verdadeiro do que os próprios vestígios históricos. Pense-se na constante luta para evitar as dissonâncias e manter as aldeias históricas indexadas, ainda que nem sempre conscientemente, a um ideal de romantismo pitoresco, quando não a miserável atavismo grotesco. Tais processos mexem com muitos aspectos da vida social e económica, sendo em certa medida absurdos, por quererem contrariar o curso do tempo, tanto do ponto de vista material como dos ofícios, serviços e hábitos neles implicados, quando o sistema produtivo se encontra quebrado. A exposição do Mundo Português, em 1940, procurou precisamente fazer do regionalismo um espectáculo de massas, capaz de congregar um povo em torno de uma narrativa identitária. No fundo, constituiu um meio de propaganda de massas paralelo ao Poble Espanyol, na Exposição Internacional de Barcelona de 1929, cujas motivações folclóricas contribuíram indubitavelmente para mediatizar a arquitectura, a paisagem e a “autêntica” arte espanhola, fomentando o turismo interno, na génese de todo um modelo perceptivo-mediático que ainda informa as políticas do ócio. (Lasanshy; McLaren 2006: 158).

07.

*Entrada da Exposição do Mundo Português, Cottinelli Telmo. Junho de 1940, fotografia a preto e branco, Lisboa, Portugal (FRANÇA, José Augusto (1980). 1940, Exposição do Mundo Português In Colóquio Artes, n.º 45, 2.ª série: 34)*



A reconstrução de monumentos protagonizada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), criada em 1929, servirá também um conceito de memória ligado ao de autenticidade, na pegada do restauro estilístico de Viollet-le-Duc. A generalidade das suas acções assentava num modelo patrimonialista que visava um turismo de “raízes”, pretexto de peregrinação a alguns “lugares de memória” onde geralmente ocorria um processo simultâneo de revelação (Paço dos Duques de Bragança, Mosteiro da Batalha ou castelos da Raia) e de ocultação (Limoeiro, Peniche, Tarrafal, por exemplo), através da reescrita da história, da reconstituição, reconstrução, “limpeza” e recomposição, quantas vezes delirante, quer através da introdução de mobiliário e sinalética “de época” que adequavam a atmosfera dos sítios à leitura oficial. Como facilmente se intui, tal disputa simbólica é delicada. De qualquer modo, é também pelo projecto capaz de provocar a “emoção desejável” que se cumpre o desígnio das distintas cartas da UNESCO para a intervenção no património, desde a já referida Carta de Atenas, à de Veneza e de Leipzig para o rejuvenescimento das cidades.

A globalização do imaginário proporciona um novo campo de imposição simbólica. Se pensarmos que Bilbao se afirmou no mapa do turismo cultural mercê do projecto Guggenheim, que passou a designar e impulsionar toda uma complexa operação de regeneração urbana, extensiva à refuncionalização de extensas zonas industriais devolutas, entendemos melhor o desempenho da arquitectura para uma simbólica de excepção que, contudo, precisa da norma à qual se opõe. No primeiro ano de funcionamento, este museu atingiu um milhão e trezentos e sessenta mil visitantes, injectando mais de cento e sessenta milhões de dólares na economia local. Curiosamente, esta globalização acentuou a subjectividade local e mesmo o carácter étnico dos bascos, em reacção ao turismo cultural normalizado.

08.

Frank O. Gehry

*Museu Guggenheim*

Bilbau.



### 3. INDÚSTRIA CULTURAL

Caracterizada por Adorno e Horkheimer (1944), a indústria cultural apresenta padrões de consumo de bens que proporcionam uma satisfação estética, simbólica ou afectiva, em regra, efémera. Esta forma de indústria, que administra a experiência e instrumentaliza a criatividade, domina e difunde uma dada cultura ou conjunto de valores, tem o poder de orientar as “mercadorias” culturais para o lucro. Estabelece, oficializa e comercializa as modas, que as massas consomem, pagando a sua subserviência. A tomada de consciência destes processos motivou o surgimento de alternativas à ilusão de integração, que o consumo padronizado provoca e tem inspirado certames de grande impacto como o de Kassel, centrado precisamente nestas dicotomias entre Poética e Política ou Antiguidade vs. Modernidade, como forma de perceber a incorporação das margens nos circuitos artísticos. A união entre cultura e comércio, veja-se o caso dos museus-loja, procura gerar retorno para os dois âmbitos (Lash; Urry 1994). Tal simbiose produz efeitos nas estruturas de produção e de posicionamento das marcas e enfatiza o papel da arte enquanto mediadora privilegiada do consumo na sociedade contemporânea.

Neste contexto, o design e a arquitectura tendem a reduzir-se à escala da experiência e da imagem, erosão que nem Benjamin propôs como efeito da chamada “reprodutibilidade técnica”. Mas a indústria cultural, inicialmente associada ao entretenimento e às artes performativas, passou progressivamente a integrar a vertente criativa. À medida que a própria economia e a indústria se baseiam no conhecimento, também o “estilo internacional” e o seu modelo de trabalho intensivo contaminam áreas de actividade anteriormente caracterizadas por alguma independência e diversidade metodológica. A “aura” da arte convencional, que requer concentração e identificação por parte do público, decai com o impacto das tecnologias de reprodução e divulgação de massas como bem apontou Benjamin. Porém, o sentido da disseminação da universalidade coloca um problema central às políticas culturais e demais estratégias de mediação, desde o uso dos meios de comunicação às expressões mediáticas, reprodutivas e artísticas capazes de sincronizar o assíncrono, na expressão com que Ernst Bloch (1935) enquadra a coexistência de momentos e legados históricos, fenómeno que procede à validação da anacronia.

A UNESCO considera, aliás, que o futuro da cultura está dependente do papel das indústrias criativas e culturais, situando-as descomplexadamente no contexto do comércio globalizado e das cidades criativas capazes de abrigar alguns dos segmentos mais dinâmicos do capitalismo contemporâneo. Aquela instituição global promoveu mesmo um fórum subordinado ao tema *Cultura: uma forma de mercadoria como nenhuma outra?* com o propósito de reflectir sobre o papel da cultura no desenvolvimento territorial e na integração das minorias, mas de onde não se arredou o espectro da formação de novos oligopólios mercantis à escala global,

cujos valor cultural e impacte económico muito ultrapassam o quadro hermenêutico do materialismo dialéctico. (Fiani 2009)

Esta oportunidade de desenvolvimento a partir de factores intangíveis já revelou ter grande impacto. Provam-no as teses de Florida (2002) que constata serem as regiões em que prevalecem os factores essenciais da diversidade, tolerância, talento e tecnologia aquelas que mais se desenvolvem. É estimulante pensar no fenómeno Guggenheim e no seu impulso para a regeneração urbana ou nos *clusters* de criação de conteúdos com impacto na prestação de serviços e elevação dos padrões de vida de muitas regiões. Decerto, estes processos alertam para o desempenho da arte enquanto factor de mudança que alia conhecimento ao cosmopolitismo e à qualidade de vida.

Ainda que aparentemente marginal na cultura contemporânea, centrada nos “avanços” da economia e da ciência, o valor estético mantém a sua centralidade, qual paradigma salvífico, como um dos principais instrumentos de criação de valor na Pós-modernidade: “Las experiencias estéticas son el modelo más sólido, más fuerte de, valga la paradoja, una construcción débil de lo real y, por tanto, adquieren una posición privilegiada en el sistema de referencias y valores de la cultura contemporánea” (Solà-Morales 1987: 72). Esta consideração é tanto mais pertinente quanto se considere a própria Modernidade como projecto inacabado, em que o passado surge como condição de novos ecletismos e poéticas.

Os meios de comunicação, em especial o meio digital, têm facilitado sobremaneira a divulgação de conteúdos e eventos culturais, sejam tradicionais ou novos. No domínio da criação contemporânea de vanguarda, essa disseminação tem colocado problemas vários de natureza moral e jurídica que afectam todas as artes, como bem demonstram os estudos *O Sector Cultural e Criativo em Portugal* (Mateus 2010) e *The Economy of Culture in Europe* (Comissão Europeia 2009). No momento em que a austeridade a tudo se impõe, “*primo mangiare doppo filosofare*”, esquece-se o necessário investimento na produção e difusão culturais, que agonizam. De igual modo, a incapacidade de programação adequada aos equipamentos existentes faz perigar o investimento feito na formação de públicos e nas suas legítimas expectativas. Por outro lado, essa pulsão totalitária faz depender o financiamento de uma fidelização do “gosto” e do controlo político da acção, atribuindo cada vez mais discricionariamente apoios, sem que as contrapartidas sejam escrutináveis.

#### 4. DA REPRESENTAÇÃO

A vontade de representar o espaço impulsionou grande parte da invenção artística, especialmente na transição para a Idade Moderna, em que a “perspectiva” se assume como modo de figuração legítimo e quase exclusivo. As novas representações desencadearam distintos modos de relação com a realidade, ou seja novas sensibilidades, e evidenciaram a dependência do objecto do ponto-de-vista adoptado

e do comportamento do sujeito. Tal sucede ainda com as realidades virtuais, imersivas e interactivas, como experimentamos no Museu dos Descobrimentos, em Belmonte. Na medida em que constrói a realidade, a representação provoca também o desejo de manipulação, de *mise en scène* dos elementos que a caracterizam e, no limite, a definem. Este fenómeno também afecta o campo extenso do território e do seu equivalente artificial: a paisagem. Entra-se na esfera do *Analogon* que tende a substituir a natureza por essa “longa, paciente e complexa aprendizagem” (Cauquelin 2008: 8), de onde inclusivamente decorrem as implicações ecológicas e ambientais, tão caras a Ruskin.

09.

Fotografias nº 5632

(Orlando Ribeiro)

nº 1955

(Duarte Belo)

Sendim

Miranda do Douro

Bragança.

(Belo, 2012:147)



As artes têm, pois, inerente aptidão para cartografar, documentar e revelar a realidade em geral e os territórios em particular. A representação de lugares longínquos produziu a ilusão de viajar no espaço, mas também no tempo. É um processo complexo, evidenciado quando se comparam duas imagens do mesmo lugar em distintas épocas. Mais do que documentos de época, as representações são passíveis de canonizar um ângulo sobre o visto. As imagens não são neutras: têm um desempenho determinante na construção do imaginário dos territórios e na consolidação das identidades. Hans Belting (2011) caracteriza bem a busca antropológica da “verdadeira imagem”. Mas também Didi-Huberman (1992: 76-91), cuja concepção nos transporta para aquilo que vemos e dialecticamente nos diz respeito. O problema da recepção é, pois, simétrico da representação, quer se trate da imagem de monumentos, cujo vocabulário visual se dissemine na cada vez mais célere circulação, quer de paisagens exemplares ou de aspectos geográficos genéricos que veiculem valores variados e que se constituíram como instrumentos de apropriação colectiva (Carvalho; Fernandes 2012: 219). Os factos ligam-se à memória, mas são também simbolizados pelo modo de apropriação do espaço nos diversos tempos.



Calatañazor, en torno al año 1000.

10.

*Bleda y Rosa. Calatañazor, en torno al año 1000. Série Campos de batalla. España. 1994-1996 (1999). Impressão sobre sobre papel de algodão, montada sobre Dibond. 85x150 cm. Ed. 10 + 1 a/p.*

11.

Robert Smithson

*Monuments of Passaic*

1967

Collection of  
the Museum of  
Contemporary Art,  
Norway.



A arte é sempre original, releva da origem na alusão patente nos trabalho *in situ* de Alberto Carneiro ou de Robert Smithson. Em ambos, o momento da criação provoca uma evocação primordial. As suas abordagens apelam a uma relação adequada com o entorno natural, rural ou urbano, que pouco tem em comum com a sofisticação do denominado marketing territorial, quantas vezes indiferente ao suporte concreto das regiões. Os "não-lugares" de Smithson (1996), deslocamentos de espelho ou intervenções a céu aberto, questionam precisamente as práticas artísticas centradas no monumento, que no ideário iluminista de Hegel (1828: 356) seriam os paradigmas da marcação do tempo, as peças por excelência da objectivação das ideias essenciais a uma dada sociedade. Mas tal função antropológica é contingente: a variabilidade do culto do património revela essencialmente a consciência que uma civilização tem de si mesma (Choay 1982: 18, 200). A ideia de "monumento histórico" deixou de preencher a categoria de património, graças à acentuação de outras camadas acumuladas na visão do território (Shapiro 2008: 104). Se em *The Eliminator* Smithson questiona a divisão entre passado e futuro e sua inerente acumulação diacrónica, em *Entropy and The New Monuments* (1966) evidencia a horizontalidade do tempo, permitindo que a memória de outras épocas se misture com os desejos estéticos e políticos modernos (Lasnier 2001: 2), numa quase dialéctica evolutiva, característica da Pós-modernidade, em que a própria categoria de património se abre a outros campos, inclusive à vulgaridade.



12.

François Méchain, *D'un côté ou de l'autre*. Nodebais, Belgique, 2009. Jangada com cadeiras doadas por cidadãos da vila. © <http://www.francoismechain.com>

## 5. CRIAÇÃO CONTEMPORÂNEA VS. PATRIMÓNIO

As relações entre diversos domínios culturais implicam inevitavelmente tensões de vária ordem, desde logo, entre os específicos “*arché*” e “*télos*”. A passagem do tempo cósmico da física ao tempo vivido da ética pressupõe o reconhecimento do factor escatológico da moda, como pertença a um tempo determinado, por oposição aos valores que consideramos perenes. Se os acontecimentos históricos deixam as suas marcas inscritas no território, a prática e a fruição artísticas contribuem para revelar os múltiplos sentidos desses vestígios e das comunidades que no-los legaram. Assumir este paradigma não anula o que a geografia e a história nos transmitem, mas pressupõe um enfoque específico que comece por problematizar o material iconográfico, que tantas vezes serve para ilustrar textos previamente estabelecidos sem qualquer valor epifânico.



13.

Quarteirão do Conselho Regulador da Denominação de Origem Ribera del Duero. Roa, Burgos. Fabrizio Barozzy e Alberto Veiga. 2006 © On Diseño

Considerar toda a arte contemporânea é premissa simétrica da de considerar que a memória se preserva e renova “na vida do dia-a-dia, na criatividade das comunidades abertas, na ligação entre o Património, a paisagem, as tradições os costumes e a criação cultural e artística” (Martins 2009: 51). Ora, grande parte das obras sobre o território oscilam entre a lamentação pela arcaicidade perdida e o quase bárbaro pragmatismo de considerar a situação de degradação inevitável. [i.14]

Este cruzamento entre a memória e a criação poderá certamente revolucionar a abordagem territorial, com óbvias repercussões na Cultura e na Educação. A arte pode e deve constituir-se como factor de comunicação e de empatia, capaz de alargar o horizonte da realidade histórica e, por que não, da ficção que torna possível um “império espiritual”, nas palavras de Eduardo Lourenço (1999). A cultura portuguesa carece desta convergência de ramos de saber que a arte acolhe, simboliza e ajuda a fabricar. Qual *paideia* que produz realidade, a cultura edifica o futuro pelo desenvolvimento do espírito, intimamente dependente da capacidade de “tornar visível”, nas sábias palavras de Klee (1956:34). Com a assunção da diversidade, a arte ensina, antes de mais, a respeitar a singularidade e a tomar consciência sobre a identidade, seja de um povo ou de uma região, pois o demasiado cultivo da “tradição” inibe a actualização do imaginário e impede a transfiguração do quotidiano. Donde, a necessária vigilância sobre a recorrente aposta política no património como factor de aumento das vistas dos turistas, quando parte destes procura o castiço, o típico *souvenir*, a lembrança estereotipada que, apesar de tudo, vai cedendo lugar à experiência. Embora a reprodução das relíquias, como o Galo de Barcelos e a Senhora de Fátima, tenha originado uma não despreciada vertente industrial, a produção de *bibelots* apesar de tudo vai cedendo lugar à rejuvenescida aposta em produtos que incorporam materiais da tradição com inovação tecnológica e design actual. Apenas o deficiente entendimento das questões relevantes para a competitividade territorial faz com que a aposta dos agentes locais se centre mais na visibilidade comparativa do que na consolidação de potencialidades endógenas no âmbito do património histórico, ambiental e paisagístico e na gestão inteligente do território, como transparece em muito do denominado marketing territorial.

Os lugares comportam o seu imaginário. No nosso caso, as serranias, os promontórios, os ermos, as vertentes ou os lameiros da Beira Interior, descritos por alguns dos mais notáveis escritores, precisam de um equivalente iconográfico. O carácter das regiões reflecte reminiscências várias que urge conhecer e transmitir. Muitas vezes, mais do que nos guias turísticos, é na ficção que se espoletam sentidos da paisagem e das gentes essenciais ao desenvolvimento cívico, como bem explorou Aquilino em *Quando os Lobos Uivam*.

## 6. EPÍLOGO

*“El poeta empieza donde el hombre acaba. El destino de éste es vivir su itinerario humano; la misión de aquél es inventar lo que no existe. De esta manera se justifica el oficio poético. El poeta aumenta el mundo, añadiendo a lo real, que ya está ahí por sí mismo, un irreal continente. Autor viene de auctor, el que aumenta. Los latinos llamaban así al general que ganaba para la patria un nuevo territorio.”* (Ortega e Gasset 1925: 371)

A função fenomenológica da arte e do património não pode ser hoje subestimada, pois grande parte do consumo é ditado pelas normas da persuasão assentes na fantasia, no modo como a obra nos toca ou pretende tocar, em como se medeia a relação com o mundo, como se relaciona o domínio do espaço com o do tempo, a matéria / corpo com o espírito (Zumthor 2004: 9). Essa quase obsessão pela experiência do limite, na ilusão de que se participa na definição dos grandes equilíbrios mundiais, mas também numa procura do autêntico, do real, conduz ainda multidões a sítios remotos. Talvez por isso, na exaltação da *Tendenza*, Rossi (1966) sugeria premonitoriamente que a arte, em particular a arquitectura, histórica e contemporânea, fosse considerada simultaneamente um lugar, acontecimento e símbolo.

A preservação do património histórico, enquanto veículo de transferência cultural, surge como um imperativo político, embora com certas contradições. Veja-se o que sucede com os sítios classificados como Património Mundial, o Vale do Côa e o do Douro, por exemplo, onde todo o investimento, na protecção, estudo e valorização, permanece incompreendido por largos sectores da população, mesmo quando dele se alimentam. A reivindicação de auto-estradas e de barragens para fazer face ao êxodo é controversa. Também as aspirações políticas regionalistas, assentes numa visão imediata e simplista dos anseios das populações, são perniciosas, pois as grandes interrogações contemporâneas, que passam pela cidadania e pela ecologia, por formas alternativas de vida e de consumo, em que a cultura é uma condição central, carecem de políticas públicas em ciclos temporais longos. O olhar sobre o território exige adestramento e competências específicas, pois tanto a percepção como o desejo são condicionados pelo que sabemos e sentimos: a representação depende da maneira de ver, inclusive quando se observa a ruína e esta se constitui em símbolo de uma relação, mais ou menos romântica com os lugares pitorescos, como sucedeu um pouco por toda a Europa do Norte no Século XIX, motivando ainda boa parte das viagens turísticas.

Mais do que as mensagens, o *homo comunicans* disputa os sonhos. O turismo de viagem simboliza bem essa procura de si mesmo na escrita da paisagem. Naquele, tanto podemos considerar o *Conde de Montecristo* de Dumas, como *As Beiras* de Jaime Cortesão, onde se identificam os lugares com o carácter das suas gentes, por exemplo, um Aquilino portador em si das *Terras do Demo*: “O caso de Aquilino é diferente. Este é, por contraste bravo, beirão das alturas. E para lhe compreender

certa rudeza da alma, negrume de juízos, realismo feroz, gosto e jeito desabrido de vincar opiniões contrárias, parece-nos útil considerar o seu ninho de águia, o áspero planalto onde lhe cresceram as rémiges e encurvaram as garras.” (Cortesão 1966: 29)

A noção de que as coisas existem pelas representações que delas fazemos é bem patente no campo literário em *Viagens na minha terra* de Garrett (1864) e encontrou ampla correspondência em muita cinematografia contemporânea. A ressonância do lugar, o *genius loci*, convoca uma componente virtual: o lugar fala-nos. O tempo impresso nas coisas assume por vezes a dimensão simbólica e antropológica dos mitos fundadores. Reside aí a sedução, mas também a vocação pedagógica das ruínas, que passa pela evocação e estímulo da descoberta, da adivinhação de sentidos. A arte potencia precisamente essa capacidade de ver, acto feito de hierarquias, de decisões capazes de revelar e de posicionar o território na esfera pública (Gadanhó 2011:171).

A aceleração dos transportes foi um processo que ajudou à tomada de consciência que cada época tem a sua maneira de olhar e explorar. (Frazen; Krebs 2006) A percepção cinemática activa-se no percurso enquanto, pelo contrário, a contemplação surge em obras de autores menos condicionados pela velocidade globalizada, como Vermeer, Hammershoi ou La Tour. O que vemos oferece possibilidades determinadas pelas distintas escalas e velocidades: quando uma estrada encurta a distância entre dois pontos, também diminui o lugar por onde passa (Perejaume 2000: 9). Essa contradição, como o desejo de adoptar um tempo global, planetário, lança os lugares ao abandono e à fugacidade. A acuidade depende dessa medida, pois os espaços intersticiais desvalorizados pela velocidade tendem a perder a sua realidade quando guiados pelo paradigma crítico do movimento moderno: o “progresso”, que na sua linearidade obnubila muitos outros tempos (Paiva 2013).

Mas a palavra “cultura” vem de “cultivo”. É um valor de certo modo agrário e sedentário. Por oposição, “civilização” deriva de “*civitas*”, num sentido mais social e urbano. A fricção entre estes dois conceitos conduz a diferentes perspectivas sobre o património, o território e as suas imagens, onde se evidencia a proverbial dificuldade de relacionar o vernacular com o contemporâneo e em que a problemática da legibilidade não dispensa uma atitude crítica que resgate a representação da deriva para o estereótipo, como postulou Benjamin. É precisamente dessa actualização da experiência comum que a arte tende a ocupar-se. Assim entendida, a arte dá a conhecer, mas também cria condições de possibilidade ao desconhecido, convoca simultaneamente as técnicas do saber e do fazer, simétricas do cuidar e do cultivar. As nossas artes serão então sistemas plurais de “dar forma”, de configurar a existência de uma ou de outra maneira, pondo-a em comum com os outros e com o mundo, no qual o próprio indivíduo se reconhece. (Silva 2011: 29) As artes, em particular o cinema, o design e os dispositivos multimédia, têm o condão de expor, mas também de reduzir e de ocultar muitas identidades. Estas podem mesmo ser reduzidas à insignificância quando expostas aos fluxos globais e às indústrias de massa, capazes de estabelecer ficções tão poderosas

que agem retrospectivamente sobre os povos, impondo leituras do imaginário que alteram a percepção dos sítios, monumentos e bens patrimoniais. Daqui resulta uma dinâmica bipolar, em que a individuação do singular não prescinde da componente pública e colectiva, para cujo entendimento deveríamos convocar Simondon, mas não é este o lugar próprio.

O conceito de património, “originariamente ligado às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (Choay 2005: 17), parece cada vez mais indeterminado, tendo de lidar com a dificuldade e a hesitação actuais, entre revitalizar a tradição e o património antigo, sem com isso esgotar a competência de mudar e produzir novo património a legar às gerações futuras. O património adquire sentido social e político, no presente, tendo um significado contextual, não absoluto. Assim se considera como um recurso em potência, que carece de instrumentos de inventariação, estudo, valorização e regulação. O seu carácter frágil acentua-se perante a crescente debilidade dos instrumentos de ordenamento e planeamento dos territórios, bem como a difícil coordenação intersectorial entre entidades com interesses e objectivos frequentemente distintos, desde os mais comerciais aos mais filantrópicos.

Interessa reter que qualquer política do património cultural e de desenvolvimento do território tem de combinar vários planos da cultura - local, letrada, erudita e de massas - perante o emergente paradigma global assente nos meios digitais, numa ubiquidade capaz de fazer colapsar muitas categorias, identidades, valores e modelos de relação com a coisa pública. Esta mesma civilização técnica, que se organizou em torno da conquista do espaço, sacrifica uma componente essencial da vida: o tempo, que é o coração da existência. No reino do tempo, o objectivo não é dominar, mas “ser” (Heschel 1957). Assim tomamos o dito de Rimbaud (1873: 116) “*Il faut être absolument moderne*” no sentido de uma necessária e constante renovação do sujeito / autor, cujo grau de implicação modifica a consciência de si mesmo.

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max (1944). *The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception*. Trans. Edmund Jephcott. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- BELO, Duarte (2012). *Portugal: Luz e Sombra. O País depois de Orlando Ribeiro*. Lisboa: Temas e Debates.
- BELTING, Hans (2006). *A Verdadeira Imagem*. Porto: Dafne, 2011.
- BLOCH, Ernst (1935). *Heritage of our Times*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- CARVALHO, Paulo e Fernandes, João Luís J. (2012). *Património Cultural e Paisagístico, Políticas, intervenções e Representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CAUQUELIN, Anne (2008). *A Invenção da Paisagem*. Lisboa: Edições 70, Colecção Arte e Comunicação.
- CHOAY, Françoise (1982). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 3ª, 2008.

## BIBLIOGRAFIA (CONTINUAÇÃO)

- CHOAY, Françoise (2010). *Património e Mundialização*. Évora: Editora Licorne CHAIA.
- COMISSÃO EUROPEIA (2009). *Economy of Culture in Europe*. [http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc873\\_en.htm](http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc873_en.htm)
- CORTESÃO, Jaime (1966). *As Beiras* (publicação em volume autónomo do cap. do livro *Portugal: A terra e o homem*). Coimbra: CCRC, 1994.
- DÉBORD, Guy (1964). *A Sociedade do Espectáculo*. Trad. 2003. <http://pt.scribd.com/doc/13866735/A-Sociedade-do-Espectaculo>
- DIDI-HUBERMAN, George (1992). *O que nós vemos, O que nos olha*. Porto: Dafne, 2012.
- FIANI, Ronaldo (2009). "A crise dos bens culturais como mercadorias". In *Liinc em Revista*, v.5, n.2, setembro 2009, Rio de Janeiro, p.231-246. [www.ibict.br/liinc](http://www.ibict.br/liinc)
- FLORIDA, Richard (2002). *The Rise of the Creative Class. And How it's Transforming Work, Leisure and Everyday Life*. New York: Basic Books.
- FRAZEN, B.; KREBS, S. (2006) (eds.), *Mikrolandschaften / Landscape Culture on the Move*, Eins, Münster.
- GADANHO, Pedro (2011). *Arquitectura em Público*. Porto: Dafne.
- HEGEL, G. W. F. (1828). *Estética*. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.
- HESCHEL, A. (1957). *Les Bâtisseurs du temps*. Paris: Les Éditions de Minuit, Paris.
- KLEE, Paul (1956). *Théorie de l'art moderne*. Paris: Éditions Denoel, 1999.
- LASANSKY, Medina; MCLAREN, Brian (2006) (eds.). *Arquitectura y turismo: percepción representación y lugar*. Barcelona: Gustavo Gili, Col. Mixta.
- LASH, S.; URRY, J. (1994). *Economies of Signs and Spaces*. London: Sage.
- LASNIER, Jean-François (2001), "Une loi contre le patrimoine". In *Le Journal des Arts*. n° 130, 29 juin.
- LOURENÇO, Eduardo (1999). *Portugal como Destino, seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva.
- MALRAUX, André (1965). *O Museu Imaginário*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- MARTINS, Guilherme d' Oliveira (2009). *Património, Herança e Memória. A cultura como criação*. Lisboa: Gradiva.
- MATEUS, Augusto (2010) (Coord.). *O Sector Cultural e Criativo em Portugal: Estudo para o Ministério da Cultura*. Lisboa: AMConsultores / Ministério da Cultura. [www.mincultura.gov.pt/SiteCollectionDocuments/Imprensa/SCC.pdf](http://www.mincultura.gov.pt/SiteCollectionDocuments/Imprensa/SCC.pdf)
- ORTEGA Y GASSET, José (1925). "La deshumanización del Arte e Ideas sobre la novela". In *Obras Completas*, Tomo III. Madrid: Alianza Editorial - Revista de Occidente, 1966: 353-386.
- PAIVA, Francisco (2013). "Seeing and Time: Heterochrony of the project through Drawing / Ver e Tempo: Heterocronia do Projecto através do Desenho". In *Linha do Horizonte*, n.º 3. Lisboa: GEC - Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.
- PAU-PRETO, Fernando (2008). *O Património Cultural no Planeamento e no Desenvolvimento do Território. Os Planos de Ordenamento de Parques Arqueológicos*. Aveiro: Lugar do Plano.
- PEREJAUME (2000). "Siberias". In *Quaderns*, n°225. Barcelona: Col.legi d'Arquitectes de Catalunya.
- RAMALHO, Margarida (2011). *Portugal na Pintura, Viagens na nossa terra*. Lisboa: Scribe.
- RIMBAUD, A. (1873). "Une saison en enfer". In *Œuvres complètes*, Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1979.
- ROSSI, Aldo (1966). *La Arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 9ª, 1995.
- SILVA, Rodrigo (2011). "Apresentação (elegia do comum)". In *A República Por Vir – Arte, Política e Pensamento para o Século XXI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pp. 11-40.
- SHAPIRO, Gary (2008). "El tiempo y sus superficies: pos periodización", in Hernandez-Navarro, Miguel. *Heterocronías. Tiempo, Arte y Arqueologías del presente*. Murcia: CENDEAC.
- SHAPIRO, Gary (1990) (ed.), *After the Future: Postmodern Times and Places*, University of New York Press.

## BIBLIOGRAFIA (CONTINUAÇÃO)

SMITHSON, Robert (1966). *Entropy and the New Monuments*, 1966, in [http://www.robertsmithson.com/essays/entropy\\_and.htm](http://www.robertsmithson.com/essays/entropy_and.htm)

SMITHSON, Robert (1996). "The Eliminator". In *Unpublished Writings from Robert Smithson: The Collected Writings*, Jack Flam, ed.. Berkeley: University of California Press. <http://www.robertsmithson.com/essays/eliminator.htm>

SOLÀ-MORALES, Ignasi (1987). "Arquitectura débil". In *Quadrens d'Arquitectura i Urbanisme*, 175, Barcelona.

UNESCO (2001). *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>

UNESCO (2005). *Convenção sobre a protecção e promoção da diversidade das expressões culturais*. Paris.

ZUMTHOR, Peter (2004). *Pensar la Arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili.

# Do património arquitectónico ao património literário: a quinta de Nossa Senhora do Amparo em Romarigães

**ANA MARIA TAVARES MARTINS**

Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura, Universidade da Beira Interior

**MAFALDA TEIXEIRA DE SAMPAYO**

Departamento de Arquitectura e Urbanismo, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE/IUL)

## RESUMO

A Quinta de Nossa Senhora da Amparo, localizada em Romarigães, Paredes de Coura, foi imortalizada no romance/crónica ou crónica romanceada, de Aquilino Ribeiro, intitulada *A Casa Grande de Romarigães*. O edificado característico da nobreza rural é composto por casa solarenga, igreja e anexos, actualmente classificado como Imóvel de Interesse Público. Não podemos deixar de repetir que a obra-prima do Mestre Aquilino captou o espírito daquele espaço, a sua identidade rural, a natureza no seu todo e as suas gentes, a civilização e a cultura de várias gerações de um Portugal Antigo, de que Quinta de Nossa Senhora do Amparo pode ser considerada mais um ícone. Debater-nos-emos aqui entre os conceitos de espaço natural e construído e de território literário e, portanto, também artístico, logo, objeto do nosso trabalho.

## PALAVRAS-CHAVE

Património, Arquitectura, Literatura, Romarigães, Minho

## ABSTRACT

Nossa Senhora do Amparo Farm, located in Romarigães, Paredes de Coura, was immortalised in the novel/chronicle or romanticised chronicle, by Aquilino Ribeiro, entitled *A Casa Grande de Romarigães*. The building compound characteristic of the rural nobility is composed of a manor-house, church and its adjoining buildings, currently classified as Public Interest Building. One cannot cease to repeat that Aquilino's masterpiece captured the spirit of that space, its rural identity, nature in its

splendor as well as its people, the civilization and culture of various generations of an Ancient Portugal, of which Nossa Senhora do Amparo Farm can be considered yet another icon. We shall here debate the concepts of natural and constructed space together with the literary and, therefore, also artistic territory, thus constituting the object of our work.

#### KEY-WORDS

Heritage, Architecture, Literature, Romarigães, Minho

#### INTRODUÇÃO

A construção inicial da Quinta de Nossa Senhora do Amparo data do século XVII. No século XIX, a propriedade foi arrematada em hasta pública, por via judicial, pelo Conselheiro Miguel Dantas Gonçalves Pereira. Esta casa coube ao escritor Aquilino Ribeiro através de partilhas, por via da sua esposa, descendente do referido Conselheiro. Lentamente, Aquilino Ribeiro reabilitou a Quinta de Nossa Senhora do Amparo, resgatando-a da ruína. O escritor passou a dividir o seu coração entre a “sua” Soutosa, das Beiras, e o Minho da “sua” Romarigães, dois ambientes dotados de uma contextualização marcante e ímpar (Fig. 1). José Saramago esteve em Romarigães na sua *Viagem a Portugal* à procura de lugares literários e a fazê-los assim (Saramago 1995: 50).



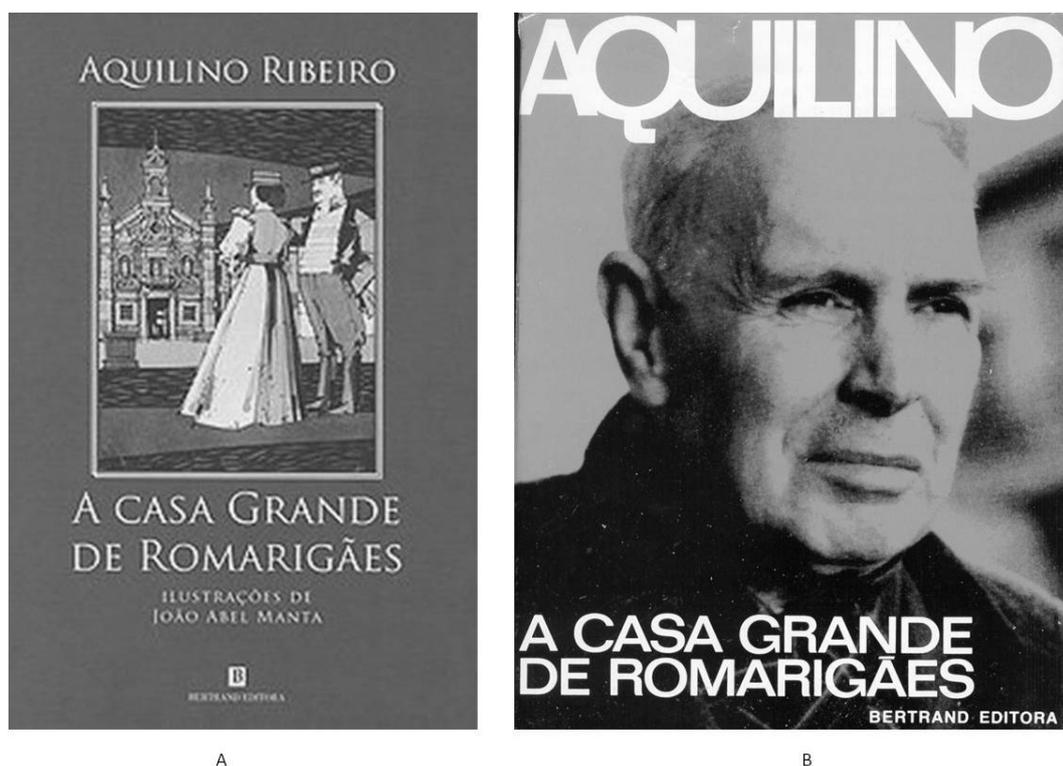
A



B

01.

Antigo pátio minhoto da Quinta de Nossa Senhora do Amparo, Romarigães (Paredes de Coura) segundo fotografia da época (A); Pátio beirão da Casa de Aquilino Ribeiro, actual Fundação Aquilino Ribeiro, Soutosa (Moimenta da Beira) da autoria do Mestre Jorge Braga da Costa, cedido pelo autor (B) [arquivo das autoras]



A

B

02.

Capa da re-edição da obra “A Casa Grande de Romarigães” com desenho de João Abel Manta (A); Capa de edição da obra “A Casa Grande de Romarigães” (B) [arquivo das autoras]

Foi em 1957 que Aquilino Ribeiro publicou “*A Casa Grande de Romarigães*” (Fig. 2), numa altura em que, depois de herdar por via matrimonial, a Quinta de Nossa Senhora do Amparo, em Romarigães, Paredes de Coura, se apaixonou pelo local, tendo procurado recuperar tal património que já então se encontrava em decadência acelerada. Mas os elevados custos e a sua morte em 1963 deitaram por terra todos esses sonhos. A obra literária foi, no entanto, um sucesso. A Quinta de Nossa Senhora do Amparo, que inspirou Aquilino, foi um solar de nobreza rural (Fig. 3). A construção inicial data do século XVII, e constitui um vínculo da família de Gonçalo da Cunha. Em 1891, foi a mesma propriedade arrematada em hasta pública, por via judicial, pelo Conselheiro Miguel Dantas Gonçalves Pereira (1836-1905), natural de Mantelães, Formariz, casado em primeiras núpcias com Bernardina Maria da Silva (1840-1866), de cujo matrimónio

nasceu Elzira Dantas Machado (1865-1942). Esta por sua vez casou, em 1882, com o Dr. Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944), que viria a ser Presidente da República, sendo exilado em 1926, pela Ditadura Militar. Deste matrimónio, houve uma imensa prole de 19 filhos, entre os quais, Jerónima Rosa Dantas Machado Guimarães Ribeiro (1897-1987), que viria a casar, em 1929, com Aquilino Ribeiro. Por via de partilhas, desde os anos 50 que a Quinta da Senhora do Amparo era do casal Jerónima – Aquilino tendo passado posteriormente para a posse do Eng.º Aquilino Ribeiro Machado recentemente falecido (1930-2012).



03.

Quinta de Nossa Senhora do Amparo / Casa Grande de Romarigães, vista da Estrada Municipal 1076 (arquivo das autoras)

Tendo-se já iniciado no romance de temática histórica, entre outras obras, com *Aventura maravilhosa de D. Sebastião, Rei de Portugal, depois da batalha com o Miramolim* (1936), em que aborda o século XVI, Aquilino Ribeiro constrói uma outra peça ainda de mais largo fôlego em que preenche os séculos imediatos. De facto, o romance *A Casa Grande de Romarigães* (1947) deve ser considerado uma obra-prima da literatura portuguesa. Antes de a compor, o seu autor aprofundou o estudo dos séculos XVII e XVIII, tendo cedo traduzido e prefaciado a edição de *A Recreação Periódica* do célebre *Cavaleiro de Oliveira* (1702-1783), quando trabalhava na Biblioteca Nacional em 1922. Seguramente, manuseou, entretanto, o extenso manual de conduta

religiosa da autoria de um dominicano de nome João Franco e intitulado *Mestre da Vida, que ensina a viver e morrer santamente*, que cita no prefácio de *A Casa Grande de Romarigães*. Com um espaço natural riquíssimo, o ambiente do Alto Minho, onde fora construída aquela antiga quinta, tinha tudo quanto era necessário para se constituir um romance geracional e verosímil, em que o Portugal Antigo fosse retratado e que Aquilino Ribeiro conhecia bem pelos seus estudos. No entanto, na forma como o faz Almeida Garrett no *Arco de Santana*, o mestre Aquilino quis forçar essa ambiência com um prefácio arguto em que invoca ter encontrado alguns cadernos manuscritos que conteriam o essencial da narrativa a que juntamos algumas notas:

“Um deles, dobrado longitudinalmente, teria a sua centena de páginas e envolvia-se numa capa de pergaminho que inculcava já uma respeitável vetustez. O rótulo, em largos caracteres floreados, tinta cor de ferrugem, advertia, esmaecida mas verbosamente, do teor: *Livro que há-de servir ao assentamento das coisas notáveis que assucederam na Casa Grande de Romarigães, também chamada Quinta de Nossa Senhora do Emparo*. Com um epítome da origem, fundação, sítio e nobilíssima árvore de seus morgados, pelo Pe. Sebastião Mendrugo, da Casa da Cachada, e seu capelão. Ano da Graça de 1680. Deitei um olho ocioso ao palimpsesto, depois de tomar conhecimento do título. Por pouco não permiti que as raparigas do caseiro lhe esfarrapassem as páginas para envoltório dos fusos, quando fiam na roca. Decifrando aqui uns períodos, além outros numa caligrafia que obedecia a um sentido interior geométrico muito outro dos nossos dias, para mais a esvaír-se no papel de trapo, amarelento e manchado, perguntei-me em que nos podia interessar a vida de fidalgos como tantos mais. De facto crónicas deste jaez nem sempre são o mais edificante. Mas era enternecedora a simplicidade com que o historiógrafo memorava os serões gastos, até altas horas, espírito tendido sobre a pena de pato como o lavrador sobre a rabiça, olhos a doerem-lhe da chama reverberada pelo latão no candeeiro de três bicos. Foi este sentido de cortesia, que as pessoas idosas têm por tudo o que ocupa um lugar no mundo e significa acender-se em suas almas a luz da piedade, que o salvou. O relato do reverendo Mendrugo estendia-se por altas e compactas laudas, verdade seja que numa letra encadeada, dentro de cujos arabescos cabiam períodos inteiros de Lima Bezerra, que discorreu por esta corda, e costumava fazê-los extensos como léguas” (Ribeiro 2008: 5-6). Não há notícia de qualquer do reverendo Mendrugo fora da obra de Aquilino, mas sim das obras de cirurgia de Manuel Gomes de Lima Bezerra (1727-1806) que de facto Aquilino conhece pelos seus estudos do século XVIII.

“O outro manuscrito, em letra especiosamente torneada, chamava-se *Vida de D. Luís António de Antas e Meneses, sargento-mor de Milícias e procurador às Cortes de 1828*. Ao que se depreendia do estilo abundante em ciência heráldica e genealógica, era obra dum linhagista do Alto Minho, tão amigo de Deus e do rei como inimigo dos ‘malhados’, o senhor Manuel Afonso de Venade. A sua personalidade de cronista meticulosamente fidedigno, em dia com a pátria e o seu partido, ressaltava do esmero com que arredondava a pança garrafal das letras e lhes projectava as hastes para o zénite. Em suma, na caligrafia, ora direita como lanças, ora cheia e empolada como cabaças, pintava-se o homem como dizem que sucede aos pintores quando fazem retratos. Uma fé, ora hirsuta, ora serena e espapaçada, exalava-se da prosa que só a copeira esotérica da Casa Grande permitira furtar às auras do liberalismo triunfante.” (Ribeiro 2008: 6). Também não há referência deste Manuel Afonso de Venade fora da obra de Aquilino.

“O terceiro caderno tinha ares de copiador. *Copiador de coisas e loisas*, numa escritura igual, muito indolente e de traços farfalhudos como as caneiras de milho desta comarca frumentosa. Era o vasto repositório numa ciscalhada inominável, anedotas, documentos tabelionares, censuras a livros pelo Pe José Agostinho de Macedo, sinal de que o escriba propendia para literato, e até cartas de amor. Estas estadeavam num título autónomo dentro do vasto armazém de ferro-velho: *Cartas de dois amantes verdadeiros*. (Ribeiro 2008: 6). Este último título tem correspondência em *A filosofia por amor ou Cartas de dois amantes apaixonados e virtuosos*, publicado em 1806 em Lisboa.

#### PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO VS. PATRIMÓNIO LITERÁRIO: A CASA GRANDE DE ROMARIGÃES

A Quinta de Nossa Senhora do Amparo, outrora Solar dos Menezes e Montenegros, localiza-se em Romarigães, no Concelho de Paredes de Coura, distrito de Viana do Castelo, datando originalmente da época de seiscentos e sendo uma construção característica da arquitectura civil barroca (Fig. 4).



04.

Quinta de Nossa Senhora do Amparo / Casa Grande de Romarigães, implantação (A) e vista aérea de conjunto (B) [arquivo das autoras com base em imagens *Virtual Earth*]

O edificado que constitui a quinta é composto pela casa principal, capela e demais anexos de função rural, destaca-se o seu pórtico joanino. O acesso é feito pela Estrada Municipal nº 1076 (Fig. 5).



05.

Igreja, portão e núcleo residencial da Quinta de Nossa Senhora do Amparo / Casa Grande de Romarigães (arquivo das autoras)

Este conjunto arquitectónico, além de servir de base para o desenvolvimento da referida crónica romanceada, surge igualmente descrito noutra obra de Aquilino Ribeiro como comprovam as seguintes linhas:

“O solar, com seu pórtico joanino, principesco, as pirâmides esbeltas da capela e a sineira, as duas casas apalaçadas, o canastro mais vasto do concelho – 27 metros de comprimento, pedra e castanho – as suas prolixas dependências, com telhados novos, destaca-se como um núcleo residencial ao centro dos casais.” (Ribeiro 1953)

É um imóvel protegido e classificado tanto pela antiga DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais como pelo antigo IPPAR – Instituto do Património Arquitectónico e IGESPAR, I.P. – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.. Na classificação da extinta DGEMN – cujo acervo se encontra no Forte de Sacavém – a Casa da Quinta da Senhora do Amparo, que mais tarde inspiraria a obra de Aquilino Ribeiro, encontra-se Classificada como IIP (Imóvel de Interesse Público) e faz parte do IPA – Inventário do Património Arquitectónico com a referência PT011605190005 correspondendo à designação “Casa Grande de Romarigães incluindo a casa, anexos de função rural e capela do Amparo”. No que corresponde ao extinto IPPAR e IGESPAR (agora integrado na Direcção-Geral do Património Cultural - DGPC), a sua protecção é evidentemente idêntica, apresenta-se como IIP (Imóvel de Interesse Público), publicado através do Decreto n° 1/86 de 3 de Janeiro de 1986, e encontra-se designada por “Casa Grande de Romarigães”.



06.

Igreja da Quinta de Nossa Senhora do Amparo / Casa Grande de Romarigães – detalhes da fachada e alçados laterais (arquivo das autoras)

As razões apontadas, para o pedido de classificação da “Casa Grande de Romarigães”, pelo Gabinete de Apoio Técnico ao Agrupamento de Concelhos – Vale do Minho, em 1982, prende-se essencialmente com dois motivos fundamentais e de ordem distinta. Por um lado, a memória colectiva do povo português uma vez que:

“Para além de ter pertencido a Aquilino Ribeiro (...), a Casa Grande foi o ‘leit-motiv’ duma célebre narrativa romanceada que hoje é considerada como do melhor da produção desse autor, adquirindo assim um significado cultural paralelo, por exemplo, à Quinta de Tormes de Eça de Queirós ou a Vale de Lobos de Herculano” (Gabinete de apoio técnico ao agrupamento dos concelhos - Vale do Minho 1982: s/p.)

Por outro lado, destaca-se a qualidade arquitectónica da capela da casa, de planta longitudinal, que adquire uma posição de destaque em relação ao restante edificado (Fig. 6). Deste modo, a Quinta de Nossa Senhora do Amparo é actualmente Património Arquitectónico, classificado e protegido, mas também faz parte daquilo a que hoje se dá cada vez mais importância, o Património Intangível. Isto é, todo aquele Património que se insere na memória de um País, seja ele arquitectónico ou literário, seja de pedra firme transformada em marco histórico-cultural, seja da memória intangível que vive na obra de Aquilino Ribeiro e que é devolvida à vida cada vez que percorremos as linhas traçadas pelo punho de Aquilino e sintetizadas pelos seus olhos e pela sua emoção estética perante este pedaço de Património que faz parte da cultura nacional. Daí, ser curioso o facto de que as entidades, que têm vindo a gerir e a classificar o património português, cataloguem esta casa e seus elementos anexos não por Quinta do Amparo, mas por “Casa Grande de Romarigães”.



Fig. 7 – Quinta de Nossa Senhora do Amparo / Casa Grande de Romarigães – edificado anexo à capela, armas sobre o frontão do portal, edificado que se encontra dianteiro à capela e que no seu conjunto conformam o pátio interior referido no texto. (arquivo das autoras)

Do conjunto original, resta sobretudo a Capela. Existem duas construções de dois pisos, uma anexa à capela e outra em face desta que, conjuntamente com o portal, que apresenta as armas da família proprietária, e o muro, onde este se insere e adossa ao edificado, conformam o pátio interior da propriedade que em si possui parte do valor arquitectónico do conjunto (Fig. 7). No que respeita à sua concepção

e construção, as edificações da Quinta do Amparo foram inicialmente concebidas e realizadas por mestres de cantaria, provenientes de Azurara e de Barcelos, durante a época de Seiscentos. Por volta de 1700, é edificada a Capela consagrada a Nossa Senhora do Amparo, destacando-se do conjunto, pela sua exuberante e prolífera decoração, próxima do rococó. Já na época de Oitocentos, houve nova intervenção em todo o conjunto edificado, desta vez com a participação de arquitectos procedentes de Pontevedra (Martins 2007: 143). Quando, na década de cinquenta, do século XX, a propriedade passou, por via de herança, para Aquilino Ribeiro, porque as edificações se encontravam muito degradadas (Fig. 8), resolveu o escritor proceder a obras de recuperação tal como o próprio refere na sua obra:

“Quando se procedeu ao restauro da Casa Grande, que foi solar dos Meneses e Montenegros, houve que demolir paredes de còvado e meio de bitola em que há um século lavrava a ruína, ocasionando-lhes fendas por onde entravam os andorinhões de asas abertas e desníveis com tal bojo que a derrocada parecia por horas” (Ribeiro 2008: 5).



08.

Quinta de Nossa Senhora do Amparo / Casa Grande de Romarigães – alguns aspectos do estado de conservação do edificado ao longo do tempo (arquivo das autoras)

Do conjunto arquitectónico que constitui a Quinta de Nossa Senhora do Amparo / Casa Grande de Romarigães destaca-se um outro elemento que caracterizava também o dia-a-dia das gentes de Romarigães: a cozinha e o monumental espigueiro tal como refere Júlio Cruz valendo-se de algumas citações retiradas da obra de Aquilino Ribeiro:

“Na Quinta do Amparo havia ‘uma cozinha de lajedo e chaminé de barretina, compreendendo lareira, armários, dois fornos em que se podia assar, ao estilo das comunidades conventuais, um boi no espeto’. (...) Era assim a Casa Grande de Romarigães inesgotável em produtos de horta e salgadeira, o espigueiro ‘chapelão de larga aba, soleira de granito tão grande que não haverá maior na frumentosa comarca interamundense, lá está com os seus trinta metros de comprimento lauto e garboso, verdadeiro templo de Ceres’ e na adega ‘não havia pipo, nem pipa que tocasse a vazio’” (Cruz 2007: 144).

Deste modo, o edificado tornou-se um legado patrimonial ímpar (Fig. 9). Se por um lado deve ser encarado como património arquitectónico, por outro deve ser encarado como património literário e até mesmo como património intangível, uma vez que capta as memórias das vivências de uma época.



09.

Quinta de Nossa Senhora do Amparo / Casa Grande de Romarigães – alguns detalhes (arquivo das autoras)

Consequentemente pode-se afirmar que a literatura deu vida a esta casa servindo igualmente de apelo pelo que de bom temos neste nosso País. Seja a nível Patrimonial, Cultural, Arquitectónico, Literário e Humano cruzando-se todos estes elementos na pessoa de Aquilino Ribeiro, sendo ele o meio pelo qual este património, inicialmente arquitectónico, se torna património intangível vivendo e revivendo na memória de cada leitor de “A Grande Casa de Romarigães”. É sempre gratificador lembrar o artigo 9º da Carta Europeia do Património Arquitectónico, ainda que um pouco fora do seu contexto inicial: “Cada geração tem só uma vida para se interessar por este património e é responsável de o transmitir às gerações futuras”.



10.

Retrato do escritor Aquilino Ribeiro da autoria do Mestre Jorge Braga da Costa (cedido pelo autor, arquivo das autoras)

De certo modo, Aquilino Ribeiro (Fig. 10) ao escrever “A Casa Grande de Romarigães” foi precisamente isto que fez, foi o responsável máximo da transmissão deste legado patrimonial, não só arquitectónico como cultural e literário, às gerações futuras dando-lhe a força da História:

“(…) as últimas e extravagantes páginas do livro são de minha lavra. As outras, sacudi o bolor do tempo e reatei o fio de Ariadna, interrompido aqui e além. (...) Em matéria de estilo, a minha pena passou por cima como o ferro de engomar eléctrico na camisa quando volta do estendedeiro. Vamos com o Seráfico, se algum dia houve escrivão da paridade mais fiel ao assunto e às fontes históricas, que me cortem a mão que o atraíçouu.

Todavia quero confessar os meus pecados. Um confrade, académico de Argamasilha ou lente de Coimbra, já não sei bem, a quem li alguns capítulos deste livro, exclamou, mais que judicioso, salomónico de todo:

- Mas afinal o que V. fez foi um romance...

- Um romance? Deus me livre! A minha ambição foi bem outra. Isto é monografia, história local, história romanceada, se quiser, agora novela, abrenúncio! Mal de mim se escorreguei para tais enredos e labirintos. No romance o escritor escolhe os episódios; na história, são os episódios que se lhe vêm oferecer.

Estão tabelados, não há que lhes fugir. Ora o que eu tentei foi desempoeirar velhos e particularíssimos sucessos que, de resto, pouco pesaram na marcha do mundo. Romance...!? Se me saiu romance, aconteceu-me a mesma coisa que a um triste e tousco carpinteiro dos meus sítios, de quem toda agente zombava, decerto por milagre de ser fadado do Espírito Santo: estava afazer um gamelo para o cão e saiu-lhe uma viola.” (Ribeiro 2008: 7).

## CONCLUSÕES

Esta é a “Casa Grande de Romarigães”, descrita ao sabor da pena do escritor e claramente um marco histórico-cultural da arquitectura senhorial minhota. A dicotomia: Quinta de Nossa Senhora do Amparo vs. “Casa Grande de Romarigães” assenta em distintas construções. Por um lado apresenta-se a construção espacial do edificado, segundo os gostos e os estilos da época, e por outro a construção literária segundo as vivências de uma época, partindo dos factos históricos, hábitos e memórias. Esta é a construção de um Património, de um marco histórico-cultural, que deve ser divulgado e acarinhado pois, segundo a carta Europeia do Património, apenas temos uma vida para o divulgar às gerações futuras. Este trabalho procurou destacar a possibilidade de um bem patrimonial o poder ser em mais do que uma vertente, tornando-se assim um marco histórico-cultural não só a nível arquitectónico como também literário.



11.

Quinta de Nossa Senhora do Amparo / Casa Grande de Romarigães (arquivo das autoras)

#### BIBLIOGRAFIA

CRUZ, Júlio (2007). A Gastronomia da “Casa Grande de Romarigães”. In *Aquilino Ribeiro – um genial escritor português*. Coord. Júlio Cruz. Viseu: Ed. AVIS.

GABINETE DE APOIO TÉCNICO AO AGRUPAMENTO DOS CONCELHOS - VALE DO MINHO (1982). Classificação da “Casa Grande de Romarigães” – Memória descritiva e justificativa. Paredes de Coura: texto inédito policopiado.

MARTINS, Ana Maria Tavares (2007). Nos 50 anos de “A Casa Grande de Romarigães”. In *Aquilino Ribeiro – um genial escritor português*. Coord. Júlio Cruz. Viseu: Ed. AVIS.

MATEUS, Isabel Cristina (1996). *Uma secreta ironia: a construção de A Casa Grande de Romarigães*. In

*Cadernos Aquilinos*. N.º 3. Viseu: CEAR - Centro de Estudos Aquilino Ribeiro.

RIBEIRO, Aquilino (2008). *A Casa Grande de Romarigães*. 3ª Ed. Lisboa: Bertrand Editora.

RIBEIRO, Aquilino (1953). *Arcas Encoiradas*. Lisboa: Bertrand Editora.

Saramago, José (1995 [1981]). *Viagem a Portugal*. Lisboa: Editorial Caminho.

SIPA (IHRU). PT011605190005: Casa Grande de Romarigães incluindo a casa, anexos de função rural e capela do Amparo [consulta efectuada pela última vez, em 2 de Dezembro de 2011 na base de dados em rede do Inventário do Património Arquitectónico alojado no Forte de Sacavém].

# Cidade e frente de água: ligações físicas, visuais e simbólicas

RITA OCHOA  
CIES-IUL/UBI  
CR POLIS-UB

## RESUMO

O presente artigo incide na forma como as cidades portuárias se relacionam com as suas frentes de água, em termos físicos, visuais e simbólicos. A partir do caso de Lisboa, parte-se da identificação de um sistema territorial comum a estas cidades, a *estrutura em pente*, em que o espaço público desempenha um importante papel, pelas suas propriedades articuladoras e pela forma como permite relacionar física e visualmente o espaço urbano com a água. Mas a *estrutura em pente* é também um sistema simbólico em que esta relação é valorizada através da colocação de arte pública na frente de água, bem como nos principais eixos de acesso à mesma.

## PALAVRAS-CHAVE

Cidade, frente de água, *estrutura em pente*, espaço público, Lisboa

## ABSTRACT

This article focuses on how the port cities relate to their waterfronts, in a physical, visual and symbolic perspective. From the case of Lisbon, the starting point is the identification of a territorial system underlying the urban structure, the *comb structure*, in which the public space plays an important role, because of its articulating properties and of the way it physically and visually allows the connection with the waterfront. But the *comb structure* is also a symbolic system, because that relation is enhanced through the placement of public art, both in waterfront and on the main axes that link it with the inner city.

## KEYWORDS

Cities, waterfronts, *comb structure*, public space, Lisbon

## INTRODUÇÃO

As transformações que se têm vindo a verificar, nos últimos anos, nas frentes de água, remetem-nos para o estudo das respectivas cidades, das suas especificidades e das dinâmicas que regem o seu território. Os espaços deixados vazios pela desindustrialização e pelas mudanças tecnológicas no transporte marítimo, dando origem a territórios funcionalmente obsoletos, originaram operações de reconversão que, apesar das suas diferenças, parecem ter em comum a vontade de integrar as frentes de água nas cidades e de as resgatar para os cidadãos, mediante a criação de novos tecidos urbanos e de espaços públicos de qualidade. Nesta discussão, um factor deverá ser introduzido: a questão portuária. Apesar das mudanças nos paradigmas tecnológicos e territoriais, os portos continuam a desempenhar, nas economias actuais, um importante papel. Pelo que a vontade de integrar as frentes de água nas cidades não se pode dissociar da necessidade de manter determinadas infraestruturas, mesmo que segundo modelos distintos. As cidades deverão encontrar formas de harmonizar estas duas valências: as infraestruturas portuárias e a libertação de espaços para uso público. No contexto actual, a integração das frentes de água no espaço urbano passa por encontrar este equilíbrio. No entanto, a discussão em torno da integração não se resume aos processos relativos à própria frente de água. A integração passa também pela forma como estas se encontram articuladas com as restantes áreas urbanas. E, para além da conexão física, a integração relaciona-se ainda com a maneira como a frente de água é apreendida nas cidades. Com efeito, não é necessário estar fisicamente junto à água para usufruir das suas qualidades. É este o ponto de partida do presente estudo: o modo como é possível aceder física e visualmente à frente de água, a partir de áreas mais interiores do território. Para abordar este tema, parte-se da identificação, na cidade de Lisboa, de um sistema territorial subjacente à malha urbana, composto por duas lógicas morfologicamente distintas, mas interligadas:

- \* a lógica horizontal, composta por um subsistema de estruturas urbanas paralelas à frente de água;
- \* a lógica vertical, composta por um subsistema de estruturas urbanas transversais à frente de água.

Pela sua configuração física, este sistema territorial será designado como *estrutura em pente* (Fig. 01). Note-se que a expressão “pente” é adoptada por alguns autores (Busquets, 1993; Busquets e Alemany, 1990) a propósito da morfologia das infraestruturas portuárias, transversais a um eixo longitudinal (frente de água). A expressão “estrutura em pente” é aqui utilizada não neste sentido, mas por ser a que mais directamente reflecte o conceito apresentado.



01

*Lisboa e Barcelona: estrutura em pente.*

(Desenho da autora sobre fotografia aérea Google Earth, 2010). Estruturação paralela (lógica horizontal) e transversal (lógica vertical) à frente de água.

A História da cidade de Lisboa encontra-se desde muito cedo associada à História da sua relação com o Rio Tejo. A vizinhança com o Oceano Atlântico e a condição portuária são factores que contribuem decisivamente para a definição da sua identidade. Tal como noutras cidades portuárias e particularmente a partir do período dos Descobrimentos, Lisboa inicia um crescimento urbano linear ao longo do Rio, motivado pela proximidade com as diversas actividades ligadas ao comércio marítimo. É precisamente este crescimento ao longo do Rio que vai impulsionar a supracitada lógica horizontal, nesta cidade. Simultaneamente, a necessidade de conectar fisicamente esta frente com o interior do território originará a formação progressiva de um conjunto de estruturas de articulação transversais ao Rio, motivando a supracitada lógica vertical. Neste sistema de relações paralelas e perpendiculares, o espaço público desempenha um importante papel, pelas suas propriedades articuladoras e forma como permite relacionar – física e visualmente – a cidade com a sua frente de água. Mas as diferentes formas de articulação física e visual com a frente de água prendem-se com outro elemento fundamental: a presença de arte pública ao longo da marginal e dos principais eixos urbanos de acesso à mesma. Assim, como paradigma de cidades portuárias, a *estrutura em pente* constitui um sistema territorial de articulação que lhes é subjacente, mas é mais do que isso: é também uma estrutura visual e simbólica.

#### PARA A CARACTERIZAÇÃO DA ARTICULAÇÃO COM A FRENTE DE ÁGUA

A articulação com a frente de água em cidades portuárias é uma realidade complexa, que deve ser analisada mediante o cruzamento de diferentes perspectivas e interpretada a partir das suas diferentes vertentes que, como uma justaposição de factores, a caracterizam. Colocam-se desde já as seguintes questões:

- \* Quanto à articulação física, de que forma se processa a ligação à frente de água?
- \* No que concerne à articulação visual, de que forma é a água visualizada nestas cidades e de que factores depende essa mesma visualização?
- \* No pertinente à relação simbólica, de que forma é a água valorizada?

Começando por responder à primeira questão e com base na já definida *estrutura em pente*, a ligação com a frente de água é assegurada por um conjunto de estruturas urbanas, os *dentes do pente*, que se desenvolvem ao longo de um eixo. Por sua vez, este eixo agrega uma sucessão de espaços públicos de movimento, ou deslocação e de permanência, ou pausa na deslocação (Fig. 02). É importante neste ponto salientar que o termo “eixo” é aqui aplicado como entidade linear abstracta de ligação entre um determinado ponto no território e a frente de água e que pode materializar-se em espaços públicos tais como ruas, avenidas, entre outros. Este significado é assim distinto do de “eixo monumental”, como entidade física concreta, unindo polaridades importantes (Capel, 2002) e enobrecido através da presença de elementos simbólicos.



02

*Estruturas urbanas de articulação com a frente de água*  
(Desenho da autora, 2011)

Estrutura 20, correspondente à Avenida da Boa Esperança, no limite oriental da cidade de Lisboa (a vermelho, colocação de arte pública).

Contudo, ao longo do território, o acesso à frente de água varia em função da incidência de dois factores de ruptura (Fig. 03):

**Dupla barreira rodo-ferroviária:** existência de uma via rodoviária e de uma via ferroviária, ao longo da frente de água, na lógica horizontal. A construção desta dupla barreira remonta ao final do Séc. XIX, com a construção da linha férrea paralela ao Rio Tejo, iniciando a separação territorial entre a frente de água e a cidade. A infraestrutura rodoviária é construída posteriormente, já nos anos 40 do Séc. XX, acompanhando a progressiva industrialização e acentuando a ruptura. No período industrial, esta infraestrutura adquire um importante papel, conectando o porto com as indústrias que se localizavam maioritariamente nas zonas de Alcântara, a ocidente e de Chelas, a oriente, junto às ribeiras com o mesmo nome. Possibilitava ainda a circulação e o estabelecimento de trabalhadores, sendo assim responsável pelo crescimento urbano ao longo da frente de água. Na Lisboa contemporânea, a ocupação da frente ribeirinha por esta dupla barreira não é homogénea e os dois tipos de vias que a integram possuem distintas ocupações do território: enquanto a via rodoviária atravessa toda a cidade, portanto, todos os eixos de articulação, a via ferroviária deixa livres a frente compreendida entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia, bem como a zona do Parque das Nações.

**Fechamento da frente de água:** existência de terrenos vedados na frente de água, na lógica horizontal, ocupados maioritariamente por infraestruturas de jurisdição portuária, impedindo o acesso físico público à margem. A jurisdição portuária não implica um acesso vedado à frente de água, existindo na frente ribeirinha de Lisboa

áreas pertencentes à APL, Administração do Porto de Lisboa, de acesso público, como acontece, por exemplo, em Belém. Na Lisboa contemporânea, o fechamento da frente de água incide da seguinte forma no território: a ocidente, entre Alcântara e o Cais do Sodré; a oriente, entre a Praça do Comércio, a partir do terminal fluvial, e o Cais da Matinha.

Não obstante, apesar das barreiras que impedem ou dificultam o acesso, bem como dos terrenos vedados, é possível usufruir a frente de água de outras maneiras.



03.

*Factores de ruptura no acesso à frente de água: dupla barreira rodo-ferroviária e fechamento portuário · (Fotografias da autora, 2011).*

Tal como se assumiu inicialmente, a presença portuária pode não ser impeditiva dessa fruição. Assumindo as infraestruturas portuárias como fazendo parte da paisagem urbana, inclusivamente o seu papel referencial e simbólico, o usufruto da frente de água poderá então conseguir-se através de uma correcta integração destas infraestruturas no espaço urbano. É o que sucede, por exemplo, na cidade de Barcelona, onde o enterramento da infraestrutura, que antes funcionava como barreira, veio permitir um acesso à frente de mar, bem como a criação de espaços de praia. A fruição da frente de água poderá então ter mais a ver com uma correcta integração dos elementos potencialmente de ruptura, permitindo estabelecer relações físicas ou simplesmente visuais com a frente de água, do que propriamente com o facto de se poder aceder fisicamente a essa mesma frente.

#### FACTORES QUE INFLUENCIAM A ARTICULAÇÃO VISUAL COM A FRENTE DE ÁGUA

A morfologia urbana detém uma importância decisiva nas qualidades visuais do espaço. Assim, a forma das estruturas de articulação com a água influencia o modo como esta é visualizada na cidade. Do ponto de vista morfológico, é possível identificar dois tipos de estruturas:

- \* Em linha recta;
- \* Sinuosas.

As estruturas em linha recta são por diversos autores associadas a um crescimento planeado e as estruturas sinuosas a um crescimento informal. Sitte (1996 [1889]), Stübben (1906) e também Jaussely (1907) propuseram, há mais de um século, que as cidades adoptassem sobretudo alinhamentos de ruas curvas e irregulares, para proporcionarem vistas dinâmicas, em constante mudança. Por definição, todos os eixos possuem a água como um fim comum e como referência e todas contemplam a sua visualização. No entanto, introduzindo o factor morfológico associado à topografia, considerando que todos os eixos de articulação com a frente de água em Lisboa descem em relação à mesma e não considerando eventuais obstáculos visuais, é possível verificar o seguinte:

- \* Estruturas em linha recta propiciam uma visualização constante da frente de água (Fig. 04);
- \* Estruturas sinuosas propiciam uma descoberta progressiva e fraccionada da frente de água (Fig. 05).



04.

*Visualização da água em estruturas em linha recta -  
(Fotografias da autora, 2008)*

Estrutura 18, correspondente à Avenida de Pádua, a  
oriente da cidade de Lisboa.



05.

*Visualização da água em estruturas sinuosas* ·  
(Fotografias da autora, 2008).

Estrutura 13, correspondente à Avenida Afonso III  
(entre o Alto de S. João e Xabregas).

A forma destas estruturas, mas também a sua extensão e continuidade definem um determinado tipo de prolongamento da frente de água para o interior do território. Por sua vez, o conjunto dessas mesmas estruturas assume, em cada cidade, um determinado grau de prolongamento da água para o interior do território. Porém, no seguimento dos anteriores raciocínios, este prolongamento da frente de água para o interior do território terá também que considerar a perspectiva visual, para além da física. Neste sentido, é interessante comparar as cidades de Lisboa e Barcelona. Enquanto Lisboa, devido a uma topografia mais acidentada, estabelece uma mais dinâmica relação visual com a frente de água (Fig. 06), em Barcelona, de uma forma geral, a frente de água apenas é visível na sua proximidade. Em contrapartida, uma maior incidência de factores de ruptura ao longo da lógica horizontal e uma maior diversidade dos traçados urbanos (Dias Coelho, 2002) resultam, em Lisboa, numa articulação física com a frente de água menos eficaz e com maiores variações ao longo das diversas áreas da cidade. No caso de Barcelona, a articulação física é mais fluida (Fig. 07), verificando-se dois modos distintos: (a) articulação com a frente de água garantida, de modo pontual, por grandes eixos transversais (a ocidente); (b) articulação com a frente de água promovida, de modo uniforme, pela malha do *Eixample* (a oriente).

#### ASPECTOS SIMBÓLICOS DA RELAÇÃO COM A FRENTE DE ÁGUA

A arte pública constituiu, desde a segunda metade do Séc. XVIII, uma forma de valorização da cidade. Monumentos ou obras de menor dimensão, tais como bustos ou estatuária articularam-se desde então com os processos de desenho urbano. É importante referir que o conceito de arte pública é aqui explorado como facto urbano, correspondente a uma cadeia de decisões e acontecimentos, que reflectem distintas formas de pensar e de fazer cidade. Por outro lado, a arte pública é entendida de feição abrangente. Neste conceito, cabem os objectos produzidos com uma intencionalidade prévia de ser arte pública: monumento, escultura, estatuária. Mas incluem-se também determinadas presenças que, pelo seu carácter de excepção, pelas memórias que evocam e carga simbólica que conferem ao espaço, adquiriram, *a posteriori*, esse estatuto (Pol, 2005). Verificam-se então dois pressupostos fulcrais para o entendimento de arte pública:

- \* Observação da arte pública em relação ao seu contexto, não como objecto isolado;
- \* Arte pública como os elementos que constituem uma referência física e simbólica no espaço urbano.



06.

*Lisboa: observação da frente de água a partir de pontos altos da cidade* · (Fotografias de A. Remesar, 2010).

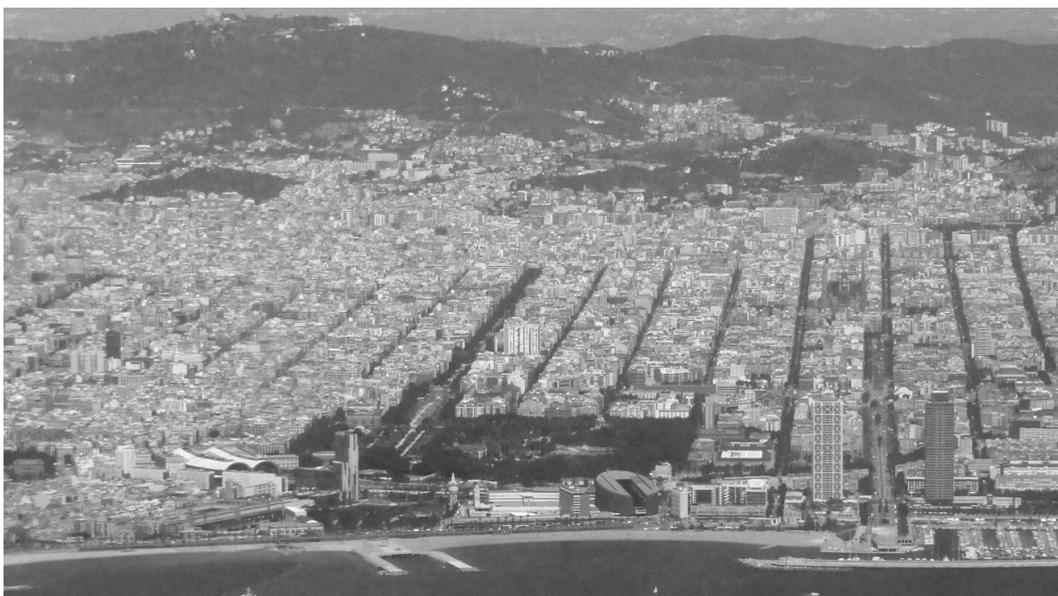
De cima para baixo: Miradouro do Adamastor;  
Miradouro de Nossa Senhora do Monte; Miradouro  
das Portas do Sol.

Embora os paradigmas de monumentalização tenham sofrido mudanças a partir do Séc. XX, os valores da monumentalidade continuaram presentes, assumindo embora novas formas de expressão. Mais recentemente, no âmbito de operações de reconversão de frentes de água, têm sido criados programas específicos de implementação de arte pública, como forma de dotar os novos espaços públicos de conteúdos simbólicos. As experiências realizadas em Barcelona são paradigmáticas, tanto no âmbito dos Jogos Olímpicos de 1992, como do Fórum 2004. Pelo seu carácter intrínseco simbólico, as frentes de água são frequentemente eleitas para acolher arte pública (Remesar 2002; Ochoa 2011) e, em particular, monumentos emblemáticos. Lisboa não constitui excepção. É sintomático que a intervenção com o nome da cidade – *Lisboa (aos Construtores da Cidade)* de José de Guimarães em 1999 – e que obras subordinadas a temas como os *500 Anos da partida de Pedro Álvares Cabral para o Brasil*, no ano 2000, ou *A guitarra portuguesa (homenagem a Amália Rodrigues)* de Mário Vaz, em 2001, tenham sido posicionadas junto ao Tejo (Fig. 08).

07.

*Barcelona: articulação com a frente de água (entre a montanha e o mar).*

(Fonte: Barba Casanovas, 2004).

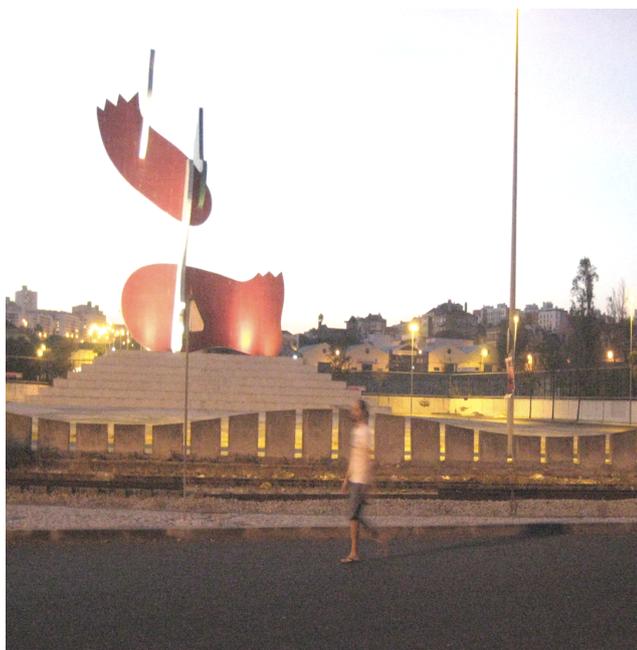


08.

*Lisboa: Arte pública na frente de água.*  
(Fotografias da autora, 2011).

Da esquerda para a direita:

*Lisboa (aos Construtores da Cidade);  
500 Anos da partida de Pedro Álvares  
Cabral para o Brasil; A guitarra  
portuguesa (homenagem a Amália  
Rodrigues).*



Por sua vez, a colocação de arte pública na frente de água reforça o seu carácter simbólico e contribui para a sua monumentalização. Recuando até ao Plano de Reconstrução da Baixa, observe-se a colocação da *Estátua Equestre de D. José I*, obra de Joaquim Machado de Castro, em 1775, ao centro da Praça do Comércio, assumindo o Rio Tejo como cenário e obedecendo ao intuito de monumentalização da frente de água, conjugado com a sua missão de louvor público, em vida, ao monarca reinante. Mas o enobrecimento da frente de água não é apenas conseguido pela colocação de arte pública ao longo da frente de água. Ainda no caso da Baixa, veja-se a criação de um eixo monumental entre o Rossio – redesenhado pelo mesmo plano – e a Praça do

Comércio, integrando toda uma sucessão de elementos simbólicos: o *Arco de Triunfo da Rua Augusta*, da autoria de Víctor Bastos, em 1875; o *Cais das Colunas*, de 1797, à época, uma porta de entrada na cidade; e a própria estátua real. Mais tarde, este mesmo eixo será prolongado para norte, segundo uma lógica de alternância entre as novas vias de expansão urbana e monumentos emblemáticos, centralizados em pontos de inflexão das mesmas.

Em diferentes épocas, noutras cidades, por diferentes motivos e de diferentes maneiras, outros eixos cumprem semelhantes funções. Sob diferentes tipos de posicionamento, que, por sua vez, evocam determinados modelos e atitudes perante o espaço urbano, transversais a diferentes contextos espaço-temporais, a colocação de arte pública, ao longo destes eixos, constitui uma forma de valorizar a frente de água, mas também a própria ligação à mesma (Fig. 09). Voltando à *estrutura em pente*, estamos então na presença de um sistema físico, visual e simbólico, ao qual cabe o papel de “exportar” a frente de água para o interior do território e, simultaneamente, de abrir a cidade para o Rio.

#### CONCLUSÃO

A água constitui uma mais-valia nas cidades, adquirindo especial relevância nos seus processos identitários. Proporcionando espaços de lazer, transmitindo sentimentos de relaxamento e de repouso, a sua própria riqueza paisagística imprime-lhes uma dinâmica particular. Funciona como espaço de descompressão, como um grande VAZIO, em contraponto ao CHEIO urbano. A água desempenha também um papel fundamental na imagem das cidades, como se pode comprovar, ao longo do tempo, pelas mais diversas representações, entre as quais se incluem as perspectivadas a partir da própria água (Fig. 10).

Ilustrando a natureza transfronteiriça dos territórios de frente de água, à expressão “*onde a terra acaba e o mar começa*”, Matias Ferreira (2004) contrapõe a “*terra marítima*” e a “*água urbana*”. A terra e a água são elementos que aparecem em estreita interação, de tal modo que a formulação de um deles é condição da enunciação do outro: “*como não constatar, então, que esta cidade de água e este mar urbano enunciam, conjuntamente, uma metáfora fascinante?*” (p. 17). A articulação entre a cidade e a frente de água – trazer a água para a cidade e a cidade para a água – representa, pois, a concretização da complementaridade entre estes dois elementos. Tal como a água descia das montanhas de Barcelona até ao Mar através das *Rambblas*, na cidade actual, a água é também “exportada” para o seu interior, através de eixos que estabelecem essa articulação.



09.

*Lisboa: colocação de arte pública ao longo de eixos de articulação com a frente de água. (Desenho da autora a partir de Fotografias de A. Remesar, 2009)*

De cima para baixo: Cais do Sodré; Rossio; Restauradores.

Numa perspectiva de futuro, para um uso equilibrado das frentes de água, numa vertente de lazer, mas também funcional, é essencial que a articulação física e visual entre a cidade e a frente de água esteja assegurada. Neste sentido e contrariando alguns mitos contemporâneos, do estudo desenvolvido se conclui que a presença portuária não impede o usufruto da frente de água. Este não implica necessariamente uma substituição de tecidos por espaços públicos novos ao longo de toda a água, ou seja, não implica ter uma marginal totalmente desocupada. De facto, estas duas valências, a funcional e a de lazer, não são incompatíveis, antes fazem parte da frente de água e ambas deverão ser assumidas. É pois necessário encontrar formas de



10.

*Vista de Lisboa, Daumont, 1758.*

(Fonte: Institut Cartogràfic de Catalunya, 2010.)

harmonizar espaços abertos aos cidadãos com a presença portuária. Será importante encontrar soluções de compromisso, onde possam coexistir o usufruto da frente de água por parte das populações e o correcto aproveitamento das actividades portuárias.

Por outro lado, também deste estudo se conclui que a fruição da frente de água não requer obrigatoriamente um acesso físico à linha de separação entre a terra e a água. Esta pode simplesmente passar pela sua visualização. A integração água nas cidades passa então também pela criação de vistas e pela não obstrução das existentes. Pensar a articulação significará que, para além de uma frente de água requalificada há que

integrá-la física e visualmente no interior da cidade, tirando assim partido deste território, mesmo em áreas mais distantes.

Assumindo as infraestruturas portuárias, como fazendo parte da paisagem urbana, inclusivamente o seu papel referencial e simbólico, conclui-se, por fim, que a fruição da frente de água resulta de uma correcta integração das infraestruturas e dos elementos de ruptura, potenciando ligações físicas ou apenas visuais com a frente de água.

#### NOTA

Desenvolvemos a conceptualização desta matéria de forma mais longa no âmbito da Tese de Doutoramento subordinada ao tema “Cidade e frente de água. Papel articulador do espaço público”, em investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

#### REFERÊNCIAS

- Barba Casanovas, Rosa (1994). Los ejes en el proyecto de la ciudad. In *Geometría*. 18: 2-17. Consultado em 3 Jun. 2010, disponível em <http://www.geometriadigital.com/index.php?mod=revistas&cat=3&id=20>
- Busquets, Joan (1993). Los proyectos de renovación de los “frentes de agua”. In Francisco Pol (coord.), *Nueva arquitectura urbana en la ciudad europea*. Valencia: UIMP: 74-81.
- Busquets, Joan; Alemany, Joan (1990). *Plan estratégico de antiguo Puerto Madero*. Buenos Aires: Ayuntamiento de Barcelona/Municipalidad de la Ciudad de Buenos Aires.
- Capel, Horacio (2002). *La morfología de las ciudades*, vol. I. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Dias Coelho, Carlos (2002). *A complexidade dos traçados*. Tese de Doutoramento em Planeamento Urbanístico. Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.
- Jaussely, Léon (1907). *Proyecto de enlaces de la zona de ensanche de Barcelona y de los pueblos agregados. Memoria*. Consultado em 17 Dez. 2010, disponível em <http://www.etsav.upc.es/personals/monclus/cursos/enlaces.htm>
- Matias Ferreira, Vítor (2004). *Fascínio da cidade. Memória e projecto da urbanidade*. Lisboa: Ler Devagar.
- Ochoa, Rita (2011). *Cidade e frente de água. Papel articulador do espaço público*. Tese de Doutoramento em Espaço Público e Regeneração Urbana. Faculdade de Belas Artes, Universidade de Barcelona.
- Pol, Enric (2005) [1997]. Symbolism a Priori. Symbolism a Posteriori. In Antoni Remesar (ed.), *Urban Regeneration. A Challenge for Public Art*. Barcelona: Universitat de Barcelona: 71-76.
- Remesar, Antoni (2002). Waterfronts and Public Art: a Problem of Language. In *On the Waterfront*. 3: 3-26. Consultado em 12 Dez. 2010, disponível em <http://www.ub.edu/escult/Water/water3/artsdev.pdf>
- Sitte, Camillo (1996) [1889]. *L'art de bâtir les villes. L'urbanisme selon ses principes artistiques*. Paris: Éditions du Seuil.
- Stübben, Josef (1906). *The Planning and Laying-out of Streets and Open Spaces*. Consultado em 25 Feb. 2011, disponível em [http://www.library.cornell.edu/Reps/DOCS/stubb\\_06.htm](http://www.library.cornell.edu/Reps/DOCS/stubb_06.htm)

# Cidades de Montanha. Dos Alpes à Covilhã

**MARIA JOÃO MATOS**

Departamento de Arquitectura

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

## RESUMO

O tema geral deste texto aborda a relação entre cidade e montanha. Após uma contextualização sobre a importância dos Alpes na cultura ocidental, o enfoque é colocado na evolução da relação montanha/cidade, desde a descoberta da montanha como paisagem, destacando-se o papel paradigmático dos aglomerados alpinos no âmbito da história das cidades de montanha europeias. Segue-se uma breve aproximação às dinâmicas actualmente associadas às cidades alpinas, incidindo-se na relação urbano/natureza. Finalmente, com base nos temas abordados, esboça-se um comentário sobre um possível caminho para o desenvolvimento sustentável da Covilhã ancorado no potencial do meio natural e do património industrial.

## PALAVRAS-CHAVE

Cidades de montanha, paisagem, património industrial, Alpes, Covilhã.

## ABSTRACT

The general subject of this text deals with the relation between the city and the mountain. After contextualizing the importance of the Alps in Western culture, the evolution of the relation mountain/city is analysed, since the discovery of the mountain as landscape, enhancing the paradigmatic role of Alpine settlements in the scope of mountain cities history. Subsequently, a short approach to the dynamics currently associated to alpine cities is presented, focusing on the relation urban/

nature. Finally, within the framework of the topics that were treated, we draw a comment about a possible way for the sustainable development of Covilhã anchored in the potential of natural milieu and industrial heritage.

#### KEYWORDS

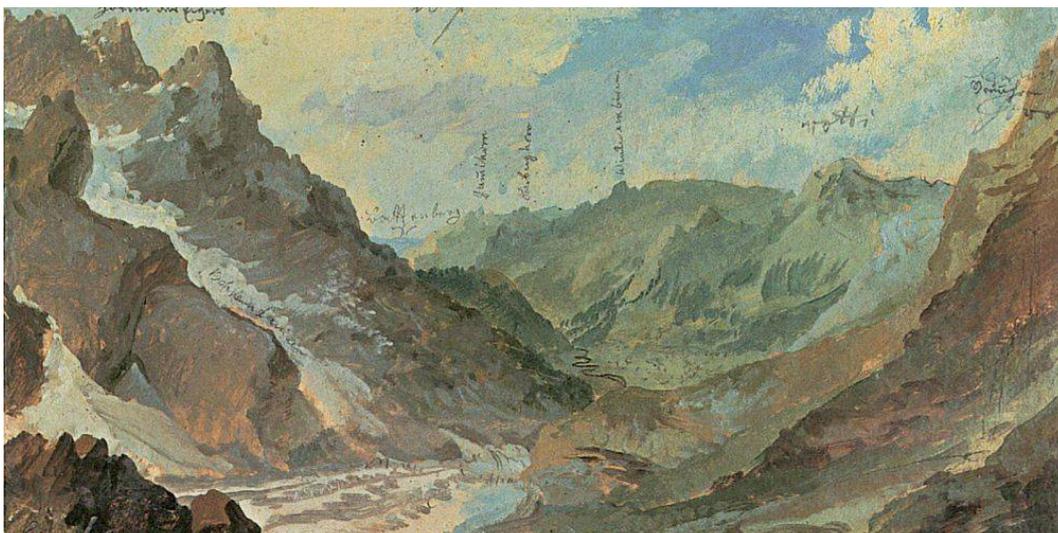
Mountain Cities, Landscape, Industrial Heritage, Alps, Covilhã

#### A IMPORTÂNCIA DOS ALPES NA CULTURA OCIDENTAL

De modo a enquadrar a noção de cidade de montanha, vemo-nos obrigados a passar pela referência aos Alpes, cordilheira que se estabeleceu como paradigma, símbolo e génese do conceito de “paisagem de montanha”. A figura da montanha, inicialmente do maciço alpino, desempenhou um papel central, no Ocidente e a partir do século XVIII, na génese da noção moderna de “paisagem” e da categoria estética do “sublime” (Berque, 1995: 117-123; Donadieu et al., 2007; Roger, 1997: 83-117; Saint Girons et al., 1997; Walter, 2005) bem como na representação de uma sociedade ideal, preservada dos malefícios do meio urbano (Reichler, 2002: 10). Entretanto, a montanha - elemento simbólico da imponência da natureza - sofreu transformações radicais associadas à industrialização, à expansão dos espaços urbanizados e ao desenvolvimento do turismo. Consequentemente, os cenários actuais revelam realidades diversas das paisagens idílicas, fundadoras de um ideal estético e social moderno.

No âmbito dos Alpes, como paradigma do conceito de paisagem de montanha e no campo dos modelos de representação pictórica, destacam-se obras de Caspar Wolf (fig. 1), que passa por inventor dos Alpes na pintura; de William Turner e de John Ruskin (fig.2), evidenciando-se estes pela originalidade e expressão dramática, associadas ao espírito romântico e revelando o fascínio pelo sublime; ou de Caspar David Friedrich, que, em 1818, criou uma das obras mais emblemáticas do romantismo, *Der Wanderer über dem Nebelmeer*. A preponderância dos Alpes como ícone ultrapassou, há muito, as fronteiras europeias. A generalização do termo “alpinismo” pode ser considerada um sinal claro do papel referencial desta cadeia montanhosa. Paralelamente, a existência de investigações científicas com o objectivo da verificação da “alpinidade” de determinados lugares, por exemplo o estudo de Chiwaki (1999), o baptismo de montanhas, por todo o mundo, com os nomes de “Alpes”, nomeadamente Alpes Escandinavos e Alpes Neozelandeses, ou de “Suíça” demonstram a relevância desta cordilheira enquanto paradigma (Walter, 2005). Tal apropriação poderá decorrer de uma vontade de reproduzir as virtudes sociais e estéticas, associadas ao modelo alpino, ou simplesmente do intuito de atrair o turismo através da imagética alpina nas suas diferentes vertentes (Debarbieux, 2001). Igualmente, em Portugal, seguiu-se esta tendência. A associação da montanha ao paradigma alpino é objecto de análise no estudo de Reto Monico, *Suisse-Portugal: regards croisés. 1890-1930*. Nele, são referidas descrições de viajantes suíços, que comparam belas paisagens lusas

com alguns lugares alpinos, mas sobretudo de autores portugueses republicanos em viagem pela Suíça, nos quais Monico identifica uma tentativa de aproximar Portugal da imagem idealizada da Suíça. Estes equiparam paisagens montanhosas dos dois países, associando-as aos valores helvéticos de liberdade, educação e prosperidade, admirados pelos republicanos (Monico, 2005: 447-466). Mais especificamente em relação à Serra da Estrela, tal como os Alpes, trata-se de um lugar que se reveste de um valor simbólico particular, exaltado por Miguel Torga como “coração da pátria” (Torga, 1967: 73). Este “coração da pátria” será território por explorar cientificamente até bem mais tarde do que os Alpes ou outras grandes montanhas europeias. Aires da Silva escreve que, até ao final do século XIX, a subida ao topo da serra era considerada uma perigosa aventura, em que se poderiam encontrar “feras e duendes” (Silva, 1996: 170). Só em 1881, a Sociedade de Geografia organiza uma expedição científica que se propunha estudar a futura instalação de sanatórios na montanha e desmistificar as lendas existentes até então. Também Orlando Ribeiro, o renovador da geografia em Portugal, estudou as montanhas do país, entre as quais a Serra da Estrela, produzindo não só valiosos escritos científicos (Ribeiro, 1954), mas ainda fotografias únicas e desenhos delicados das paisagens serranas. Tal como noutros países e embora tardiamente, o paradigma alpino foi sendo absorvido e associado às nossas montanhas sob diversos aspectos. No entanto, descurou-se o seu valor estético e paisagístico, o que se revela pela ausência de produção de obras pictóricas dignas de nota, durante o longo período de descoberta da montanha. Da mesma forma que se impôs a referência aos Alpes enquanto paisagem, para abordarmos as problemáticas associadas às cidades de montanha, teremos que nos debruçar sobre as cidades alpinas, pois têm sido, desde há muito, objecto de estudo privilegiado neste campo. Partimos, assim, das seguintes questões: O que caracteriza a cidade de montanha? Quais as suas especificidades?



01.

02.



#### A EVOLUÇÃO DA CIDADE NA MONTANHA. PERCEPÇÕES E CONFIGURAÇÕES

São numerosos os estudos centrados na definição da “cidade de montanha” na Europa (Coppola, 2000), podendo encontrar-se pontos convergentes nas diferentes abordagens. Com efeito, é hoje dado aceite que uma cidade assim definida deverá encontrar-se em território montanhoso e que a montanha será visível desde a urbe, mas também que as cidades de uma mesma região montanhosa apresentam transformações sociais e urbanas específicas. Mais importante ainda é o sentido de identificação com a montanha (Fourny, 1997), usada como imagem de marca da cidade e por vezes também como base de um desenvolvimento sustentável. No entanto, pensar a cidade e a montanha como um todo unificado constitui ainda tarefa complexa e difícil de concretizar, visto que são dois elementos que podem ter definições múltiplas, e até mesmo contraditórias, sendo ainda associados a temas diferentes: a cidade, à cultura; a montanha, à natureza (Gumuchian, 1999).

As cidades alpinas, médias ou grandes, tiveram a sua origem em aldeias rurais, pontos defensivos ou centros comerciais, ao longo de vias principais encaixadas nos vales, desenvolvendo-se ao longo dos séculos de forma variável. Foi com o império romano que surgiram as verdadeiras cidades, que ainda hoje perduram no território alpino. Debarbieux (1999) analisa a evolução da relação cidade-montanha, na Europa, partindo da antiguidade, quando a sacralidade da montanha seria decisiva para a fundação das cidades. Com o Renascimento, a cidade passou a estar associada à socialização, enquanto a montanha representava os perigos de um meio selvagem, bem como o isolamento e a comunhão com Deus. Esta percepção atribui-

se à tendência, no final da Idade Média, para abandonar os assentamentos urbanos situados nas encostas montanhosas, fundados por razões militares ou religiosas, substituídos por melhores situações topográficas para a troca comercial e para a agricultura.

Aliás, a percepção vigente da montanha é uma invenção originária da cidade, representando durante séculos a antítese da cultura urbana (Jakob, 2004). Cidade e montanha mantêm-se separadas física e geograficamente, simbolizando noções opostas mas complementares. Nas gravuras de Matthäus Merian (fig. 3), representando aglomerados alpinos, torna-se bem visível esta separação física: as montanhas conformam o cenário natural dos burgos concentrados no interior de cercas muralhadas. Lembramos que, antes de surgir o interesse pela montanha propriamente dita, foram os assentamentos alpinos que atraíram os cidadãos em busca das curas termais. Mais tarde, Jean-Jacques Rousseau muda o modo de considerar estes elementos. Em *Les confessions* (1999), desloca-se frequentemente da montanha selvagem à cidade civilizada, admirando as duas paisagens em relação uma com a outra, destacando a identidade da cidade pelo seu contraste com as montanhas circundantes, estabelecendo um cânone para o modo de olhar e representar em conjunto estes dois elementos. No início do século XVIII surge um novo interesse pelos Alpes, começando pelos viajantes ingleses que seguem a moda do “*Grand Tour*” e procuram este território, atraídos pelas suas paisagens, num período da história europeia caracterizado pela transformação de modelos culturais (Reichler, 2002: 7). Chamonix será o primeiro burgo a desenvolver-se graças ao turismo alpino, associado ao magnetismo do Monte Branco, inaugurando uma forma de perceber a montanha e a cidade que se tornará a base do turismo de montanha do século XIX.



03.

Artistas, escritores, homens cultos e burgueses procuram paisagens sublimes e uma sociedade idealizada ao mesmo tempo que as cidades tiram proveito desta tendência, promovendo a sua imagem associada à figura da montanha; iniciam-se os trabalhos de urbanismo visando reforçar a visibilidade dos picos, através de enfiamentos visuais e da comunhão cidade-montanha por via de miradouros estrategicamente localizados. As paisagens de montanha tornam-se o cenário para o teatro da vida urbana. Paralelamente a estas intervenções, a cidade enquanto parte inseparável da sua envolvente natural é vendida ao mundo inteiro, veiculada por meio de objectos iconográficos, difundidos para promover a indústria do lazer e do turismo de saúde. A cidade de montanha passa a apresentar-se como detentora de uma identidade única, ligada à qualidade de vida, geradora de uma força especial que lhe permite entrar em competição com outras cidades europeias.

Com a industrialização, os recursos naturais desta região, tradicionalmente rural e fracamente urbanizada, são explorados em vista do progresso e da modernização da humanidade. Algumas cidades centralizam a exploração dos recursos do maciço para a indústria (Perlik et al., 2001: 244-245). Esta exploração, conjuntamente com a construção de infraestruturas de transportes, representa uma nova ameaça para o meio montanhoso. São sobretudo as cidades situadas nos eixos de circulação internacional que mais se expandem, primeiramente ajudadas pela máquina a vapor e depois pela hidroelectricidade. No início do século XX, as mudanças físicas e sociais do território alpino são já detectáveis (fig. 4). Quanto às cidades, elas sofrem transformações particulares segundo a sua dimensão, localização e dinâmicas que aí se produzem. Ainda assim, no início do século XX, surge um manifesto marcante, baseado na crença que montanha - mais especificamente dos Alpes - representaria um território detentor de uma força inspiradora para uma sociedade melhor. É o livro *Alpine Architektur* da autoria de Bruno Taut, que vem propor uma utopia construtiva e social inspirada na montanha (Taut et al., 2004). Este tratado teve origem na desilusão do autor perante a Primeira Guerra, vindo sugerir a reposição da harmonia no mundo através de uma arquitectura translúcida gerada nos Alpes. Edifícios, cidades e montanhas são descritos como se de organismos vivos se tratasse, numa simbiose total entre montanha e cidade.

04.



Entretanto, a distinção cidade/natureza, ou cidade/montanha, perdeu objectividade no presente contexto pós-industrial. As fronteiras físicas, simbólicas ou sociais entre estes universos, dantes opostos, dissolvem-se e transformam-se; novas formas híbridas nascem (Corboz, 1999). No entanto, cidade e montanha persistem, embora assumindo novas relações complexas, sendo por isso necessário adoptar modelos de desenvolvimento territorial inovadores, integrando as duas realidades.

#### A CIDADE ALPINA HOJE. IDENTIDADES E PRÁTICAS

Na generalidade das cidades alpinas observadas (Matos, 2011), a importância do meio, englobando a paisagem, surge como uma contribuição fundamental para a qualidade de vida, para a identificação com (e de) o lugar e para um desenvolvimento urbano sustentável. Todavia, a expansão urbana exerce um impacto inegável no espaço alpino, acentuando discrepâncias, impacto que é combatido de diferentes maneiras consoante os países e as regiões. Em França, o controlo da expansão urbana por via das representações governamentais e dos instrumentos de planeamento é a regra. Em Itália, através do reforço das redes de cidades, tenta-se contrariar a uniformização e hegemonia económica das grandes áreas metropolitanas. Na Áustria, a salvaguarda ambiental e a autonomia dos estados federados mantêm-se como valores centrais na generalidade das medidas propostas. Na Suíça, o fenómeno leva à tomada de posições, por vezes antagónicas, entre a apologia do isolamento local e a exaltação de uma Suíça-metrópole.

Não podemos deixar de referir duas diferenças essenciais na configuração destas abordagens: primeiro, o papel marginal dos Alpes em França e em Itália, contrastando com o lugar central ocupado na Áustria e na Suíça; segundo, a distinta percepção da natureza consoante as culturas: “no espaço mediterrânico, o jardim representa a natureza ideal, enquanto na Europa Central, é a floresta” (Bätzing, 2001: 213). Os lugares ocupados pelos Alpes e pela natureza vão assim matizar, em cada país e nas diferentes regiões, as políticas urbanas, o grau de empenhamento dos habitantes, o tipo de investigação desenvolvido sobre o espaço alpino e, inevitavelmente, a organização territorial e a concepção espacial e arquitectónica. Contudo, se as diferenças culturais justificam posturas distintas para o mesmo tipo de problemas, a tendência para uma certa aproximação nas medidas adoptadas revela não só os efeitos de uma globalização uniformizadora, mas também a salutar troca de experiências e saberes ao nível transfronteiriço (Boesch, 2007). A aproximação vai no sentido da aplicação de boas práticas, nomeadamente:

- \* a constituição de redes de cidades e de estruturas territoriais polinucleares;
- \* o empenho na densificação e multifuncionalidade das áreas consolidadas, combatendo a urbanização difusa;



05.

- \* a importância atribuída à paisagem natural e cultural, embora actualmente não encarada como algo intocável, mas antes enquanto parte dinâmica de um desenvolvimento equilibrado;
- \* a tomada de medidas para um desenvolvimento sustentável do território, integrando cidade e montanha, baseado nos conceitos de ecologia, identidade e urbanidade e envolvendo a população;
- \* a possibilidade de apropriação, na arquitectura de novos espaços urbanos, do valor e beleza de paisagens únicas, simbólicas e potenciadoras de identificação com os lugares (fig. 05);
- \* a tendência crescente para a utilização da arquitectura contemporânea de produção local como veículo de promoção das cidades e de criação de eventos inter-regionais tais como exposições itinerantes, prémios e visitas organizadas a obras.

Dado que os Alpes perfazem hoje um território marcado pelo urbano, a pista para a concepção de uma nova imagem alpina, associada à urbanidade, não pode ser negligenciada. As novas intervenções nas cidades alpinas são reflexo de transformações económicas, sociais e culturais profundas. A sua leitura poderá, por isso, indicar um caminho para compreender e reinventar novas formas de abordar a paisagem urbana contemporânea associada aos valores identitários e ecológicos, tal como a descoberta da alta montanha alpina foi também decisiva, no início da modernidade, para o reforço de uma nova sensibilidade paisagística. Obviamente, a referência às cidades alpinas torna-se ainda mais pertinente quando estudamos outras cidades de montanha, grupo em que se inclui a Covilhã.

#### COVILHÃ. CIDADE INDUSTRIAL DE MONTANHA

Apesar das condições topográficas adversas e dos acessos difíceis, a indústria desenvolveu-se desde cedo e ao longo de séculos na Covilhã; facto notável, pois que a maioria das outras cidades industriais europeias dispunha da proximidade de cursos de água navegáveis ou de caminho de ferro (Matos, 2005: 15). Esta indústria transformou radicalmente as paisagens das ribeiras da Goldra e da Carpinteira, enquanto, na área consolidada, também se foram implantando equipamentos industriais de forma mais discreta, não introduzindo alterações significativas na malha urbana (Rodrigues, 2009: 11). Destacam-se algumas excepções como a transformação em indústria têxtil do extinto Convento de São Francisco, adquirido pelo industrial progressista José Mendes da Veiga, aquando da extinção das ordens religiosas em 1834. Na área do convento, será criado mais tarde o Jardim Público (Rodrigues, 2009: 11). Outro caso curioso de readaptação de edifícios religiosos foi o do Convento de Santo António, hoje ocupado pela Reitoria e serviços da UBI. Fundado em meados do século XVI, aí se manteve em laboração a Fábrica dos Buréis, manufactura que abastecia de

tecidos de lã a ordem com o mesmo nome. Após a extinção das ordens e venda em hasta pública, voltou a servir de armazém de fazendas em 1917 (Pinheiro, 2009: 105). Mesmo depois da chegada do caminho-de-ferro, em 1891, as dificuldades associadas à topografia prevaleceram. Implantada a uma cota mais baixa do que a da cidade, numa área ainda rural, a estação não teve o efeito polarizador esperado (Fernandes, 2009: 46), permanecendo a cidade concentrada em torno do antigo núcleo e ribeiras. A construção do elevador projectado por Mesnier du Ponsard, nunca realizado, ligando a estação à zona alta, poderia eventualmente ter vindo ajudar a inverter esta tendência. Ainda assim, o comboio veio promover o turismo de lazer e a função sanatorial associados à serra (Domingues, 2006), tal como acontecera nas cidades alpinas. Actualmente, a beleza e o carácter singular da cidade da Covilhã, em diálogo com a montanha e moldada pelas construções ligadas à indústria, parecem ter-se diluído. Questionamo-nos sobre quais as razões que levaram a que a expansão urbana desordenada tivesse um efeito tão devastador na paisagem e no património industrial. Para além de um planeamento territorial ineficaz, arriscamos sugerir razões culturais, referidas por Aires da Silva (Silva, 1996: 125-133), realçando as graves falhas de âmbito cultural da cidade, que se prolongam desde há séculos, manifestas, por exemplo, na inexistência de representações pictóricas da Covilhã, relevantes do ponto de vista artístico, até meados do século XX. Esta falta poderá ter contribuído para a indiferença perante a descaracterização da paisagem.

Como vimos nos casos alpinos (Matos, 2011), ao existir, a noção cultural e simbólica do valor da paisagem serve, muitas vezes, de travão da descaracterização da imagem do território, arrastada pela expansão urbana das sociedades industriais e pós-industriais. No caso da Covilhã, a estreita e ancestral relação da cidade com o meio montanhoso aos níveis paisagístico, funcional e identitário, não só se diluiu devido às transformações económicas, sociais e de modos de vida, mas também a cidade não teve capacidade para reinventar uma aproximação ao território, tomando novas vias, seguindo determinadas cidades alpinas. Um dos problemas, que constitui certamente um entrave considerável ao desenvolvimento sustentável do território, é a falta de cooperação ao nível da cidade, entre instituições, e ao nível da região, entre as várias cidades. Ainda assim, alguns estudos (Vaz, 2004) e indícios levam a crer que as instituições e os cidadãos covilhanenses não abandonaram o desejo de aproximação à montanha enquanto matéria paisagística, identitária e simbólica. Destacamos a pertença da Covilhã à Rede Nacional de Municípios de Montanha e à Associação Europeia de Eleitos de Montanha (AEM) ou o dinamismo de acções promotoras de turismo desportivo, ecológico e rural na região, geridas a partir da Covilhã. A promoção turística da Covilhã como cidade de desportos de inverno, as redes hoteleiras englobando hotéis na cidade e equipamentos termais na montanha e ainda a constituição da rede de aldeias históricas em torno da Covilhã apontam nesse sentido. Isto porque a cidade não só traz colada a si a montanha enquanto paisagem omnipresente, como detém ainda uma posição central em relação a

espaços naturais classificados de montanha: o Parque Natural da Serra da Estrela, a Reserva Natural da Serra da Malcata, a Paisagem Protegida da Serra do Açor e a Serra da Gardunha (Programa Polis et al., 2001). No âmbito da paisagem natural, detectamos uma tendência positiva: o crescente interesse pelos espaços verdes da cidade, reabilitando-se os existentes e introduzindo novos parques e jardins, em muitos casos, recuperando a relação visual com a paisagem envolvente. Destacamos o Jardim Botânico de Montanha, paradigmático de uma procura de reaproximação à serra, tanto pelo seu conteúdo temático, como pela sua localização. O Polis já havia previsto um jardim deste tipo para a zona da ribeira da Carpinteira, mas optou-se finalmente pelo Parque Alexandre Aibéo, situado na fronteira entre cidade e montanha, com projecto pelo gabinete ARPAS, de Luís Cabral, também co-autor do Polis Covilhã. Na área cultural, evidencia-se o Museu dos Lanifícios (MUSLAN), testemunho da ancestral dependência económica da Covilhã em relação às actividades de pastorícia na serra e às ribeiras que dela correm para a cidade. O valor patrimonial dos conteúdos e dos edifícios, a qualidade da reconversão e o empreendedorismo da equipa responsável pelo MUSLAN valeram-lhe o reconhecimento internacional, nomeadamente pela UNESCO. Finalmente, no campo do desenho urbano, dois projectos merecem destaque pela qualidade de excepção numa procura de aproximação entre cidade e montanha, ambos incidindo sobre o património industrial, reconvertendo-o e valorizando-o (Matos, 2011). São projectos que propõem novas vias para a reinvenção da cidade, de formas distintas, mas sempre revelando um enorme respeito pelo património construído e paisagístico. Referimo-nos às obras de Bartolomeu Costa Cabral para a Universidade da Beira Interior (incluindo o MUSLAN) e ao Polis Covilhã, liderado por Teotónio Pereira. As obras realizadas ao longo de décadas por Bartolomeu Costa Cabral para UBI (Cabral et al., 2005) constituem um contributo inestimável para a reconfiguração da cidade através da reconversão do património industrial e do diálogo com a paisagem de montanha, reforçando a identidade da cidade em sintonia com seu meio (fig. 6). O Programa Polis Covilhã (Programa Polis et al., 2001; Pereira et al., 2005), associado ao Plano de Mobilidade Pedonal (Pereira, 2004), assume-se como um projecto de cidade, procurando reconectar esta com o seu território, simultaneamente ao nível das vistas e ao campo das acessibilidades, através de um diálogo equilibrado com a montanha em termos de paisagem e ecossistema, centrando-se nas zonas das ribeiras e nos seus vestígios do período industrial (fig.7). Apesar das acções acima referidas, muito resta ainda por fazer por este património que cremos constituir o maior potencial da cidade porque, em conjunto com a relação privilegiada da Covilhã com a montanha, o património industrial conforma o seu carácter único. O papel dinamizador cabe em grande medida à Câmara Municipal e à UBI, que deverão continuar um caminho já iniciado, agora mais desafiador porque em contexto de crise económica e de valores, por um lado inspirado nas dinâmicas das cidades alpinas, por outro prosseguindo a inventariação do património industrial, a sua valorização e a sua integração no desenho e nas vivências da cidade.

**NOTA**

O presente texto baseia-se numa parte da investigação realizada no âmbito de uma tese de Doutoramento, investigação esta co-financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) e pelo Ministère de la Culture et de la Communication (França).



06.



07.

## REFERÊNCIAS

Bätzing, Werner (2001). De la «géographie régionale» à une recherche scientifique coordonnée au sein de la «Convention alpine». In *Revue de géographie alpine*. 89 (4): 211-220.

Berque, Augustin (1995). *Les raisons du paysage - de la Chine antique aux environnements de synthèse*. Éditions Hazan.

Boesch, Martin (2007). Is "Culture" Still Relevant to Regional Policy?. In *Mountain Research and Development*. 27 (1): 4-10.

Cabral, Bartolomeu Costa; Silva, Manuel José dos Santos; Pereira, Nuno Teotónio, et al. (2005). *A Universidade e a cidade - The University and the City. Universidade da beira Interior. Covilhã. 1974-2004*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Chiwaki, Shinoda (1999). Takayama, une ville alpine à travers la littérature. In *Revue de géographie alpine. Les enjeux de l'appartenance alpine dans la dynamique des villes (Colloque*

*international, Grenoble, 16-17 Nov. 1998)*. 87 (1): 81-90.

Coppola, Gauro (2000). Città e montagna. Presentazione. In *Histoire des Alpes - Ville et montagne*. 5 (2): 11-14.

Corboz, André (1999). La Suisse, fragment de la galaxie urbaine européenne. In *Cahiers de L'ASPAN - Suisse Occidentale*, 17 (1).

Debarbieux, Bernard (1999). Figures combinées de la ville et de la montagne – Réflexion sur les catégories de la connaissance géographique. In *Revue de géographie alpine. Les enjeux de l'appartenance alpine dans la dynamique des villes (Colloque international, Grenoble, 16-17 Nov. 1998)*. 87 (1): 33-49.

Debarbieux, Bernard (2001). Les montagnes: représentations et constructions culturelles. In Yvette Veyret (coord.), *Les montagnes. Discours et enjeux géographiques*. Paris: Sedes: 45-50.

Domingues, Álvaro (coord.) (2006). *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum.

## REFERÊNCIAS (CONTINUAÇÃO)

Donadieu, Pierre; Périgord, Michel (2007). *Le paysage - entre natures et cultures*. Paris: Armand Collin.

Fernandes, José Manuel (2009). Covilhã, uma leitura de síntese: estrutura urbana, conjuntos edificados e arquiteturas, sua evolução. In *Monumentos. Cidades, património, reabilitação. Dossiê: Covilhã, a cidade-fábrica*. (29): 40-53.

## ÍNDICE DE FIGURAS

### 01

Fonte: *Zeno.org – Meine Bibliothek*. Consult. 19/01/2008. URL: <http://www.zeno.org/Kunstwerke/A/Wolf,+Caspar>

### 02

Fonte : *Wikimedia*. Consult. 02/10/2009. URL: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bellinzona\\_Ruskin.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bellinzona_Ruskin.jpg)

### 03

Fonte: *Wikimedia*. Fotografia: Rätisches Museum, Coira. Consult. 17/04/2010. URL: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Chur\\_1655.jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Chur_1655.jpg)

### 04

Fotografia da autora

### 05

Fotografia da autora

### 06

Fotografia da autora

### 07

Fotografia da autora

# A Beira Interior: de mosaico de paisagens a região identitária

**ELISA CALADO PINHEIRO**

UBI e MusLan

## **RESUMO**

A partir da caracterização geográfica do território, acompanha-se a evolução demográfica da Beira Interior, particularmente, entre 1874 e 2010, pretendendo-se equacionar, a par de alguns dos desafios económicos e sociais que enfrenta, o recente enquadramento administrativo da região face à(s) subjacente(s) identidade(s) que agrega ou segrega.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Beira Interior, demografia da Beira Interior, distrito da Guarda, distrito de Castelo Branco, NUT III Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Cova da Beira e Beira Interior Sul, Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e da Beira Baixa.

## **ABSTRACT**

Having the geographic characterization of the territory as a starting point, we follow Beira Interior's demographic evolution, particularly in the period between 1874 and 2010, aiming to equate – together with some economic and social challenges – the recent administrative framework of the region vis-à-vis the underlying identity that may at the same time aggregate and segregate.

## KEY-WORDS

Beira Interior, Beira Interior demography, Guarda District, Castelo Branco District, Serra da Estrela NUT III, Beira Interior North, Beira Interior and Beira Interior South, Beiras and Serra da Estrela as well as Beira Baixa Intermunicipal Community.

## INTRODUÇÃO

“ (...) Beira quer já de si dizer beira da serra. Mas não contente com essa marca etimológica que lhe submete os domínios, do seu trono de majestade a esfinge de pedra exige a atenção inteira, Alta, imensa, enigmática, a sua presença física é logo uma obsessão. Mas junta-se à perturbante realidade uma certeza ainda mais viva: a de todas as verdades locais emanarem dela: Há rios na Beira? Descem da Estrela. Há queijo na Serra? Faz-se na Estrela. Há roupa na Beira? Tece-se na Estrela. Há vento na Beira? Sopra-o a Estrela. Há energia eléctrica na Beira? Gera-se na Estrela. Tudo se cria nela, tudo mergulha as raízes no seu largo e materno seio. (...) Jungida assim à razão centrípeta da granítica matriz, a Beira ganha um sentido geográfico que não anda nos mapas administrativos, mas se imprime na retina. Do corpo esguio e diverso de Portugal destaca-se uma célula quase sem protoplasma, só cromossomas, viva a pulsar. E torna-se evidente que a própria situação espacial desse como que embrionário coração da pátria a fará dobrar-se pelos tempos fora à sua vontade tiranizante”(Torga, 1950).

Retomamos aqui uma primeira e muito reduzida versão deste texto publicada em outra parte (<http://notasdecircunstancia.blogspot.pt>, nº6, 5 de Fevereiro de 2014). Ao comemorar-se, em 18 de Maio, o Dia Internacional dos Museus, no ano corrente, sob o lema “As coleções criam conexões”, considera-se oportuno dever salientar a estreita correlação existente entre aquelas e o território de que proveem ou em que passam a estar integradas, valorizando, para além de muitas outras relações, a área geográfica que baliza a atividade dos museus. Esta correlação encontra-se bem explicitada num dos princípios orientadores do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior e que passo a transcrever:

“O Museu de Lanifícios tem por missão a salvaguarda e a conservação ativa do património industrial têxtil, assim como a investigação e a divulgação da tecnologia associadas tanto à manufatura como à industrialização dos lanifícios. O Museu de Lanifícios procura apreender o contexto territorial e organizacional desta atividade numa vasta área que tem por matriz a Serra da Estrela e por centro histórico a cidade da Covilhã, tendo ainda em conta as dimensões antropológica, económico-social, cultural, político-constitucional e ambiental que aquela atividade envolve” ([www.museu.ubi.pt](http://www.museu.ubi.pt), em 20-04-2014).

A vasta área para que este trecho remete plasma-se com a do território que abarca a denominação de origem da instituição de tutela do Museu: a Beira Interior. O texto que se segue visa assim contribuir para evidenciar e contextualizar, nos domínios geográfico, demográfico, económico e administrativo, a área de intervenção do Museu de Lanifícios, procurando acompanhar a construção de uma identidade beirã e identificar alguns dos reptos que, atualmente, se colocam ao desenvolvimento sustentado da região.

## ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Numa área de transição entre o Norte e o Sul interiores de Portugal, a Beira Interior ocupa o espaço que administrativamente se encontrava, até há relativamente pouco tempo, integrado nos extintos distritos da Guarda e de Castelo Branco, caracterizando-se por um complexo e multifacetado mosaico de paisagens. Estas, moldadas pelos acidentes físicos e pela natureza, foram acentuadas pela ação humana que lhe sedimentou uma unidade cultural que resistiu até aos tempos de hoje. Radicada nas atividades agro-pastoris, evoluiu, ao longo dos tempos, para a especialização têxtil de alguns dos seus mais significativos centros urbanos, todos eles localizados na corda serrana, ou para a especialização agrícola, particularmente, nas áreas demarcadas por acentuados e favoráveis condicionalismos naturais, como é o caso da Cova da Beira e das campinas de Idanha. Uma mesma que breve caracterização geográfica da região deverá ser balizada pela análise da morfologia do território e das alterações resultantes da intervenção humana, privilegiando, a par da geologia e do relevo, clima, hidrologia e cobertura vegetal, as alterações introduzidas no uso do solo, bem como a demarcação dos seus espaços naturais.

## O RELEVO

Integrado do ponto de vista geológico na Zona Centro-Ibérica do Maciço Hespérico, o relevo que estrutura o território da Beira Interior, como o caracteriza o geógrafo Lúcio Cunha, é composto, maioritariamente, por rochas de formação antiga, paleozoicas e ante-paleozoicas, que sofreram deformações ao longo dos diferentes ciclos tectónicos das orogenias hercínica e alpina, na origem das “falhas de direcção NE-SW ou ENE-WSW, que balizam o grande horst da Cordilheira Central e que são responsáveis pelas serras da Estrela e da Gardunha, pelo fosso da Cova da Beira e pela passagem da “superfície de Castelo Branco” para as “campinas de Idanha”. Para além destes elementos geológicos, destaca-se ainda, na direcção NNE-SSW, a incisão de alguns vales, como o do rio Zêzere na serra da Estrela. A designação de “Estrela” terá advindo da estrela Aldebaran, a mais brilhante da constelação Touro. Através do estudo dos dólmens, edificados há seis mil anos na área, Fábio Silva, investigador nas áreas da astrofísica e da arqueologia, constatou que a entrada destas construções megalíticas está virada para o lugar onde, no horizonte, aquela estrela aparece, anualmente, antes do nascer do sol, em finais de Abril e ainda que, quando se está na câmara destes dólmens, se vê a serra da Estrela. Teria sido uma comunidade de povos seminómadas, que praticavam a agricultura e a pastorícia, continuando ainda a praticar a caça e a recolção, que teriam construído os dólmens com aquela orientação (Silva 2012, acedido em 21-04-2013). A imagem simbólica da serra da Estrela, para além de associada à presença do principal acidente orográfico continental e à atividade pastoril, que lhe terá originado a própria designação, que também pode ter derivado, para além da teoria já dita, das marcas nela impressas pelos gelos, que a ocuparam desde a última glaciação

(Würms), tendo uma espessura de cerca de 80 m no planalto da Torre, de onde escoava através de sete línguas, a mais extensa das quais, em direção a NE, ocupava o vale superior do Zêzere, em direção a Manteigas”(Cunha, 2008: 49). A maior parte do território, apesar de integrar “os restos de extensas superfícies de aplanamento” da Meseta, com cotas entre os 700-800 m, apresenta um relevo variado, com duas áreas distintas. Desde o vale do Douro até à Cova da Beira, as altitudes são mais elevadas, entre os 700-800 m de cota, ultrapassando por vezes os 1.000 m; a partir daí, para sul, passa-se para a “Superfície de Castelo Branco”, com cotas da ordem dos 400-500 m, pontilhadas por alguns pequenos relevos, “como os inselbergs (ou montes - ilha) de Monsanto e da Moreirinha” e definida pelos entalhes de algumas ribeiras afluentes do Zêzere, do Ponsul e do Erges. Mais para Sul, ainda, passa-se para a “Superfície do Alto Alentejo” ou para as “campinas de Idanha”, uma área mais rebaixada (300 m), mas igualmente plana. Estas áreas aplainadas são delimitadas pelos vales do Douro, do Tejo e dos seus afluentes (Cunha, 2008: 49). Por ação da tectónica de fracturação, na origem do levantamento das serras da Cordilheira Central, surgiram algumas áreas deprimidas, como é o caso da Cova da Beira, entre as serras da Estrela [1.993 m de altitude] e da Gardunha [1.227 m] que, devido à proteção que lhe é conferida pela serra da Estrela relativamente aos ventos marítimos predominantes, apresenta especiais características climáticas para o desenvolvimento da atividade agrícola, particularmente, na área da fruticultura.

#### O CLIMA

Apesar da percepção generalizada da existência de alterações mais recentes dos seus padrões de comportamento, a Beira Interior apresenta, relativamente à sua caracterização climática, duas situações distintas. Nas áreas montanhosas, nomeadamente, na serra da Estrela, a par das temperaturas mais baixas, ocorrem as mais elevadas quedas de precipitação que, no Inverno, se apresentam sob a forma de neve. Registam-se temperaturas negativas em mais de 90 dias por ano, enquanto os valores de precipitação, em termos médios, ultrapassam, nas áreas de maior altitude, os 2.500 mm anuais. As superfícies planálticas que se desenvolvem em vastas extensões para além da Cordilheira Central evidenciam um significativo contraste térmico e, devido à menor pluviosidade registada, apresentam-se mais secas. O sector da Meseta caracteriza-se por verões moderados, com temperaturas em que a média das máximas se situa entre os 23 e os 29°C, e menos de 100 dias com temperaturas superiores a 25°C, e invernos frios a muito frios, com a média das mínimas abaixo dos 2°C e mais de 30 dias com temperaturas negativas. A norte, no vale do Côa, particularmente, na área da Terra Quente do Douro, ocorrem, em simultâneo, os valores mais elevados nas temperaturas de Verão, no mês mais quente, médias das máximas acima dos 30°C, e os mais baixos de precipitação, menos de 600 mm anuais em média. A sul, nas superfícies de Castelo Branco e

das campinas de Idanha, os verões são mais quentes, registando-se a média das máximas acima dos 29°C e mais de 100 dias com temperaturas superiores a 25°C e os invernos frios ou frescos, com uma média das mínimas entre 1 e 4°C e 15 a 40 dias com temperaturas negativas. Os valores referentes às precipitações variam em função da altitude, situando-se entre os 600 e os 1.200 mm (Cunha, 2008: 50-51).

#### **A HIDROLOGIA E AS RESERVAS AQUÍFERAS**

Na Beira Interior, as águas superficiais do território são drenadas através das bacias dos rios Douro, Mondego e Tejo e de alguns dos seus afluentes. Destes, salientam-se, relativamente ao rio Douro, o Águeda e o Côa e, relativamente ao Tejo, o Erges, o Aravil, o Ponsul, o Ocrea e o Zêzere. Como consequência das condições climáticas características da região, verificam-se, igualmente, dois tipos de comportamento: nas áreas de montanha e, particularmente, na serra da Estrela, as bacias do Alto Mondego e do Alto Zêzere são maioritariamente superavitárias, enquanto as restantes bacias drenantes são deficitárias atendendo à baixa evaporação e à elevada evapotranspiração verificada durante os meses de Verão. Relativamente à distribuição anual dos caudais, verifica-se, na região, a situação comum às restantes regiões do país, caracterizada pela sucessão de períodos de maior abundância de águas, pontuados por cheias e inundações de Dezembro a Abril com os de uma elevada seca de Julho a Setembro. Na região, acentua-se mais a penúria de água no verão, em que os rios mais pequenos chegam a deixar de correr, do que a sua maior abundância durante o Inverno.

No domínio hidrográfico, dispõe-se ainda de cerca de 30 barragens construídas para diversos fins, nomeadamente, para produção de energia elétrica, de que se destacam as da serra da Estrela, bem como para abastecimento público, irrigação e lazer, de que se salientam as do Sabugal, de Idanha e da Marateca (Cunha, 2008:51).

#### **A COBERTURA VEGETAL E AS ALTERAÇÕES DE SOLO**

Atualmente, na Beira Interior, muito pouco resta da vegetação natural autóctone dominante no centro de Portugal, caracterizado pelas extensas florestas de *Quercus*, carvalhos de folha caduca, a Norte, e azinheiras e sobreiros, de folha persistente, a Sul, que terão coberto o seu território após o último período glacial. Os intensos arroteamentos que, por intervenção humana, se verificaram para promover a prática agrícola, as periódicas queimadas para a pastorícia, o recuo das florestas motivado pela intensificação da utilização das madeiras e lenhas, a rearboreização intensiva do território por outras espécies, como o pinhal, seguido do eucaliptal, para além dos frequentes incêndios florestais, estão na origem das mais profundas alterações verificadas na estrutura e composição da cobertura vegetal beirã. As matas primitivas constituíram, até à primeira metade do séc. XX, o necessário suporte à fixação

humana baseada nas atividades agro-silvo-pastoris. A partir de então, as correntes de emigração para a Europa e os contínuos fluxos de população ativa para os centros urbanos, tanto a nível nacional como regional, criaram uma dinâmica demográfica regressiva, responsável pelo elevado despovoamento verificado na generalidade do território e pelo acentuado envelhecimento e empobrecimento dos vastos espaços rurais da Raia, acentuando as consequências da fraca densidade populacional verificada. Tem-se assistido a uma progressiva redução das áreas de uso agrícola invadidas por matos e incultos, constatando-se, simultaneamente, que o controle dos espaços florestais se deve unicamente à maior ou menor violência dos incêndios de que são pasto e ao aumento significativo das manchas de construção civil, nos centros urbanos e nas suas imediações. Por outro lado, o acentuado investimento e reforço das vias rodoviárias com ligação à fronteira e, particularmente, o eixo, desde a Guarda, por Belmonte, Covilhã, Fundão a Castelo Branco, dinamizou, especialmente, até ao deflagrar da crise financeira de 2008, o desenvolvimento socioeconómico da região (Cunha, 2008: 52).

#### A DIVERSIDADE E RIQUEZA DOS ESPAÇOS NATURAIS

A existência, na região, de espaços naturais de elevado valor ambiental, permitiu a preservação de variadas extensões, algumas das quais inscritas na rede nacional de áreas protegidas, nomeadamente, o Parque Natural da Serra da Estrela, o Tejo Internacional e a Reserva Natural da Serra da Malcata. O Parque Natural da Serra da Estrela, para além dos acentuados vestígios da última glaciação que conserva, impõe-se pelas dimensões e pela configuração granítica, que lhe desenha “o zonamento dos patamares bioclimáticos”, coroados por uma paisagem de tipo subalpino, à altitude de 1.600 m, caracterizada pelas pastagens naturais de cervunal e pelos afloramentos arbustivos dos zimbrieros. A ocupação humana é residual e as atividades tradicionais de natureza rural, à exceção da pastorícia, estão praticamente abandonadas. Só os desportos de inverno atraem milhares de turistas e desportistas e, no Verão, a procura de espaços turísticos e de lazer, proporcionada pela fruição da paisagem e da natureza, continua a aliciar visitantes. Os vales encaixados do Douro e do Tejo, mantendo muitas das características morfológicas e ambientais dos espaços de montanha, justificam a sua classificação como parques naturais: Douro Internacional; e Tejo Internacional. Para além destes, salienta-se, com o estatuto de “Área de Paisagem Protegida”, a serra da Malcata, que mantém alguns recantos cobertos de bosquetes de carvalho, pontuados de castanheiros, nas vertentes voltadas a Norte e de azinheiras e sobreiros, nas mais soalheiras, voltadas a sul, com galerias de amieiros, freixos e salgueiros a bordejar-lhe os ribeiros serranos. Mas deve a sua classificação ao valor da fauna aqui refugiada, que, apesar da ausência do lince, regista a existência do lobo, do gato selvagem, da gineta e do javali. A classificação, em 2006, do Parque Naturtejo da Meseta Meridional, o único geoparque nacional,

merece uma referência especial, uma vez que integra a rede mundial de geoparques da UNESCO. Do conjunto de dezasseis sítios que inclui como os mais representativos da grande diversidade e riqueza geológica e geomorfológica regionais, distinguem-se a passagem do Tejo nas Portas de Ródão, o Inselbergue (Monte-ilha) de Monsanto, os meandros do Zêzere, a morfologia granítica da serra da Gardunha, os fósseis inscritos nos quartzitos de Penha Garcia ou as explorações mineiras romanas do Conhal do Arneiro. Estas paisagens protegidas, pela sua raridade, representatividade e singularidade, bem como pelo interesse científico e pela beleza cénica que possuem, revestem-se de um importante significado para a ciência, educação e turismo e detêm um elevado potencial para o desenvolvimento cultural, social e económico da região. Para além destes espaços protegidos, importa ainda salientar a riqueza patrimonial de natureza arquitetónica, histórico-arqueológica e cultural, associada às atividades agro-pastoris e industriais, que constitui um significativo recurso do território, que deve ser valorizado nas estratégias de desenvolvimento integradas de cariz regional, visando salvaguardar os mais significativos testemunhos da ancestral articulação do homem com a natureza (Cunha, 2008: 52-53).

## 2. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO

Desde o séc. XVIII, o crescimento, em Portugal, tendeu a beneficiar o litoral em detrimento do interior. Porém, no séc. XIX, o crescimento demográfico foi sobretudo urbano. Todavia, apesar destas dinâmicas, o país manteve uma escassa urbanização, ao arrepio do que aconteceu a nível europeu. Verificaram-se então algumas significativas alterações, apesar de se manter a dicotomia entre o norte e o sul, o litoral e o interior e de, neste último caso, se ter verificado a existência de alguns polos urbanos isolados. O final da década de 70 do séc. XIX marcou o início, no país, de uma fase de crescimento demográfico, resultado das políticas de investimento aplicadas a partir de meados do século. O crescimento demográfico prolongou-se até 1911, constituindo o período florescente do crescimento das áreas urbanas, particularmente, de Lisboa e do Porto e, na Beira Interior, da Covilhã, em resultado dos respetivos processos de industrialização. Entre 1878 e 1890, a Covilhã foi a cidade portuguesa que registou o maior crescimento demográfico e a maior ponderação da população ativa industrial, só comparável à do Porto (Pereira, 2002: 579-580). Da longa história da Beira Interior, detenhamo-nos apenas na época contemporânea para, mais fundamentalmente, poder acompanhar o movimento demográfico aqui registado.

Tomando por ponto de partida a data do primeiro recenseamento geral da população portuguesa, realizado em 1864, da análise dos dados constantes das Tabelas 1 e 2, poderemos concluir que a Beira Interior registava um total de 377.947 habitantes, sendo o distrito da Guarda o de maior população, com 215.208 habitantes, enquanto o de Castelo Branco registava 162.739. No distrito da Guarda, os concelhos apresentavam, por ordem decrescente, os seguintes quantitativos: Guarda (33.927), Sabugal (32.614),

Seia (28.724), Gouveia (20.155), Trancoso (15.877), Pinhel (15.344), Vila Nova de Foz Coa (14.772), Celorico da Beira (13.844), Figueira de Castelo Rodrigo (10.668), Fornos de Algodres (7.074), Almeida (6.580), Aguiar da Beira (6.907), Meda (5.867) e Manteigas (2.855). Relativamente a este último, importa salientar que a maior parte da sua população se concentrava na sede de concelho. Dos centros urbanos, destacava-se o da Guarda, como o de maior população (3.816), seguido de Vila Nova de Foz Coa (2.867), Manteigas (2.607), Gouveia (2.600), Trancoso (2.551), Pinhel (2.234), Celorico da Beira (2.333), Almeida (1688), Fornos de Algodres (1.351), Figueira de Castelo Rodrigo (1.125) e de Aguiar da Beira (930). No distrito de Castelo Branco, sobressaía o concelho da Covilhã, como mais populoso, com 29.307 habitantes, logo seguido do de Castelo Branco com 22.139 e, por ordem decrescente, dos de Fundão (26.749), Idanha-a-Nova (16.350), Sertã (15.957), Oleiros (9.091), Penamacor (9.017), Vila de Rei (8.625), Proença-a-Nova (8.842), S. Vicente da Beira (7.191), Belmonte (4.743) e Vila Velha de Ródão (4.728). Relativamente à concentração populacional nos centros urbanos, destaca-se a Covilhã que, apesar de só seis anos depois ter ascendido a cidade, registava 8.838 habitantes, seguida de Castelo Branco, com 5.714 e, por ordem decrescente, Sertã (3.912), Vila de Rei (3.768), Proença-a-Nova (3.545), Idanha-a-Nova (2.566), Fundão (2.375), Penamacor (2.357), Oleiros (2.307), S. Vicente da Beira (2.186), Belmonte (1.773) e Vila Velha de Ródão (1.454). A Beira Interior apresentava-se, então, fortemente ruralizada, uma vez que, no distrito da Guarda, a taxa de urbanização era de 13,4%, enquanto, no de Castelo Branco, era de 25,1%. A Covilhã era, pois, na Beira Interior, o centro urbano de maior dimensão, seguindo-se-lhe Castelo Branco e Guarda.

Se procurarmos comparar os dados de 1864 com os de quase um século depois, verificaremos que a Beira Interior viria a acompanhar o significativo aumento da população portuguesa registado ao longo deste período. Através da análise da Tabela 3, poderemos conferir o crescimento populacional da Beira Interior, na primeira metade do séc. XX. Entre 1864 e 1950, quando a região atingiu os seus maiores quantitativos populacionais, com 632.244 habitantes, registou um crescimento efetivo de 67,3%. Em 1960, viria a ocorrer o primeiro decréscimo populacional, tendo o número de habitantes residentes passado para 616.480. Esta nova tendência foi-se acentuando na década de 70, devido ao grande surto migratório verificado na década de 60, acompanhado pela tendência de concentração populacional verificada nos núcleos urbanos.

Tabela 01.

A população da Beira Interior em 1864

Distrito da Guarda

CONCELHOS	POPULAÇÃO DOS CONCELHOS	POPULAÇÃO DAS SEDES DE CONCELHO
AGUIAR DA BEIRA	6.907	930
ALMEIDA	6.580	1688
CELORICO DA BEIRA	13.844	2.333
FIG. CAST. RODRIGO	10.668	1.125
FORNOS DE ALGODRES	7.074	1.351
GOUVEIA	20.155	2.600
GUARDA	33.927	3.816
MANTEIGAS	2.855	2.607
MEDA	5.867	1.012
PINHEL	15.344	2.234
SABUGAL	32.614	1.550
SEIA	28.724	2.199
TRANCOSO	15.877	2.551
Vª NOVA DE FOZ COA	14.772	2.867
<b>TOTAL</b>	<b>215.208</b>	<b>28.863</b>

Fonte: Portugal, 1868:113-133.

Tabela 02.

A população da Beira Interior em 1864

Distrito de Castelo Branco

CONCELHOS	POPULAÇÃO DOS CONCELHOS	POPULAÇÃO DAS SEDES DE CONCELHO
Belmonte	4.743	1.773
Castelo Branco	22.139	5.714
Covilhã	29.307	8.838
Fundão	26.749	2.375
Idanha-a-Nova	16.350	2.566
Oleiros	9.091	2.307
Penamacor	9.017	2.357
Proença-a-Nova	8.842	3.545
Sertã	15.957	3.912
S. Vicente da Beira	7.191	2.186
Vila de Rei	8.625	3.768
Vila Velha de Ródão	4.728	1.454
<b>TOTAL</b>	<b>162.739</b>	<b>40.795</b>

Fonte: Portugal, 1868:77-86.

Tabela 03.

Evolução da população da Beira Interior (1864 -1960)

DISTRITOS	1864	1910	1920	1930	1940	1950	1960
Guarda	215.208	271.616	259.586	267.614	295.663	307.667	290.680
Castelo Branco	162.739	241.184	241.574	265.573	304.592	324.577	325.800
<b>TOTAL</b>	<b>377.947</b>	<b>512.800</b>	<b>501.160</b>	<b>533.187</b>	<b>600.255</b>	<b>632.244</b>	<b>616.480</b>

Fontes: Portugal, 1868: 77-86 e 113-133; Portugal, 1916: 54-63 e 92-101; Portugal, 1933: 70-78 e 98-113; Portugal, [1961]: 11-14.

O distrito da Guarda que, em 1864, registava um total de 215.208 habitantes, dos quais 210.414 eram residentes, aumentou, em 1911, para 271.616 (Portugal 1961: 11-13). Em 1940, a população registou um ligeiro crescimento, tendo atingido os 295.663 habitantes, tendência seguida em 1950, quando a população dos distritos atinge os 307.667 habitantes. Veio a sofrer o primeiro decréscimo em 1960, quando a população prevista era estimada em 290.680 habitantes (Portugal 1961: 11-13).

Relativamente ao distrito de Castelo Branco que, em 1864, detinha um total de 162.739 habitantes (Portugal, 1868: pp. 77-86), dos quais 159.505 eram os de facto considerados residentes, em 1911 (Portugal, 1917: 113), a população aumentou para 241.184, dos quais 217.179 residentes. Em 1940, voltou a crescer, tendo atingido um total de 304.592 habitantes, evolução que continuou a verificar-se em 1950, ao passar-se para um total de 324.577 residentes, continuando a registar uma ligeira subida, em 1960, para 325.800. Em 1950, verificou-se um generalizado aumento demográfico em praticamente todos os concelhos da região, à exceção dos de Vila de Rei e Vila Velha de Ródão, no distrito de Castelo Branco e do da Mêda, no da Guarda, como poderemos constatar através dos dados contidos nas Tabelas 4 e 5. Entretanto, notamos que o concelho de Aguiar da Beira foi integrado na sub-região Dão-Lafões, da região Centro, o de Vila Nova de Foz Coa passou a fazer parte da sub-região Douro, da região Norte e o de Mação integrou a sub-região do Pinhal Interior, da região Centro, tendo passado, a registar, no censo de 2000, 8.442 habitantes e, no de 2010, 7.338.

Tabela 04.

Evolução da população da Beira Interior no séc. XX

Distrito da Guarda

CONCELHO	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	2000	2010
AGUIAR DA BEIRA	3.919	8.635	8.907	9.625	10.177	10.224	8.451	6.247	5.473
ALMEIDA	17.479	15.336	15.286	16.606	17.480	16.394	10.621	8.423	7.242
CELORICO DA BEIRA	15.934	15.045	15.426	16.484	16.732	14.815	10.837	8.875	7.693
FIG. CAST. RODRIGO	15.609	13.741	13.725	14.591	14.912	13.517	8.715	7.158	6.260
FORNOS DE ALGODRES	9.953	9.657	9.990	10.507	10.645	9.228	6.772	5.629	4.989
GOUVEIA	25.539	23.595	24.799	27.321	27.673	25.499	18.802	16.122	14.046
GUARDA	44.010	41.909	43.654	47.862	51.468	51.342	40.529	43.822	42.541
MANTEIGAS	4.073	3.802	4.125	4.863	5.390	5.314	4.414	4.094	3.430
MÊDA	11.957	11.223	12.137	14.989	13.697	12.502	9.421	6.239	5.202
PINHEL	19.858	18.139	18.825	20.688	22.270	21.674	14.854	10.954	9.627
SABUGAL	35.489	34.750	35.502	41.909	43.513	40.449	23.371	14.871	12.544
SEIA	33.154	32.684	33.133	34.392	35.962	34.822	31.356	28.144	24.702
TRANCOSO	18.123	17.612	17.637	19.574	20.632	18.110	14.029	10.889	9.878
Vª NOVA FOZ COA	14.355	13.254	14.468	16.252	17.116	16.720	10.019	8.494	7.312
<b>TOTAL</b>	<b>274.372</b>	<b>259.586</b>	<b>267.614</b>	<b>295.663</b>	<b>307.667</b>	<b>290.680</b>	<b>212.191</b>	<b>216.273</b>	<b>160.93</b>

Fontes: Portugal, 1913: 53; Portugal, 1923: 92-106; Portugal, 1933: 338-366; Portugal, [1961]: 11-13; Portugal, [197?]: 5-39; PORDATA.

Tabela 05.

Evolução da população da Beira Interior no séc. XX

Distrito de Castelo Branco

CONCELHO	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	2000	2010
Belmonte	7.261	7.362	8.331	9.572	9.848	9.421	6.522	7.592	6.859
Castelo Branco	42.547	44.300	50.848	58.700	63.305	66.020	55.195	55.708	56.109
Covilhã	48.400	45.583	50.394	60.608	68.522	73.596	62.014	54.505	51.797
Fundão	39.295	39.571	43.018	47.575	49.941	49.419	34.958	31.482	29.213
Idanha-a-Nova	27.298	26.112	27.952	32.873	33.439	31.621	20.884	11.659	9.716
Oleiros	12.660	11.977	12.354	14.020	15.137	15.743	13.110	6.677	5.721
Penamacor	14.999	14.714	16.565	17.421	18.860	17.638	12.615	6.658	5.682
Proença-a-Nova	13.844	13.628	15.416	18.183	18.927	18.140	13.805	9.610	8.314
Sertã	22.617	23.288	24.076	27.183	28.623	28.295	23.646	16.720	15.880
Vila de Rei	7.838	7.236	7.795	8.818	8.407	7.593	4.591	3.354	3.452
Vª Velha de Ródão	7.627	7.803	8.824	9.639	9.568	8.314	6.413	4.098	3.521
<b>TOTAL</b>	<b>243.586</b>	<b>241.574</b>	<b>265.573</b>	<b>304.592</b>	<b>324.577</b>	<b>325.800</b>	<b>255.575</b>	<b>208.063</b>	<b>196.264</b>

Fontes: Portugal, 1913: 88; Portugal, 1923: 66-73; Portugal, 1933: 211-235; Portugal, [1961]: 11-14; Portugal, [197?]: 5-39; PORDATA (acedido em 10-03- 2014). Portugal, [197?]: 5-39; PORDATA.

Durante o séc. XX, o crescimento demográfico do país foi influenciado pela emigração e pelos movimentos migratórios internos em direção aos núcleos urbanos mais industrializados. A partir dos anos 60, acentuou-se o processo de urbanização nacional, com a terciarização das cidades. Analisemos, entretanto, as dinâmicas demográficas verificadas a nível inter-regional, tomando como ponto de partida a situação existente em 1910, após as várias reformas administrativas ocorridas nos finais do séc. XIX, que conduziram a uma maior centralização, operando a “municipalização” administrativa

e a “distritalização” política do país, em resposta à grave crise financeira ocorrida na década de 90, retirando poder aos municípios e reduzindo o número de freguesias, o que permite uma maior aproximação à atual área territorial dos concelhos da Beira Interior. No período em causa, aconteceram as reformas administrativas de 1878, 1886, 1892, 1895 e 1900 e foram publicados os códigos administrativos de 1878, 1886, 1895, 1896 e 1900 (Caetano, 1980; Serra, 1988 e Silva, 2012. Procurando agora perceber a evolução demográfica verificada nas cidades da Guarda, de Castelo Branco e da Covilhã, constatamos que a primeira, entre 1864 e 1900, registou o maior crescimento, atingindo os 75,4%, enquanto que Castelo Branco, entre 1864 e 1900, se ficou pelos 27,8%. A Covilhã que, entre 1878 e 1900, registara um crescimento de 44% (Moreira; Rodrigues e Henriques, 2009 e Portugal, 1864), afirma-se neste período como um polo de atração e de crescimento demográfico, indicadores seguros das dinâmicas industriais aqui instaladas. Em 1940, a população do concelho da Covilhã atingia os 60.608 habitantes, tendo aumentado, em 1950, para 68.522 e, em 1960, para 73.596, como poderemos verificar através da análise da Tabela 5. Se no período que medeia de 1890 a 1930 se verificara uma relativa estagnação demográfica, em 1960, o concelho da Covilhã ultrapassa, pela primeira vez, os 70.000 habitantes, constituindo o maior centro populacional da Beira Interior. Esta tendência inverteu-se em 1970, quando se registou o primeiro decréscimo populacional, para 62.014 habitantes. A nível distrital verificou-se a mesma tendência, tendo a população do distrito passado de 325.800 habitantes, em 1960, para 255.575 habitantes. Entre 1950 e 1970, registou-se um decréscimo populacional de 23,3 %. Relativamente ao distrito da Guarda que, em 1950, registava um total populacional estimado em 307.667, sofreu a primeira regressão da população em 1960, com um total de 290.680 efetivos, tendência que viria a acentuar-se, em 1970, quando foram arrolados 212.191 habitantes, como poderemos observar através dos dados contidos na Tabela 4. O distrito da Guarda, entre 1950 e 1970, registou um decréscimo populacional de 31%. A evolução desta tendência foi mais atenuada no distrito de Castelo Branco, entre 1950 e 1970, uma vez que decresceu 21,3%. Entre 1970 e 2010, o distrito da Guarda regrediu 24,2% enquanto que no de Castelo Branco, se registou um diminuição de 23,2 %. A Beira Interior, em função do desempenho demográfico verificado nos distritos que integra, entre 1950, quando contabilizou um total de 632.244, e 1970, quando decresceu para 467.766 efetivos, registou um decréscimo de 26% e, entre 1970 e 2010, quando a sua população regrediu para 357.203 habitantes, um decréscimo de 23,6 %.

Poderemos, seguidamente, através dos dados referentes a 2000 e 2010, nas Tabelas 4 e 5, verificar a diferença das dinâmicas demográficas ocorridas nos concelhos da região. Facilmente poderemos constatar que nas áreas dos dois distritos, apenas no de Castelo Branco se verifica um crescimento, apesar de ligeiro, em dois concelhos. Trata-se do de Castelo Branco, que apresenta uma variação positiva de 0,72% e do de Vila de Rei, de 2,92%. Todavia, estes ligeiros aumentos não alteraram a tendência de diminuição da população nele verificada que, entre 2001 e 2011, apresenta uma

variação negativa de 5,6%. No distrito da Guarda, foi mais acentuada esta diminuição, tendo-se registado, no mesmo período, uma variação negativa de 25,6 %. A maior redução de população verificou-se, ao longo do tempo, no concelho do Sabugal, que passou de 43.513 habitantes, em 1950, para 12.544, em 2011, tendo perdido 71,2% da população. Deve salientar-se ainda que a inversão da tendência de crescimento se acentuou a partir de 2000, com uma forte incidência em 2010, situação generalizada em toda a região.

A esta situação de anemia demográfica alia-se a fraca densidade populacional verificada no território. É de salientar que o concelho de Idanha-a-Nova é, em área, um dos maiores do país, com 1.413 Km<sup>2</sup>, sendo, igualmente, o que apresenta a menor densidade populacional, com apenas 8 habitantes por Km<sup>2</sup>. Seguem-se-lhe os concelhos de Penamacor e Vila Velha de Ródão, com 12 habitantes por Km<sup>2</sup>. Em oposição destaca-se o concelho da Covilhã, com 98 habitantes por Km<sup>2</sup>. Com incidência, igualmente, negativa no quadro demográfico geral regista-se ainda o fenómeno do “duplo envelhecimento da população”, derivado do aumento significativo da faixa etária com mais de 65 anos e da simultânea diminuição do número de jovens (com idade inferior a 15 anos). A dinâmica demográfica verificada no território acentua as tendências regressivas existentes noutras regiões nacionais e europeias, reforçada pela persistência da contínua diminuição demográfica e do envelhecimento populacional.

#### ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Até à década de 50 do séc. XX, continuou a registar-se, na Beira Interior, o crescimento do setor primário, que atingiu então o seu valor máximo, estimado em 65,7%, no total da população. Todavia, em 1970, ocupava ainda cerca de 54% da população ativa, destacando-se as produções de fruta, batata e azeite. Permaneceu até 1981 como o setor que empregava o maior número de ativos, quando absorvia 38% da população da região, com uma maior incidência no distrito da Guarda, onde atingia os 44% (Pais, 2008:61). Todavia, a partir da segunda metade do séc. XX, ocorreram profundas alterações na estrutura económica da região, que acompanharam a tendência nacional, apesar de se manifestarem com diferentes intensidades, mas caminhando no sentido da terciarização. Os surtos migratórios da década de 60 do séc. XX acabaram abruptamente com os resquícios de uma economia fortemente ruralizada na região. As alterações estruturais abarcaram a reconversão do tecido industrial antigo, englobando maioritariamente as indústrias tradicionais, mas também a instalação de novas e a implementação de algumas inovações agrícolas e a generalizada terciarização verificada. Contudo, em 1970, a Beira Interior apresentava ainda uma paisagem marcadamente rural, à exceção dos núcleos industriais da Covilhã, Seia, Gouveia e Manteigas. A Covilhã destacava-se então no panorama nacional, por contribuir, em 1971, para 50% da produção têxtil nacional, registando a existência de 125 estabelecimentos industriais, valor inferior ao da década de 40, e

de 7.954 trabalhadores, enquanto o valor bruto de produção atingia os 109. 855.000 escudos (Portugal, 1977). Em 1973, registavam-se 1.598 teares mecânicos e o número de operários ascendia aos 8.221 (Portugal, 1977: 85-88). Em 1981, o sector secundário, apesar dos contrastes internos existentes, constituía ainda o sector dominante no distrito de Castelo Branco, abarcando 35,3%, vindo a atingir o seu valor mais elevado em 1991, quando empregava ainda 39% da população. Esta situação era decorrente do tradicional peso histórico da indústria de lanifícios, particularmente a sediada na Covilhã, a qual, até 1991, manteve mais de metade da sua população afeta à indústria (54%) (Pais, 2008:61). No final do séc. XX, a Beira Interior apresentava-se com um tecido económico débil e pouco coeso, socialmente deprimida, com um rendimento per capita abaixo dos 70% da média nacional, com fracas acessibilidades e diminutas estruturas sociais e culturais, decorrentes de uma economia com um peso relativamente exagerado da agricultura e com uma indústria pouco diversificada e tradicional, de mão-de-obra intensiva e sem grandes qualificações técnico-profissionais. Relativamente desfasado da evolução verificada a nível nacional, entre 1981 e 1991, verificou-se, no sector terciário da região, um crescimento muito significativo, tendo passado de 29% para 42,4%, em toda a Beira Interior, e vindo a surgir pela primeira vez como o sector dominante. As estatísticas de 2001 destacam o crescimento continuado e a consolidação do setor terciário, padrão idêntico ao de outras regiões e dos países considerados desenvolvidos, atingindo mais de 50% do tecido económico em ambos os distritos da Beira Interior. Trata-se do resultado de diversas tendências e transformações globais da sociedade, de que se destacam, como fatores predominantes, a reconversão da agricultura, a afirmação da sociedade de consumo, a internacionalização e globalização da economia, o Estado Social e a descentralização dos poderes públicos, para além do envelhecimento e feminização da população ativa (Gaspar, 1993: 87). A instalação do ensino superior constituiu uma aposta ganha no sentido da profunda reconversão da economia e da própria identidade das cidades da Covilhã, da Guarda e de Castelo Branco que o acolheram. Esta situação conduziu, a partir de então, ao acentuar da terciarização da economia, associada ao processo de desenvolvimento socioeconómico e à melhoria da qualidade de vida das populações, através da criação de emprego no comércio, na banca e no turismo, assim como devido à integração de serviços de apoio à produção na indústria: informatização, consultadoria, gestão, marketing, publicidade. Todavia, a distribuição das atividades económicas encontrou profundas assimetrias, se compararmos o Eixo Centro-Interior, envolvendo as cidades da Guarda, Covilhã e Castelo Branco e a Periferia Raiana, abarcando os concelhos fronteiriços e alguns territórios do Pinhal Interior, que testemunham a persistência de processos de marginalização territorial, apresentando-se pouco dinâmicos e atrativos. Para 2001, os dados referentes ao indicador população economicamente ativa ou indivíduos empregados ou desempregados, com mais de 15 anos, para além de demonstrarem a diversidade existente no território, fazem ressaltar a concentração dos mais

elevados nos três maiores centros populacionais da Beira Interior, nomeadamente a Covilhã, com um total apurado de 25.279 habitantes ativos, Castelo Branco, com 25.191, e a Guarda, com 20.646. Todos os concelhos da Beira Interior registam, à data, a predominância do sector terciário sobre os restantes, à exceção de Manteigas, que apresenta um significativo equilíbrio entre os sectores secundário e terciário, com 48% da população ativa em ambos. O concelho de Castelo Branco regista 61%, só ultrapassado pelos da Guarda e de Almeida, ambos com 63%, enquanto os da Covilhã, Fundão, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Fornos de Algodres, Gouveia e Celorico apresentam valores iguais ou superiores a 50% para o terciário (Pais, 2008: 63). Quanto ao setor primário, mantém-se na Beira Interior ainda com valores elevados, alguns deles bastante acima da média nacional, particularmente nas zonas da raia e no Pinhal onde, neste último caso, se salientam Oleiros (32%), Idanha-a-Nova (31%), Vila Nova de Foz Coa (28%) e Meda (27%). Em oposição, Manteigas apresenta o valor mais baixo (4%), seguido da Covilhã, Guarda e Seia (5%). No setor secundário da Beira Interior, destacam-se as sub-regiões da Serra da Estrela e da Cova da Beira, onde a concentração industrial atinge os valores mais elevados nos concelhos de Manteigas, com 48%, de Seia e Belmonte, com 45%, e da Covilhã, com 43%. Trata-se dos concelhos históricos abrangidos pela permanência das indústrias tradicionais do têxtil e confeções que, a partir de então, assistiram ao acentuar dos bruscos processos de reconversão e sobretudo de desindustrialização, apesar de não ter sido afetado o aumento de produção, que correu a par de uma forte concentração empresarial (Pais, 2008: 64). Esta tendência acentua-se, em 2011, como poderemos concluir da análise da tabela 6, referente às ofertas de emprego (média anual) total e por setor de atividade económica, disponíveis nos Centros de Emprego e Formação Profissional, por NUTS da Beira Interior.

Tabela 06.

Beira Interior

Oferta de emprego (média anual) por setor de atividade económica (2001-2011)

SETORES DE ATIVIDADE/ NUTS	PRIMÁRIO		SECUNDÁRIO		TERCIÁRIO		TOTAIS	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
SERRA DA ESTRELA	1,1	3,3	45,0	18,7	42,3	34,8	98,8	56,9
BEIRA INTERIOR NORTE	2,1	7,6	50,6	45,0	81,3	115,5	160,2	168,2
BEIRA INTERIOR. SUL	22,3	4,7	23,3	22,5	64,8	94,8	134,0	122,2
COVA DA BEIRA	4,2	9,5	57,8	80,5	47,4	118,3	124,8	208,9
TOTAIS	29,7	25,1	176,7	166,7	235,8	517,8	517,8	556,2

Fonte: PORDATA

O modelo de desenvolvimento económico do país, implementado sobretudo a partir dos anos 80 do séc. XX, conduziu ao rápido desmantelamento da indústria nacional, com elevadas repercussões a nível regional e local. Acompanhando a Covilhã, as restantes localidades desta região serrana não conseguiram resistir à globalização e aos ventos que varreram esta indústria das regiões tradicionais europeias dos lanifícios, privilegiando-se uma nova implantação no Norte de África e em emergentes áreas asiáticas. Para além do conhecimento de que beneficiamos hoje, na análise do processo que conduziu à abrupta desindustrialização do país, podemos aceitar como atuais algumas das propostas do conhecido Relatório Porter, produzido na sequência da sua visita a Portugal, em 1994, a convite do Governo de então. Face aos resultados alcançados atualmente pelas empresas da indústria do calçado que, por iniciativa própria, as vieram a aplicar, vencendo a concorrência, também neste setor, sofrida pelas economias emergentes, é da maior atualidade promover a aplicabilidade de algumas das propostas do mencionado documento. Parece que a ideia de encomendar o dito estudo surgiu entre o economista Luís Todo Bom e o ministro da Indústria, Mira Amaral, que a terá apresentado ao primeiro-ministro de então, Aníbal Cavaco Silva (Diário Económico, 27-11-2007). A aposta nas estratégias competitivas identificadas por Porter como as de *liderança no custo total*, de *diferenciação* e de *enfoque*, conduzirão, segundo o mesmo autor, a que uma empresa invista numa das vertentes com maior impacto no seu desenvolvimento, procurando

vencer as forças competitivas. Estas, identificadas como forças de entrada, de ameaça de substituição, de poder de negociação dos fornecedores e de rivalidade entre atuais concorrentes – refletem, segundo Porter, que a concorrência numa indústria não se circunscreve aos participantes estabelecidos, uma vez que tanto os clientes como os fornecedores, os substitutos e os potenciais iniciantes são considerados todos eles como “concorrentes” das empresas industriais, entendendo-se a concorrência como uma rivalidade ampliada (Porter, 1991: 24). A primeira destas estratégias competitivas valoriza preferencialmente o investimento na construção de instalações em escala eficiente, na vigorosa redução de custos pela experiência e no rígido controlo do custo e das despesas gerais. A segunda preconiza a criação de algo único no âmbito de toda a indústria, defendendo-se, para o efeito, a aposta no investimento em imagem, em tecnologia, assistência técnica, distribuição, pesquisa e desenvolvimento, recursos humanos, pesquisa de mercado e qualidade, com a finalidade de criar diferenciais para o consumidor. A terceira defende a seleção de um alvo restrito, de molde a responder às necessidades específicas de um determinado grupo, com a finalidade de oferecer um produto considerado único pelos seus clientes (Porter, 1991: 24). Estas estratégias constituem caminhos a ser percorridos na Beira Interior, numa área que alocando um dos tradicionais setores da economia portuguesa, o da indústria de lanifícios, capitaliza o conhecimento histórico acumulado, com relevância na formação especializada dos recursos humanos ainda existentes. Aquelas estão bem visíveis nos bons resultados alcançados ao nível da atual produção e das exportações das poucas empresas têxteis sobreviventes na região e na existência de toda uma cultura, que ainda respira a atmosfera da lã e de que restam significativos vestígios, seja através dos reabilitados percursos da transumância, que a atravessam longitudinalmente, seja das memórias do património industrial, disseminadas por Manteigas, Gouveia, Loriga, Seia, Maçainhas, Trinta, Vila do Carvalho, Tortosendo, Unhais da Serra, Retaxo, Cebolais e, particularmente, pela Covilhã, onde alguns imóveis e muitas memórias industriais se encontram exemplarmente preservados.

#### 4. ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO

A Beira Interior ocupa grande parte do espaço que administrativamente se encontrava, até há relativamente pouco tempo, integrado nos extintos distritos da Guarda e de Castelo Branco. Localizada no quadrante nordeste de Portugal, compreende uma área com 12.740 km<sup>2</sup> e com uma população estimada, em 2011, em 381.725 habitantes. Tendo como principais referências a serra da Estrela e a fronteira luso-espanhola entre os rios Douro e Tejo, o termo Beira aplica-se a toda a área na envolvente daquela, sendo demarcada pelas bacias do Douro e do Tejo e pela fronteira luso-espanhola. A Beira Interior, a leste, confronta com as províncias de Salamanca e Cáceres, em Espanha, e, em Portugal, com os territórios dos extintos distritos de Bragança, a Norte; de Viseu, Coimbra e Leiria, a Oeste, e de Santarém e Portalegre, a sul. Esta

região, rica de contrastes, foi-se estruturando numa unidade cultural que entronca nas comunidades de pastores e agricultores que, desde a mais remota antiguidade, souberam tirar partido de um território com tão diversificados recursos físicos como já desenvolvemos em outra parte (Pinheiro, 2008: 149). A Beira Interior resulta da união da antiga província da Beira Baixa com a da Beira Trasmontana, parte da antiga província da Beira Alta que, grosso modo, corresponde ao distrito da Guarda, excetuando o concelho de Vila Nova de Foz Côa, sendo constituída por 25 municípios. Destes, doze pertenciam ao extinto distrito da Guarda, dos catorze que este integrava: Aguiar da Beira, Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Mêda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz Côa. Onze pertenciam ao de Castelo Branco: Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão. Um, ao de Coimbra: Pampilhosa da Serra. Um outro, ao de Santarém: Mação. De acordo com a terminologia comunitária, o território da Beira Interior encontra-se maioritariamente enquadrado por quatro unidades territoriais denominadas NUTS, Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos. Trata-se de um geocódigo padrão, desenvolvido pela União Europeia para ser aplicado aos seus estados membros, com o objetivo de referenciar, para fins estatísticos, as divisões administrativas dos países que a integram, visando uniformizar a produção e difusão de dados estatísticos entre o EUROSTAT, os serviços da Comissão e os Estados-Membros. Subdivide o território da atual União Europeia, EU, em diferentes regiões, classificadas em três níveis, partindo das unidades territoriais de maior para as de menor área: NUTS I, II e III. Com efeito, de acordo com a atual legislação (2008) o território da EU e os seus 28 Estados-Membros integram 98 regiões classificadas de NUTS I, 272 de NUTS II e 1.315 de NUTS III. Aprovada na década de 70 do séc. XX, no âmbito da então Comunidade Económica Europeia, viria a ser adotada em Portugal, em 1986, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 34/86, de 26 de Março. Foi reformulada, em 1989, pelo Decreto-Lei nº 46/89, de 15 de Fevereiro, tendo a última versão, que visou a harmonização nacional com a comunitária, sido publicada em 2002 pelo Decreto-lei nº 244/2002, de 5 de novembro. A Beira Interior integra as seguintes NUTS de nível III: Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Cova da Beira e Beira Interior Sul. A NUT Serra da Estrela, com uma superfície de 867,8 Km<sup>2</sup> e uma população de 43.737 habitantes, tem uma densidade populacional de 49,9 hab/Km<sup>2</sup>. Compreende os concelhos de Fornos de Algodres, Gouveia e Seia, sendo a de mais reduzidas dimensões. Como poderá observar-se na Tabela 7, só sobressai do conjunto o concelho de Seia por apresentar os valores mais elevados quanto a área e população, sendo seguido pelos de Gouveia e de Fornos de Algodres.

Tabela 07.

Serra da Estrela

MUNICÍPIOS	SUPERFÍCIE KM <sup>2</sup>	POPULAÇÃO (2011)
FORNOS DE ALGODRES	131,5	4.989
GOUVEIA	300,6	14.046
SEIA	435,7	24.702
TOTAL	867,8	43.737

Fontes: Comissão de Coordenação da Região Centro, <http://datacentro.ccdrc.pt>

PORDATA, <http://www.pordata.pt>

A NUT III Beira Interior Norte, com uma superfície de 4.062,6 Km<sup>2</sup> e uma população de 104.417 habitantes, apresenta uma densidade populacional de 25,4. Como pode verificar-se na Tabela 8, os municípios do Sabugal, da Guarda e de Almeida constituem os de maior área, enquanto relativamente à população, o primeiro lugar é ocupado pela Guarda, seguindo-se-lhe Sabugal e Trancoso, sendo Manteigas o município com o menor número de habitantes.

Tabela 08.

Beira Interior Norte

MUNICÍPIOS	SUPERFÍCIE KM <sup>2</sup>	POPULAÇÃO (2011)
ALMEIDA	518,0	7.242
CELORICO DA BEIRA	247,2	7.693
FIG.ª DE CASTELO RODRIGO	508,6	6.260
GUARDA	712,1	42.541
MANTEIGAS	122,0	3.430
MÊDA	286,0	5.202
PINHEL	484,5	9.627
SABUGAL	822,7	12.544
TRANCOSO	361,5	9.878
<b>TOTAL</b>	<b>4.062,6</b>	<b>104.417</b>

Fontes: Comissão de Coordenação da Região Centro, <http://datacentro.ccdrc.pt>;

PORDATA, <http://www.pordata.pt>

A NUT III Cova da Beira, com uma área de 1.374,6 Km<sup>2</sup> e uma população de 87.869 habitantes, é a que apresenta a maior densidade populacional, estimada em 63,3. Como poderá observar-se na Tabela 9, o município com área mais extensa é o do Fundão, seguido do da Covilhã, que apresenta mais população, enquanto o concelho de Belmonte é, concomitantemente, o de menor área e população.

Tabela 09.

COVA DA BEIRA

MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE KM <sup>2</sup>	POPULAÇÃO (2011)
BELMONTE	118,8	6.859
COVILHÃ	555,6	51.797
FUNDÃO	700,2	29.213
<b>TOTAL</b>	<b>1.373,8</b>	<b>87.869</b>

Fontes: Comissão de Coordenação da Região Centro, <http://datacentro.ccdrc.pt>;

PORDATA, <http://www.pordata.pt>

A NUT III Beira Interior Sul, com uma superfície de 3.748,1 Km<sup>2</sup> e uma população estimada em 75.028 habitantes, apresenta uma densidade de 19,8. Como poderá verificar-se na Tabela 10, sobressai o concelho de Castelo Branco, como o de maior área e população, seguido dos de Idanha-a-Nova e Penamacor, enquanto o de Vila Velha de Ródão se apresenta como o de menor superfície e população.

Tabela 10

BEIRA INTERIOR SUL

MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE KM <sup>2</sup>	POPULAÇÃO (2011)
CASTELO BRANCO	1.438,2	56.109
IDANHA-A-NOVA	1.416,3	9.716
PENAMACOR	563,7	5.682
VILA VELHA DE RÓDÃO	329,9	3.521
<b>TOTAL</b>	<b>3.748,1</b>	<b>75.028</b>

Fontes: Comissão de Coordenação da Região Centro, <http://datacentro.ccdrc.pt>;

PORDATA, <http://www.pordata.pt>

A Beira Interior, do ponto de vista administrativo, encontra-se, atualmente, integrada na Região Centro de Portugal. Para além das quatro sub-regiões que grosso modo integram a Beira Interior (Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira), esta compreende mais as seguintes: Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões; Pinhal Interior Sul, Oeste, Médio Tejo. Alguns dos concelhos que pertenciam ao antigo distrito de Castelo Branco foram integrados nas sub-regiões do Pinhal. Todavia a criação da região da Beira Interior encontrava-se contemplada no âmbito da proposta que visava institucionalizar a regionalização em Portugal, tendo a mesma constituído uma das sete regiões submetidas ao referendo, sufragado e não aprovado, de 8 de Novembro de 1998, na sequência da Lei-Quadro das Regiões Administrativas, aprovada em 1991 pela Lei n.º 56/91, de 21 de Agosto. Quer na versão submetida a referendo, quer na que se lhe seguiu, designada por “Reforma Relvas”, por ter sido dinamizada pelo político, membro do Partido Social Democrático, Miguel Relvas, e que, paulatinamente, tem vindo a ser implementada, a Beira Interior constitui uma das sete regiões administrativas que corporiza o estabelecimento dos três tipos de unidades territoriais aprovadas: Grandes Áreas Metropolitanas, Comunidades Urbanas e Comunidades Intermunicipais. Em resultado desta reforma, implementada através da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foram criadas, na Beira Interior, duas Comunidades Intermunicipais, CIM: a das “Beiras e Serra da Estrela”, que inclui os municípios de Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Belmonte, Covilhã, Fundão, Fornos de Algodres, Gouveia e Seia; e a da “Beira Baixa”, que integra os municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão e Oleiros e Proença-a-Nova. A primeira destas integra, pois, quinze municípios e uma população estimada em 236 023 habitantes, enquanto a segunda é constituída por seis municípios, com 89 083 habitantes. Saliente-se, todavia, que os municípios de Mação, Sertão e Vila de Rei saíram da área onde tradicionalmente se incluíam, tendo passado a integrar a CIM do Médio Tejo, enquanto o de Aguiar da Beira ficou incluído na CIM de “Viseu, Dão, Lafões”. Entre outras medidas, aquela lei estabelece o regime jurídico das autarquias locais e aprova o estatuto das entidades intermunicipais. Operou-se, deste modo, uma fragmentação administrativa do território tradicionalmente integrado na Beira Interior, com naturais repercussões na afirmação da região aos mais diversos níveis.

##### 5. A CONSTRUÇÃO DE UMA REGIÃO IDENTITÁRIA

Foram os homens que, ao longo dos tempos, souberam moldar o território, aproveitando as vantagens competitivas por ele disponibilizadas e aplanando, na medida das suas possibilidades, os acidentes físicos que os constroem. Alguns destes demoraram milénios a ser vencidos. É o caso do isolamento sofrido, até à atualidade, pelas áreas de montanha da Beira Interior, apesar das dinâmicas

industriais nelas geradas. As vias de comunicação só muito recentemente, já nos começos do terceiro milénio, permitiram desencravar alguns destes espaços físicos e de que a situação sofrida pela indústria covilhanense é um exemplo paradigmático. A descrição que o escritor beirão António Cardoso Pires nos apresenta da região como “terra de camponeses, de pedras e de emigração” (apud Pais, 2008: 55) capta uma parte significativa das vivências da Beira Interior, sobretudo a partir da década de sessenta, quando o modelo de desenvolvimento industrial dos núcleos especializados na indústria têxtil se mostrou incapaz de conservar a mão-de-obra que até então assimilara. Radica num tempo longo, milenar, a construção da identidade cultural da Beira Interior. Esta, de acordo com a feliz expressão de António dos Santos Pereira, na monumental e modelar obra que sobre esta região escreveu, “perfaz uma dessas criações antigas, cujo arcano nos remete à Lusitânia”, que, apesar de ainda “sem consagração constitucional”, tem sido “adoptada por instituições de ensino superior público e privado, empresas e empreendimentos, grupos de trabalho e de investigação de diferentes saberes, seminários, jornadas, colóquios e congressos, que registam a designação pouco importados com aquela” (Pereira, 2009:15). Terá sido, provavelmente, por referência a uma realidade geográfica tão imponente como a serra da Estrela que os territórios na sua orla ou nas suas faldas, à medida que construam uma história comum, passaram a aglutinar como identitário o termo “Beira”. Documentam-no, se bem que a posteriori, os versos de Brás Garcia de Mascarenhas (1596-1656), no seu Viriato Trágico em poema heróico (1699): “Esta beyra de serra, própria beyra,/Patria foi do Pastor, que agora canto”. Para além do significado de bordo ou margem que a língua comum desde sempre lhe emprestou, num documento de 1181, a designação aparece já provavelmente reportada a uma localização territorial (Petrus Beira). Terá sido, contudo, em 1211, num documento de D. Sancho I que, pela primeira vez, o termo aparece já revestido de uma clara conotação geográfica (Gaudela de Beira). Esta continuaria a ser confirmada, para além de diversos outros documentos, numa carta régia de 1214 dirigida ao concelho da Covilhã (moradores in Beyra), até que, no testamento de D. Dinis, datado de 1299, o termo surge já reportado a uma unidade territorial (Pereira, 2009: 480-482). No início do séc. XV, aparece definida a comarca da Beira, no âmbito da divisão do território nacional em seis grandes unidades administrativas. Inicialmente circunscrita a toda a faixa interior entre o Douro e o Tejo, a partir do séc. XVI, passaria a estender-se para a faixa litoral, vindo a englobar antigos territórios até então integrados na Estremadura. Se, em 1533, Coimbra ainda fazia parte da Estremadura, como se pode verificar pelo numeramento de 1527, em 1572, já estava integrada na Beira. Será com esta configuração que a região irá permanecer “durante dois séculos e meio - limitada a norte pelo Douro e confinando a sul quase só com a Estremadura, que se alongava até aos confins de Mação e pelo vale do Zêzere penetrava até à Serra da Estrela” (Cunha, 1967: 12 e mapas I a IV). No século XVII, a província e a comarca evoluem para unidades distintas. A comarca, ou correição, constitui-se como uma subdivisão da província, mantendo-se como a área

de jurisdição de um corregedor, enquanto a província passa a ser apenas uma unidade para fins estatísticos e um comando militar territorial sob responsabilidade de um governador de armas. Até final do século XVIII, os territórios senhoriais do clero ou da nobreza constituíam ouvidorias, com funções semelhantes às das comarcas, apesar de os ouvidores serem nomeados pelos senhores dos domínios a que pertenciam. Em 1790, todas as ouvidorias foram transformadas em comarcas, com corregedor nomeado, diretamente, pela Coroa. Em 1788, Frei Manuel de Figueiredo, cronista cisterciense, apresenta a seguinte descrição e delimitação da província da Beira: “(...) O terreno plano que o mar bordeja entre Douro, e Mondego nas comarcas de Aveiro, Coimbra, Feira e Porto chama-se Beira-Mar; às terras situadas entre o mesmo terreno, Douro, Zêzere, e serrania da Estrella tem o nome de Beira Alta, e as que discorrem desta Serra até os Domínios de Sua Magestade a Catholica, Douro e Tejo é propriamente a Beira Baixa (...)” (Cunha, 1967:12). Poderá concluir-se, com José Correia da Cunha, que a região, com o alargamento até ao mar, perdeu o carácter de homogeneidade que lhe conferia a sua posição interior, contribuindo para justificar a subdivisão em Beira Mar, Beira Alta e Beira Baixa, a que se referia o cronista. Todavia, só com a nova orgânica administrativa decorrente da vitória liberal, esta divisão viria a oficializar-se, apesar de só integrar a Beira Alta e a Beira Baixa. A legislação aprovada em 1835 introduz o distrito como a principal unidade administrativa, relegando a divisão provincial para segundo plano (Silva 2012: 94). A Beira Alta passou a ser constituída pelos distritos de Aveiro, Coimbra, Lamego e Guarda, enquanto a Beira Baixa apenas pelo de Castelo Branco. Em 1867, Martens Ferrão, no âmbito de uma nova reforma administrativa que, devido às contingências políticas, vigorou por um período demasiado curto, introduziu alterações á estrutura distrital até aí em vigor. São atribuídas as posições de capital de distrito a Coimbra (Beira Central), Viseu (Beira Alta), e Castelo Branco (Beira Baixa). Quanto a Aveiro passa a ficar integrado na província do Douro, subordinado diretamente ao Porto (Cunha, 1967: 15). Esta mesma tendência para retirar à Beira a faixa litoral que se estende entre Gaia e Aveiro viria a verificar-se na primeira tentativa de reforma levada a efeito pelo regime republicano, em que este último distrito viria a ser incluído numa nova província do Douro e Minho. Todavia, como muitas outras, esta reforma não vingou. Na verdade, a partir de 1836, a divisão administrativa do território estruturara-se com base na criação dos distritos enquanto órgãos de poder autárquico supra municipais, assim tendo permanecido praticamente até à atualidade pois a extinção dos distritos só foi aprovada por decreto-lei, em 8 de Setembro de 2011. Estes afirmaram-se como estruturas de apoio a uma clara orientação de centralização política, que atravessou todo o séc. XIX, mantendo-se praticamente incólumes entre 1836 e 1936. A primeira república, apesar de defender uma nova divisão administrativa, não conseguiu implementar esta, bem como outras mudanças estruturais. Na verdade, o movimento republicano, que sempre defendera a divisão administrativa por províncias, em detrimento dos

distritos, ainda antes de ter atingido o poder, encarregara, em 1894, José Jacinto Nunes da elaboração de um projeto de Código Administrativo que preconizava aquela alteração. Após o derrube da monarquia, em 1910, apesar de a maioria dos republicanos continuar a defender a extinção dos distritos, face à agudização da discussão entre os partidários da nova divisão provincial e os da tradicional divisão administrativa assente na manutenção dos distritos, encontrou-se uma pretensa justificação para adiar a aprovação do novo código administrativo, tendo-se mantido a divisão de base distrital. Apesar de, em Junho de 1914, ter sido aprovado pelo Senado um novo código administrativo que dividia o país em províncias e mantinha os distritos como órgãos intermédios, não foi conseguida a concordância da Câmara de Deputados, tendo permanecido a divisão tradicional (Amaro, 1996: 72-73). Amorim Girão viria a preconizar uma nova divisão do país, de natureza geográfico-económica, apoiada na força polarizadora dos principais centros urbanos (Girão, 1933). Todavia, as cidades de Aveiro, Covilhã e Leiria foram relegadas para uma posição secundária. Pela primeira vez, o Douro deixou de constituir a fronteira setentrional da Beira, para preservar a unidade da sua bacia hidrográfica, enquanto, por idêntico motivo, o Tejo deixaria de constituir a fronteira a sul, atendendo a que a superfície de Castelo Branco se prolonga geograficamente para sul do rio. Em 1936, o novo código administrativo reabilita, como unidade administrativa, novamente a província, entendida esta como uma “associação de concelhos com afinidades geográficas, económicas e sociais, dotada de órgãos próprios para o prosseguimento de interesses comuns” (Girão apud Cunha, 1967: 18). A Beira Transmontana foi integrada na Beira Alta, o Tejo voltou a constituir, junto à fronteira, o limite meridional da província da Beira, mas a norte, com a finalidade de preservar a bacia do Douro, manteve-se a divisão dos distritos. O triângulo Coimbra-Viseu-Castelo Branco viria a sair reforçado, ao aliar as funções de capitais de distrito à de sedes de província, em detrimento das restantes cidades. Todavia, ao serem definidos os limites das novas províncias não se fizeram coincidir com os dos distritos, o que constituiria o reconhecimento de que a divisão distrital, para determinados finalidades se encontrava ultrapassada. Assim a Província da Beira Baixa resultava da anexação ao distrito de Castelo Branco dos concelhos de Mação (Santarém) e Pampilhosa da Serra (Coimbra); a Beira Litoral passou a agregar ao distrito de Santarém o concelho de Vila Nova de Ourém e a Beira Alta agregou os concelhos de Tábua e Oliveira do Hospital, relativamente ao centro do país (Cunha, 1967: 18). Orlando Ribeiro apresenta-nos uma caracterização lapidar da heterogeneidade deste território: “(...) Beira Alta e Beira Transmontana, unidas e separadas por montanhas, ambas planaltos graníticos, são diferentes pela altitude, média na primeira, elevada na segunda, pelo clima, pelo tapete vegetal; uma é rica, fértil, muito povoada, verdejante, acolhedora. A outra é pobre, fria, nua, pardacenta, pouco povoada (...)”. Semelhante disparidade encontra na Beira Baixa que deste modo caracteriza: “Ajusta-se, grosso modo, ao distrito de Castelo Branco (...). É uma manta de retalhos, alguns já estremenhos ou alentejanos, uma justaposição de unidades, bem demarcadas

no aspecto da paisagem e no modo de viver dos habitantes (...)” (Ribeiro, 1995: 323, 431). Não admira que a Beira, enquanto unidade administrativa, viesse a constituir-se, de acordo com a descrição que dela nos apresenta José Mattoso, como “uma província ou (...) um aglomerado de pequenas regiões em que o país ensaiou toda a espécie de trocas e de contactos; onde, portanto, construiu a sua própria unidade feita das mais contrastantes diversidades. Não uma unidade ordenada, imposta a partir de um centro, (...), mas uma unidade feita movimento, de influências culturais múltiplas, de circulação em vários sentidos.”(Mattoso, 1997: 59). Após a revolução de Abril, logo em 1976, surge um projeto de administração regional, elaborado pelo Ministério da Administração Interna, que fundamenta a existência, no país, de cinco províncias, entre as quais a Província das Beiras, também designada de Região Centro. A justificação apresentada no mencionado documento assentava nos seguintes princípios: descentralização de competências a nível nacional, regional e local; criação de órgãos de administração local e regional, com capacidade de ação nos domínios político, técnico e financeiro; definição de unidades geográficas com dimensão espacial adequada aos níveis de responsabilidade (Portugal, 1982: 15-16). A Beira Interior passa a integrar-se neste quadro administrativo. Em 1988, Marques Reigado definia região como “uma célula geográfica, económica, social e cultural da nação”, acrescentando que “o seu desenvolvimento deve tomar como ponto de partida as suas características específicas e orientar-se no sentido de corresponder aos objectivos do desenvolvimento económico nacional” (Reigado, 1988:221). Todavia, a falta de articulação entre os poderes central e regional e o bloqueio à descentralização administrativa do território têm entravado o desenvolvimento harmonioso do país e das suas regiões, justificado no presente pela conjuntura de crise. Todavia, nestes períodos costuma operar-se, com frequência, o reforço dos laços identitários das comunidades mais frágeis. A diversidade demográfica verificada no território nacional, para além de ser geradora de profundas assimetrias internas, reflete-se ao nível do dinamismo socioeconómico e cultural, do ordenamento e do desenvolvimento global do território. Constituirá, seguramente, um dos mais atuais desafios que se colocam à Beira Interior a inversão do modelo demográfico atualmente vigente, através do incentivo à fixação de população no território, para poder vir a afirmar-se nos contextos regional, nacional e comunitário.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES

Portugal (1864). Estatística de Portugal, População, Censo no 1º de Janeiro 1864, Lisboa: Imprensa Nacional.

Portugal (1868) Estatística de Portugal, População, 1864, Lisboa: Imprensa Nacional.

Portugal (1917). Estatística Demográfica, Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, Parte VI, Lisboa: Imprensa Nacional.

Portugal (1961). X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes (às 0 horas de 15 de Dezembro de 1960) Resultados prováveis relativos à população residente, nos distritos e concelhos. Lisboa.

Portugal (197?). 11º Recenseamento da População. população e alojamento por lugares. Distrito de Castelo Branco. s.l. e s.d..

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=66632414&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=66632414&PUBLICACOESstema=55466&PUBLICACOESmodo=2) [Acedido em 26-04- 2014].

Portugal, Comissão de Coordenação de Planeamento da Região Centro (1973). Reorganização da indústria de lanifícios e a criação de novas indústrias na Cova da Beira: relatório apresentado pelo Subgrupo da Indústria do Grupo de Trabalho nº6 - Cova da Beira. Coimbra: CPRC. [policopiado].

Portugal, Ministério da Administração Interna (1982). O agrupamento de concelhos da Covilhã, hierarquia de centros e áreas de influência. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

Portugal, Instituto Nacional de Estatística (2009). População residente, (Nº) por Local de residência, Sexo e Grupo etário ( Por ciclos de vida), Anual; 2009.

[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOco](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOco)

rrCod=0000611&contexto=pi&selTab=tab0 [Acedido em 10-06- 2013].

Portugal, Instituto Nacional de Estatística (1977). Recenseamento Industrial 1972 – Continente (Concelhos). Lisboa.

<http://www.ine.pt/xportal/ine/portal/portlets/html/conteudos/listaContentPage.jsp?BOUI=6251013&xlang=PT> [acedidos em 10 de Janeiro de 2014].

### BIBLIOGRAFIA

Amaro, António Rafael (1996). Os congressos regionais das Beiras e o regionalismo em Portugal (1921-1940). in Associação Portuguesa de História Económica e Social [org.]. Portugal e as regiões: perspectivas históricas. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro. [Actas do XVI Encontro da APHES]. [71-92].

Caetano, Marcelo (1980). Manual de Direito Administrativo. Vol. I, 9.ª Edição, Almedina: Coimbra.

Cardoso, J. Ribeiro (dir.) (1940). Subsídios para a história regional da Beira Baixa. Lisboa: Junta Provincial da Beira Baixa.

Cunha, Lúcio (2008). A Beira Interior - Portugal, caracterização física. in PINHEIRO, Elisa Calado (coord.). Rota da Lã TRANSLANA percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior( Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha). vol. I. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Cunha, José Correia da (1967). Da região centro do país. Caracterização da rede urbana. Coimbra: Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Geográficos.

Gaspar, Jorge (1993). As Regiões Portuguesas. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional.

Girão, Aristides de Amorim (1933). Esboço de uma carta regional de Portugal. 2ª ed.. Coimbra.

Mattoso, José, Daveau, Suzanne, Bello, Duarte (1997). Portugal o sabor da terra. Lisboa: Circulo de Leitores.

## BIBLIOGRAFIA (CONTINUAÇÃO)

Moreira, Maria João Guardado, Rodrigues, Teresa Ferreira, Henriques, Filipa de Castro (2009). O sistema urbano português. Dinâmicas contemporâneas e diversidade regional: evolução demográfica e bem-estar social. *Revista de Demografia Histórica*. XXVII, I: segunda época.

Pais, Pedro (2008). A Beira Interior - Portugal, caracterização humana. In Pinheiro, Elisa Calado (coord.), *Rota da Lã TRANSLANA percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior( Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*. Vol. I, Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Pereira, António dos Santos (2009). Portugal Adentro: do Douro ao Tejo. O Milénio Beirão. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Pereira, Miriam Halpern (2002). Os lanifícios da Covilhã e da região serrana: uma discreta expansão oitocentista. In PINHEIRO, Elisa C. (coord.). *Actas das III Jornadas de Arqueologia Industrial (...)*. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. pp. 575-594.

Pinheiro, Elisa Calado (coord.) (2008). *Rota da Lã TRANSLANA percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior( Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*, Vol.I, Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Porter, Michael E. (1991). *Estratégia competitiva. Técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.

Reigado, Marques (1988). *Interioridade e desenvolvimento regional*. Covilhã: UBI.

Ribeiro, Orlando (1995). *Opúsculos geográficos*. Vol. VI. *Estudos regionais*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Serra, João B. (1988). As reformas da administração local de 1872 a 1910. *Análise Social*, Vol. XXIV(103-104). Lisboa: Livraria Sá da Costa. Vol. XXIV (103-104): 1037-1066.

Silva, Fábio (2012). *Landscape and Astronomy in Megalithic Portugal: the Carregal do Sal Nucleus and Star Mountain Range*. "Papers from the Institute of Archaeology": PIA Volume 22 (2012), 99-

114 DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/pia.405> [acedido em 21-04-2013].

Silva, Henrique Dias da (2012). Reformas administrativas em Portugal desde o Século XIX. pp. 65-97. <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3891> [Acedido em 18\_04\_2014].

Torga, Miguel (1950), Portugal. Coimbra.

## SÍTIOS WEB

Comissão de Coordenação da Região Centro: <http://datacentro.ccdrc.pt>

PORDATA, <http://www.pordata.pt> [acedido em 10-03-2014; 21-04-2014]

Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior - <http://www.museu.ubi.pt> [acedido em 20-04-2014].

NUTS- [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics\\_explained/index.php/Glossary:NUTS](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Glossary:NUTS)

Instituto Nacional de Estatística:

<http://www.ine.pt> [Acedido em 10-06-2013, 26-04-2014].

<http://notasdecircunstancia.blogspot.pt>

# Transumância na Beira Interior em tempos medievos

**MARIA DA GRAÇA ANTUNES SILVESTRE VICENTE**

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Academia Portuguesa da História

Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais

Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão

## RESUMO

A ancestral prática da transumância, pela sua amplitude espacial e duração no tempo, marcou profundamente a História e a Economia de toda a Península Ibérica. Fomentou os contactos económicos, sociais e culturais e contribuiu para a criação de uma extensa rede de vias, que não conheceram fronteiras: as canadas. Com marcas físicas na rota da lã, na memória, permaneceu como um dos mais duradouros e importantes factores da identidade de toda a região da Beira Interior, especialmente, nas terras serranas da Beira Estrela. A partir de documentação diversa, neste artigo, pretende-se abordar alguns dos aspectos ligados a esta actividade em tempos medievais.

## PALAVRAS-CHAVE

Idade Média, Beira Interior, Transumância.

## ABSTRACT

The ancient practice of transhumance, marked deeply the History and Economy of the entire Iberian Peninsula, for its special extent and duration in time. Fomented the economic, social and cultural contacts; contributed to the create an extensive network of roads, which met no borders – the canadas. He remained as one of the most enduring and strong identity factors across Beira Interior region, especially in the mountain lands of Serra da Estrela. In this article we intend to address, some of the aspects linked to this activity, in medieval times, using diverse documentation.

## KEYWORDS

Middle Ages, Beira Interior, Transhumance

## INTRODUÇÃO

Decerto, a pastorícia era a prática mais evidente dos povos lusitanos que as legiões e os colonos do Lácio vieram encontrar entre o Tejo e o Zêzere e lança as suas raízes em tempos imemoriais. As terras pouco povoadas da Beira Interior foram o palco privilegiado para o desenvolvimento da criação de gados e o suporte económico das populações durante o período instável da Reconquista. A importância da ganadaria e a formação de grandes rebanhos transparecem nos textos dos primeiros forais. O tipo e número de cabeças de gado eram reveladores do grau de riqueza e determinavam o estatuto dos seus detentores. Pelos forais do modelo de Évora, atribuído à vila da Covilhã em 1186 e posteriormente difundido em toda a região, era cavaleiro todo aquele que fosse possuidor de uma herdade, uma junta de bois, um jumento, quarenta ovelhas e dois leitões. Imprescindível nas lavras, aqueles animais ditos de gado grosso, quase sempre, referenciavam a medida padrão para a medição das terras, que se fazia em «lavra de junta de bois», de que é exemplo o «herdamento lavra de seis juntas de bois», dado pelo concelho de Sortelha a D. Pôncio (Inquirição de D. Dinis, 1314. in AHP, I (1932-1934): 265-270). O gado doméstico era, igualmente, indispensável para os transportes e para o sustento da casa. Fornecia a carne, o leite e os seus derivados, o queijo e a manteiga, integrando, esta, a composição da colheita régia bem como a contribuição para as visitas do bispo da Guarda, na generalidade das vilas da Beira Interior. Fonte de matérias-primas, como as peles e a lã, para as actividades artesanais dos curtumes e tecidos, o gado era responsável pela produção do principal fertilizante usado na adubagem das terras de cultivo. Obviamente a posse de cavalos, motivo de distinção para o seu proprietário, fazia deles também componente essencial nos palcos de guerra. Estes motivos, a par da existência de vastas áreas de matas e terras bravias, que proporcionavam pastagens e espaços diversificados para todo o tipo de gado, ovino, caprino, suíno, vacum e equino, incentivaram a economia ganadeira. Esta foi uma opção rentável para instituições e particulares e, como se sabe, desenvolvida nos dois lados de uma fronteira, ainda muito instável e recente, em que todas as forças se foram empenhando.

O pastoreio, comum a todo o espaço rural, atingiu no mundo mediterrânico, em parte fruto das condições naturais, uma importância acrescida, mantendo-se, ao longo de todo o período medieval e para além dele, a prática da transumância. Esta modalidade pastoril, ligada ao nomadismo dos povos norte-africanos, mas ajustada à realidade peninsular (Araújo 1998), abrange, como referiu Elisa Pinheiro, diferentes tipos de deslocações, adaptadas às diversas condicionantes geográficas (Pinheiro,

2008). Neste artigo, pretende-se abordar, a partir de documentação variada, alguns dos aspectos ligados a esta actividade, em tempos medievais, na Beira Interior.

#### A TRANSMÂNÇA, EM TEMPOS MEDIEVAIS, NA BEIRA INTERIOR.

O estudo da transumância, já bem aprofundado no país vizinho, tem vindo, entre nós, a suscitar um crescente interesse, tanto por historiadores como por outras áreas do conhecimento. Interesses diversos foram bem evidentes no primeiro colóquio sobre a transumância na serra de Montemuro. Porém, este não é um tema novo para geógrafos e historiadores. Depois de Gama Barros e sobretudo do pioneiro estudo de Orlando Ribeiro, outros autores se interessaram por esta modalidade pastoril. Entre eles, refira-se, no início dos Anos Sessenta do século passado, o estudo abrangente da tese de licenciatura de Maria José Lagos Trindade, tardiamente publicada (Trindade 1981) e o trabalho de Abílio Mendes do Amaral, de pendor etnográfico e social, sobre os pastores da Serra da Estrela, que saiu inicialmente na revista *Beira Alta* no primeiro ano da década de Setenta (Amaral, 1970). Nas últimas décadas, esta temática adquiriu novos desenvolvimentos, especialmente no domínio político e social, de que são exemplo os trabalhos de David de Moraes (Moraes 1998) e de Julieta Araújo, em torno da problemática entre a transumância e as relações fronteiriças (Araújo 1998: 229-240) e ainda o já referido e pluridisciplinar colóquio, *Montemuro A Última Rota da Transumância*, realizado no Instituto Superior Politécnico de Viseu, em Junho de 1999 (Actas 2000). Já neste século, destaca-se, num registo diverso, o tema tratado em tese de mestrado na área das Relações Interculturais por Fernando Jorge de Sousa Paulino (2001). Particular destaque merece igualmente a edição bilingue, *Português/Castelhano, Rota da Lã Translana: Percursos e Marcas de Um Território de Fronteira*, abrangendo as regiões fronteiriças da Beira Interior (Portugal) e da Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha), que saiu dos prelos na Covilhã, o grande centro lanígero português coordenado por Elisa Pinheiro (2009). Muitos destes estudos reconstituíram e traçaram antigas rotas transumantes em território nacional. Cumpre ainda referir as diversas manifestações de cariz turístico/cultural, evocativas da passagem dos rebanhos, do pasto na Serra para as planícies, realizadas em diferentes localidades, aquém e além Serra da Estrela, nos concelhos de Gouveia e do Fundão, aqui, particularmente em Alpedrinha, em Alcongosta e na Soalheira. Saliente-se, finalmente, o seminário «Transumância – Identidades e Estratégias Territoriais», organizado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, em Maio de 2013. A pastorícia, sobremaneira, quando em regime de transumância, revela-se um tema abrangente por ter marcado decisivamente a economia, rural e urbana, a sociedade e a cultura, mas também a ecologia e as paisagens de toda a Beira Serra.

O pastoreio, em regime intensivo e extensivo, constitui uma actividade principal e não subsidiária da agricultura, de acordo com definição de Orlando Ribeiro, e foi larga e longamente praticado em Portugal (Ribeiro, 1940-1941). Porém, a criação de

gados transumantes entre nós, nunca alcançou o grau de desenvolvimento que conheceu no país vizinho, porquanto ali se apoiou na poderosa organização da Mesta minuciosamente regulamentada desde Afonso X (1273). Todavia, a ancestral prática da transumância, referida na Península Ibérica por Estrabão, pela sua amplitude espacial, bem como pela sua duração no tempo, constituiu um dos factores identitários em toda a região da Beira Interior e, especialmente, nos territórios serranos. A repetida passagem de pastores e gados fomentou os contactos económicos, mas também sociais e culturais. Contribuiu para a criação de uma extensa rede de vias, que não conheceram fronteiras, as canadas. Estes caminhos transumantes foram estruturando os espaços, permanecendo nas paisagens e memórias como marcas culturais e identitárias.

Nas terras da Beira Interior, conjugaram-se factores naturais e sociais que permitiram a formação de grandes rebanhos, especialmente de ovinos. Os gados deslocavam-se em movimentos sazonais, da planície para as áreas de maiores altitudes, para aproveitar as ricas pastagens alpinas da Estrela, onde chegavam rebanhos de diferentes locais, do reino e também da vizinha Castela. No final do Verão, desciam a serra, percorrendo, de imediato, longas distâncias em direcção às pastagens de Inverno das campinas dos antigos concelhos da Idanha-a-Velha e Idanha-a-Nova, Salvaterra, Segura, Proença e Rosmaninhal. Temos notícia documentada destes percursos desde meados do século XIII (BNP, Códice 736: fls. 161v-163). A relevância da actividade pastoril ficou bem patente nos textos dos forais, modelo Ávila/Évora e nos foros e costumes de que são exemplo os foros de Évora, Castelo Rodrigo, Guarda e Garvão, pelas disposições referentes ao montadigo, venda, furto ou extravio de gados. Numa parte significativa dos concelhos da Serra, Covilhã, S. Vicente da Beira, Castelo Novo, Penamacor, Proença-a-Velha, Idanha-a-Velha, Proença-a-Nova, os seus forais isentavam os moradores do pagamento do montadigo em todo o Reino, recebendo estas vilas, ou os senhores da terra, o montadigo dos gados aí chegados de fora parte. Só a existência e a dependência económica de grandes rebanhos que se deslocavam à procura de pastagens em movimento cíclico podem explicar o privilégio desta isenção do montadigo que, segundo Julius Klein, seria uma antiga coima usada pelos centros urbanos como forma de castigar a invasão dos seus termos pelos gados transumantes (Klein, 1920). Muitos desses gados atravessavam o Tejo dirigindo-se para o Alentejo, até às pastagens do Campo de Ourique que disputavam com gados doutras proveniências, especialmente do reino vizinho. A importância económica destas deslocações está bem patente na organização relativa à sua gestão, de que é exemplo Dona Beatriz, sogra de D. João II e mãe do Venturoso (ANTT, Místicos., fls. 42-42v. In HFAC, IV, n.º 44).

A movimentação de gados originou, não raras vezes, contendas entre os reinos de Portugal e Castela, já porque não eram respeitados os direitos de pastagens entre as terras vizinhas (ANTT, Gav. XVIII, 3-22. In GTT, vol. n.º 4363: 299-301), já pela frequente

passagem clandestina de gados, ou nas usuais «tomadias» de cabeças de gado, especialmente nos períodos de guerra (1410, ANTT, Gav. XVIII, 6-13). A pecuária foi uma opção rentável para particulares e instituições - ordens monásticas e militares e para a coroa. Os monarcas, desde os primórdios do Reino, possuíam grandes rebanhos, de que fazem eco os seus legados testamentários. Nas Cortes de Leiria, em 1372, pediram os povos ao rei que vendesse os seus gados. O seu elevado número provocava grandes estragos. Não o querendo vender, pediam que fosse enviado para o Campo de Ourique. (Cristino 1972). A Ordem do Templo, em Castela, detentora de grandes rebanhos, por documento de Junho de 1282, deu privilégio aos povoadores de Vila Nova do Freixo para que pudessem apascentar os seus gados em todos os seus termos e coutadas com excepção de quatro sítios identificados (ANTT, Gaveta VII, 9-32). Do mesmo modo, Afonso X, o sábio, concedeu ao mosteiro de Santa Maria de Aguiar privilégio para os seus pastores levarem os gados a pastar livremente em Castela, sem qualquer pagamento de portagem (Borges, 1998). Anos depois, este monarca autorizava os gados do mosteiro a andarem seguros e beberem água em qualquer lugar do reino de Castela (Borges 1998: 195).

Em ambiente de fraca densidade demográfica, esta atividade revelou-se sempre em crescendo ao longo de todo o período medieval, favorecida pela procura crescente por parte das «indústrias» especialmente de lanifícios e curtumes e por algum aumento do consumo de carne nos centros urbanos. A mesma exigia menos braços do que a lavoura e garantia um rendimento mais constante e seguro, porquanto os campos semeados estavam sujeitos às intempéries, geadas tardias, chuvas extemporâneas ou estios prolongados, que comprometiam as colheitas, bem como à passagem destruidora do inimigo. Ao gado era permitida a fuga, esconder-se, furtando-se à destruição e rapina da soldadesca invasora. Certo é que esta actividade comprometia alguns cultivos agrícolas que foram abandonados por muitos senhores e lavradores, dedicando-se à criação de gados, que faziam pastar em terras alheias ou arrendadas.

A pressão sobre as áreas de pastoreio foi incentivando o aumento das áreas coutadas por mercê do monarca ou à revelia do poder régio. Esses espaços coutados «de novo» foram motivo de querelas e queixas um pouco por todo o lado. Em Castelo Branco, as coutadas novas feitas pela Ordem de Cristo, senhora da terra e detentora de grandes rebanhos, foram motivo de agravos apresentados pela vila, nas Cortes de Évora de 1325. (Vicente 2013). Idêntica situação obrigou à intervenção de D. Pedro I no Alentejo. No ano de 1362, o Justiceiro legislava a maneira como se podiam instituir as coutadas nas terras do Entre Tejo e Odiana. (Ch. D. Pedro I, fl. 68v). O aumento da ganadaria, aliado aos factores conjunturais, provocava, um pouco por todo o reino, o abandono da lavoura, dificultado o aprovisionamento de vilas e cidades, especialmente em cereais, obrigando o rei a legislar (Lei das Sesmarias). Mas esta era uma actividade proveitosa para os senhores proprietários de grandes rebanhos e os concelhos abrangidos pela procura e passagem dos gados transumantes, pois, sobre eles, arrecadavam o

montádigo, cujo recebimento dava origem a abusos como se depreende em documento de D. Afonso III, pelo qual ordenava o modo como as ordens militares e o concelho de Beja o deviam receber (Chancelaria de D. Afonso III, liv. 1, fl. 49, in CDA III 2006: vol. 1, doc. 237: 262-263 e doc. 239: 263). Pastagens e montado que, muitas vezes, eram doados pelos monarcas para agradecerem apaniguados em recompensa de serviços prestados ou por devoção e esmola. (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 35, fls. 107-107v e Beira, liv. 3, fls. 77-78). Em Agosto de 1254, D. Afonso III deu ordem para que todos os concelhos da Beira e Trasserra dessem a portagem e o montado a D. Pedro Ponces [de Baião], rico-homem da terra, como acontecera com os anteriores ricos-homens, em tempo dos monarcas seus antecessores. (Ch. D. Afonso III, liv. 1, fl. 8v. in CDA III. Vol. II (2006), doc. 56: 58). Os gados transumantes percorriam longas distâncias, todavia olhados com desconfiança e apreensão, sendo, por vezes, travada a sua livre passagem, como aconteceu no Sardoaal. Aqui, por sentença de Outubro de 1378, foram condenados todos os moradores desta vila que se opunham ao livre-trânsito do povo com seus gados pelo caminho que ia para Punhete, no sítio da Lameira Grande, termo de Abrantes (Gonçalves, 1992: 22). Nas suas deslocações, atravessavam terras tuteladas por várias entidades, dificultando o controlo e recebimento dos dízimos, situação que a Ordem do Templo e o Cabido e Sé da Guarda, grandes detentores de terras e rebanhos, resolveram por um compromisso datado de 1266 (Códice 736, fls. 161-163v). Ficou então determinado que metade da dízima das crias, lã e queijos dos rebanhos saídos da Covilhã e termo para os pastos das Idanhas, Segura, Rosmaninhal, Salvaterra, Castelo Branco, Proença, Bemposta e outros lugares, dentro dos limites territoriais do Bispado da Guarda, senhoreados pela Ordem do Templo, pertencia a esta. O mesmo se aplicaria aos gados das vilas e lugares da Ordem, quando fossem aos pascigos da Covilhã e do seu termo.

Todos os rebanhos eram acompanhados por pastores, chefiados pelo pastor maior. Em caso de dúvida sobre o local onde nascera a cria ou fora tosquiada a lã ou feito o queijo, fazia fé o juramento deste pastor maior. É de crer que, a par do gado ovino, outros gados, caprino, bovino, equino ou até porcino, acompanhassem as longas deslocações de rebanhos, como se verifica em documento referente a contenda sobre os limites entre os concelhos de Sortelha e do Sabugal. Nele, estão mencionados vários ovelheiros, porcariços e vaqueiros. Esses gados, segundo diziam os pastores inquiridos, partiam, no Verão, dos campos de Salvaterra, Penamacor e Idanha para o termo da Guarda (Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fls. 91v-94. In Gomes 1987: 57-71). O aumento do número de cabeças de gado e a crescente pressão sobre os pastos, bem como as restrições à apanha de ervas, ramos e pastos, essenciais ao equilíbrio de uma economia agro-pastoril, foram origem de prolongadas disputas. Tornava-se necessário salvaguardar os recursos e interesses municipais na área da Serra da Estrela, onde a procura de pastagens era cada vez maior.

A par dos gados nacionais, apascentavam-se gados vindos do reino vizinho. D. Manuel, por esmola, deu carta de privilégio ao mosteiro de Santa Maria de Guadalupe, autorizando a vinda até quinze mil cabeças de gado ovelhum até às ricas ervagens alpinas da Estrela, sendo-lhes delimitado uma determinada área onde podiam pastar sem se misturarem com outros rebanhos. (Extras, fls. 157v-158; Míst., liv. 1, fl. 32-32v. in HFAC, IV: n.º 4). Este privilégio dado ao mosteiro foi motivo de queixa dos «moradores da terra». Segundo diziam, não «ficava loguar» onde pastassem seus gados, o que representava um grande prejuízo para eles. Pediam que a Serra fosse demarcada para que todos aí pudessem apascentar os seus gados. D. Manuel compreendeu a situação e mandou Lopo Martinz, o seu almoxarife na vila de Seia, delimitar as pastagens juntamente com homens bons da vila. As demarcações, então feitas, abrangiam as terras entre Loriga, Seia, Gouveia e Manteigas. (Místicos, liv. 1, fls. 13-14, in HFAC, IV: n.º 45).

Os criadores de gados das povoações da Serra também procuravam obter privilégios junto do rei para apascentar os seus rebanhos noutras terras. Em 1496, D. Manuel I confirmou o privilégio concedido pelo Africano, em 1466, ao concelho de Manteigas, que autorizava os gados desta vila e termo a pastarem por todo o reino, sem pagamento de coima, desde que não provocassem danos ou devassas nas coutadas. (Beira, liv.1, fl. 6v-7). Com efeito, no ano seguinte, a vila de Castelo de Vide obteve, do mesmo monarca, alvará a interditar, aos moradores de Manteigas, a utilização das pastagens do seu termo, por ser pequeno e haver na vila muitos gados. O rei anulou a autorização que ele próprio tinha concedido aos moradores da vila serrana de Manteigas (Oliveira, 2011).

A todos interessava usufruir do maior espaço possível de pastagens, sendo frequentes os litígios entre as partes interessadas: concelhos e criadores. Nas Cortes de Évora, de 1447, a vila de Penamacor queixava-se de um grupo de fidalgos que, possuindo terras e propriedades hereditárias e de emprazamento, se iam apoderando de terras, herdades e maninhos do concelho (Beira, liv. 2, fl. 125-126). Porém, estes episódios de luta e confronto ajudaram ao aperfeiçoamento das estruturas e organização das actividades pastoris. Estas foram inicialmente criadas entre as partes envolvidas, obtendo depois a aprovação régia. Serve de exemplo a instituição do ofício do «alcaide dos pastores». Este ofício fora criado entre os pastores da Serra que anualmente escolhiam entre eles dois homens cuja missão era fazer respeitar as demarcações estabelecidas e apontar os locais onde cada um podia apascentar os seus gados. Contudo, no decorrer dos tempos, esta função foi sendo cada vez mais difícil, já porque a pressão sobre os recursos disponíveis se intensificava, já porque eles eram, segundo diziam, «homens symprezes e de pouco emtemder nom sabyam Reger o dicto ofiçio». Não conseguindo desempenhar o mesmo porque «algũus homes poderosos lho tolhyam», apelaram ao monarca. Pediam por mercê que fosse nomeado um certo Álvaro Carvalho, escudeiro, morador na Covilhã, que era «home de boa comcyemçia e auto e pertemçente pera

Reger o dicto ofyçio e pera os defemder de quem os qysesse agrauar». D. Manuel aceitou e, nomeou-o, por dois anos, para o ofício de «allcayde da dicta serra e comarca dos pastores e criadores». (Ch. D. Manuel I, liv. 12, fl. 31. in HFAC, IV: n.º 193. Findo esse prazo, voltou a reconduzi-lo no ofício, que ficou institucionalizado como «alcaide dos pastores e criadores da serra da Estrella e da Covilhã» (Id., liv. 2, fl. 31. in HFAC, IV: n.º 222).

#### CONCLUINDO

Ao longo de todo o período medieval, milhares de ovelhas percorriam, sazonalmente, grandes distâncias à procura de pastagens, tal como as manadas de herbívoros, ainda actualmente observáveis, o fazem no continente africano. A circulação dos rebanhos provocou, não raras vezes, situações de conflito, entre as partes envolvidas, e delas fazem eco os documentos. Com a resolução desses episódios, foi-se aperfeiçoando a organização desta actividade, nas suas variadas vertentes: delimitação de pastos, recebimento do montadigo, definição de um corpo de oficiais, bem como o apuramento das raças.

A repetida movimentação de vastas quantidades de ovelhas e outros gados marcou a história da Península Ibérica. Em Castela, a actividade parece-nos mais organizada, pelo enquadramento institucional da Mesta e conseguiu uma projecção económica muito ampla. Em Portugal, conclui-se que a mesma foi sempre menos estruturada do que além e não atingiu o poder económico e político alcançado no país vizinho. Contudo marcou as regiões da Beira Interior decisivamente e, de forma muito particular, os concelhos em torno da Estrela.

A actividade pastoril transumante está ainda muito viva nas memórias e no imaginário das gentes e terras da Beira, perdurou, com algum fulgor, até finais do primeiro quartel do século XX, numa adaptação perfeita da actividade humana ao meio físico. Constituiu e afirmou-se como um dos mais fortes e perenes factores identitários do mundo rural das áreas geográficas por ela abrangidas, ainda que se alargasse, de certa maneira, a todo o território nacional, pelas questões jurídicas, culturais, económicas, sociais, ecológicas, ou de relações fronteiriças, que foi suscitando ao longo dos séculos.

Tabela 01. O Montádigo nos forais da Beira Interior

LOCALIDADE	GADOS	MONTÁDIGO	PERTENÇA
Covilhã	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Penamacor	Rebanho de ovelhas, Vara de porcos Manada de vacas	4 carneiros 4 porcos 1 vaca	Concelho
Proença-a-Velha	Rebanho de ovelhas Vara de porcos Manada de vacas	4 carneiros 4 porcos 1 vaca	Concelho
S. Vicente da Beira	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Sarzedas	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Centumcellas	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Proença-a-Nova	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Idanha-a-Velha	Rebanho de ovelhas Vara de porcos Manada de vacas	4 carneiros 4 porcos 1 vaca	Concelho (dízimo á igreja)
Salvaterra	Rebanho de ovelhas Vara de porcos Manada de vacas	4 carneiros 4 porcos 1 vaca	Concelho (dízimo á igreja)
Lardosa	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Sobreira Formosa	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Belmonte	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Castelo Novo	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Vila Franca da Cardosa	Não diz		2/3 do senhor 1/3 do concelho
Valhelhas	Não diz	Não diz	2/3 do senhor 1/3 dos cavaleiros de Valhelhas

## FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Gaveta, VIII, mç. 3-4; Gaveta XVIII, mç. 3, doc. 22 e Gaveta, XVIII, mç. 6, doc. 13.

ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, liv. 1, fl. 8.

ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fls. 91v-94;

ANTT, Chancelaria D. Pedro I, fls. 68v-70.

ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 2, fl. 31; liv. 12, fl. 31 e liv. 35, fls. 107-107v.

ANTT, *Beira*, liv. 1, fl. 278-283 e *Beira*, liv. 3, fls. 77-78.

ANTT, Extras, fls. 157v-158.

ANTT, Místicos, liv. 1, fls. 13-14, 32-32v e 42-42v e liv. 2, fl. 31.

Arquivo Municipal de Castelo de Vide (AMCV), Tombo do Concelho, t. I, fls. 41-42.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Reservados, Códice, 736, fls. 161-163.

## FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA

Almeida, Maria Luísa Alves Ferreira (1992). Foral e Foros da Guarda. Edição e Estudos Linguísticos do Documento Manuscrito Português. Provas de Aptidão Pedagógica. Viseu: Centro de Viseu da Universidade Católica Portuguesa.

Amaral, Abílio Mendes do (1970). Os Pastores da Serra da Estrela. Etnografia – Foro – Transumância. In *Beira Alta*. Vol. XXIX, Fasc. III: 355-399.

Araújo, Julieta (1999). Relações de Fronteira na Idade Média: A Transumância. In IV Jornadas Luso- Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcanices. [Actas]. Vol. I. Porto. pp. 229-240.

Arquivo Histórico de Portugal (AHP). vol. I (1932-1934): 265-270.

Borges, Júlio António (1998). O Real Mosteiro de Santa Mari de Aguiar - Resenha Histórica. in

Cister: Espaços, Territórios, Paisagens. Lisboa: IPPAR, pp. 181-203.

Cabral, A. M. Dinis (1968). Carta de Foros e Costumes da Vila de Castelo Rodrigo (1209-1508). Viseu: Separata. Revista «Beira Alta».

Chancelaria de D. Afonso III (CDA III) (2006), 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I. Edição preparada por A. H. Oliveira Marques (1984). Lisboa: INIC/Centro de Estudos Históricos. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. [doc. 620].

Clemente Ramos, Julián (2003). La Ganadaria Porcina de Jarandilla de la Vera a Mediados siglo XV. I Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno. Coord. Luís Adão da Fonseca; Luís Carlos, Amaral; Maria Fernanda Ferreira Santos. vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora. pp. 743-749.

As Cortes de Leiria de 1372 (1972). Leiria: Câmara Municipal de Leiria. 1972.

Costa, Mário Alberto Nunes, (2005). O Montadigo em Portugal nos Séculos XII a XVI: Lisboa: edição do autor.

Cristino, Luciano Coelho (1972). As Cortes de Leiria de 1372. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

García Martín, Pedro (2000). Cosmovisión e Historia de la Trashumancia en la Península Ibérica. In Actas do Colóquio Montemuro a Última Rota da Transumância. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense e Escola Superior Agrária de Viseu. pp. 19-54.

Garvão, Maria Helena Martins Inês (1992). Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Histórica. Lisboa: Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa.

(As) Gavetas da Torre do Tombo. 12 Vols. Introdução de A. Da Silva Rego (1960-1977). Lisboa: Centro de Estudos Ultramarinos da Junta de Investigação Científica do Ultramar.

**FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA  
(CONTINUAÇÃO)**

- Gomes, Rita Costa (1987). Sobre as Fronteiras Medievais: a Beira. In Revista de História Económica e Social, n.º 21, Setembro-Dezembro. pp. 51-71.
- História Florestal Aquícola e Cinegética (HFAC). Collectânea de Documentos Existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1983). Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas. Direcção Geral do Ordenamento e Gestão Florestal. Vol. IV, doc. 4, pp. 14-15.
- Klein, Julius (1920). The Mesta. A Study in Spanish Economic History 1273-1836. Cp., Harvard University Press. <http://socserv.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/klein/TheMesta.pdf>
- Leão, Duarte Nunes de (2002). Descrição do Reino de Portugal. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Martinho, Alberto Trindade (1978). O Pastoreio e o Queijo da Serra. Lisboa: Parque Natural da Serra da Estrela.
- Martins, Maria Odete Sequeira (2011). Poder e Sociedade: a duquesa de Beja. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [texto policopiado].
- Montemuro a última rota da transumância [Actas do Colóquio, 18 Junho de 1999, realizado pelo Instituto Superior Politécnico de Viseu]. Arouca., Associação da Defesa do Património Arouquense. Escola Superior Agrária de Viseu, 2000.
- Oliveira, José Augusto (2011). Castelo de Vide na Idade Média. Lisboa: Colibri.
- Ordenações Afonsinas (1984). Nota de Apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Nota Textológica de Eduardo Borges Nunes. 6 volumes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ordenações de D. Duarte. Edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes (1988). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 408-409.
- Paulino, Fernando Jorge de Sousa (2001). Transumância da Estrela ao Montemuro. Da Tradição à Modernidade: a Longa Viagem da Cultura Pastoril. [texto policopiado] Tese de Mestrado Relações interculturais. Porto: Universidade Aberta.
- Rau, Virgínia (1982). Sesmarias Medievais Portuguesas. Lisboa: Presença.
- Ribeiro, Orlando (1940-1941). Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela. In Revista da Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, vol. VII, Lisboa. Pp. 213-303.
- Idem, Notícia do Pastoreio na Serra do Montemuro. (1948). Porto: Separata. Miscelânea de Estudos à Memória de Cláudio Basto. Imprensa Portuense.
- Idem, O Significado Geográfico do Pastoreio na Serra da Estrela (1995). In Opúsculos Geográficos. Estudos Regionais. Lisboa. pp. 325-444.
- Rota da Lã Translana. Percursos e Marcas de um Território de Fronteira: Beira Interior (Portugal): Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha). 2008-2009. Coord. Elisa Calado Pinheiro. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. [edição bilingue].
- Ruiz Gómez, Francisco (2003). La economía ganadera y los dominios de las órdenes militares en la Mancha en el siglo XII. In Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno. Coord. Luís Adão da Fonseca; Luís Carlos Amaral; Maria Fernanda Ferreira Santos, vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora. pp. 415-424.
- Silva, Rosa Fernanda Moreira da (2000). Transumância no Portugal Central: Diversidade e organização do território. In Actas do Colóquio Montemuro a última rota da transumância. Arouca: Associação da defesa do património Arouquense. Escola Superior Agrária de Viseu. pp. 55-69.
- Serra, José Correia da (1829). Inéditos de História Portuguesa, Vol. V, Foros de Garvão. Lisboa: Academia Real das Ciências, Oficina da Academia.
- Trindade, Maria José Lagos (1981). Actividade Pastoril e o Pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI. In Estudos de História Medieval e Outros. Lisboa: Faculdade de Letras. Cooperativa Editora. História Crítica.
- Ventura Leontina; Oliveira António Resende de (2006). Chancelaria de D. Afonso III. 2 Vols., Coimbra.
- Vicente, Maria da Graça A. S. (2013). Entre Zêzere e Tejo (séculos XII-XIV). Lisboa: Dissertação Doutoramento. Faculdade Letras da Universidade de Lisboa. [texto policopiado].

*Ubimuseum*

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

# A funcionalidade do Estado burguês na reprodução da sociedade capitalista

**GISELY VIEIRA BATISTA**

Faculdade de Serviço Social  
Universidade Federal de Alagoas

## RESUMO

O presente estudo aborda a intrínseca relação entre *Capital, Trabalho e Estado*, atentando para o fato de que o trabalho é a categoria fundante do ser social, e o Estado é um mecanismo de controle e repressão sobre o trabalho, a serviço do capital. Nesse sentido, faremos uma análise dessas categorias sem desarticulá-las, pois adotamos a perspectiva da totalidade social para compreender a funcionalidade do Estado burguês na reprodução da sociedade capitalista. Para o referido estudo, foi utilizado o método da pesquisa bibliográfica, baseado nos autores que tratam da temática numa perspectiva crítico-dialética.

## PALAVRAS-CHAVES

Capital, Trabalho, Estado, Ser Social, Totalidade Social.

## ABSTRACT

The present study focuses on the intrinsic relationship between Capital, Labour and State, noting the fact that the work is the foundational category of social being, and the state is a mechanism of control and repression on labor in the service of capital. Accordingly, we will analyze these categories without dismantles them, because we adopt the perspective of the social totality to understand the functionality of the bourgeois state in the reproduction of capitalist society. For this study was utilized

the method of literature, based on the authors who treat the theme in a critical-dialectical perspective.

#### KEYWORDS

Capital, Labor, State, Being Social, Social Totality.

#### INTRODUÇÃO

O nosso interesse pela temática *Capital, Trabalho e Estado* surgiu das discussões realizadas na disciplina *Trabalho na Sociedade Contemporânea*, sob orientação do Professor Dr. Sérgio Lessa, no Mestrado em Serviço Social, ofertado pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social, na Universidade Federal de Alagoas. O objetivo do trabalho é compreender a função do Estado no capitalismo, considerando o fato da funcionalidade do Estado burguês na reprodução da sociedade capitalista. Para tal, escolhemos como raiz teórica, a crítica ontológica do Estado e do capital em Marx e Mészáros. Para subsidiarmos tal discussão, recorreremos a alguns estudiosos de ambos os autores, que serão citados ao longo do texto. Inicialmente, faremos um resgate do estudo de Lessa sobre o trabalho, considerando-o o fundamento ontológico da vida dos homens, por garantir o seu ser social e manter a reprodução social. A partir do trabalho, produzem-se os meios de produção e de subsistência, assim como se transforma o homem, produzindo “novas possibilidades e necessidades históricas” (Lessa 2007: 142). O trabalho é o processo de produção da base material da sociedade pela transformação da natureza. Vale a pena salientar que, para Marx, nem toda atividade humana é trabalho, mas somente a que transforma a natureza. Sendo assim, por meio do trabalho, os homens não só constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos. Daí, aquele confirmasse que não há indivíduos sem sociedade. Neste sentido, veremos que a transformação da natureza e do indivíduo, provocada pelo trabalho, possibilita a “construção de novas situações, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante (e contraditório)” (Lessa 2007: 145). Assim, é com o desenvolvimento humano, através das relações humanas, que se dá a reprodução e a formação sociais. Contudo, embora o trabalho seja o fundamento ontológico do ser social, este não se resume àquele. Com a complexificação da realidade social, surgem novas necessidades e novos problemas, que não poderiam ser enfrentados no âmbito do próprio trabalho. É a partir daí que surgem novas dimensões sociais, tais como o direito, a política, a arte, a ciência, a religião, a educação, etc. Cada qual assume uma natureza e funções específicas para resolução dessas novas questões. Realçamos que nosso objeto de investigação, o Estado, tem uma dependência ontológica e uma autonomia relativa face à matriz fundante que é o trabalho. Deste modo, o ser social, vai se constituindo como um “complexo de complexos”, ou seja, um conjunto articulado de categorias,

em processo, tendo sempre como matriz fundante o trabalho. Daí, confirma-se que a categoria da totalidade é absolutamente central no pensamento marxiano. Mesmo quando se constata a intensa fragmentação da realidade social como no caso da sociabilidade capitalista, ainda assim, para além das aparências, há uma lógica que a rege e a raiz dela só pode ser encontrada no trabalho. Em tal enquadramento, no segundo ponto do texto, apresentaremos a compreensão do Estado Moderno, na visão de István Mészáros, de garante da expansão e extração do trabalho excedente. O nosso intuito é perceber como o Estado mantém e reproduz a exploração de uma classe sobre a outra. Evidenciaremos que, para Mészáros, o capital escapa ao controle de qualquer indivíduo ou instituição, mesmo ao Estado. Assim sendo, o capital é uma relação social que pode ser criada ou destruída, mas jamais controlada. Em tais pressupostos, no terceiro momento abordaremos os aspectos da intervenção do Estado no sistema metabólico do capital. Com base em Mészáros, faremos um resgate da indissociável relação entre o poder econômico e o poder político no sistema do capital, enfatizando, dessa forma, a necessidade de o Estado modificar sua forma de intervenção a fim de se adaptar às mudanças processadas na base material do sistema capitalista. Seguindo essa linha de raciocínio, no ponto seguinte, veremos que a apesar da intervenção do Estado estar diretamente ligada ao modelo de produção do sistema vigente, seu caráter e sua essência não mudam. Demonstraremos que na passagem do modelo fordista/ taylorista ao modelo toyotista houve modificações das atribuições do poder estatal, sem, contudo, alterar a natureza do Estado burguês, na proteção da propriedade privada, e a manutenção e reprodução do trabalho pelo capital, enfim, na defesa dos interesses da classe dominante, a burguesia. Assim sendo, encerraremos nossa discussão com base nos estudos de Ralph Miliband (1972) sobre a natureza de classe do Estado capitalista e a intrínseca relação do mesmo com a burguesia. Nesse sentido, discutiremos a necessidade do fim do Estado já que ao longo da exposição tentamos enfatizar que os interesses do trabalho são radicalmente opostos aos do capital. Veremos que, eliminando este sistema contraditório e desigual, acarretaria o fim do Estado. A construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humanitária não precisaria desse mecanismo de controle e repressão.

#### **O TRABALHO É A CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL**

Entendemos que é a partir do trabalho que se desenvolvem todas as relações entre os homens e assumimos a concepção marxiana do trabalho como categoria fundante do ser social. Para Lessa é fundante porque, “Além de ser a protoforma de todos os atos humanos (a articulação entre teleologia e causalidade), também, atende à necessidade fundante de qualquer sociabilidade: a reprodução dos meios de produção e de subsistência a partir da natureza” (2007: 142). Para adentrarmos no assunto que pretendemos abordar, a funcionalidade do Estado na intensificação da exploração do trabalho pelo capital, sentimos a necessidade de esclarecer que o trabalho, na

concepção marxiana, é a “condição eterna da vida humana,” uma vez que somente ele possibilita a passagem do ser natural ao ser social, e porque ele sempre será a base a partir da qual se constrói a realidade social (Lessa 2007: cap. IV). É mediante o trabalho que os homens não só constroem materialmente a sociedade em que vivem como também se constroem enquanto indivíduos. O trabalho possibilita ao homem afastar as barreiras naturais, se distinguindo dos processos naturais em que estão regidos pelas leis naturais, e cria, então, um processo histórico. Dessa forma, a partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais. Torna-se imprescindível destacar que a transformação da natureza, feita pelos homens, é um processo muito diferente dos animais, porque a ação e o seu resultado são projetados na consciência antes de serem construídos na prática. Portanto, é essa capacidade que funda, para Marx, a diferença do homem em relação à natureza. O que percebemos, então, é a importância do trabalho enquanto ato histórico para apreendermos a história do homem e a construção de suas relações sociais. Por isso, convém-nos agora recorrer a Marx, em sua obra prima, *O Capital*, para compreendermos o que é o trabalho em seu sentido ontológico e a sua importância para a transformação do mundo dos homens.

A partir dos estudos de *O Capital*, percebemos que, para o seu autor, “o trabalho é um processo entre o homem e a natureza”, no qual, o indivíduo, pela força de “sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. De início, sua própria “corporalidade” (“braços e pernas, cabeça e mão”) é tomada como “uma força natural”, que ele “põe em movimento” na intenção de “apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida”. Agindo “sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la”, os indivíduos modificam também, “ao mesmo tempo, sua própria natureza”, desenvolvendo, sujeitando e dominando “as potências nela adormecidas” (Marx 1985: 149). Ao atuarem sobre a natureza para transformá-la, os indivíduos realizam operações impossíveis aos animais. Segundo Marx, “o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera” (Marx 1985: 149). A subjetividade ganha papel fundamental no processo de trabalho através da “prévia ideação” (Lessa 2007: 142), pois “no fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente”. O processo de trabalho nos remete à relação entre prévia-ideação e objetivação. O movimento de converter em objeto uma prévia-ideação é denominado por Marx de objetivação. Assim, o resultado do processo de objetivação é, sempre, alguma transformação da realidade. Toda objetivação produz uma nova situação, pois tanto a realidade, quanto o indivíduo já não são mais os mesmos. Em outras palavras, para Marx, ao construir o mundo objetivado, o indivíduo também se constrói. Ao transformarem a natureza, os homens também se transformam, pois adquirem sempre novos conhecimentos e habilidades. A partir daí, entende-se que a objetivação não significa

o desaparecimento da natureza, mas a sua transformação no sentido desejado pelos homens. Em síntese, toda objetivação origina novas situações e, por isso, a história jamais se repete. É importante salientar que, no capitalismo, as necessidades que impulsionam as prévias-ideações não são mais necessidades humanas, mas necessidades que brotam da dinâmica reprodutiva do capital. Em outras palavras, o capital predomina sobre as necessidades verdadeiramente humanas, fazendo com que a reprodução social dos indivíduos e da totalidade social esteja a serviço dos interesses particulares da burguesia. Desta forma, podemos afirmar que o trabalho é “a categoria fundante do mundo dos homens”, pois é “a categoria que faz a mediação” dos indivíduos “com a natureza” e “também a forma da articulação entre teleologia e causalidade característica do ser social”. A causalidade é o princípio do automovimento (Lessa 2007).

Como elemento fundante do “mundo dos homens”, “os elementos simples do processo de trabalho são”, segundo Marx, “a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios” (Lessa 2007: 142-43). O trabalho é o fundamento ontológico da vida dos homens, ou seja, funda o ser social e mantém a reprodução social. A partir do trabalho, produzem-se os meios de produção e de subsistência, assim como se transforma o homem produzindo “novas possibilidades e necessidades históricas”. A transformação da natureza e do indivíduo provocada pelo trabalho possibilita a “construção de novas situações, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante (e contraditório)” (Lessa 2007: 145). Assim, é com o desenvolvimento humano, através das relações humanas, que se dá a reprodução da formação social.

O trabalho constitui “o pilar material fundamental de suporte do capital”. A partir das análises de Mészáros, em especial, das leituras e interpretações de seus estudiosos, tais como, Paniago (2012) e Andrade (2012), confirmaremos que não é o Estado que sustenta o capital, mas o trabalho. O Estado tem por função assegurar as condições da extração do trabalho excedente e comparecer com o poder coesivo necessário ao funcionamento do sistema e de suas unidades reprodutivas diretas. *Capital, Trabalho e Estado*, em suas diferentes interconexões, são materialmente constituídos e interligados e não simplesmente em uma base legal/política. Por isso, são denominados por Mészáros como “as três dimensões fundamentais do sistema”. Essa determinação comum é que dá a qualidade de reciprocidade entre eles. Para o referido autor, o “capital não é nada sem o trabalho”, e o Estado existe para manter e reproduzir essa relação, sempre a favor da classe dominante. Por fim, entende-se que o elo explicativo da relação de reciprocidade dialética entre capital e Estado é o trabalho.

Nessa direção, no próximo item, discorreremos sobre a concepção de Estado em Mészáros, tendo em vista a importância da produção deste autor marxiano na contemporaneidade. Pretendemos abordar as problemáticas advindas da separação entre *produção e controle*, suas consequências, e, sobretudo, as funções, atuação e

limites do Estado diante do sistema metabólico do capital. István Mészáros, filósofo húngaro, denomina o sistema capitalista como o sistema metabólico de controle do capital, composto por estruturas complementares e essenciais entre as quais o Estado moderno se ergue simultaneamente às unidades socioeconômicas. De acordo com esse autor, a operação da dominação econômica do capital sobre o trabalho tem cada vez mais solicitado o fornecimento das “garantias políticas” do Estado com o fim de “proteger e assegurar a realização produtiva do sistema”. O que se reafirma nos dias atuais, com a crise estrutural, a ajuda externa do Estado é ainda mais vital. Essa crise econômica é chamada por Mészáros (2009) de *crise estrutural*, devido à sua abrangência, duração e profundidade, diferenciando-a da crise cíclica de 1929

#### O ESTADO MODERNO NA VISÃO DE ISTVÁN MÉSZÁROS: GARANTE DA EXPANSÃO E EXTRAÇÃO DO TRABALHO EXCEDENTE

Neste momento do nosso texto, mostraremos, a partir do estudo das obras de Paniago (2012), intitulada “*Mészáros e a Incontrolabilidade do Capital*”, e de Andrade (2012), denominada “*Marx, Mészáros e o Estado*”, alguns elementos sobre as determinações essenciais do Estado moderno e sua íntima interconexão com o capital e o trabalho. Logo de início, a autora nos alerta para o fato de que entre as várias teorizações sobre o Estado há uma vertente que é rejeitada a princípio por Mészáros: “a vertente que considera o Estado como o espaço e a mediação para a solução das dificuldades e contradições inerentes ao sistema do capital, e, portanto, como o agente da ‘reconciliação’” (Mészáros apud Paniago 2012: 76). Para Mészáros, a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. Assim, o Estado se configura, enquanto participante do sistema metabólico do capital, como a estrutura de comando político do capital, que não é inferior ou independente da estrutura econômica deste sistema e sim complementar. A esse respeito, Mészáros caracteriza a “estrutura de comando político” do capital da seguinte forma,

“O inter-relacionamento desenvolvido entre as estruturas reprodutivas materiais diretas e o Estado se caracteriza pela categoria da simultaneidade [...]. Da mesma forma, em relação à questão das “determinações”, só se pode falar adequadamente de co-determinações [...] em termos do “em conjunção a” sempre que se desejar tornar inteligíveis as mudanças no controle sociometabólico do capital que emerge da reciprocidade dialética entre estrutura de comando político e a socioeconômica” (Mészáros apud paniago, 2012: 85).

Na esteira do pensamento de Marx e Engels, Mészáros, demonstra que o Estado moderno, na sua função política, apenas pode declarar como formal e legalmente existentes aquelas demandas da sociedade que não se manifestam contrariamente à garantia da propriedade privada, à organização hierárquica da classe trabalhadora,

à livre compra e venda da força de trabalho, enfim, à acumulação privada da mais valia. A esse respeito, para que se realize a extração de mais valia, o capital necessita de uma coesão social. Ou seja, como a extração se dá por meio da exploração da força de trabalho, via trabalho assalariado, se faz necessário que todos concordem com esse modo de trabalhar e reproduzam a ideologia desse tipo de sociedade. O Estado moderno corporifica a necessária dimensão coesiva de “seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração de trabalho excedente” do sistema do capital. Isso é o que pode ser encontrado de comum em todas as formas de Estado. Nesse processo de alienação, o Estado tem papel importante. Como afirmamos anteriormente, nas “unidades reprodutivas económicas”, o que guia o Estado é a “a expansão e extração do trabalho excedente”, portanto, a sua ação incide na dimensão da coesão, justamente onde as unidades económicas falham, devido ao seu carácter “centrífugo” inalterável. O Estado moderno torna-se, pois, “absolutamente vital para a sustentabilidade material de todo o sistema” (Mészáros apud Paniago 2012: 83) e se constitui em pré-requisito para o desenvolvimento do sistema do capital, ao ser a única estrutura cabível para a administração dos antagonismos. O que comprova que o Estado não é apenas uma superestrutura, mas sim uma estrutura constitutiva do capital tão fundamental quanto às próprias estruturas económicas, pois ambas são complementares e inúteis ao imperativo da extração da mais valia, quando isoladas. Nas palavras de Mészáros, “o princípio estruturador do Estado Moderno, em todas as suas formas, inclusive as variedades pós-capitalistas, é o seu papel vital de garantir e proteger as condições gerais de extração de mais-valia do trabalho excedente (Mészáros apud Andrade, 2012:17). Nota-se, a partir daí, que a visão daquele está dirigida à apreensão da função do Estado moderno como garante do processo de extração do trabalho excedente, uma função essencialmente económico-social, tendo em vista a incapacidade do mercado de realizar a coesão necessária ao processo de produção e reprodução do sistema do capital. Em sua análise sobre a relação de reciprocidade dialética entre o Estado moderno e o capital, Paniago entende, a partir de Mészáros, que, não se pode pensar num Estado desembaraçado de seu papel vital, qual seja, o de assegurar e salvaguardar as condições globais da extração do trabalho excedente. O Estado e o capital são totalmente inconcebíveis em separado. O Estado moderno surge como um complemento às estruturas económicas do sistema do capital: como uma “totalizadora estrutura de comando político do capital” que tem como função primordial “assegurar e proteger numa base permanente as realizações produtivas do sistema”. Ele é “absolutamente indispensável para a sustentabilidade material de todo o sistema” (2012: 81). Sendo assim, o Estado, para Mészáros, é “parte integrante da própria base material do capital”. O referido autor apresenta um diferencial na sua interpretação, ao conceber o Estado como estrutura de comando do sistema do capital, que ultrapassa a atuação associada às suas personificações. Essa particularidade do pensamento de Mészáros será exposta no próximo item ao tratar os aspectos da intervenção do Estado no sistema metabólico do capital.

## OS ASPECTOS DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO SISTEMA METABÓLICO DO CAPITAL

Durante sua formação histórica, o capital necessitou de promover a separação da anterior unidade entre a *produção e controle*. Ademais, o próprio sistema gerou uma série de novas contradições inelimináveis. A partir de agora, mostraremos de forma mais incisiva como o Estado age nas principais contradições existentes nas esferas socioeconômicas. O Estado age como estrutura corretiva sobre os defeitos estruturais do sistema do capital, quais sejam: a separação entre *produção e controle*, *produção e consumo* e *produção e circulação*. A esse respeito, Mészáros diz que:

“Os ‘defeitos estruturais do capital’ sobre os quais o Estado moderno deve agir são: a separação entre produção e controle; a fragmentação entre produção e consumo; e a oposição entre produção e circulação. Em face desses ‘defeitos estruturais’, a função do Estado é ‘retificar’ a carência de unidade existente entre eles” (Mészáros apud Andrade, 2012: 21).

A partir desse entendimento, apresentaremos o papel ativo do Estado em relação aos três defeitos estruturais do sistema do capital, mencionados acima. É importante salientar que buscamos, em Paniago (2012) e Andrade (2012), subsídios para entender e interpretar a obra de Mészáros, acerca da intervenção corretiva do Estado que se dá nos limites do necessário aos interesses do sistema metabólico do capital. Sendo assim, o Estado atua nos aspectos que desenvolvemos de imediato

## PRODUÇÃO E CONTROLE

Por meio do aparato legal, o capital estabelece uma igualdade formal, ilusória entre quem produz, os trabalhadores, e quem gere a produção, tornando possível que tal cisão, imprescindível ao modo de produção capitalista, ocorra de forma “harmônica”, como algo natural que não deve ser questionado. A esse respeito afirma o autor:

“[...] no que se refere à possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de produção e controle, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isso se deve a capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômico” (Mészáros apud Paniago, 2012: 87).

Ainda no plano da separação entre “produção e controle”, o Estado moderno, por “exigência absoluta do sistema do capital”, exerce a função de controlar a transferência dos meios de produção entre as gerações. Graças ao Estado, tal transferência é garantida de forma compulsória entre as gerações que personificam o capital sem perturbações ou questionamentos. Dessa forma, garante a perpetuação da “alienação do controle pelos produtores”. Outro aspecto interventivo do Estado, não menos importante, ainda nesse âmbito de “*produção e controle*” é, segundo destaca Andrade (2012), a sua atuação na inter-relação entre os “microsomos particulares”, ou seja, entre os detentores do capital. A ausência reguladora do Estado tornaria

impossível o desenvolvimento do sistema capitalista, visto que tais “microsomos” vivem em constantes conflitos, por interesses antagônicos particulares, que não levam em conta o interesse geral do sistema. Desse modo, enquanto estrutura de comando político do sistema metabólico do capital, o Estado moderno deve assegurar o desenvolvimento do capital como um todo em detrimento dos interesses particulares de suas personificações. Sobre isso, diz o autor:

“[...] esse tipo de intervenção corretiva ocorre de acordo com a dinâmica mutante de expansão e acumulação do capital, facilitando a prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes até a formação de corporações transnacionais gigantescas e monopólios industriais” (Mészáros apud Andrade 2012: 22).

#### PRODUÇÃO E CONSUMO

A sobreposição do valor de troca sobre o valor de uso, do modo de produção capitalista, torna a produção da sociedade concentrada apenas por si mesma, em outras palavras, a produção torna-se capaz de gerar cada vez mais sem, no entanto, seu desenvolvimento estar ligado às necessidades reais dos indivíduos, ou seja, a produção ocorre em função do lucro e não da necessidade. Marx (1985) discute ambos os valores, quando trata dos fatores da mercadoria. As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso. A forma do valor de uma mercadoria se contém em sua relação de valor ou de troca com outra mercadoria diferente. O valor de uma mercadoria não é determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe dá a última forma, mas também pela quantidade de trabalho contida em seus meios de produção. Nessa lógica, criam-se novas necessidades para suprir a demanda de lucros do capital, tal expansão, segundo Mészáros, aparentemente não tem limite “a não ser a quebra do motor que continua a gerá-lo em escala cada vez maior e cada vez mais destrutiva [...]” (Mészáros apud Paniago, 2012:90). Entretanto, ao mesmo tempo em que ocorre uma expansão, antes inimaginável, da capacidade produtiva, o acesso e a possibilidade de consumo são reduzidos a poucos. Fica explícita, então, até aqui, mais uma contradição do sistema capitalista, o desequilíbrio entre *produção e consumo*, haja vista que os produtores não têm acesso aos bens e grande parte da humanidade não usufrui o que é produzido, mesmo sendo a produção suficiente para atender a todos. Para manter tais relações, o Estado é chamado a intervir fornecendo-lhe legitimidade, sob o mascaramento da defesa da “soberania do consumidor” e da “competição saudável”. Verifica-se até ao momento que o Estado moderno é requisitado a cumprir “funções reguladoras”, sempre adequadas aos interesses e reprodução da ordem vigente. Mas também como consumidor de serviços que atendam a “necessidades reais do conjunto social”, onde lhe cabe a função de provedor, como educação, saúde, habitação e outros. O cargo de comprador exercido pelo Estado deve ser, para Mészáros, sempre “direto em escala crescente” e serve como atenuante frente aos problemas gerados da fragmentação entre *produção e consumo*, junto à classe operária. Nessa direção, o autor destaca:

“Reconhecidamente, a intervenção totalizadora e a ação corretiva do Estado não podem produzir uma unidade genuína neste plano, porque a separação e a oposição de produção e consumo, com a radical alienação do controle dos produtores, pertencem às determinações estruturais mais internas do próprio sistema do capital, e constituem portanto requisito indispensável para sua reprodução constante. Não obstante, esta ação corretiva empreendida pelo Estado é de suma importância. Os processos reprodutivos materiais do sociometabolismo do capital e as estruturas políticas e de comando de seu modo de controle sustentam-se reciprocamente [...]” (Mészáros apud Andrade 2012: 22).

Conclui-se que o Estado é imprescindível para o controle sociometabólico do capital, exercendo uma função essencial na sua reprodução, inclusive nesse âmbito da produção e consumo. Entretanto, sua ação é limitada pelas contradições geradas pelo próprio sistema, necessárias consequências do desenvolvimento capitalista em seu processo de expansão. .

#### PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO

Nesse terceiro defeito estrutural, Mészáros aponta a busca de uma unidade entre as “estruturas internamente fragmentadas do sistema do capital”, como sendo talvez a mais importante e contraditória função a ser cumprida pelo Estado. A primeira questão a ser explicitada pelo autor é o fato de que as estruturas corretivas de comando político do sistema do capital se organizem em Estados nacionais. Embora sua ação deva ser global, por exigência do próprio sistema, o que torna “inconcebível” que os Estados se confinem aos limites nacionais. Frente a esta contradição, se institui um “sistema de duplo padrão”, isso significa, uma atuação distinta do Estado nos países centrais e nos países periféricos. Nas palavras do autor, de imediato:

“a única forma pela qual o Estado pode tentar resolver essas contradições é com a instituição de um sistema de ‘duplo padrão’: em casa (ou seja, nos países “metropolitanos” ou “centrais” do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e na ‘periferia subdesenvolvida’, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração” (Mészáros apud Andrade 2012: 23).

Nesse contexto, essa possibilidade é definida pelo nível de expansão do capital, que poderá ou não permitir uma menor exploração dos trabalhadores do primeiro grupo em virtude da super exploração do restante dos trabalhadores. Nos últimos anos, o que se nota, em virtude da crise estrutural do capital, é uma “equalização no índice diferencial de exploração”. Essa crise é denominada por Mészáros de “espiral para baixo”, que também vem afetando o Estado por meio de um “crescente autoritarismo”. Isso se deve ao fato de que, mesmo mantendo certa autonomia por ser parte da estrutura de um sistema, o Estado tem que se modificar e se configurar de modo a tornar-se o mais adequado à expansão do capital, ou seja, sua autonomia é relativa, tendo como limite os interesses do próprio sistema. Evidenciamos, portanto, que não há como eliminar as contradições entre os capitais, pois estes mantêm interesses antagônicos inconciliáveis. O próprio sistema metabólico do capital se estrutura de

maneira a fragmentar suas unidades políticas e económicas. Enquanto esse aspecto da *produção e circulação* constituir a mais importante função do Estado, será também a mais contraditória posto que articula os conflitos na ação estatal que precisa ser global, mas lida com a impossibilidade real de eliminar os Estados nacionais e, portanto, atuar de forma homogênea no processo de reprodução...Em suma, fica explícito que, em Mészáros, a função do Estado se remete aos conflitos oriundos da base económica do sistema do capital.

Ao longo dessa discussão, realçamos que a íntima inter-relação entre o Estado moderno e o capital é a da complementação, ou seja, o papel remediador do Estado age diretamente na tríplice contradição entre *produção e controle*, *produção e consumo* e *produção e circulação*. Demonstramos ao longo do texto que a função do Estado moderno está firmemente orientada para a extração do trabalho excedente, tendo em vista que há uma relação de reciprocidade dialética entre o Estado moderno e o capital, na medida em que um não poderia existir sem a presença do outro. Discutiremos no próximo item que apesar de o Estado ampliar ou restringir suas funções conforme a necessidade de expansão do capital, o mesmo nunca perde sua essência e seu caráter de protetor da propriedade privada, mantenedor e reproduzidor da exploração do trabalho pelo capital.

#### **O ESTADO É SEMPRE UM MECANISMO DE CONTROLE E DE EXPLORAÇÃO DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO: DO TAYLORISMO/FORDISMO AO TOYOTISMO**

Existe um consenso entre os teóricos ao concordarem que as mudanças gerenciais e técnicas da estrutura produtiva capitalista estão provocando transformações profundas da produção e reprodução social no mundo contemporâneo. Entretanto, nota-se que, desde 1980, vêm-se constituindo dois grandes grupos de teóricos, os quais desenvolveram teses diferentes para explicar de que forma estão ocorrendo estas transformações. A primeira concepção se caracteriza pela afirmação de que entre o toyotismo e o fordismo haveria uma ruptura de grandes proporções, que levaria à abolição da separação entre o trabalho manual e o intelectual, e entre o trabalho produtivo e o improdutivo. Para Marx, o trabalho intelectual é aquele que no capitalismo se opõe como “inimigo” ao trabalho manual. Ele tem a função de controle do trabalho manual. De acordo com Lessa (2007), para Marx a diferença entre trabalho improdutivo e trabalho produtivo seria que o primeiro não produz mais-valia, enquanto que o último produz. A segunda concepção se caracteriza pelo reconhecimento de que entre o fordismo e toyotismo há mais traços de continuidade do que de rupturas. Neste trabalho, não nos deteremos a essa polémica, e sim, ao fato que se evidencia, na atualidade, da convivência desigual entre as formas avançadas, aqui entenda-se o modelo toyotista, e as formas atrasadas na organização da produção capitalista, expressa pelo taylorismo/fordismo. Estas duas formas de controle e exploração do capital sobre o trabalho estão presentes na contemporaneidade e não alteram em

nada a estrutura da sociedade capitalista, pelo contrário, auxiliam na reprodução e manutenção dessa sociedade injusta, contraditória e desigual. A centralidade da nossa análise é justamente nas formas que o Estado vem assumindo, ora mais rígida, autoritária e repressiva, ora mais democrática, igualitária e consensual, a fim de atender tão somente a necessidade de acumulação do capital. Nosso objetivo é demonstrar como o Estado através das suas múltiplas facetas auxilia no controle do capital sobre o trabalho, atentando para as diferentes formas de organização de trabalho dentro da sociabilidade capitalista.

Após um longo período de acumulação de capitais, ocorrido durante o apogeu do fordismo e do keynesianismo, a partir da década de 1970, esse processo começou a dar sinais de esgotamento. Seus traços mais evidentes são apontados por Antunes (1999), tais como: a queda da taxa de lucro, dado pelo aumento do preço da força de trabalho e pela intensificação das lutas sociais dos anos sessenta, que objetivavam o controle da produção e a conseqüente redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; o segundo traço foi o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; o terceiro, a hipertrofia da esfera financeira, que passou a ganhar relativa autonomia frente aos capitais produtivos, colocando o capital financeiro como um campo para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; o quarto, a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; o quinto, a crise do *Welfare State* ou *Estado de bem-estar social* e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; e, por último, o incremento acentuado das privatizações, desregulamentações e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

Como se pode observar, durante a década de 1970, o capitalismo apresentou um quadro crítico na economia, o que implicou mudanças de toda ordem no mundo do trabalho. É válido frisar também que esse quadro já se configurava desde a década de 30 do Século XX. No entanto, foi nos anos 70 com a decadência do padrão fordista de acumulação que se acentuou a crise estrutural do capital. Porém, para Mészáros (2009), a denominada crise do fordismo e do keynesianismo é uma expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo, exprimindo um significado mais profundo, uma crise estrutural. O capitalismo, após vivenciar a era dos ciclos, adentra em uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada por um contínuo depressivo. Diferente das crises anteriores, esta se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural. Para Mészáros (2009), a crise econômica capitalista é uma crise na própria realização do valor. A tese central de sua análise desenvolvida é de que o sistema de capital não pode mais se desenvolver sem recorrer à taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias como mecanismo que lhe é intrínseco. Outro componente vital da crise estrutural é dado pela corrosão do trabalho relativamente contratado

e regulamentado, que está sendo substituído por outras diversas formas de contrato de trabalho que oscilam entre a superexploração e a auto-exploração do trabalho, se direcionando a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. Os mais afetados economicamente pela crise, os capitalistas, visando retomar o crescimento dos lucros, deram início a alternativas para conter a crise. Dentre elas, podemos dizer que a mais impactante foi a reestruturação da indústria, através do novo modelo de acumulação, o toyotismo, aliada à regulação do Estado, através do neoliberalismo. A linha rígida de produção implantada pelo fordismo cedeu lugar à produção flexibilizada, que visava responder as necessidades individualizadas do consumidor, estimulava o trabalho em equipa, buscava o aproveitamento integral do tempo de produção, estimulava o controle de qualidade entre os operários, apostava no emprego vitalício e no aumento de salário para ampliar a produtividade e que, através da produção horizontalizada, abriu espaço para precarização e terceirização da força de trabalho e destruição do sindicalismo. Nessa direção, o toyotismo se caracterizou pela racionalização do processo produtivo, dotada de forte disciplinamento da força de trabalho e impulsionada pela necessidade de implantar formas de capital e de trabalho intensivas. As atividades realizadas anteriormente pela gerência científica passaram a ser interiorizadas na própria ação dos trabalhadores, através do trabalho em equipa, da transferência de responsabilidades de elaboração e controle da qualidade da produção. A intensificação da exploração do trabalho se amplia pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, como também pelo ritmo e pela velocidade da cadeia produtiva. Dessa forma, Krishan Kumar, em sua obra *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*, afirma que “o toyotismo abre mais um espaço para um patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia” (2006: 56). A esse respeito, acrescenta o autor que com a evolução tecnológica cada vez mais o desenvolvimento das forças produtivas está barateando os custos da mercadoria e ampliando a geração de mais-valia, ou seja, a tecnologia amplia a produção de mais-valia. Especificamente, no terceiro capítulo, denominado *O Fordismo e Pós-Fordismo*, Kumar analisa que, em meio ao processo de mudanças na esfera produtiva, vêm sendo expostas ideias de uma revolução pós-fordista, que afirma ter havido uma ruptura do atual modelo de produção toyotista com o modelo anterior, o taylorismo/fordismo. Entretanto, o referido autor argumenta, a partir de análises sobre os estudos de Kevin Robins e Franak Webster, a continuidade das práticas taylorista no modelo de produção toyotista. Nas palavras do autor:

“Além disso, a administração japonesa conseguiu, sem romper seu compromisso com a produção de massa, resolver problemas associados à organização taylorista do trabalho, utilizando esquemas bem conhecidos como envolver o trabalhador em círculos de qualidade e adotar, de modo geral, atitudes paternalistas não só com seus próprios empregados, mas com os fornecedores regulares”. (Kumar 2006: 102).

Kumar nos alerta para o fato de que, se não houve uma revolução fordista, mais suspeita ainda seria a ideia de uma revolução pós-fordista. Porém, não nega as mudanças, que ocorreram na década de 1920, a implantação da linha de montagem e a aplicação dos métodos tayloristas nos vários ramos da indústria, assim como as mudanças que ocorreram nas décadas de 1970-1980: o movimento em direção aos produtos sob medida; a fragmentação da força de trabalho e a desintegração das empresas e descentralização da produção, a tal produção verticalizada. Embora, esse conjunto de mudanças seja importante, não assinalam um rompimento fundamental na ordem do industrialismo capitalista. Para o autor, “tudo isso pode ser interpretado como manifestações do dinamismo tecnológico e de inovação revolucionárias constantes na produção, que eram inerentes, desde o início, à Revolução Industrial” (Kumar 2006: 103).

A reestruturação industrial deu-se baseada na competitividade com o mercado mundial, adequando as indústrias à flexibilização da produção. Estas, que já não eram mais verticalizadas, se automatizaram, descentralizaram, aderiram à terceirização, enfim, tudo o que foi necessário para a manutenção da extração dos lucros e expropriação do trabalho. De certo, a classe trabalhadora foi a mais atingida com a crise e a reestruturação, pois estas tornaram-na cada vez mais fragilizada e fragmentada. Assim, a crise do capital suscitou “novas formas de produção e consumo”, de maneira que “se impôs uma nova articulação entre o Estado e a produção.” (Lessa 2007: 318). Lessa afirma também que as “novas condições económicas” promoveram o surgimento de “um novo Estado”: “o neoliberal”. Com o advento do neoliberalismo, o Estado absorve amplamente os ditames burgueses e reduz bruscamente as conquistas trabalhistas, resultantes das mobilizações durante o fordismo. Dessa forma, a resposta do capitalismo à sua crise se dá apenas na aparência, ou seja, sem se questionar a base da produção material. Noutras palavras, as mudanças foram no âmbito do padrão de acumulação, ou seja, apenas na forma de organização do trabalho que passou do binômio taylorista/fordista para o toyotista, preservando, assim, a base da produção, isto é, permaneceu a exploração do trabalho do homem pelo homem, o que caracteriza o modo de produção capitalista. Ainda sobre o padrão toyotista, podemos dizer que a sua característica mais importante foi a “exploração predatória da força de trabalho”, ou seja, o trabalhador era mais e mais explorado e menos recompensado. À medida que a produção aumentava com a intensificação do ritmo de trabalho e a ampliação das horas-extras, o salário do trabalhador estancava. Para mantê-lo nessa situação, o empresariado recorria a medidas de controle repressivo às suas ações e aos seus órgãos representativos, sendo o Estado, sua maior representação. De acordo com Lessa (2007: 283), nesse período, o movimento operário enfraqueceu e conseqüentemente às revoluções socialistas os operários passaram a ser encarados também como consumidores. Assim, investiu-se em meios de comunicação em massa para fomentar a propaganda. Todavia, para que produção fosse acessível aos trabalhadores, era necessário ampliar os salários, reduzir a

jornada de trabalho, aumentar as férias, enfim, tudo que possibilitasse o consumo e a disponibilidade de tempo para assistir à propaganda. Dessa forma, emergem os sindicatos, com dimensões diferentes em cada região, alguns inclusive seguiam os ditames do capital domesticando a força de trabalho à medida que desregulavam os direitos trabalhistas. Os sindicatos domesticados passaram a fiscalizar os operários, isentando o Estado dessa responsabilidade. Para finalizar o círculo de controle da classe operária foram desenvolvidas políticas públicas que visavam o consumo e evitavam a crise setorial. “Os sucessos no curto prazo destas medidas económicas, sindicais e políticas foram consideráveis.” Em seguida, surgiram as transnacionais como fonte de financiamento e se espalharam no Terceiro Mundo em busca de mão-de-obra barata, e impuseram ditaduras para adaptá-las aos seus moldes. Assim, concretiza-se a transição do Estado de Bem-Estar para o neoliberalismo. Segundo Lessa:

“Quando as necessidades da reprodução do capital se alteraram, alterou-se no mesmo sentido a atuação do Estado. Transitou-se, sem solução de continuidade, do Estado de Bem-Estar ao Estado neoliberal: seu conteúdo de classe permanece o mesmo, não se alterou em nada a sua função social. O que mudou foram as necessidades para a reprodução do capital” (Lessa 2007: 285).

Ainda de acordo com Lessa (2007: 319), “o Estado Mínimo Neoliberal”, ao substituir o Estado de Bem-Estar, não se desfez de suas finalidades, já que este também era produto do capital, mantendo a extração da mais-valia como cerne da sua intervenção. Como reafirma o autor, “seu conteúdo de classe permanece fundamentalmente o mesmo, sua função social não se alterou: do Estado de Bem-Estar ao Estado Mínimo neoliberal há uma evolução correspondente às novas condições impostas pela crise à reprodução do capital em escala mundial” (Lessa 2007: 290). Lessa conclui que “a combinação e articulação das características dos dois modelos de produção parece ter sido a regra, mais do que a exceção, da ‘reestruturação produtiva’ em todo mundo” (Lessa 2007: 307). Como também a possibilidade de fusão de elementos do taylorismo com a produção flexível estava parcialmente dada pelas novas necessidades e possibilidades de extração de mais-valia geradas com esgotamento do fordismo e do Estado de Bem-Estar. Com o movimento operário desarmado pelo estalinismo e pela social-democracia, possibilitou-se a fixação do neoliberalismo. Contribuíram para isso os sindicatos que se integraram na economia burguesa, fechando-se os espaços para as lutas sindicais (Lessa 2007: 286). As greves por melhores condições de trabalho repercutiam na precarização do trabalho por parte das empresas que não cediam e substituíam os trabalhadores por outros que aceitavam as novas condições precarizadas de trabalho. Conseqüentemente houve a exclusão de jovens e velhos do mercado de trabalho levando ao aumento do trabalho informal e do exército industrial de reserva. Amplia-se também o trabalho infantil. Enfim, todas as repercussões da reestruturação produtiva voltaram-se negativamente para os trabalhadores, no que diz respeito às condições de trabalho e aos direitos trabalhistas. O Estado neoliberal implementou uma política repressiva e controladora, sendo o trabalhador apenas

uma peça do seu processo de solidificação e aquisição de lucros. Nas palavras de Lessa:

“Portanto, e concluindo, por todos os indícios existentes, o Estado de Bem-Estar não foi a expressão de uma nova configuração das classes sociais e nem de uma outra função social do Estado. Dadas as peculiaridades históricas do pós-guerra, as necessidades inerentes à reprodução do capital exigiram a conjunção do binômio Estado de Bem-Estar nos países imperialistas e ditaduras e regimes autoritários no Terceiro Mundo; exigiram o renascimento da tortura e a intensificação da repressão ao sindicalismo revolucionário; exigiram uma série de guerras imperialistas e o incrível desperdício que é o arsenal nuclear. E o aumento da massa salarial ocorreu na medida e na proporção exatas para a maior lucratividade do capital naquelas circunstâncias. O Estado de Bem-Estar, longe de significar uma democratização do Estado e uma maior participação da sociedade civil em sua direção política, representou uma intensificação inédita das alienações que brotam do capital, com tudo o que tem de destrutivo. Não nos parece concebível, portanto, utilizar o Estado de Bem-Estar como um argumento empírico a favor das inúmeras teses que apregoam ter ocorrido uma alteração essencial do capitalismo, no Estado burguês e nas classes sociais no pós-guerra. (Lessa 2007: 291).

Nesse contexto, João Bernardo (2004) acrescenta ainda que o toyotismo foi um dos grandes agentes da reorganização neoliberal no capitalismo, e que através da exploração sistemática da componente intelectual do trabalho, as indústrias norte-americanas conseguiram aumentar o nível de produtividade que estava até então a sofrer com os efeitos de um persistente declínio. Ainda sobre a intrínseca relação entre o modelo toyotista e o Estado neoliberal, Antunes (1999) esclarece que a vigência do neoliberalismo, ou de políticas sob sua influência, propiciou condições em grande medida favoráveis à adaptação diferenciada de elementos do toyotismo no Ocidente. Sendo o processo de reestruturação produtiva do capital a base material do projeto ideológico – político neoliberal, a estrutura sob a qual se erige o ideário e a pragmática neoliberal, não foi difícil perceber que desde fins dos anos 70 e início dos anos 80, o mundo capitalista ocidental começou a desenvolver técnicas similares ao toyotismo. Nessa direção, a forma de organização e gestão do trabalho, especificamente, na França e no Japão, as indústrias já estavam altamente automatizadas, com pouquíssimo trabalho manual e com a polivalência dos operários, os quais realizam principalmente atividades de controle de produção. Esse fator caracterizava na época a ausência de intervenção estatal no incentivo ao desenvolvimento, já que os próprios trabalhadores auxiliavam no controle da organização do trabalho, pois impunha repressão e disciplina. Aprofundando a inserção da tecnologia nas fábricas, arrefrigava-se a intensificação da expropriação do trabalho humano afastando gradativamente os operários dos meios de produção, os quais direcionavam sua jornada de trabalho, sua força e inteligência para as máquinas. A tecnologia intensifica a exploração e o controle da classe trabalhadora, além de aumentar a apropriação do tempo de trabalho da mesma. O desenvolvimento tecnológico orientou-se para a reprodução das relações capitalistas de produção, as quais determinam a reprodução do modo de produção. Com a evolução tecnológica, cada vez mais, o desenvolvimento das forças produtivas está barateando os custos da mercadoria e ampliando a geração

de mais-valia, ou seja, a tecnologia amplia a produção de mais-valia. Por sua vez, “o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia.” (Kumar 2006: 56). A introdução da tecnologia nas fábricas implementou mudanças nas relações de trabalho, nas condições e nas garantias fundamentais dos trabalhadores. O maior impacto para a classe foi o desemprego estrutural, a substituição dos trabalhadores por máquinas. Mas essa inserção não ocasionou apenas isto, ela também ampliou a jornada de trabalho, a realização de horas-extras, a polivalência, a insegurança, a subordinação, os baixos salários, a desqualificação, etc. Esta realidade despertou lhes a necessidade de reivindicação, de organização e de luta. Kumar apresenta um estudo do desenvolvimento da tecnologia no processo produtivo a partir do incremento da informação. Assim, ele denomina esse desenvolvimento baseado na informação como “sociedade pós-industrial”. Desse modo, a partir da leitura de sua obra, entende-se que a tecnologia da informação tornou-se um ótimo negócio para a economia capitalista, visto que intensifica a produção, amplia a exploração do trabalho dentro e fora da empresa, aumenta a desigualdade social e a distinção entre as classes. De tal maneira, até o “conhecimento e a informação”, anteriormente acessíveis a todos, “tornam-se agora privatizados, foram transformados em mercadorias, expropriados para venda e lucro.” Isso quer dizer que podem alterar-se os meios de produção, mas mantêm-se “os objetivos e finalidades supremos das sociedades industriais capitalistas”. (Kumar 2006: 71).

O autor supracitado ainda apresenta uma contradição que deriva dessas transformações no mundo do trabalho à medida que houve um aumento da “liberdade” e da “criatividade”, por outro lado ocorre uma variedade de exploração da força de trabalho e de privação de liberdade. Segundo o autor, houve na década de 80 um grande debate acerca do “impacto da tecnologia da informação sobre o emprego”, pois muitos teóricos acreditavam na desqualificação e no conseqüente desemprego e outros defendiam que o mercado se abria a novos cargos com a extinção dos de rotina. Sobre a criação de empregos, Kumar fala na “realocação” e no “retreinamento” dos empregados, decorrentes do crescimento da demanda e do surgimento de serviços (Kumar 2006: 63). Mas a maior preocupação desses teóricos é a crescente busca dos trabalhadores pela qualificação, muitas vezes para executar a mesma atividade de antes, porém, agora solicita “altos níveis de perícia técnica e conhecimento teórico” (Kumar 2006: 64). Para Kumar:

“Na medida em que o taylorismo continua a ser o princípio dominante, a tecnologia da informação possui maior potencial de proletarizar do que de profissionalizar o trabalhador. Esse processo pode ser disfarçado com grande eficiência por estatísticas ocupacionais que sugerem uma força de trabalho mais culta e treinada” (Kumar 2006: 64).

Além do processo de estranhamento do seu produto, o trabalhador também sofre com a desqualificação provocada pelas constantes transformações tecnológicas. Assim, as máquinas passam a controlar a produção, os trabalhadores e aqueles que

os controlavam antes delas. Com a desqualificação, amplia-se a racionalização dos empregos e a revolta dos trabalhadores, tudo resultado da intensificação da automatização. A redução dos postos de trabalho em detrimento da aquisição de máquinas e a baixa produtividade, reflexo da resistência dos operários, não foram por si só suficientes para causar transtornos no sistema industrial. Todavia, o desemprego estrutural, resultado da reestruturação produtiva, provocou transtornos irreparáveis nas vidas dos trabalhadores. A fila do desemprego aumentava a proporção da automatização e conseqüentemente ocorriam tragédias e confrontos policiais. Os que ainda mantinham seu emprego estavam sob o olhar e o comando controlador do capital, quanto mais se dava mais ele explorava. As organizações da classe eram constantemente reprimidas e desmobilizadas, chegando em alguns casos a absorver a lógica do capital e a reproduzi-la para os trabalhadores. As que sobreviveram à repressão alcançaram conquistas inestimáveis que permanecem até à contemporaneidade. Conclui-se que com a inserção da microeletrônica na inovação tecnológica das indústrias ampliaram-se as formas de “uso e controle da força de trabalho”. Estas formas desenvolveram-se progressivamente de maneira que os trabalhadores subordinavam-se cada vez mais à medida que o capital extraia seu trabalho. Nesse sentido, efetiva-se cada vez mais a dinâmica do processo produtivo capitalista, no qual a obtenção de lucros com o menor custo possível é o objetivo maior. De acordo com os estudos de Kumar, esse momento denominado de pós-fordismo em nada se desviou das finalidades do capitalismo, pois seu contexto demonstra a busca intensa pela acumulação e a consolidação desse modo de produção. “Os imperativos do lucro, poder e controle parecem ser tão predominantes hoje como sempre foram na história do industrialismo capitalista” (Kumar 2006: 191). Este autor acrescenta que os maiores impactos da tecnologia da informação ocorreram no lazer e no consumo dos trabalhadores. As pessoas foram gradativamente induzidas a trocar o lazer externo como cinemas, parques, restaurantes, por atividades de entretenimento nas suas próprias casas, seja através da televisão, do computador, de enlatados e congelados. Até mesmo os seus utensílios domésticos passaram a ser adquiridos via telefone. Este incentivo ao lar está levando algumas pessoas a desenvolver suas atividades em suas próprias casas, sem necessitar se deslocarem à empresa. É importante frisar que esta é mais uma forma de as instituições se isentarem dos direitos trabalhistas, já que o empregado não está sob seu teto, e é também mais uma saída ao desemprego estrutural, transformar a casa em microempresas sob a perspectiva de tornar-se patrão.

Por tudo que já foi exposto, se torna imprescindível discutir no último momento desse artigo a intrínseca relação do Estado com a Burguesia e a necessidade do fim do Estado, da propriedade privada, do antagonismo de classes e da exploração do trabalho pelo capital. Discutiremos que para a instauração de uma nova ordem societária, mais justa, igualitária e humanitária, é preciso haver uma ruptura na base

material, ou seja, uma mudança radical nas relações de produção, o que acarretaria o fim do Estado Burguês.

#### A INTRÍNSECA RELAÇÃO DO ESTADO COM A BURGUESIA

Em sua obra intitulada, *O Estado na Sociedade Capitalista* (1972), Ralph Miliband traz grandes contribuições acerca da temática do Estado na sociedade contemporânea. Este pensador socialista belga, coerente com a proposta de construção crítica do marxismo, manteve, no final da década de 60, um estimulante debate com Nicos Poulantzas acerca da natureza de classe do Estado capitalista. Em sua obra *The state in capitalist society* (1969), a partir de um estudo sistemático e documentado da natureza do poder de classe nas democracias representativas, contesta as ideologias burguesas que preconizam a neutralidade do Estado. Sua vida, obra e prática política foram marcadas pela discussão e defesa incessantes do socialismo. Deter-nos-emos apenas em um elemento essencial no aprofundamento do tema, a natureza de classe do Estado capitalista. Miliband apreende as diferentes dimensões do Estado, sua autonomia e dependência, mecanismo de legitimação e configuração das classes dominantes. É imprescindível destacar que as análises do sociólogo Ralph Miliband são direcionadas aos países com capitalismo desenvolvido, contudo são de extrema importância para o entendimento da sociedade capitalista como um todo. Nesse sentido, para o referido autor, o Estado sempre foi um instrumento especial de repressão a serviço das classes dominantes. Na maioria dos países capitalistas, este aparelho coercitivo constitui um amplo, espreado e poderoso organismo, cujos líderes profissionais são homens de status elevado e de grande influência. Os donos do poder são os agentes do poder econômico privado e por isso mesmo formam a classe dominante. Nota-se ao longo de toda a exposição de Miliband que o mesmo defende arduamente que os membros das elites do Estado provêm em sua grande maioria das classes altas e médias. A classe trabalhadora ou a classe média inferior não raro conseguem galgar postos de gabinete nos países de capitalismo avançado. Nas palavras do autor, “em termos de classes, a política nacional continua sendo uma ‘atividade’ na qual as classes inferiores têm desempenhado um papel secundário.” (Miliband, 1972: 53). A intervenção estatal na vida econômica e a influência econômica nas políticas estatais reportam a ideia de que o mundo da administração e o mundo da grande empresa estão cada vez mais entrelaçados. Como mostra Miliband, os homens de negócios estão, cada vez mais, em alguma parte do sistema estatal, seja em níveis políticos ou administrativos (Miliband, 1972: 154). É por isso que a construção dos projetos que são de interesse de uma classe dominante são ditos de ‘interesse nacional’, enquanto os interesses das classes trabalhadoras aparecem como interesses ‘setoriais’, que podem ser prejudiciais à vida econômica, ou seja ao ‘*interesse nacional*’ (Miliband, 1972: 197-198). Miliband discute como se constrói essa ideia de ‘*interesse nacional*’ como forma de legitimar os interesses na burguesia. A classe dominante é a mesma, de certa

forma, da classe dirigente, pois ambas dividem os mesmos valores ideológicos da burguesia. Desse modo, para Miliband, o que torna o Estado burguês diferente dos demais Estados de outras sociabilidades anteriores é que ele mantém e reproduz a desigualdade social afirmando a igualdade política e jurídica entre os indivíduos. O Estado é, portanto, responsável pela reprodução da desigualdade entre o burguês e o operário, e também pela ilusão de que, através do voto, ao eleger os políticos, a maioria da população estaria governando o país. Portanto, para o referido autor, o Estado capitalista afirma a igualdade política, formal e jurídica, com o objetivo real e velado de manter a dominação da burguesia sobre os trabalhadores. Assim, o Estado burguês, por mais democrático que seja, será sempre um instrumento especial de repressão contra os trabalhadores. Por isso, entende-se que essa suposta igualdade política e jurídica nada mais é do que a afirmação das desigualdades sociais. Em síntese, o Estado é uma organização política que garante a liberdade para o capital explorar a força de trabalho, através da apropriação privada da riqueza produzida socialmente. Sobre os processos de legitimação, Miliband afirma que, os *partidos políticos, a educação, os meios de comunicação de massa, etc.*, são utilizados como mecanismos de reprodução do pensamento conservador, isso se daria, pois no interior dessas organizações. Geralmente, estão na gerência ou membros da burguesia ou dos governos, ou seja, segmentos conservadores, sendo assim, suas ideologias influenciam fortemente os conteúdos e propostas dessas organizações. Nas palavras do autor,

“Isso porque toda a estrutura de dominação econômica e política que foi aqui analisada depende, nos regimes políticos de tipo ocidental, do apoio ou ao menos da aquiescência daqueles que estão sujeitos a elas. As classes subordinadas dentro de tais regimes bem como as classes ‘intermediárias’ devem ser persuadidas a aceitar a ordem social existente e a restringir suas reivindicações e aspirações aos seus limites. Para a classe dominante não pode existir nada mais importante nem que exija uma ação mais vigorosa, em bases contínuas, uma vez que a batalha jamais é vencida definitivamente dentro na natureza de um sistema de dominação.” (Miliband, 1972: 217).

É nessa direção que, todas as vezes que os conflitos ameaçam a burguesia, o Estado intervém para garantir o poder dos capitalistas sobre os trabalhadores. O Estado burguês é, por sua vez, o comitê executivo da burguesia, o garante na manutenção da ordem capitalista. Assim, quando for mais fácil à burguesia dominar os trabalhadores, por meio da “igualdade democrática” entre todos, o Estado assumirá a forma democrática. No entanto, quando a luta dos explorados torna mais difícil a manutenção do capitalismo, então o Estado assumirá a sua real face de repressor a favor das classes dominantes. Sobre a relação entre a classe burguesa e o Estado, Miliband afirma ser uma *relação objetiva*. Isto significa que, nas palavras do autor, “se a *função* do Estado em uma determinada formação social *coincide* com os interesses da classe dominante, isto se dá devido ao próprio sistema” (Miliband, 1972: 73). E acrescenta, acerca dos membros do aparelho do Estado, que estes “funcionam de acordo com uma unidade interna específica. Sua origem de classe — *situação*

*de classe* — retrocede historicamente em relação ao elemento que os unifica — sua *posição de classe*; isto é, o fato de pertencerem precisamente ao aparelho do Estado e terem como função *objetiva* a realização do papel do Estado. A totalidade desse papel coincide com os interesses da classe dominante.” (Miliband, 1972: 73-4). Desse modo, o autor reconhece as “relações objetivas” que afetam e condicionam o papel do Estado. Na verdade, muitas vezes, o mesmo chama a atenção para o fato de o governo e a burocracia, independente da sua origem social, situação de classe e até mesmo disposições ideológicas, estarem sujeitos às restrições estruturais do sistema. Para Miliband, “o Estado nessas sociedades de classe é principalmente e inevitavelmente o guardião e protetor dos interesses económicos que são dominantes nelas. Sua missão e objetivo real é garantir a continuação dessa predominância, e não evitá-la” (Miliband, 1972: 77). Este autor faz ainda análises do capitalismo contemporâneo, por exemplo, sobre o que chama de “o falso problema do gerencialismo”. A administração profissional é um falso problema, em um sentido, e não em outro. É um falso problema no sentido de que as “motivações” dos administradores não são suficientes para distinguir os mesmos, de modo nenhum, dos outros membros da classe capitalista; isto é, o autor concorda que a tese da “corporação emocional” é uma mistificação:

“A caracterização do sistema social existente como sistema capitalista não depende de modo nenhum das motivações da conduta dos administradores., para caracterizar a posição de classe dos administradores, não precisamos nos referir às motivações da sua conduta, apenas à posição que ocupam na produção e sua relação com a propriedade dos meios de produção”(Miliband, 1972: 71).

A questão das “motivações” aparece também, de modo mais significativo e mais abrangente em passagens em que este autor discute sobre a elite do Estado e a sua relação com a classe dominante e demonstra que não existe neutralidade dado o envolvimento dos membros desta classe nos assuntos do governo. Os homens nos postos de comando das várias partes do sistema do Estado são, por origem social, *status*, ligados à classe dominante. Miliband parte da definição base de Karl Marx, de que o Estado nada mais é que um comitê para dirigir os negócios comuns á burguesia, contudo, busca desenvolver esse pensamento, sem ossificar a dialética, e desenvolve sua análise buscando compreender o Estado na sociedade capitalista, em sua estrutura e nas imbricações com o social. Para Miliband, na sociedade capitalista, todos vivem á sombra do Estado. O compromisso com o capitalismo é cada vez maior. No capítulo introdutório do livro analisado, o autor faz uma discussão sobre as diferentes concepções de Estado, seja na visão marxiana como em concepções democrático-pluralistas para fazer uma análise sobre a natureza e o papel do Estado, sem, todavia, deixar de advertir sobre seus condicionamentos econômicos e sociais. O Estado desempenha um importante papel econômico, através do *planejamento*, simultaneamente, o Estado é o maior consumidor do setor privado, de acordo com Miliband, “o Estado tem uma importância vital para o capitalismo, sem afetar o mecanismo da empresa capitalista” (Miliband, 1972: 20). O Estado não

serve e nem poderia servir a burguesia sem manifestar uma situação conflituosa, já que o Estado é produto da relação inconciliável da contradição de classes. Nesse contexto, de acordo com Engels, o Estado seria um produto histórico de determinada etapa de desenvolvimento da sociedade, expressando contradições de classes não conciliáveis, diferentemente das concepções burguesas que entendem o Estado como conciliador e organizador da ordem na sociedade. O Estado, que se *apresenta* como representante dos interesses universais, seria um mediador desses conflitos. Nessa direção, segundo os autores Tonet e Nascimento, Marx vê na presença do Estado a intensificação da exploração entre os homens, da opressão e submissão entre as classes, visto que “ele é uma categoria cuja existência está, inextricavelmente, articulada com a sociedade de classes”. Em seguida os autores complementam:

“É porque a sociedade se encontra dividida em classes antagônicas que se faz necessária a existência do poder político. Deste modo, uma sociedade onde inexistas classes sociais não necessitará de poder político, mas apenas da potência que possibilite a sua autoadministração. A isso Marx chama de “administração das contas” em contraposição à “administração dos homens”, típica das sociedades de classes” (Tonet e Nascimento 2009: 26).

Dessa forma, é impossível para o Estado, nascido das relações de produção, voltar-se contra elas e alterá-las significativamente, pois ele necessita do antagonismo imposto pela propriedade privada para sobreviver. O Estado é assim como “a ideologia, a religião, a ciência”, um meio utilizado pelo capital para reproduzir a sua ordem, mas ele por si só não consegue modificar a sua essência, somente a revolução proletária alcançará este feito. Para estes autores, o Estado é “expressão da alienação, da barbárie humana”, e mesmo regido pelos trabalhadores não deixaria de expressar os ditames do capital, pois “Sua natureza [...] é sempre de uma força de dominação do homem sobre o homem, em consequência, uma expressão da desumanização” (Tonet e Nascimento 2009: 27-8).

Em “*A propósito de ‘Glosas Críticas’*”, para Marx, o Estado moderno se sustenta da degradação da sociedade: ele carece da exploração, da escravização, do antagonismo. “A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis. O Estado antigo e a escravidão antiga [...] não estavam fundidos entre si mais estreitamente do que o Estado moderno e o moderno mundo de traficantes”. Dessa forma, “se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela”. Como ele não vai se autodestruir é necessário que alguém se encarregue disto: a classe trabalhadora (Tonet apud Marx 2010: 60-1). Marx e Engels deixam claro, no *Manifesto do partido comunista*, que é a propriedade privada o cerne de toda a contradição entre as classes, da exploração do homem pelo homem. A burguesia utiliza-se do seu poder político para intensificar a contradição entre capital e trabalho, tendo em vista que dissemina sua ideologia, a qual é absorvida pelo proletariado e refletida em produção de riquezas e na maior escravização do mesmo. Esta realidade só terá um

fim com a superação da propriedade privada pelos proletários, pois apenas esta classe detém esse poder revolucionário por ser contrária ao ideal capitalista de produção e consumo. Os autores explicitam essa ideia da seguinte maneira:

“Quando, no curso do desenvolvimento, as diferenças de classe tiverem desaparecido e toda a produção tiver sido concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público irá perder o seu caráter político. O poder político, propriamente chamado, é, meramente, o poder organizado de uma classe para oprimir outra. Se o proletariado se eleva necessariamente à condição de classe dominante em sua luta contra a burguesia e, na condição de classe dominante, tira de cena as antigas relações de produção, então com isso ele tira também de cena a condição para a existência da oposição entre as classes e para a própria existência destas classes. E acaba por abolir seu papel de classe dominante. No lugar da sociedade burguesa antiga, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação, na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos” (Marx; Engels 1998: 43-4).

Para Tonet, “o Estado é, essencialmente, uma expressão e um instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes, portanto, um instrumento de opressão de classe”. Imbuído deste papel, o Estado não possui papel revolucionário, ou seja, “é impotente para alterar a sociedade civil”, já que sua função é reproduzir a sua contradição (Tonet 2010: 22). Assim sendo, a teoria marxiana fala de supressão do Estado, não simplesmente de passá-lo às mãos do proletariado, mas sim de sua total superação. Esta superação se dará destruindo a base do antagonismo da sociedade civil, as classes sociais, e assim o Estado definharia. Para Mészáros,

“as tentativas de derrubar um sistema reprodutivo social por meio da intervenção política, não importa em que níveis, nem sequer conseguem arranhar a superfície do problema, quando é a própria base sociometabólica do sistema do capital [...] que impõem o verdadeiro obstáculo para as transformações visadas” (Paniago apud Mészáros 2012: 99).

O fim do sistema capitalista significa o fim do Estado. Enquanto o Estado moderno sobreviver significará que ainda existem relações antagônicas, geradas pela divisão entre *produção e consumo*, e as ademais fragmentações, a serem reguladas por este. Em síntese, sob essa visão, o fim do Estado se articula ao fim do sistema do capital considerando a íntima articulação entre essas duas dimensões da produção e reprodução sociometabólica. Nesse sentido é impensável uma sociedade socialista regida por um Estado, já que este é fundado a partir da contradição das classes, e nela se sustenta. Ele naturalmente se vincula à classe dominante para reproduzir a sua lógica, para explorar e oprimir a classe dominada. Sobrevive, portanto, da opressão de uma classe por outra e nunca vai ser um instrumento que se coloca ao lado do proletariado. A classe operária precisa dominar os meios de produção e suprimir a exploração do homem pelo homem. O Estado burguês não é e não deve ser o seu alvo principal. A revolução proletária ao eclodir tenderá a destruir o capital, pois é dele que provém toda a contradição, toda a apropriação privada, toda expropriação do trabalho alheio. Como reafirmamos ao longo do texto, o fim deste sistema provocaria o fim do Estado. Mas do que nunca está clara a centralidade do trabalho no processo revolucionário, na transformação desta sociedade contraditória para uma sociedade

comunista. Devido a essa centralidade, destacamos inicialmente a categoria do trabalho, por sua complexidade e significação ontológica na vida dos indivíduos e, sobretudo no rumo da humanidade.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que as relações económicas constituem a base do ser social, o que significa dizer que a forma como os homens trabalham determina a organização de determinada sociedade. Verificamos a partir disso que o surgimento do Estado, bem como sua configuração, não fogem a esta relação fundante/fundado, sendo, ainda que relativamente autónomo, determinado pela economia. Durante a história da humanidade o Estado assumiu várias formas acompanhando os modos de produção. A partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, o fordismo e toda a sua política económica e social começaram a dar sinais de esgotamento, dando início a uma crise económica de tais proporções que perdura até os dias atuais. Mészáros chamou a esta *Crise Estrutural*, marcada por um contínuo depressivo. Diferente das crises anteriores esta se mostra longa e duradoura, sistémica e estrutural. A reação do capital a esta crise económica, de acordo com a maioria dos teóricos, foi deflagrada pelo tripé: reestruturação produtiva; mundialização do capital; e neoliberalismo. Detemo-nos em analisar dentro desse complexo do processo de reestruturação produtiva, as múltiplas facetas do Estado, enquanto mecanismo de controle e dominação do capital sobre o trabalho. Desse modo, a partir de 1970, o capital para responder à sua crise desenvolve mudanças no âmbito da produção, com vistas à recuperação do seu ciclo produtivo, que foi marcada pela reorganização da produção do taylorismo/fordismo para o toyotismo, e também pela mudança ideopolítica que se desenvolveu no âmbito do Estado que alterou suas funções para atender às exigências do capital. Dentro desse contexto da reação burguesa à sua própria crise podemos identificar mecanismos do próprio capital para atender à sua necessidade primordial de expansão dos lucros, dentre eles, podemos citar: a reestruturação produtiva, a mundialização do capital, o ajuste neoliberal e o processo de financeirização. Todos esses mecanismos interferem na relação entre Estado e sociedade civil, estabelecendo assim um novo padrão para esta relação. O Estado moderno apresentou-se de várias maneiras nas diferentes fases do capitalismo. No entanto, em nenhum momento podemos demonstrar que o Estado perdeu a sua essência opressora, no sentido de garantir os interesses da classe dominante através da administração dos conflitos antagônicos entre as classes. Em suma, a dominação só pode existir com a opressão e é isso que está na gênese da estrutura estatal e o que a sustenta. Nessa direção, vimos que o Estado não surge na história para simplesmente administrar e organizar coisas, antes torna-se uma esfera necessária para assegurar o poder dos que têm propriedade privada, sobre os que não têm. A partir dos estudos de Andrade (2012) e Paniago (2012), apreendemos que o Estado

moderno, na sua essência, apresenta-se como uma mediação política, cuja função é a realização das prioridades do sistema do capital, e para tal finalidade tem que se adaptar a cada circunstância histórica, ou seja, encontrar os meios mais apropriados a cada fase específica do desenvolvimento capitalista, definindo diferentes conformações históricas, como descrevemos na transição do Estado de Bem-Estar ao Estado Neoliberal, ambos com a finalidade de atender aos interesses dominantes. A partir dos estudos de Miliband (1972), entende-se que em termos de origem social, cultural e situação de classe, os homens que ocupam todos os cargos de comando no sistema estatal são, em sua maioria e, em muitos casos, esmagadora, extraídos do mundo dos negócios e da propriedade, ou seja, são homens oriundos da classe burguesa. É importante salientar que numa época em que tanto se fala de democracia, igualdade, mobilidade social, nivelamento de classes, um fato permanece imutável na sociedade capitalista: o de que a maioria dos governantes são pessoas de classe económica e social superiores e bastantes distintas daqueles que governam. Nesse sentido, a defesa de um processo revolucionário, guiado pela estrutura de comando político do capital, se torna inviável pela própria essência dessa instituição, que ao assumir tal papel estaria traçando o caminho da sua extinção. Por tudo que já foi tratado aqui, acreditamos que a luta pelo fim do capitalismo deve ser por fora e contra o Estado. Como demonstramos ao longo do trabalho, a conquista de uma sociedade mais justa e igualitária, ou seja, verdadeiramente emancipada, pressupõe o fim de todos os pilares que dão suporte à escravização, ou seja, à exploração do homem pelo homem, entre os quais se encontra o Estado. Em Mészáros, vimos ainda que a intervenção do Estado se tornou indispensável para o sistema do capital, quais sejam a fragmentação que ocorre entre produção e controle e os demais “defeitos estruturais do capital”, os quais, por mais que o Estado use todo seu aparato legal e opressor, não consegue superar. Vimos também, a partir dos estudos de Kumar (2006), que a crítica mais séria aos pós-fordistas é que eles confundem a própria natureza da revolução fordista, não conseguindo compreender que o que chamam de “a crise do fordismo” e sua transformação em formas pós-fordistas, na verdade, são partes de uma evolução contínua – ou melhor, partes da “revolução permanente” que é o fordismo. O fordismo não foi apenas uma nova tecnologia; foi a aplicação sistemática de novas técnicas sociais, bem como científicas no sentido técnico – de organização da produção em todas suas esferas, incluindo a regulamentação das relações entre administradores e trabalhadores. O fordismo tem-se apresentado sob diversas roupagens tecnológicas e organizacionais, o que foi denominado como “neofordismo” ou “pós-fordismo”. Em síntese, para Kumar esta chamada *sociedade de informação*, nada mais seria que uma aplicação ulterior do taylorismo, ou seja, ele defende a ideia de continuidade entre o fordismo e o toyotismo. Sendo o Estado a estrutura totalizadora de comando político desse sistema contraditório, ao mesmo tempo em que se tornou vital para o capital, não pode ter sua atuação além do que permite este sistema. Dessa maneira, por mais interventor que seja o Estado, o mesmo não é capaz de superar as contradições que

têm mergulhado o capital em sua crise estrutural. Constatamos dessa forma, a necessidade de uma luta que se coloque de fato radicalmente contrária ao capital, e isso significa contra a todas as suas instituições, inclusive o Estado. Faz-se ainda mais urgente com o avanço da ameaça de extinção da humanidade, a luta por uma sociedade emancipada, ou seja, o fim da exploração do homem pelo homem.

## REFERÊNCIAS

- Andrade, Mariana Alves de (2012). *Marx, Mészáros e o Estado*. Maria Cristina Soares Paniago (organizadora), São Paulo: Instituto Lúkács.
- Antunes, Ricardo (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Bernardo, João. “O toyotismo: exploração e controle da força de trabalho”. In: *Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo, Cortez, 2004.
- Lessa, Sergio (2007). *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez.
- Kumar, Krishan (2006). *Da sociedade pós – industrial à pós – moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Marx, Karl (1985a). *O Capital. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas*. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural.
- Marx, K. & ENGELS, F. (1998). *O manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez.
- Mészáros, István (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Miliband, Ralph (1972). *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- Paniago, Maria Cristina (2012). *Mészáros e a incontroleabilidade do capital*. São Paulo, Instituto Lukács.
- Tonet, I (2010). A propósito de “Glosas Críticas”. In: *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. Por um prussiano*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_; Nascimento (2009). *A. Descaminhos da Esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo: Editora Alfa-Omega LTDA.

# Fundamentos Ontológicos do trabalho em Marx: trabalho útil - concreto e trabalho abstrato

MARIANA CORREIA SILVA SABINO

Universidade Federal de Alagoas

## RESUMO

O presente artigo discorre sobre os *Fundamentos ontológicos do trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato*. Nele refletimos sobre a centralidade ontológica da categoria trabalho, o trabalho útil-concreto enquanto ineliminável fundamento ontológico do ser social e o trabalho abstrato, forma peculiar que assume no modo de produção capitalista. As considerações aqui desenvolvidas são frutos de uma pesquisa bibliográfica. Utilizamos como referencial teórico as obras de Karl Marx e de outros renomados autores que compartilham da mesma matriz teórica. A relevância deste estudo está em reafirmar a centralidade do trabalho para o mundo dos homens e a atualidade da teoria marxiana.

## PALAVRAS-CHAVE

Trabalho, Trabalho abstrato, Modo de produção capitalista.

## ABSTRACT

This paper discusses the Ontological Foundations of Marx's work: useful work-concrete and abstract labor, we reflect on the ontological centrality of class work, concrete work useful as ineradicable ontological ground of being social and abstract labor, peculiar form it takes the capitalist mode of production. The points made here are the results of a literature search. The theoretical framework the works of Karl Marx and other renowned authors who share the same theoretical framework. The

relevance of this study is to reaffirm the centrality of work to the world of men and the relevance of the Marxian theory.

#### KEYWORDS

Work, Abstract labor, Capitalist mode of production.

#### INTRODUÇÃO

Diante das profundas transformações que vêm ocorrendo na sociedade, em especial no mundo laboral, observamos, na atualidade, que a categoria trabalho tem sido objeto de estudos e debates por intelectuais das mais variadas matrizes teóricas, como também verificamos o florescimento de teorias que afirmam o fim trabalho e, portanto, a necessidade de reformulação da obra de Marx. Nossa proposta, com este estudo, foi refletir sobre a centralidade ontológica da categoria trabalho, tendo como referencial teórico as obras de Marx, especificamente o volume primeiro de *O Capital*, nos capítulos V e XIV.

Segundo Marx, o trabalho é uma condição ineliminável para reprodução do mundo dos homens. Este subsistirá em qualquer forma de sociabilidade, todavia, no modo de produção capitalista, sua finalidade é a produção de mais-valia para atender as necessidades de acumulação e reprodução do capital, isto, em detrimento das necessidades humanas de reprodução social. Assim, o trabalho em Marx apresenta uma dúplici determinação: é trabalho útil-concreto, destinado a atender as necessidades humanas e trabalho abstrato, inerente à sociedade capitalista, em que predomina o valor de troca, destinado à acumulação e reprodução de capital. Logo, temos uma tensão entre trabalho útil e abstrato. Tal impasse só será resolvido com a superação do modo de produção capitalista, momento em que o trabalho for liberto do domínio do capital.

#### A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO: TRABALHO ÚTIL-CONCRETO

Para compreender o fundamento ontológico da categoria trabalho, utilizamos como referência o livro primeiro de *O Capital*, especificamente no capítulo V, em que Marx define o trabalho:

“Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho.

O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente” (Marx 1985a: 149-150).

Compreendemos a descoberta de Marx: o trabalho é a base da sociabilidade humana, ou seja, o fundamento do ser social. Tal descoberta é a chave para compreensão da raiz do processo social. Marx concluiu que:

“[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx 2008: 47).

Assim, o trabalho é a categoria que funda o ser social. É através dele que ocorre a interação homem e natureza. Os homens atuam sobre a natureza para produzir os meios necessários a sua subsistência e os meios de produção, garantindo sua sobrevivência e, portanto, a reprodução social. Já o trabalho abstrato é a forma que o trabalho assume no modo de produção capitalista, ou seja, neste modelo de sociabilidade, o homem é reduzido à força de trabalho, simples mercadoria para o capital. Este trabalho não vai ser direcionado para atender as necessidades humanas, mas a sua prioridade é atender as necessidades de reprodução do capital. É pelo trabalho que o homem se faz diferente da natureza, e para entender este processo convém ressaltar as três esferas ontológicas: a inorgânica (reino/mundo mineral), a orgânica (animais e plantas) e a social (ser social, o homem em sociedade). Esta questão já foi bem aprofundada por Lessa (2012).

O trabalho acontece no intercâmbio orgânico homem e natureza. Desta relação, verificamos que só pode existir vida humana se o homem desenvolver uma interação constante com a natureza, pois a própria reprodução biológica para garantir a perpetuação da espécie depende desta relação homem e natureza. É impossível imaginar sociedade sem natureza e até mesmo vida humana sem a base natural. A natureza é uma esfera anterior ao desenvolvimento da sociedade. Isto a torna essencial e imprescindível para que possa existir e reproduzir a sociedade. Então, não existe trabalho sem a interação homem e natureza. Ao eliminar a natureza, elimina-se a base que permite a existência da vida humana e os recursos para o homem se reproduzir.

No que se refere ao atual desenvolvimento do modo de produção capitalista, observamos que este caminha para uma produção destrutiva. À medida que destrói os recursos naturais, caminha para sua autodestruição, como também ameaça a reprodução e existência da própria humanidade. É preciso refletir. Se alcançarmos outro tipo de sociabilidade, os recursos naturais estarão tão degradados que poderão dificultar a construção efetiva do pleno desenvolvimento humano. O que vivenciamos na atualidade é a intensificação da produção destrutiva do capital no modo de produção capitalista que já mereceu estudo aprofundado por parte de Mészáros (2002). É necessário ainda entender o processo de transformação da natureza realizado pelo homem por meio do trabalho. Este movimento ocorre de acordo com Lessa (1999) em quatro patamares:

- \* o da necessidade, por exemplo, de quebrar um coco, desta forma, todo o ato de trabalho é uma resposta a uma dada necessidade;
- \* o da alternativa, porquanto, há inúmeras alternativas possíveis para atender aquela necessidade, por exemplo, jogar o coco no chão, construir um machado, entre outras, assim existem infinitas possibilidades para atender a necessidade posta;
- \* o da antecipação, o indivíduo antecipa em sua consciência o resultado de cada uma das alternativas, avalia-as e escolhe aquela que considera mais adequada para suprir a presente necessidade;
- \* o da construção, após a escolha da alternativa, o indivíduo age objetivamente, transforma a natureza e constrói algo novo.

A prévia ideação é a construção na consciência do provável resultado que uma ação terá, ou seja, consiste em antecipar no pensamento o produto de uma ação que ainda irá ocorrer, imaginando o provável resultado. Porém, é importante entender que a prévia ideação surge em decorrência de uma necessidade concreta, e se constitui enquanto resposta a tal necessidade. Esta prévia ideação precisa ser objetivada. Urge sair da esfera privada do pensamento para ser exteriorizada no real, pois se ficar apenas na esfera da consciência não passa de uma simples ideia, contudo, ao se objetivar, sai da esfera idealizada para compor a esfera da objetividade que pertence à realidade concreta e exterior à consciência do indivíduo. Então, por meio deste processo, entendemos que, devido a uma necessidade real, o homem desenvolve uma prévia ideação que, quando objetivada vai transformar a natureza e o próprio homem, isto é o que Marx chamou de trabalho. De acordo ao autor de *O Capital*, o trabalho é uma atividade exclusivamente humana, nenhum outro ser vivo o desenvolve:

“Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador e, portanto, idealmente”(Marx 1985a: 149-150).

Neste trecho, percebemos a síntese do processo de trabalho, ou seja, é o homem o único ser na natureza que possui a capacidade de desenvolver o trabalho, já que o ato de trabalho é a síntese de prévia ideação e objetivação para transformação da natureza e do próprio homem. Ao transformar a natureza pelo trabalho, o homem também se transforma, pois no processo vai adquirindo novos conhecimentos e habilidades que não possuía antes. Este é um ciclo constante e interminável. Pelo trabalho, temos a criação constante de algo novo. Por isso, o trabalho remete para além dele mesmo, gerando novas necessidades, novas possibilidades e, conseqüentemente, novos conhecimentos e novas habilidades. As novas necessidades e possibilidades decorrentes do trabalho dão origens às novas relações que se organizam na forma de complexos sociais, que apesar de terem a base ontológica no trabalho vão além deste, pois já não se trata apenas da interação homem e natureza, mas da interação entre os homens.

A reprodução social dos homens é um processo complexo que, apesar de ter o trabalho como categoria fundante, remete para além de si. O trabalho demanda o surgimento de novos complexos sociais que têm seu fundamento no próprio trabalho, mas possuem funções e especificidades incomuns. Como exemplos desses novos complexos sociais identificamos: a linguagem, a educação, a arte, a política, a religião, as ideologias e tantos outros.

O trabalho e os complexos sociais compõem a totalidade social. De acordo com Tonet (2003), existem três relações entre o trabalho e os complexos sociais: a *dependência ontológica* de todos os complexos sociais, manifesta na relação fundante e fundado; a *autonomia relativa* de todos os complexos sociais, expressa na função que desempenham na reprodução social; e a *determinação recíproca* de todos os complexos sociais, exposta pela forma em que se relacionam mutuamente. Vejamos o que diz o referido autor:

“Contudo, embora o trabalho seja o fundamento ontológico do ser social, este não se resume àquele. Com a complexificação da realidade social, surgem novas necessidades e novos problemas, que não poderiam ser enfrentados no âmbito do próprio trabalho. É a partir disto que surgem novas dimensões sociais, tais como direito, política, arte, ciência, religião, educação, etc., cada qual com uma natureza e funções específicas para resolução destas novas questões. Natureza e funções que só poderiam cumprir se tivessem uma autonomia (sempre relativa) com relação à matriz que lhe deu origem. Daí dizermos que elas têm uma dependência ontológica e uma autonomia relativa em relação à matriz fundante que é o trabalho” (Tonet 2003: 14-15).

Consideramos, pois, que foi a partir da categoria trabalho que Marx teve condições de demonstrar que o ser humano é histórico e social, isto significa, que toda a realidade

é social. Para Marx, a natureza humana decorre da construção dos próprios homens por meio do trabalho. Com isso, afirma que os homens são àquilo que eles próprios construíram em cada momento histórico. Ou seja, a história humana é fruto da atividade dos próprios homens.

Em suma, o trabalho é a categoria fundante do mundo dos homens, pois atende à necessidade de produzir os meios de subsistência e de produção que são necessários para reprodução dos homens. Assim, o trabalho funda o ser social. Sem trabalho não pode haver reprodução social dos homens. O trabalho estará presente em qualquer sociedade, porém, o que vai alterar não é a base ontológica do trabalho, mas a forma que se configura em cada sociedade ao longo da história. No modo de produção capitalista, este trabalho assume a forma de trabalho abstrato, cuja finalidade é reprodução do capital antes de garantir a reprodução dos próprios homens.

#### **TRABALHO ABSTRATO: PECULIAR AO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

Para entender como o trabalho assume a forma abstrata no modo de produção capitalista, é preciso entender o surgimento das classes sociais. Segundo Lessa e Tonet (2012), o desenvolvimento das forças produtivas, impulsionadas pela agricultura e pela pecuária, permitiu que os homens passassem a produzir excedentes, ou seja, mais do que necessitavam para se reproduzir. Foi a partir deste excedente que se tornou proveitoso ao homem explorar o próprio homem, colocar outros homens na condição de escravos para produzirem para outros que se apropriam desta riqueza. Assim, temos basicamente duas classes: a que por meio do trabalho produz toda riqueza e outra que se apropria dessa riqueza. A partir daí, o trabalho sofre uma alteração no sentido de sua finalidade última não atendendo prioritariamente as necessidades humanas, mas produzindo riqueza para ser apropriada pela classe dominante. No modo de produção capitalista, o trabalho se converte em trabalho alienado, não que ele perca esta dimensão de fundante do ser social, mas sua finalidade última é atender os interesses de reprodução do capital, não perdendo o caráter de atender as necessidades humanas, mas vai subordinar estas necessidades ao interesse do capital.

Segundo Marx, o trabalho é a condição eterna da vida social, todavia, com a exploração do homem pelo homem, resultam novas formas históricas de organização da produção: escravismo, feudalismo e o capitalismo. No entanto, diferentemente das sociedades precedentes ao capitalismo, a exemplo do escravismo, no qual o escravo pertencia ao seu senhor, e do feudalismo, em que o servo estava submisso ao senhor feudal, o trabalhador na sociedade capitalista é livre para vender sua força de trabalho. O proletário torna-se mercadoria ao vender sua força de trabalho à burguesia. Para tanto, é necessário que essa força produza “[...] um valor maior do que ela própria vale, o burguês, que comprou a força de trabalho, tem, ao final do

mês, um valor maior do que aquele que ele paga ao trabalhador em forma de salário, conhecido como mais valia” (Lessa e Tonet 2008: 65-66). Segundo Lessa e Tonet (2008: 70) “o custo, para o capital, dessa mercadoria chamada força de trabalho é muito menor do que as necessidades humanas do trabalhador”.

Quando ocorre o desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista, o trabalho é destinado a atender às necessidades de reprodução do capital, pois a essência da sociedade capitalista é a acumulação privada de capital, os homens são reduzidos à força de trabalho, que é uma mercadoria como outra qualquer, ou seja, os homens nada possuem a não ser sua força de trabalho para ser vendida como mercadoria. Desta forma, no modo de produção capitalista, ocorre a conversão da força de trabalho em mercadoria, fornecida pelo trabalhador assalariado. Entendemos, assim, que a essência da alienação na sociedade capitalista decorre da redução do que é humano a simples mercadoria, cuja finalidade é produzir lucro. No capitalismo, o trabalho fundante do ser social passa a ser trabalho alienado. O trabalhador é expropriado dos meios de produção e do produto de seu trabalho.

#### **TRABALHO ABSTRATO: TRABALHADORES, ASSALARIADOS E PROLETÁRIOS**

No capítulo XIV, de *O Capital*, Marx demonstra o processo em que o trabalhador deixa de deter o controle da sua atividade e nota a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual :

“Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos” (Marx 1985<sup>b</sup>: 105).

A divisão social do trabalho, típica das sociedades de classes, é a separação entre trabalho manual e intelectual: o primeiro, percebido como intercâmbio orgânico entre homem e natureza; o segundo, como atividade de controle e supervisão. Diante desta nova configuração que o trabalho assume, entendemos que a separação entre o trabalho manual e o intelectual ocorre porque o trabalhador que antes detinha o controle de seu trabalho passa a ser controlado por outros.

Na sociedade capitalista, o produto do trabalho é uma mercadoria que possui valor de uso e valor de troca. Segundo Marx: “portanto, um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (Marx, 1985a: 47). Desta forma, o produto do trabalho são mercadorias que possuem valor e, para medir este valor, é necessário saber o tempo de trabalho socialmente necessário para produção destas mercadorias. De acordo com Marx, o “tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso

qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (Marx 1985<sup>a</sup>: 48). No que se refere ao valor de uso que está presente nas mercadorias:

“Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. {E não só para outros simplesmente. O camponês da Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso mercadorias. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca.} Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não constitui nenhum valor” (Marx 1985a: 48).

Desta passagem, compreendemos que Marx está evidenciando que os produtos do trabalho na sociedade capitalista são mercadorias utilizadas para valorização de capital, estas possuem valor de uso e passam a ter um valor de troca. Disto, fica evidente que o produto do trabalho sempre terá um valor de uso, haja vista que sua finalidade imediata é atender as necessidades humanas de reprodução. Então, pelo trabalho sempre será produzido valor de uso. Todavia, no modo de produção capitalista, o trabalho tem que produzir valor de uso e valor de troca, ou seja, tem que ser produtor de mais-valia, pois nele predomina o valor de troca destinado a valorização do capital.

De acordo com Lessa e Tonet (2012), nas sociedades de classes, temos basicamente duas classes: dominante (burgueses) e os dominados (proletários), porém, entre estas classes temos uma camada de assalariados que auxiliam a classe dominante em manter a exploração. Estes assalariados não podem fazer parte da classe dominante, pois também estão na condição de subordinados e não possuem o controle privado dos meios de produção e da riqueza. Por outro lado, também não podem fazer parte do proletariado, pois não atuam na transformação da natureza produzindo a riqueza material, antes se ocupam do controle sobre os operários para garantir a apropriação privada da riqueza pela classe dominante. Assim, estes assalariados vivem do salário que recebem. Este salário é parte da riqueza expropriada dos proletários, desta forma, sua luta é para aumentar seu salário que, em outras palavras, significa manter uma maior exploração sobre os proletários para que só assim seja possível o aumento dos seus salários.

A novidade que o modo de produção capitalista introduz é que a forma de enriquecimento pode ser decorrente da transformação da natureza pelo trabalho manual (proletários) como também através de outras atividades que não estão diretamente ligadas a transformação da natureza. Então, ao capitalista não importa se a mais-valia (lucro) é decorrente da transformação da natureza ou não, o que

realmente importa é o aumento de sua riqueza. De acordo com Lessa e Tonet, todo conteúdo da riqueza social é produzido pelo trabalho, mas no modo de produção capitalista a forma social em que é apresentada a riqueza assume a forma de capital. Em suas palavras,

“No modo de produção primitivo, era a propriedade comunal primitiva. No modo de produção escravista e feudal, era a propriedade privada do senhor de escravos e do senhor feudal. No modo de produção capitalista, ‘a forma social’ desta riqueza é o capital” (Lessa; Tonet 2012, p. 28).

Percebemos assim que, mesmo durante o feudalismo e escravismo, a propriedade da riqueza social produzida pelo trabalho já era privada, porém, no capitalismo, toma a forma de capital. Então, percebe-se que seja qual for a forma que se apresente a riqueza social no decorrer do desenvolvimento histórico da sociedade, sua gênese está no intercâmbio orgânico homem e natureza. Logo, é o trabalho que gera todo conteúdo da riqueza social.

No capitalismo, as relações sociais se complexificam. A produção é destinada a atender as demandas de reprodução de capital, a produção de mais-valia. Nas palavras de Marx,

“A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (Marx 1985: 105).

Entendemos, portanto, que a produção no capitalismo é destinada a produção de mais-valia e que esta produção de mais-valia pode ser decorrente do trabalho e também de outras atividades que sirvam para valorizar o capital. Apreendemos, pois, que nem só o trabalho, intercâmbio orgânico com a natureza, é produtor de mais-valia. Marx vai definir também o trabalho produtivo no capitalismo como sendo aquele que produz mais-valia e serve igualmente para a autovalorização do capital. Em um esclarecimento que consta em nota de rodapé para denominar o que entende por proletário, o autor do *Capital* afirma que: “Por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’” (Marx 1985b: 188, nota de rodapé nº 70). Assim, só pode ser considerado proletário e de tal forma denominado o trabalhador que cumpre esta dupla funcionalidade no modo de produção capitalista, de produzir e valorizar o capital. Cabe ressaltar que o capital é produzido pelo trabalho de intercâmbio orgânico do homem com a natureza.

No processo de valorização do capital, estão as demais atividades que podem ter ou não relação com o trabalho, o próprio Marx nos deixou como exemplo o “mestre-escola”, que sendo trabalhador assalariado pode ou não servir para valorização do capital, isto irá depender de sua inserção na esfera econômica, se for como trabalhador de escola privada, então serve para valorizar o capital, mas se estiver no setor público não possibilita a valorização de capital. Assim, temos dois tipos de assalariados os que produzem mercadorias e geram mais-valia e os que não produzem mercadorias

e, portanto, não produzem mais-valia, apenas servem para valorizar o capital. De acordo com Lessa e Tonet:

“Temos dois grandes grupos de assalariados. Um deles produz mercadoria e, ao fazê-lo, gera a mais-valia. O outro, não produz mercadorias e, por isso, não gera mais-valia. Por distinguir estes dois grupos um do outro, Marx tomou emprestadas da Economia Política Clássica as categorias de trabalho assalariado produtivo de mais-valia e trabalho assalariado improdutivo de mais-valia. Para ficar mais fácil o uso, normalmente emprega-se trabalho produtivo e improdutivo para significar o trabalho assalariado que produz ou não mais-valia” (Lessa e Tonet 2012: 33).

Porém é de extrema importância esclarecer que o trabalho só é produtivo por produzir mercadorias e assim mais-valia e não se restringe apenas ao trabalho de intercâmbio com a natureza, mas também ao setor de serviços que também produz mercadorias que não são fruto da transformação da natureza. Este fato aparentemente complexo é explicado por Marx:

“Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato deste último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto sorte, mas azar” (Marx 1985b: 105-106).

Deste exemplo dado por Marx, podemos perceber que a força de trabalho pode ser utilizada em um serviço como a aula e também na transformação da natureza em mercadoria concreta (bola, martelo, roda). No comércio destas mercadorias, seja aula ou martelo, o capitalista consegue extrair mais-valia, assim, tanto na comercialização do martelo como da aula, temos acumulação de capital. Porém, ainda cabe uma reflexão sobre o fato de que no final da aula não houve acréscimo na riqueza material, já que a aula foi consumida por completo e não restou produto material concreto (objeto) desta aula, o que pode ocorrer é uma transformação na consciência dos alunos, no plano subjetivo e individual privado ao indivíduo; mas na produção do martelo, ele produz uma riqueza material que se estende por toda a sociedade.

Conforme foi tratado, temos na atividade de professor e nas demais atividades, que geram mais-valia, apenas a valorização do capital e não a sua produção. Por tudo que foi exposto até o momento, entende-se que todo proletário é um trabalhador produtivo, porém nem todo o trabalhador produtivo é um proletário, porque para ser trabalhador produtivo basta servir para produzir ou valorizar o capital, mas para ser proletário tem que cumprir ambas determinações, ou seja, existe trabalho produtivo fora do intercâmbio orgânico com a natureza, mas não pode jamais existir proletário sem o intercâmbio com a natureza. Assim, na sociedade capitalista o proletário está condicionado a ser trabalhador assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado

pode ser classificado como proletário, porque nem todos os assalariados estão atuando no intercâmbio orgânico com a natureza. Todos os assalariados estão reduzidos à exploração de sua força de trabalho.

De acordo com Lessa e Tonet (2012: 42-43), “trabalhadores são todos os indivíduos que são obrigados a vender sua força de trabalho em troca de salário”. Então, a condição de assalariamento, define o conjunto de trabalhadores, mas dentro destes existem diferenciações: a) proletários são os trabalhadores produtivos que atuam no intercâmbio orgânico com a natureza, seu objeto de trabalho é a natureza, ou a natureza já transformada em matéria-prima; b) assalariados (Professor, Assistente Social, Advogado, entre tantos outros) em que não ocorre o intercâmbio orgânico com a natureza, pois atuam na consciência de outros homens.

Lessa (2011: 175) ao abordar os estudos de Lukács, consigna em “teleologia primária”, o trabalho de intercâmbio orgânico com a natureza, e em “teleologia secundária” as demais práxis que atuam sobre as relações sociais e de outros homens. Só o proletário “produz” capital, os demais trabalhadores assalariados podem atuar na valorização do capital. Assim, concordamos com a síntese que Lessa faz desta questão:

“O trabalho do proletário resulta em um “produto final” – meios de produção e de subsistência – que, além de valorizar, também “produz” o capital e pode, por isso, servir de meio para sua acumulação. O resultado do trabalho do mestre-escola, por seu lado, se exaure no momento em que é objetivado e dele não resulta nenhuma “coisa” equivalente a um “meio de produção ou meio de subsistência”. Por isso, do trabalho abstrato do mestre-escola não resulta qualquer produto final que possa servir de meio de acumulação. O mesmo pode ser dito do assistente social e das atividades assalariadas não proletárias” (Lessa 2011: 177).

Ainda cabe esclarecer que existem assalariados que não são trabalhadores produtivos, pois existem diferenças entre os proletários e demais assalariados. Para entender isto, nos reportamos novamente à explicação de Lessa (2011: 179), o proletariado é a única classe na sociabilidade capitalista que, além de mais-valia, produz também capital, ou seja, toda a riqueza social. Assim, entendemos que os demais assalariados, vivem da apropriação do trabalho excedente do proletariado, pois o salário que recebem tem origem na riqueza produzida pelos proletários. Desta forma, o referido autor afirma que estes assalariados não proletários ocupam uma posição de classe de transição, pois apresentam contradições tanto com a burguesia quanto com o proletariado. Vejamos como:

“A distinção ontológica de classe entre os professores e os proletários é que os professores vivem “do conteúdo material da riqueza” produzida pelos proletários, ainda que o façam indiretamente, pela mediação do Estado e ou da burguesia. Esta posição “de transição” (Marx 1979:229) (isto é, enquanto assalariados são explorados e, ao mesmo tempo, vivem da riqueza originalmente produzida pelo proletariado) dos mestres-escolas – assim como a dos outros assalariados não proletários – faz com que tenham contradições objetivas de classe tanto com o proletariado como com a burguesia. Com a burguesia, porque são por ela explorados ao serem forçados a vender sua força de trabalho; ou seja, por terem, tal como o proletariado, sua inserção social mais efetiva e rica, aquela mediada pelo trabalho, reduzida à mera mercadoria, a trabalho abstrato. Isto faz com que haja uma efetiva

e real aproximação destes setores assalariados com os interesses histórico do proletariado (...) o proletariado é a classe revolucionária por excelência: é a única classe que vive do “conteúdo material da riqueza” produzida pelo seu trabalho. Suas condições de vida e trabalho não decorrem, nem direta nem indiretamente, da exploração de outra classe social. Diferente de todas as outras classes sociais, o proletariado nada tem a perder com a extinção da propriedade privada. E é a única que tem tudo a ganhar com a superação da exploração do homem pelo homem” (Lessa 2011: 180-181).

Do exposto, percebemos que a única identidade que há entre proletários e os demais trabalhadores assalariados é que todos eles, nesta sociabilidade capitalista, estão na condição de assalariados e, portanto, explorados pelo capital, ainda que as formas de exploração e salário possam variar entre eles. Cabe ressaltar que o proletariado é a única classe antagônica ao capital, porém todos os trabalhadores são explorados pelo capital, isto não quer dizer que são explorados da mesma forma, porém o que prevalece na relação é a condição de exploração e assalariamento. Assim, para Marx são trabalhadores todas as práxis sociais que são assalariadas e por isto se distinguem do capital (LESSA 2011: 194).

Reafirmando tudo que foi tratado até aqui, entendemos que o trabalho é uma categoria universal e eterna que funda o ser social, porém o trabalho abstrato é peculiar à regência do capital, ou seja, é próprio do modo de produção capitalista. Se pensarmos em outra sociabilidade livre do domínio do capital, sendo emancipada, teremos a superação do trabalho abstrato, porém o trabalho fundante do ser social estará presente em toda e qualquer sociedade. É justamente a contradição que existe entre trabalho e trabalho abstrato que gera a possibilidade de superação do capitalismo. Vejamos isto nas palavras de Lessa:

“A relação entre o trabalho e trabalho abstrato é rica e complexa, também, porque não é o solo ontológico da possibilidade de revolução qualquer, mas, sim, da possibilidade de uma revolução proletária. No preciso sentido de que a rica e complexa relação entre o trabalho e o trabalho abstrato também funda a contradição entre assalariados em geral e o proletariado” (Lessa, 2011: 197).

Então, o trabalho sob a regência do capital produz alienações e desumanidades, já que sua finalidade é atender as necessidades de reprodução do capital antes de atender as necessidades humanas, digamos mais, as necessidades humanas só serão atendidas se for de interesse do capital, se de alguma forma atender sua prioridade de acumular capital, caso contrário serão desprezadas. Assim, o trabalho é uma categoria ontológica eterna e universal, e com o trabalho abstrato temos sua particularidade histórica no modo de produção capitalista.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos possibilitou aprofundar nas reflexões desenvolvidas por Marx sobre a categoria trabalho e trabalho abstrato no modo de produção capitalista. Entendemos a centralidade ontológica da categoria trabalho como uma eterna necessidade

humana de transformar a natureza nos meios de subsistência e produção, sendo assim, ineliminável, existente em toda forma de sociabilidade. Porém, é o trabalho abstrato, forma que assume no modo de produção capitalista, que gera alienações e desumanidades, sendo uma necessidade sua superação para construir uma sociedade verdadeiramente emancipada do domínio do capital.

Por fim, reafirmamos que o trabalho continua sendo e sempre será a categoria central que funda o mundo dos homens e, por isso, a obra marxiana se constitui na forma mais coerente de compreender a realidade social e a dinâmica do modo de produção capitalista, sendo o seu conhecimento de fundamental importância para embasar e concretizar o projeto revolucionário do proletariado, o qual busca o fim do trabalho abstrato, o fim do trabalho sob a regência do capital, eliminando a exploração do homem pelo homem.

## REFERÊNCIAS

Lessa, Sérgio (1999). *O processo de produção/reprodução social: Trabalho e Sociabilidade*. Capacitação em Serviço Social e Política Social. CEAD-UNB. Módulo 2: 20-33.

Lessa, Sérgio (2011). *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo*. 2. ed. São Paulo: Cortez.

Lessa, Sérgio (2012). *Para compreender a ontologia de Lukács*. 3.ed. Ijuí: Ed. Unijui.

Lessa, Sérgio; TONET, Ivo (2008). *Introdução a filosofia de Marx*. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular.

Lessa, Sérgio; TONET (2008). *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács.

Marx, Karl (1985a). *O Capital*. Vol. I. Tomo I. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural.

Marx, Karl (1985b). *O Capital*. Vol. I. Tomo II. Coleção Os Economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

Marx, Karl (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. – São Paulo: Expressão Popular.

Mészáros, István (2002). *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo.

Tavares, Maria Augusta (2004). *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez.

Tonet, Ivo. (2003) *Marxismo para o século XXI*. Maceió – AL. Disponível em: < [http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Marxismo\\_para\\_o\\_Seculo\\_XXI.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Marxismo_para_o_Seculo_XXI.pdf) > Acesso em setembro de 2013.

*Ubimuseum*

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

# Antes pecar do que cardar: um filho de Manteigas, em oceano de ira, na aurora do século XVIII

ANTÓNIO DOS SANTOS PEREIRA

Universidade da Beira Interior / LABCOM

## RESUMO

Para construir a biografia de José Rodrigues, o “Manteigas” (1665-1724?), recorreremos em particular a três processos do Tribunal do Santo Ofício. A partir destes, inferimos os livros de medicina e cirurgia a que teve acesso e utilizou como curandeiro, percebendo que terá ultrapassado os necessários princípios éticos em alguns casos. Os testemunhos confirmam práticas sexuais arrojadas fora da normalidade matrimonial. De mais, parece demonstrada a competência adquirida por aquele nas artes ligadas à produção de tecidos de lã como cardador e tintureiro, dado ter sido filho de um pisoeiro de Manteigas e ter trabalhado em estabelecimento idêntico na Covilhã.

## PALAVRAS-CHAVE

Biografia, Saúde, Covilhã, Sertã, Inquisição

## ABSTRACT

The biography of José Rodrigues, the “Manteigas” (1665-1724?), was made with the resource to three inquisitorial processes of the Holy Office Court. Then, the antique medicine and surgery books are referred to. He utilized them as a curious, a selfish witchdoctor, and we understand that the necessary ethical principles were not regarded, in some cases, by him. The testimonies confirm audacious sexual practices outside of marriage normality. More, it seems demonstrated the competence acquired

by him in the arts linked to the production of wool fabrics, for example carder and dyer, because he grew up near the fulling-mill of the family at Manteigas and had worked in a similar establishment at Covilhã.

#### KEYWORDS

Biography, Health, Covilhã, Sertã, Holly Office.

#### INTRODUÇÃO

Informado com toda a sua experiência pessoal, mas também a objetividade e a metodologia científicas do seu ofício, o historiador deve assumir como motivo e lema o mais fundo percebimento do desígnio humano, tanto nas dimensões individuais quanto nas coletivas, sem preconceitos, mesmo diante de factos que aparentemente fogem à normalidade e caem sob a alçada dos aparelhos incumbidos da defesa das ortodoxias em todos os tempos. Antes de mais, coloca-se-lhe o magno problema da verdade para além dos credos religiosos ou dos normativos costumeiros ou legais, institucionais, sociais ou estatais. Apesar da configuração religiosa intrínseca aos processos do Tribunal do Santo Ofício, importam-nos, em particular, os valores constituintes da dignidade humana e mais do que questionar a veracidade da informação intencionalmente dada pelas gentes do tempo, devemos certificar a que nos chega de forma lateral nas séries de testemunhos arrolados e chegar à materialidade dos processos históricos ou seja à substância do acontecer. De facto, nas páginas adiante, elaboramos a biografia de um beirão serrano muito especial a partir dos três processos que lhe foram movidos por aquele tribunal e trazemos à colação o longo projeto de um “Portugal Leitor” na vertente menos erudita, mas mais comprometida com a sociedade do tempo, depois de termos desenvolvido aquela que atingiu o esplendor máximo nos âmbitos da Literatura, da História, da Política, da Filosofia e da Teologia em Frei Heitor Pinto (Pereira 2012) e aportado uma notável carreira cívica e política, de jornalista, alto-funcionário e bibliotecário, como a de Feio Terenas (Pereira 2013). Partimos necessariamente das questões que implicam os percursos dos livros: como chegavam aos meios populares e eram utilizados. O prestigiado autor da *Imagem da Vida Cristã* não guardou os melhores elogios para “Os livros profanos de amores obscenos e delícias e desonestidades e excitações de pecados”. De imediato, contrapunha uma tríade de adjetivos, quanto ao objeto, a um substantivo, bem forte, quanto ao consumidor dos mesmos, ao dizer que estes tratavam de coisas “vãs, fofas e perniciosas” e são alimento de “porcos” (Pereira 2012: 65). Por seu turno, Feio Terenas, já em tempos de excelsa crença na liberdade humana, ainda no âmbito da democracia monárquica portuguesa, em Oitocentos, fez as melhores leituras dos grandes autores dos âmbitos romanescos ou doutrinários, como Victor Hugo ou Froebel ou Comte, tendo mantido uma verticalidade digna de nota, antes e depois da revolução republicana de 1910 (Pereira 2013). Retomamos

também uma linha de investigação iniciada há mais de uma década, então sem o cruzamento que agora fazemos do livro com as profissões beirãs ligadas aos lanifícios, e assinalada em um primeiro artigo intitulado “Os Abismos do Medo: Astrologia, Feitiçaria e Demónio desde a Idade Média. Notas Beirãs de um Projeto Imenso” (Pereira 2000). Sobre os paradoxos do amor, abordamos as expressões mais eróticas e as mais simbólicas no contraponto entre a *Celestina* de Fernando Rojas e a *Menina e Moça* de Bernardim de Ribeiro (Pereira 2009a). Assentamos tudo em um suporte fundo de investigação sobre as atividades produtivas, que desenvolvemos ao nível do país em tese de doutoramento (Pereira 1994 e 2003). No caso aqui considerado, observamos o âmbito de atuação de um cardador e tintureiro, o José Rodrigues, conhecido pela alcunha “O Manteigas”, por ser natural da vila serrana com tal topónimo e assim ser tratado pelos seus contemporâneos. Conferimos também as suas leituras e as arrojadas práticas em que se envolveu e, de acordo aos testemunhos que nos chegaram, poderíamos considerá-lo um predador sexual.

Na sociedade antiga portuguesa, marcada pelo analfabetismo, fora dos raros centros cultos, a universidade, a academia, o convento e o colégio, o livro nunca foi um bem vulgar. Possuir livros ou a eles ter acesso e saber ler representavam vantagens apenas para alguns, ainda que também, em qualquer momento, trouxessem inconvenientes graves, dada a vigilância do Tribunal do Santo Ofício através dos seus familiares disseminados por toda a parte. Desde o século XV, quando a civilização ocidental adquiriu a capacidade extraordinária de multiplicação de todo o tipo de textos, através da imprensa, desenvolveram-se também os aparelhos de controlo dos conteúdos dos mesmos. O primeiro índice de livros proibidos foi publicado pela Inquisição em 1547. Depois, novas listas foram editadas em 1551, 1559, 1561, 1564, 1581, 1597 e 1624, sendo numerosas as proibições de publicação de livros (Rego 1982: 95). No último índice, referido são arrolados 330 títulos, um aumento de 251% em relação a 1581. As regras que presidiam à elaboração dos roles de livros proibidos foram definidas em Trento e aparecem esboçadas em Portugal por frei Francisco Foreiro (1523-1581) já em 1561. Com efeito, a criação do *Index Librorum Prohibitorum* pelo concílio de Trento em 1559 e a sua ulterior edição, bem como um aparato de vigilância ligado à Inquisição teve o efeito perverso de os mais dedicados às letras condicionarem o seu talento não se dedicando aos temas considerados “perigosos”, mas de muita aceitação popular, como alertámos, por colocarem o homem em momentos difíceis da vida: o medo, a aceitação ou a recusa do amor, a doença, a vida e a morte. Numa visão ampla, são poucos os clérigos que cultivam a criação literária. Para além de manuais de ensino e catequese, sermões e matérias especulativas, não são eles que assumem a missão de edição de um conjunto de livros de carácter utilitário que chegassem aos meios populares e respondessem às suas necessidades mormente no âmbito da saúde, da agricultura, da pecuária, das manufaturas e do preenchimento dos imaginários com enredos do âmbito do maravilhoso salvo raras exceções como notámos em Gaspar Frutuoso com a história dos dois amigos, todavia inédito até ao século XIX (Pereira

2010). Ainda que, na Idade Média, tivesse cabido aos frades e monges, firmes então na defesa da unidade do saber, a fixação na escrita de algumas achegas da alquimia, tal acontece cada vez menos no período moderno. De facto, são poucos os livros que conseguimos identificar no campo alquímico nas primeiras livrarias portuguesas. Notamos, no entanto, que a publicação de obras de índole médica em vulgar trouxe aos curiosos capazes de os ler, em espaços, onde faltavam os respetivos profissionais ou mesmo em alternativa a estes, novas respostas às velhas práticas costumeiras nas mãos de curandeiros. Alguns, como o José Rodrigues Manteigas, tiravam partido do facto sem quaisquer considerações de ordem ética, bem longe daquilo que ficou consignado no juramento de Hipócrates na versão de 1771: “Em toda a casa, aí entrarei para o bem dos doentes, mantendo-me longe de todo o dano voluntário e de toda a sedução, sobretudo longe dos prazeres do amor, com as mulheres ou com os homens livres ou escravizados”. O fenómeno dos livros de medicina erudita utilizados nos meios populares sem intervenção dos respetivos profissionais já foi bem desenvolvido no Brasil confirmando-se como a partir deles “derivou uma literatura de feitiçaria, litomancia, astrologia e baixa medicina” (Nava 2003: 227). Alguns espaços portugueses também já mereceram a atenção dos historiadores de forma mais sistemática como é o caso da diocese de Braga (Soares 1993).

Notaremos os livros médico-cirúrgicos e de práticas curativas que o José Rodrigues utilizou adiante e na bibliografia final. Concordamos que o aproveitamento mágico dos saberes alquímicos prejudicou a sua aceitação, no entanto, tal acontece por ausência daqueles que deviam continuar a atribuir-lhes dignidade, mesmo que tivessem de enfrentar os poderes religiosos e civis instituídos. Não o tendo feito, a ciência tardou a florescer em ambientes onde os homens se dividiam entre a convicção da verdade e a luta pela sobrevivência como aconteceu com Galileu. Neste trabalho, informaremos sobre algumas obras que, entretanto, circulam nos meios populares, nem sempre com as melhores práticas e a necessária ética dos envolvidos. Podemos mesmo supor que os livros aparecem como matéria de feitiço se não para os utilizadores pelo menos para os curiosos que os observam e murmuram. Assim nos parece em algumas ocasiões da vida de José Rodrigues Manteigas, por exemplo, quando, em 1700, António Nunes testemunha que aquele tinha em casa um “livro grande e que ninguém o sabia ler senão ele” (ANTT, TSO, IL, 28-09358, fl. 48). Ou quando anos depois de ter passado por Lisboa constava que o mesmo tinha “muitos livros de ervas” e por eles lia e que aprendera com mouros e chineses e estava convencido que todos os achaques se curavam recorrendo às informações que os mesmos disponibilizavam (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 31). A cunhada aduz que ele trouxera de Lisboa, em 1706, “um livro que tinha muito boas medicinas para curas”, (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 40), entre as mesmas, cita o dito pó de quintílio. Seguramente, aquele, consultou a *Polyanteia Medicinal* (1697), do seu contemporâneo João Curvo Semedo (1635-1719), se não original, pelo menos em uma cópia manuscrita, e parece-nos que seguia as advertências e estudava as quantidades a aplicar. No último processo que lhe

foi movido, aquele confessa dispor da *Pharmacopea Lusitana* que fora editada em Coimbra, em 1704, quando cumpria pena nas galés. Para nosso espanto, dispunha mesmo da *Relacion y Memoria* (1616) de Alexandre Quintilio, sobre a quinta-essência do ouro. José Rodrigues recortou nesta obra a figura daquele autor para falsificar a sua carta de cirurgião, identificando-a ao monarca. Dispunha também do vulgarmente conhecido “Lunário Perpétuo”, que deve ter obtido quando, pela segunda vez, cumpria pena nas galés (Cortez 1707). Através deste livro de bolso, adquiriu as suas noções de cosmologia, cronologia, climatologia, economia, liturgia, e de prognóstico cirúrgico e médico e o conhecimento da virtude de algumas ervas. Foram-nos referidos também como sua pertença um livro de Duarte Madeira Arraes, médico de D. João IV, autor do *Tratado das Virtudes dos Óleos de Enxofre, Vitriolo Philosophorum, Alecrim, Salva e Agoa Ardente* (1648) e do *Methodo de Conhecer e Curar o Morbo Gallico*, que teve edições em 1642 e em 1683. Notamos que este autor ganhou renome internacional pois uma obra sua foi traduzida em inglês (Arraes 1683). Outro livro trazido à colação é o do cirurgião António Ferreira, editado em 1693 (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 62). De facto, quando ele ainda era muito novo, tinha sido organizado um compêndio com as qualidades e as virtudes de duzentas e sessenta ervas e o José Rodrigues deve ter tido acesso ao mesmo (Grisley 1669). Não conseguimos comprovar se ainda viu sair dos prelos em Lisboa a obra de outro seu contemporâneo, o médico de D. João V, Francisco da Fonseca Henriques (1665-1731), *Aquilégio Medicinal*, que lhe lembraria as termas da sua saudosa vila de Manteigas. Não podemos também inferir que tenha conhecido a obra do judeu covilhanense Romão Mosia Reinhipo ou Simão Pinheiro Morão (1620-1686), *Tratado Único das Bexigas e Sarampo* (1683), que fez carreira em Pernambuco.

Com alguma frequência, encontrá-lo-íamos a ler à porta de casa, como seria normal, ao tempo, por escassamente iluminadas as habitações beirãs, expondo-se ao comentário malévolo dos vizinhos que o viam a aprender neles a “diabrura” (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 39v). Uma das testemunhas descreve um dos livros que José Rodrigues Manteigas transportava consigo, na bolsa da casaca (ANTT-TSO-IL-028-09358-2, fl. 21), como autêntica matéria de feitiço: encadernado a preto, alto e com folhas douradas e fechos amarelos, um palmo de comprimento, por meio de largura (ANTT-TSO-IL-028-09358-2, fl. 20v). Seria um livro bíblico com algumas figuras estampadas, segundo aquele, o “Livro dos Profetas”. Dispor de livros de cirurgia ou de ervas era um investimento, mas podia significar também um passaporte para os cárceres secretos da Inquisição para os menos avisados. Médicos, cirurgiões e barbeiros encartados não aceitavam de bom-tom a concorrência dos curiosos, que acusavam como feiticeiros ou benzedeiros. Por seu turno, o povo, em alguns momentos, transforma-se “em grande e estúpida besta”, como o percebeu Erasmo de Roterdão no *Elogio da Loucura*, e nem sempre são de fiar os seus testemunhos, filhos do murmúrio, da frustração e da inveja.

Entre os séculos XVI e XVIII, o aparelho inquisitorial cobre o território português de forma absolutamente avassaladora e, ao longo da vida, qualquer ser humano podia ser por ele apanhado na condição de denunciado, testemunha ou réu. Nos processos, aparecem dezenas de intervenientes, ficando nós a conhecer a naturalidade, o nome, a genealogia, a profissão e outras informações mais particulares, que nos interessam para reconstituir, por exemplo, os aparelhos produtivos e não só. No caso dos réus, pelos pormenores que nos chegam nas diferentes confissões, podemos mesmo reconstituir quase toda a sua vida e perceber o seu quotidiano: o respetivo imaginário, a interpretação dos factos da vida, os diferentes estados desta, a inveja e o ódio, a doença e a saúde, a religiosidade e as práticas sexuais. Sobre José Rodrigues que motiva este texto, chegaram-nos os três processos que lhe foram levantados e ficamos a conhecer muitos dos pormenores da sua vida desde a adolescência até aos seus últimos anos, podendo supor também os da meninice, alertando, obviamente, como o desamparo familiar, a solidão e a estranheza podem ter contribuído para uma personalidade desestruturada na dimensão afetiva.

#### A VIDA DO JOSÉ RODRIGUES

A vida de José Rodrigues pode ser compreendida em oito sequências narrativas com maior ou menor intensidade dramática:

- \* a infância em Manteigas (1-10 anos);
- \* a primeira adolescência na Covilhã (11-13 anos)
- \* a segunda adolescência e juventude em Penamacor (13-20 anos);
- \* a maturidade na Sertã: solteiro, na vila; casamento e paternidade, no Casal da Aldeia de Carnapete (21-35 anos);
- \* o primeiro processo, a primeira prisão e a primeira condenação às galés (36-42 anos);
- \* o segundo processo, a segunda prisão e a segunda condenação às galés (43-47 anos);
- \* o regresso já decadente à Covilhã, o trabalho como cardador em pisão na freguesia de S. Martinho e residência no Ferro (48-49 anos);
- \* a terceira prisão (50 anos), a condenação (52 anos) e a última pena nas galés (53-60 anos).

A documentação dá-nos informações em particular sobre dois palcos de vida, a Sertã e a Covilhã. Nos outros espaços, Manteigas, Penamacor, aljube da cidade da Guarda, cárceres do Santo Ofício e galés de Lisboa, a capacidade de urdidura do historiador preenche os vazios da trama. Naqueles dois cenários de vida, desaguam os rios da memória dos tempos de grande sofrimento físico, certamente também espiritual,

das condenações a que foi sujeito, das vivências mais difusas da infância, também atribulada, pela perda dos pais, e das aventuras da juventude, à procura de ofício e proteção. Não foi fácil a vida do José Rodrigues, nem nas terras sertanenses, nem nas covilhanenses, entre os espaços urbanos e os rurais, nem isenta de atentados ou crimes sexuais efetivos, a crer em alguns relatos, feitos de grandes pormenores. A facilidade de acesso a casa das potenciais vítimas, por ter desenvolvido alguma aprendizagem das artes curativas, facilitou aqueles. Sempre correu que utilizava mezinhas para conseguir atos sexuais (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 49).

Os imaginários profissionais também se herdam particularmente em ambientes civilizacionais de predomínio de práticas na longa duração como os de Antigo Regime. A figura que aqui centraliza a nossa atenção não herdou o nome de família do pai, o pisoeiro Manuel Fernandes, mas o da mãe Isabel Rodrigues, que seria a segunda mulher daquele. Os irmãos que lhe conhecemos são, pois, filhos de um casamento paterno anterior e não nos parece que ele tenha sido bem-vindo ao seio da família, dados os comentários do José Rodrigues trazidos à colação em testemunho de uma cunhada que veremos adiante. Cedo conheceu, pois, o ambiente de produção de tecidos, em particular, as operações de carda, pisoamento e tingimento, que farão parte importante da sua vida até aos onze anos, não lhe sendo indiferente as vias da transumância e as pastagens da serra nas primeiras duas décadas da sua vida. José Rodrigues Manteigas podia ter levado uma vida profissional tranquila desde a aprendizagem, pelos seis, sete anos, até quando as forças não lhe falecessem, como era habitual, se tudo corresse numa suposta normalidade e ele tivesse nascido, vivido e morrido, na mesma localidade, como acontecia com os demais. Todavia, ele foi sempre muito mais além da inércia dos tempos por iniciativa própria ou forçado pelos agentes que veremos adiante e deslumbrou-se por ter percebido o prestígio das práticas curativas nas sociedades em que viveu. Tanto era assim que um seu contemporâneo com o prestígio de cronista da Ordem de São Domingos e membro da Academia Real da História, Frei Lucas de Santa Catarina, para demonstrar o seu eclético saber, recorria ao imaginário médico e autointitulava-se “cirurgião da experiência” e “doutor tudo espreira” (Santa Catarina 1704). Consta que ele teve um frade seu familiar, talvez um destes peregrinos do saber. Nós não podemos deixar de observar nele um curioso bem informado das práticas cirúrgicas e médicas de então.

José Rodrigues nascera em Manteigas, um ou dois anos antes de Batalha de Montes Claros de 1665, cuja vitória garantiu a restauração da independência portuguesa. Aqui se defrontaram mais de vinte mil homens de cada lado, com participação de mercenários de outras nações. Em Portugal, este número só seria ultrapassado posteriormente em uns poucos momentos bélicos: em 1801, na Guerra das Laranjas; entre 1807 e 1813, durante as Invasões Francesas e nas campanhas militares de portugueses e ingleses contra as mesmas; e, finalmente, na longa guerra civil que opôs liberais e absolutistas em particular na sua fase final, em 1832 e 1833, arrastando

cada vez mais mercenários de outras nações que universalizavam a guerra. Concordamos também que a estratégia militar, com um forte suporte na artilharia, conduzia os enfrentamentos para territórios mais planos, tendo-se preservado as zonas serranas, que, cedo, se revitalizam industrialmente, beneficiando da política industrialista do 3.º Conde da Ericeira. O país tinha sido sujeito a uma longa guerra de afirmação da sua independência, mas as marcas castelhanas ainda eram evidentes nestes territórios de fronteira desde os primórdios da nacionalidade, como já afirmamos em outra parte (Pereira 1997). A configuração continental da monarquia espanhola impunha-lhe investimento, particularmente nas vias do Interior, notório nas estradas e pontes, que substituíam os antigos tabuleiros de madeira por pedra. Em 1631, tinha-se procedido à reforma da antiga ponte de Valhelhas, assinalada já em 1410 (ANTT, C.S. Bento de Avis, m. 8, n. 777). Junto a Manteigas, o Zêzere seria atravessado sobretudo em grandes traves de madeira suportadas lateralmente e em algum pilar de pedra ao meio. Pelos investimentos, nos espaços urbanos e nas vias do interior, particularmente na reforma das pontes e consolidação das calçadas, parece que a monarquia dos Filipes dera alguma importância à região beirã nos caminhos da Estrela. Com efeito, aqui chegavam anualmente, desde os tempos medievais, os gados do Interior da Península para estanciar nos meses de verão e era preciso garantir a passagem segura dos principais caudais que cortam a Cova da Beira, durante todo o ano, particularmente o Zêzere e a ribeira da Meimoa. Ainda criança, aquele conheceu bem a força das correntes que descem da Estrela, cortam a vila e fornecem energia ao aparelho produtivo da sua vila natal. Os pais do José eram proprietários de um pisão e nas oficinas anexas deviam trabalhar alguns oficiais de carda. Além das tarefas ligadas ao pisoamento, entre os sete e os onze anos, tanto o José como o meio-irmão, que encontraremos décadas depois na freguesia do Ferro do concelho da Covilhã, aprenderam a executar as tarefas da cardação e também a ler e a escrever. A crer no seu testemunho, teve pelo menos outro meio-irmão (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 39). Quando, aos onze anos, José Rodrigues deixou para trás o concelho de Manteigas, a vila não andava longe dos dois mil habitantes, divididos entre as freguesias de S. Pedro e Santa Maria. Como em todos os agregados serranos, as casas colavam-se umas às outras, ganhando as características descritas já no século XX por Barjona de Freitas (Freitas 1918) e Ferreira de Castro (Castro 1990: 25-27). Todavia, Manteigas não era um mero tugúrio serrano. Ali brotavam águas termais e as suas propriedades curativas sempre atraíram sazonalmente gente de longe. Alguns vinham à procura de saúde, curar tumores e doenças respiratórias, mais frequentemente. Talvez aqui tenha visto pela primeira vez aplicar as sanguessugas que ele utilizará mais tarde em Carnapete no concelho da Sertã. Não raramente, aqueles traziam doenças contagiosas para os habitantes locais.

Ainda na terra natal ou já na Covilhã, o José Rodrigues conheceu as propriedades de dezenas de plantas medicinais e percebeu algumas matérias-primas tintureiras. Já citamos a genciana, o alecrim, a arruda, a bardana, a pionia, o cerefólio, a congossa, a

madressilva, a malvarosa, a flor de carqueja e o pimpilro (Pereira 2009: 442). Sobre ele, foi testemunhado que sabia fazer tintas pretas para vestidos e para escrever (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 25v). Muito provavelmente, “O Manteigas” aprendeu a utilizar o sumagre com mordente de ferro para produzir a dita tinta preta (Araújo 2012: 21). A sua vila natal sempre conservou laços apertados com a natureza que a envolve. O Zêzere, que a atravessa em meandros rápidos depois de percorrer a montante, praticamente em linha reta, o mais fabuloso vale de origem glacial português, despertou nele a paixão pelo mistério da descoberta de onde vinham e para onde iam aquelas ruidosas e claras águas. Atravessá-lo-á inúmeras vezes na área da Sertã. Seguramente acompanhou os pastores até às fontes e nascentes do rio e cedo quis ir mais além. Neste interior português, sem concorrência, na expressão popular, o Zêzere ainda é apenas o rio, o contraponto das inúmeras ribeiras que, afinal, nele desaguam e assim findam. Notou as diferentes áreas de pastoreio: a dos pastores locais, a dos pastores de longe e aqui pode ter percebido as primeiras palavras em castelhano. Não era tão grande a serra que chegasse para todos pois havia conflitos entre a sua terra natal ora com a Covilhã, ora com Gouveia. O José estranhou o topónimo Poio do Judeu, as lendas do Cabeço de Alfátema e o Corredor dos Mouros, em particular. Observou a caudalosa fonte de Paulo Martins, cercada de azevinhos, que brotava da montanha e engrossava o Zêzere ainda no seu curso superior. Com o irmão, desceu este até uma outra das suas mais esplêndidas pontes, a Ponte Pedrinha, no Ferro. Não sabemos nada acerca dos outros irmãos que seguramente continuaram o empreendimento familiar se a praga do Tribunal do Santo Ofício o não extinguiu. Os mesmos laços familiares podem ter proporcionado a saída do José, de Manteigas para a Covilhã. Encravados em vales de recursos limitados, os apertados povoados serranos sempre forneceram um apreciável número de migrantes para os mais largos espaços da Cova da Beira e particularmente para o seu polo urbano de referência a Covilhã. José Rodrigues chegava aqui em 1676 para servir na casa do açougueiro Bento de Sequeira, filho de um sapateiro de Sousel acusado de judaísmo, heresia e apostasia e relaxado à justiça secular para execução vinte anos antes (ANTT, TSO, IE, 10697). Não podendo nós confirmar a condição de cristão-novo do recém-chegado de Manteigas, não deixa de ser curioso que este tenha entrado ao serviço de uma figura de tal condição originária do Alentejo. Bento de Sequeira rondava os trinta anos e devia fazer com alguma frequência o trânsito da serra por força do seu negócio de carnes. A mulher chamava-se Luísa Mendes e o filho Manuel da Silva. Este iniciará na sua nova terra uma genealogia ligada aos lanifícios. Dois anos depois de integrar este lar, em 1678 ou 1679, o recém-chegado de Manteigas partia para Penamacor para a casa da viúva Isabel de Proença, onde esteve quatro ou cinco anos. Esta senhora era filha de Manuel de Elvas Caldeira e donatária do ofício de escrivão do Juízo dos Órfãos nesta vila fronteiriça (ANTT, RGM, D. Afonso VI, liv.5, fl. 346). Entretanto, implantava-se o primeiro grande empreendimento manufatureiro da iniciativa do Conde da Ericeira. Com efeito, em 1679, a Covilhã assistiu a manifestações várias face ao projeto de implementação

de uma fábrica moderna inspirada no ideário desta figura e aqui executado por Gonçalo da Cunha Villas-Boas. Houve de tudo um pouco, panfletos, sermões, motins e agressões, demonstrando a riqueza manufatureira local ao nível das pequenas oficinas e o bom entrosamento urbano das diferentes esferas (Macedo 1982: 36). Não sabemos quantas vezes o nosso biografado cruzou a serra nos anos em que esteve a servir na Covilhã e em Penamacor de visita à vila natal e menos ainda, as novidades de que foi portador. Ele teria dito que o seu pai morrera nos cárceres do Tribunal do Santo Ofício de acordo ao testemunho de um seu denunciante, António Nunes, perante o comissário Lourenço Dias Salgueiro em 7 de Fevereiro de 1700 a quem o nosso biografado deu trabalho repetido (ANTT, TSO, IL, 28-9358, fl. 16). Todavia, nesta vila de fronteira, porventura já conhecido como “O Manteigas”, aprendeu a arte de curar com um cirurgião castelhano, diz-nos ele, e teve acesso aos livros do mesmo, assim o deduzimos. De facto, há de ficar desperto para aprender mais e ir muito além da mera experiência, através dos livros, como informa assim ter feito já depois de preso a primeira vez, citando o cirurgião António Ferreira nomeado acima (ANTT, TSO, IL, 9358-1, fls. 62 e 63-63v). Porventura, tratar-se-ia da obra *Luz Verdadeyra, e Recopilado Exame de Toda a Cirurgia*, impressa em 1693, o livro grande de que dispunha em Carnapete em 1700. Porém aquele que nós acreditamos que era o seu manual de uso permanente é o vulgarmente dito “Lunário Perpétuo”, o paradoxalmente grande livro de bolso do tempo já traduzido do castelhano para português. Seguramente, “O Manteigas” deve ter tido acesso a alguma edição do tratado de “Geronimo Cortes”, a primeira das quais foi realizada em Valência em 1595, nas mãos do mestre cirurgião com quem percorreu metade de Portugal, ainda em castelhano, porventura a de 1671 ou a de 1672. A primeira edição intitula-se *Libro de Phisonomia Natural, y Vario Secretos de Natureza: el Qual Contiene Cinco Tratados de Materias Diferentes, no Menos Curiosas que Provechosas* e os conteúdos despertaram o interesse dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho que dispuseram daquela logo em 1598 ou pouco depois. Mais tarde, o Manteigas reencontraria este livro agora intitulado *O Non Plus Ultra do Lunario* em tradução de António da Silva Brito, em edição de 1707, e adquiriu-o. No confronto, com as primeiras edições em castelhano, percebemos que, no mesmo, tinham sido eliminadas as partes controversas pela Santa Inquisição. Nas primeiras páginas da obra do dito Jerónimo Cortez, aprendeu a fazer diagnóstico através das cores do rosto como nos parece notório, por exemplo, quando observa as mulheres em casa de um colega de trabalho na freguesia de S. Martinho na Covilhã. As cores do rosto e outros sinais indicam o temperamento e também a saúde ou a falta dela e até a boa ou a má natureza (Cortes 1595: 1-2). O Manteigas sempre pretendeu ler os bons e os maus sinais daqueles a quem era chamado a fazer o indispensável diagnóstico. Todavia, a prática médica aprende-se necessariamente junto dos mais experientes e o Manteigas diz-nos que assim foi também com ele ainda que não saibamos o nome do dito cirurgião. Com este, percorreu grande parte do país durante cinco anos. Já maduro, prestou serviços em Vale de Lobo, na Sortelha, em

S. Romão, Álvaro e Pampilhosa. Seguiu o curso do Zêzere e foi casar a Carnapete, no concelho da Sertã. Servia aqui de jurado, quando notamos uma série de acusações por crimes de que foi denunciado ao longo do ano de 1700. Refinará os procedimentos depois de passar pelos cárceres da inquisição e pelas galés no cumprimento de penas: persuasão de mulheres, particularmente jovens para relações sexuais, envolvidas em rituais de feitiçaria. O Tribunal do Santo Ofício ocupar-se-á dele durante três longos processos com intervalos de mais ou menos cinco anos conferindo a acusação de fornicação, atos impúdicos e lascivos, superstição, negação do pecado nas relações sexuais fora do matrimónio, curas com “vários ingredientes” e com bênçãos” como consta na acusação datada do primeiro de Outubro de 1700 (ANTT, TSO, IL, 28-9358, fl. 22-22v e 24v).

Já homem feito, o José Rodrigues era caracterizado por ser ruivo e baixo e vestir burel no estilo comum aos homens do seu tempo. Na observação e próximo da linguagem de uma testemunha que o observa com atenção, em casal junto a Cernache de Bom Jardim, era “hum homem pequeno de corpo, alvarinho, magro e algum tanto ruivo com hum pao ferrado e huma gabaia de burel já usada” (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 51). Não nos parece inocente a indicação da tez ruiva, decerto sardenta, do José Rodrigues, em um contexto de tentativa de demonstração de feitiçaria. Quanto aos aspetos psicológicos, de acordo ao testemunho do barbeiro da aldeia de Carnapete, o Manteigas era colérico, bebia vinho, mas não se embebedava. Curiosamente também percebemos que houvera desentendimento recente entre esta testemunha e aquele.

Merece-nos muita atenção a forma de identificar a personalidade que centraliza a nossa atenção. Profissionalmente, aparece-nos como cardador e tintureiro. Também o conhecemos como filho de um pisoeiro, ainda que ele apenas uma vez se refira ao pai, que terá sido vítima, antes dele, na Inquisição de Lisboa, não tendo nós até agora identificado o respetivo processo que, decerto, nos informaria sobre a vida quotidiana em Manteigas na segunda metade do século XVII. Tal como seu pai, o José Rodrigues casou pelo menos duas vezes e foi irmão, pai e companheiro. A primeira mulher, Maria Fernandes, faleceu debaixo de escombros em morte suspeita depois do seu regresso de Lisboa em 1706 em fuga das galés. A família dela sempre desconfiou que tivesse sido ele o causador da morte. As cunhadas, Ana Pires e Isabel Pires, diziam que, se ele já sabia muito, antes de ir para Lisboa, agora sabia muito mais (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 23v). A segunda mulher, Maria Dinis, uma vizinha com quem viveu maritalmente pouco tempo sem formalizar a ligação, que parece mais antiga, voltará a deixá-lo sozinho. Acusavam-no de se comunicar com esta, pelo buraco de uma parede entre casas, estando ainda viva a primeira mulher. Não deixam de nos comover as brincadeiras com o filho a quem perdemos o rasto. Junto dele, fazia que voava e sumia-se. Segundo o testemunho da cunhada, o José Rodrigues Manteigas teve dois meios-irmãos, um dos quais lhe augurou os cárceres do Santo Ofício, pelo menos por duas vezes (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 39). Foi companheiro de gente

diversa, um cirurgião, um mouro em Lisboa e outros cardadores e, pelo menos, um tecelão em pisão na ribeira Degoldra na Covilhã. Porém as fontes, que nos reportam “O Manteigas”, mostram-no-lo sobretudo como curandeiro isolado em atos de marginalidade ou na prisão ou amarrado às galés e podíamos chamá-lo feiticeiro ou bruxo, dado às “más artes” de que o acusava uma jovem de vinte anos e das quais viveria em terras da Sertã, antes e depois de ser pela primeira vez condenado (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 30). Um dos testemunhos diz que o José Rodrigues furtava ovelhas e carneiros e vendia-os aos quartos (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 36v). Obviamente aprendera a arte de talhante no tempo em que servira na casa do açougueiro Bento de Sequeira na Covilhã como veremos adiante. Outro testemunho diz-nos que tinha comunicação com os animais. Todavia, não podemos tomar a parte pelo todo e deveríamos acreditar numa certa vida normal para além daquela de que foi acusado pelo Tribunal do Santo Ofício. Era alguém que sabia fazer tudo. Sobre os seus vizinhos, nós temos a vantagem de uma perspetiva mais longa no tempo com o privilégio de o acompanhar na escadaria da vida nas últimas duas décadas de autêntica descida aos infernos. Tentaremos o equilíbrio na narrativa imediata e frisaremos as contradições em alguns testemunhos, não deixando, no entanto, de observar como uns tantos atos marginais sobressaem sobre os muitos que derivam da normalidade do quotidiano, difícil em terra estranha, quando faltam os equilíbrios do afeto e a força da personalidade capaz de se guiar por princípios. Mas como se poderiam adquirir estes nos expedientes que, desde muito novo, teve de usar na luta pela sobrevivência?

O Manteigas procurava o barbeiro semanalmente na forma do tempo e assim o fizera antes da primeira pena que fora cumprir a Lisboa e depois que regressara em 1706, antes de ser preso novamente. Mesmo já não frequentando a barbearia por desentendimento e não se falando, diz-nos o barbeiro que se cumprimentavam “de chapéu” quando passavam um pelo outro (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 24). De facto, apenas o barbeiro nos diz que o José não frequentava a missa, não guardava o jejum e a abstinência na Quaresma e durante as sextas-feiras de todo o ano de acordo aos mandamentos da Santa Madre Igreja. A ser confirmado este testemunho, os juízes poderiam ter juntado à acusação feitiçaria a de judaísmo e a pena seria sempre mais grave do que a de simples curandeiro, mas não o fizeram. Com aparente inocência, o barbeiro junta a interpretação que corria e lhe chegara da doença da dita Maria Nunes que despoletara este segundo processo. As ânsias e os desequilíbrios da mesma seriam provocados por dois bichos que a possuíam e que de vez em quando entravam em luta. O aprendiz de barbeiro confirmou o mestre. Mais nos parece que aquele procedera a investigação a mando deste. Não raramente, os testemunhos eram consertados, não valendo muito os juramentos feitos antes da sua prestação perante os inquiridores. Nós acreditamos que esta vítima da doença era também vítima de subnutrição e não foi por acaso a generosidade do Manteigas ao dar-lhe um bolo que ela comeu com os filhos e sujeitando-se aquele à acusação de ter juntado feitiços

ao mesmo. Pela interpretação mais funda dos testemunhos, não podemos deixar de perceber um caso de subnutrição e falta de higiene, metaforicamente, os dois bichos de que falava “O Manteigas”.

É extenso o repertório de crimes que podiam conduzir à aplicação de pena nas galés. Tal punição tinha por limite mínimo os dois anos desde lei, a propósito, datada de 30 de novembro de 1606 a fim de os condenados aprenderem “a linguagem e estilo das galés” (Silva 1854, vol. I: 184). Não sabemos exatamente onde cumpriu as penas a que foi sucessivamente condenado. Muito provavelmente, cumpriu a primeira e a segunda em Lisboa, na forma comum, ligado a um companheiro por uma cadeia com oito pés de comprimento, forçado a serviços tanto no mar como nos estaleiros, em penoso trabalho diário, de onze horas, com uma hora de intervalo e alimentação regulamentada. Notamos que as Ordenações Filipinas proibiam condenar às galés alguém com menos de 16 anos ou mais de 55 e que o José Rodrigues sofrerá a última condenação de sete anos já com a idade de 53 anos (*Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, vol. III, 140, parágrafo 4, p. 503). As mesmas informam-nos que as galés estavam paradas entre outubro e março (*Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, vol. III, 140, parágrafo 5, p. 503). Desconhecemos se os últimos anos de punição do José Rodrigues foram comutados pois perdemos-lhe o rasto. Notamos sim que as galés eram uma instituição desde os princípios da nacionalidade. Pelo cruzado Osberno, sabemos que, na conquista de Lisboa, faleceu o comandante das Galés do Rei (Osberno 1147: 100). Almeida Garrett ainda alude aos forçados nas Galés d’el-Rei no seu *Arco de Santana* (Garrett 1845:43). Também nos parece óbvio que as mesmas mantiveram no seu regulamento o costume que remonta à Reconquista de resposta à convocatória anual no início da primavera. No segundo processo que lhe foi movido, consta exatamente o dia da primeira entrada ao serviço numa das galés do Reino, em 1 de Abril de 2002, e o data da fuga, em 4 de janeiro de 2006, tendo, portanto, cumprido três anos, nove meses e quatro dias da pena de cinco anos a que fora condenado. No mesmo segundo processo, aparece-nos a trindade dos intervenientes na saúde das populações em modelo paradigmático e uma certa competição entre os mesmos: o médico municipal, o barbeiro de aldeia e o curandeiro de toda a parte. É importante o testemunho daquele para confirmarmos que estamos perante duas esferas bem distintas a atuar no campo da saúde ao nível local. Segundo o clínico sertanense, de acordo aos autores que tinha visto, os remédios que o Manteigas receitava obravam efeitos “ex diametro opostos” e que o mesmo não procedia “no curativo por methodo methodico mas sim extra esferam intellectus” (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 51v). Tendo sido denunciado logo no mês imediato à fuga, sabemos que em sua perseguição viera um cabo da guarda das galés e que procedera a sua inquirição antes de aquele ser sujeito de novo ao Tribunal do Santo Ofício. Tirando esta parte, a saga de José Rodrigues tem, pois, algumas semelhanças com a de Jean Valjean que une as narrativas de *Les Misérables* de Victor Hugo.

Vários testemunhos ao longo dos três processos coincidem na acusação de assédio por parte do José Rodrigues a mulheres em situação de fragilidade, fazendo dele um libertino. Os testemunhos mais antigos contra ele reportam as datas de 26 e 31 de Janeiro de 1700 e são dados por uma mãe viúva e pela respetiva filha que supostamente aquele desonrara. O ato sexual teria sido obtido sob coação psicológica no dia de S. Sebastião do mesmo mês e ano. Segundo estas, aquele ter-lhes-á ainda dito enquanto se aquecia à lareira que nos últimos tempos levava a sua vida em atos idênticos em missão libertadora de feitiços assumida por ele para que tais donzelas não caíssem na prostituição. Tinha então trinta e cinco anos e parecem-nos demasiado sórdidos os pormenores para serem descritos aqui (ANTT-TSO-IL-028-09358, fls. 11 e 13). Segue-se uma série de acusações, que se repetiram, em tudo quase idênticas, em 1707 e 1708, perante o mesmo comissário do Santo Ofício.

No processo de sedução, dizia-se enviado por Deus, mostrava uma cruz desenhada ora a negro ora a vermelho em um dos braços, invocava poderes contra o vampirismo, os feitiços passados e as desgraças futuras a fim de conseguir relações sexuais, particularmente com donzelas virgens, mas não só. Quanto às curas, fazia-se acompanhar de canudos em que transportava unguentos de várias cores, cobrinhas, porventura sanguessugas (ANTT, TSO, IL, 28-9358, fl. 41v antigo 35v). Ao longo das cerca de duas décadas que acompanhamos este em mais pormenor através dos três processos, ele apurou os processos de sedução para conseguir os atos sexuais. Não deixa de ser curioso que, em alguns momentos, seja feito o contraponto entre as mulheres com que se terá relacionado sexualmente em Lisboa e as da Beira, entre a Sertã e a Covilhã, com quem de facto terá consumado os atos sexuais por estas relatados, por medo ou sedução, ou violência psicológica, não nos parecendo que tenha em algum momento utilizado a violência física. Os factos relatados em 1700 são de uma simplicidade atroz: as vítimas consentiriam em tais atos por medo, para não se cumprirem nelas a má sina que aquele lhes adivinhava, a queda na prostituição ou a perda da fecundidade ou serem vítimas de doença fatal. O sangue menstrual ou o da perda de virgindade constituíam a matéria predileta do feitiço, bem como uma rodilha de paninhos colocada sobre os órgãos sexuais femininos. Em 1708, acrescenta um ovo ao cerimonial e é referenciado um mouro com quem ele terá contactado em Lisboa e o terá iniciado na cura através de bênção. Mantém o achamento de ouro como prémio no consentimento na relação sexual. Finalmente, em 1715, utiliza uma moeda de ouro com a qual benze a testa, o seio esquerdo e os órgãos genitais antes de consumir o ato sexual, prometendo a descoberta de um tesouro fabuloso às possuídas. Estabelece de novo comparações nas práticas sexuais entre as mulheres da Beira “rústicas” e as de Lisboa, mais recetivas a carícias nas pontos mais sensíveis “porque já sabiam o que aquilo era e o grande bem que deles resultava” (ANTT-TSO-IL-028-09358-2, fl. 19v). Antes de Freud, o Manteigas conhece as zonas erógenas femininas em pormenor. Muito provavelmente terá lido a literatura a propósito do clítoris a que chama “alecrista” (ANTT-TSO-IL-028-09358-2, fl. 19v),

identificado por Readolus Colombus em 1559 e nos manuais das parteiras por Jane Sharp em 1671 (Gallagher, Catherine e Laqueur, Thomas 1986). Terá ele tido acesso a algum manual de Jane Sharp em Lisboa em 1710-1711? Curioso é o envolvimento dos maridos ou dos pais das mulheres que ele seduz. Os espaços onde os atos decorrem são as aldeias do aro da Sertã, em 1700 e em 1708, e a Covilhã e a Quinta da Madeira no Ferro em 1715. Acompanhava-o uma certa fama de sucesso curativo. Procuravam-no, mas sobretudo ele circulava em um aro largo. De acordo ao testemunho da cunhada Isabel Pires, algumas das suas deslocações duravam entre duas e três semanas (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 48). Para além da Beira, estão referenciadas intervenções suas na Estremadura e no Alentejo. Pelo menos a uma das testemunhas, teria sonogado a informação da sua residência (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 52)

O tratamento curativo levado a cabo pelo Manteigas obedece a um certo protocolo com maior ou menor rigor, pelo que intuímos, dado o medo que transparece na prática destes atos em particular depois da primeira condenação. No caso da doente do Casal da Aldeia de Tira, no concelho da Sertã, notamos a sua preocupação naquilo que se pode caracterizar como higienização tanto exterior como interior da paciente: lavagem das roupas do leito, banho e purga interior, precedida da toma de alguns alimentos, dado o estado de fraqueza geral daquela (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 41). Confirmamos que procedia suportado em livros que não condizem com a mera acusação de feitiçaria. O protocolo seguido mais o aproxima dos procedimentos já indicados por Vasco de Taranta. O réu parece-nos alertado para o perigo de curar com bênçãos que poderia sempre supor a arrogância de poderes sobrenaturais ou da prática médica muçulmana. Então, como atualmente, o desengano médico levava à procura de alternativas em curandeiros e feiticeiros. Mesmo tendo percebido que o José Rodrigues quisera tirar partido sexual da mulher, o marido vai a casa dele para que a libertasse da doença. Resulta óbvia a crença generalizada nos feitiços, por parte de quem o procurava, acrescida no pressuposto que só quem os faz, ou põe, conseguiria mais facilmente tirá-los. No entanto, no caso em que é acusado, parece-nos mais prudente o José Rodrigues do que os seus clientes.

Pelo testemunho dos que lidaram mais próximos com ele, sabemos que usava os célebres pós de quintílio (antimónio) para fazer curas (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 39v). Não podemos duvidar, pela preocupação demonstrada, que consultou minuciosamente João Curvo Semedo. Este deixou nas advertências à sua *Polyanthea Medicinal* a informação de ter divulgado quanto pôde os seus métodos curativos em língua portuguesa para que em todos os lugares do reino todos pudessem aceder a eles. Os três processos confirmam que José Rodrigues se habituara a uma vida peregrina desde muito novo. Parece não ter havido freguesia no vale do Zêzere onde não tenha estado de acordo ao testemunho da sua cunhada Ana Pires (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 47). Em Pedrogão, remediou uma moça que perdera a virgindade

para não se conhecer o seu estado. No Casal da Tapada, matara com feitiços António Fernandes (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 47).

O segundo momento de José Rodrigues Manteigas na ribalta da narrativa acontece na Covilhã, entre a freguesia de S. Martinho e a do Ferro, já depois de cumprir a segunda condenação. Não tendo perdido as capacidades curativas, todavia requintara o processo de sedução junto das mulheres, ainda que nos pareça atingido pela malária ou pela sífilis dados os sintomas descritos (ANTT-TSO-IL-028-09358-2 fls. 23v e 25). As testemunhas prestam agora declarações em um espaço paroquialmente mais preenchido. O comissário é em simultâneo pároco da freguesia de Santa Madalena e o escrivão é o cura da vizinha paróquia de S. João de Malta. As testemunhas vêm de um espaço coberto pelas atividades laneiras. O José Rodrigues trabalha agora como cardador para o pisoeiro e paneiro Tomé Rodrigues Mozam (ANTT-TSO-IL-028-09358-2, fl. 18v), estabelecido na freguesia de S. Martinho e dormia no pisão. Aí conhece o tecelão João Gomes, marido de Ana Gomes, irmão de Joana Gomes e pai de Maria Gomes envolvendo-se sexualmente com todas elas. Já notamos o requinte nas práticas sexuais em carícias e nas palavras sugestivas, moda que ele pode ter trazido de Lisboa nos anos 1710-1711, em que esteve nas galés, em ritual rigoroso, enquanto a mulher se desnuda, porém a reprodução exata pelas testemunhas bem pode indiciar que faziam parte da cultura popular erótica local: (ANTT-TSO-IL-028-09358-2, fl. 20):

“Toco-me, quero-me tocar, para este tesouro desencantar...

Toco-me, tocar-me quero, este tesouro desencantar quero...

Toco-me tocar me queria e este tesouro desencantar queria”.

#### A VIDA QUOTIDIANA NA BEIRA ANTIGA

Algumas informações laterais ao objeto do processo deixam-nos um vislumbre de vida particularmente na Sertã e na Covilhã. Frei Ambrósio do Rosário vivia naquela vila do Priorado do Crato e era organista. Com espírito pouco franciscano, recusava abrir a porta ao José Rodrigues, recusando-lhe esmola (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fls. 34-34v). Também sabemos que a botica estava aberta ao domingo para o normal abastecimento de remédios de que o José Rodrigues também era cliente (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 14). Na Sertã, corria a fama das boas curas que o Manteigas fazia mesmo depois da primeira prisão e de facto sabemos de algumas, com demonstrado sucesso curativo de “maleitas quartãs”, a partir de conhecimentos tirados de um livro, e quanto cobrava, doze vinténs ou seja duzentos e quarenta réis em um caso passado na aldeia de Vaguinhas Cimeiras (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fls. 44v-45).

É muito rico o linguajar do povo tanto no murmúrio como no testemunho perante um inquiridor, ainda que os escrivães sejam discretos e não o registem de forma mais constante e próxima aos interlocutores. Doença é mal, achaque e maleita, situação de desbarato, de bicho a roer por dentro. Alguns doentes vomitavam quanta

imundície Deus pôs à face da terra e venenos até desfazer os bofes. Levar com uma pedra no “touiço” não era invulgar (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 38v). Sexo é bem mais do que cópula e todo o mundo entendia as diferentes formas de a ele se referir. Sendo cardador de formação e tintureiro, o José Rodrigues Manteigas não tinha ofício, “apenas” fazia umas tintas. Na civilização rural, predominante no espaço sertanense, o dito Manteigas estava mal acostumado à labuta quotidiana, segundo o entendimento geral. Seguramente, para um sertanense, trabalhar era pegar na enxada ou exercer um ofício de sol a sol.

Cuidadosos os escrivães intervenientes nos processos utilizam sobretudo a linguagem canónica, ainda que deixem passar, de vez em quando, alguma expressão próxima do quotidiano, como já notamos. O José Rodrigues e o barbeiro de Carnapete, mesmo de relações cortadas, cumprimentavam-se “de chapéu”, assim dizia este último. O Francisco, aprendiz de barbeiro, não relata, como os demais, que “O Manteigas” quisera forçar a Maria Nunes a “atos venéreos”, mas que lhe pedira o corpo da cintura para baixo (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 25). No entanto, as expressões mais repetidas nos processos para designar as relações sexuais são querer “desonestar” ou ter cópula carnal. Os juízes do Tribunal Santo Ofício identificam o ato sexual fora do matrimónio como “trato ilícito” (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 61v). “Escusar médico e remédios da botica” significava que havia resposta paralela através das mezinhas naturais em mãos de curandeiros (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 25v). Na linguagem popular, a doença logra as mais discretas e, em simultâneo, mais fortes formas de expressão: ter ânsia, roer o coração e estar possuído por um ou mais bichos. E também nos parece que os caldos de galinha sempre fizeram parte da ementa normal dos doentes acamados que também pressentem negativamente algumas visitas (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 27). Pelos diferentes testemunhos, percebe-se como o murmúrio era uma instituição aldeã ou mesmo vilã quando os casos comentados atingiam figuras de mais elevado estatuto: as artes do José Rodrigues, percebido como feiticeiro, morador em Carnapete, são objeto de murmúrio, porém maior escândalo ainda atingem a pedofilia e as perversões sexuais do juiz de fora da Sertã, António de Andrade Soares (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 44 et passim). Encontraremos este magistrado das terras do Crato, em 1713, nos cárceres do Santo Ofício com a referência que era natural do Rio de Janeiro. Este era uma figura abonada de bens porquanto titulava um extenso emprazamento em Alcobia, Cernache de Bom Jardim, no valor de 200 000 réis, e tinha outros bens em Arraiolos, onde exercera o mesmo cargo, e fizera vários empréstimos de dinheiro. Será condenado por Judaísmo e não por estes crimes cometidos na Sertã (ANTT-TSO-IL-28-5006). Nesta vila e terras do seu termo, ir “além do rio” significava atravessar o Zêzere (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl.15). “Aquele magano”, referido ao Manteigas, era de facto pejorativo ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 26v).

A medida do tempo não se faz de modo exato, mas aproximado e referenciado por tempos fortes da liturgia cristã ou pelo ciclo agrícola anual. Uma das testemunhas

no processo diz que se deslocou à Aldeia do Casal de João Tira na altura da apanha da castanha (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 33v). Não nos deixamos de surpreender com alguns destes retratos da vida campesina como o regresso do apicultor da suas tarefas com um “cocho de mel” e a perda atribuída às artes do Manteigas que sobre ele fez atrair “bichos” vorazes por não lho ter dado (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 38v). A leitura pública das cartas que chegavam de longe completava uma cena recorrente de elevado interesse na vida local até aos nossos dias. Nem só o destinatário tinha acesso ao conteúdo. As cartas dirigidas pelo Manteigas à primeira mulher eram também ouvidas ler pela cunhada Isabel Pires que testemunha que algumas eram escritas a vermelho (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 48v).

#### CONCLUSÃO

Não confirmamos aqui um percurso individual feito em nome de valores humanistas, filosóficos ou religiosos, como os que informaram Heitor Pinto, movido pela verdade e o bem, ou três séculos depois Feio Terenas, motivado pela virtude republicana. Nem podemos imaginar a prática curativa dentro dos princípios da curiosidade e menos do experimentalismo. José Rodrigues Manteigas sobrevive em um mundo de satisfação das necessidades individuais mesmo que tenha de recorrer ao crime de acordo aos testemunhos que nos chegaram. Não há valores de referência para esta figura, nem religiosos, nem políticos, nem humanos em geral. Parece que vale tudo. No entanto, ainda muito lúcido em vinte de junho de 1709, perante o juiz do Tribunal do Santo Ofício, João de Sousa Castelo Branco, o José Rodrigues Manteigas justificou a fuga das galés com a necessidade de assistência à mulher doente e invocou a legitimidade das práticas curativas pois as levava a cabo sem feitiçaria, antes administrava “remédios naturais” e consultava livros médicos e cirúrgicos (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 45v). Não assumia culpas, portanto, no concernente aos procedimentos curativos (ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fls. 61 e 62). No entanto, com mais ou menos pormenores, pelos testemunhos contra ele arrolados, parece que seduziu algumas mulheres durante os procedimentos curativos, com promessas de achamento de metais preciosos e tesouros e levou a cabo atos sexuais que foram o principal motivo das sucessivas condenações nos cárceres do Santo Ofício e na Galés.

Não há testemunhos totalmente isentos nos três processos. Não o são totalmente as vítimas de assédio, nem os profissionais da arte de curar, médico, barbeiro e auxiliar, que o condenam, nem os familiares do José Rodrigues Manteigas arrolados no Ferro que o colocam de porta em porta a acompanhar o sagrado viático e a frequentar a missa para além da de todos os domingos e o querem salvar a todo o custo. A verdade em todos os tempos quase sempre fica prisioneira das circunstâncias. Nós descrevemos aqui algumas destas para melhor compreensão daquela.

#### CRONOLOGIA

Tabela 01.

As mezinhas e os feitiços

MEZINHA	DESCRIÇÃO	FONTE
Asa de coruja	Para curar a asma (suposta, feitiçaria)	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 52v)
Barbasco com unto frigidos	Para curar tumor alporcam em menina de dez anos	ANTT-TSO-IL-028-09358-2, fl. 18
Pós vermelhos	Aplicados a Maria Nunes para purgar, depois de tomar chá de ervas por estar muito fraca, tossir e vomitar sangue. Os mesmos serviam para purgar.	PT-TT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 5v, 13v, 41
Infusão de Canas, de raiz de grama de erva trogainha, para beber e lavagens, urtigas bravas para açoute de um braço paralisado	Lavagens aplicadas a Maria Nunes, tolhida, ficou em letargia e faleceu cinco dias depois	PT-TT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 13v, 41.
Pós verdes, pós amarelos aplicados com clara de ovo	Aplicados a ferida numa perna de Miguel Fernandes, criou pústula	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 31-31v, 37v.
Bagas vermelhas pisadas	Aplicadas a curar dor de costas de António Fernandes de que faleceria	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fls. 37-37v
Pó de quintílio (antimónio)	Curou uma escrava negra na margem direita do Zêzere	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 39v
Cozimento de ervas, temperadas com mel e açúcar	Curou as maleitas quartãs do genro do sapateiro de Vaguinhas Cimeiras, eliminou o catarro do paciente	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 45-45v

Tabela 02.

Lugares referenciados nos interrogatórios da Sertã

LUGAR	DESCRIÇÃO	FONTE
Cabeçudo	Moram aí João Lopes, bem como Ana Pires	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fls 33, 47
Casal do Moinho da Ribeira	É daí a testemunha Isabel Simões	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 52
Casal de Carnapete	O reu casou aí com Maria Fernandes e depois com Maria Dinis, sua mulher. Mora também aí o barbeiro Manuel Lopes, inimigo de réu.	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 1, 14,
Casal da Aldeia de João Tira	Moram aí Maria Nunes, a quem o réu terá feito feitiço, Domingas e Miguel Fernandes, filhos de António Fernandes, Manuel Fernandes Frade.	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 5v, 14, 18v, 23.
Casal da Aldeia Ruiva		
Cernache de Bom Jardim	Foram aí tomados testemunhos	(ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 52.
Monte Chamiço (Alentejo)	O Manteigas tinha aí boa fama por lá ter feito curas	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 47
Pampilhosa	O Manteigas diz que residia ali enganando uma testemunha	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 52.
Pederneira	Era natural daí Pedro Martins	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 26
Pedrógão	Fez curas	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 47
Pernegudo	Era natural daí um tal Salvador	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 19
Pias	O Manteigas foi aí curar a mulata de um cavalheiro	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 47

Tabela 02.

Lugares referenciados nos interrogatórios da Sertã (Continuação)

LUGAR	DESCRIÇÃO	FONTE
Serra de S. Domingos	Mora aí Joana Dinis, mulher de João Rodrigues, irmã de João Lopes	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 34
Vila da Sertã	Era comissário do Santo Ofício Lourenço Dias Salgueiro. Médico Municipal dito de Partido era o Doutor Manuel Themudo, padres beneficiados e daí naturais Manoel Nunes e Tomás Gomes. Vivia na Sertã Frei Ambrósio do Rosário organista no Convento de S. Francisco, mas em casa própria. Era daí a testemunha Manuel Pereira de Araújo	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 5, 13, 24v
Vaguinhas Cimeiras	Mora aí Francisco Fernandes, sapateiro	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 26v
Casal da Tapada	Vive aí Maria Fernande, viúva de António Fernandes, que aquele terá matado com feitiços	ANTT-TSO-IL-028-09358-1, fl. 47.
Serra do Pinheiro	Vive aí António Nunes em 1700	ANTT-TSO-IL-028-09358, fl. 15
Passarias	Vive aí o alfaiate António Nunes, "Nariz Quebrado".	ANTT-TSO-IL-028-09358, fl. 17v.

Tabela 03.

Lugares referenciados nos interrogatórios da Covilhã

LUGAR	DESCRIÇÃO	FONTE
Cruz da via sacra de Santo António	José Rodrigues Manteigas faz uma pantomina a Maria Gomes na presença do pai, João Gomes prometendo-lhe a descoberta de um tesouro junto às Porta do Sol	ANTT-TSO-IL-028-09358-2, fl. 8v
Quinta da Madeira	Mora aí Luísa Gomes, testemunha	ANTT-TSO-IL-028-09358-2, fl. 11
Fonte da Cárcula extra muros	José Rodrigues seduz Ana Gomes dizendo-lhe que encontraria além um tesouro em valor de mais de treze milhões que fora de Dona Júlia Cava	ANTT-TSO-IL-028-09358-2, fl. 19
Unhais	José Rodrigues seduziu aí duas primas	ANTT-TSO-IL-028-09358-2, fl.23v
Aldeia Nova das Donas	José Rodrigues seduziu uma viúva	ANTT-TSO-IL-028-09358-2, 23v
Ferro	Lugar de residência do José Rodrigues e do meio irmão	ANTT-TSO-IL-028-09358-2, 24v.

#### CRONOLOGIA

1665 – Nasce José Rodrigues em Manteigas em casa de Manuel Fernandes, pisoeiro, e de Isabel Rodrigues. Aprende o ofício de cardador.

1676 – Tem onze anos e é criado de Bento de Sequeira açougueiro na Covilhã.

1678 – Depois de servir dois anos o anterior, vai para Penamacor para casa de Isabel de Proença, onde esteve quatro ou cinco anos.

1700 – Em 20 de Janeiro, dia de S. Sebastião, assedia e comete crime de índole sexual em casa de uma das vítimas segundo os testemunhos datados adiante.

1700 – Em 26 de Janeiro, é acusado pela mãe de uma donzela de a ter assediado e desonrado.

1700 – Em 31 de Janeiro, é acusado do crime de assédio sexual pela referida vítima a quem atemorizara prevendo-lhe o destino da queda na prostituição. Seguem-se outros testemunhos de práticas de feitiçaria e assédio. Intimidava as vítimas mostrando uma cruz negra desenhada em um pulso e dizia que o seu pai morrera em os cárceres do Santo Ofício.

1700 – Em 1 de Outubro é expedida em Lisboa a acusação contra José Rodrigues pelo Tribunal do Santo Ofício.

1700 – Em 17 de Novembro, o comissário do Tribunal do Santo Ofício na Sertã convoca as primeiras testemunhas para conferir os delitos de que é acusado o José Rodrigues.

## CRONOLOGIA (CONTINUAÇÃO)

1700 – Ordem de prisão de José Rodrigues Manteigas datada de 29 de Novembro e assinada por João Duarte Ribeiro e Nuno da Cunha de Ataíde.

1701 – Entra nos cárceres do Tribunal do Santo Ofício em 3 de Janeiro em Lisboa depois de ser trazido preso da Sertã.

1702 – Em 19 de março, na Igreja de S. Domingos, em Lisboa, José Rodrigues Manteigas é condenado por superstição e pacto com o demónio. Reconciliado em auto de fé, nesta data, foi açoitado e levado para cumprir cinco anos nas galés.

1702 – No primeiro de abril, entra ao serviço na galé a que foi destinado.

1706 – Em 4 de janeiro fugiu da galé onde cumpria a pena, com um acusado de bigamia, Manuel Vieira, de quem se separa em Santarém, mas no mês seguinte já tinha sido localizado. Voltara à casa onde vivia com a mulher em Carnapete, na Sertã.

1706 – Ainda no mês de janeiro, já se encontrava na Sertã e a sua mulher ainda esta viva.

1706 – É denunciada a sua presença no concelho da Sertã em 21 de fevereiro pelo comissário do Santo Ofício, Lourenço Dias Salgueiro que o conhecia bem pois conduzira o primeiro inquérito, seis anos antes.

1706 – Aberto novo processo contra ele em 20 de Março.

1707 – Em domingo da quaresma, assedia a mulher de Manuel Fernandes Frade com um bolo.

1708 – Em 7 de Maio, é emitida a ordem de prisão do José Rodrigues pelo TSO em Lisboa.

1709 – Em 30 de Junho, de novo, no Rossio é condenado em auto de fé.

1710-1711 – Cumpre pena nas galés

1714 – Trabalha como cardador em casa de Tomé Rodrigues Mozam, psioeiro e paneiro na Covilhã, com o nome falso de João Ferreira, dormia no pisão daquele, mas residia em casa do meio-irmão António Fernandes, no Ferro.

1715 – Está de novo preso no aljube da cidade da Guarda e tem cinquenta anos.

1716 – Começa o seu Julgamento em Lisboa, onde chega a 16 de Fevereiro.

1717 – Em 22 de Junho, é condenado a mais sete anos nas galés ou seja até aos sessenta.

1717 – Em 30 de Outubro, parte para as galés e dele não sabemos mais, porventura se lhe foi comutada a pena e, por exemplo, exilado para o Brasil.

## FONTES MANUSCRITAS

ANTT, RGM (Registo Geral de Mercês), D. Afonso VI, liv.5, fl. 346

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, n.º 10697, acessível em rede: Processo de Gaspar de Sequeira relaxado à justiça secular em 16 de Novembro de 16146.

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 9358, acessível em rede: PT-TT-TSO-IL-028-09358); primeiro processo, movido a José Rodrigues Manteigas, iniciado em 1700 terminado em 1702 com a condenação às galés por cinco anos.

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 9358-1, acessível em rede: (PT-TT-TSO-IL-028-09358-1) segundo processo, terminado em 1709 com a condenação às galés por dois anos

ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 9358-2, acessível em rede: (PT-TT-TSO-IL-028-09358-2), terceiro processo, terminado em 1717, com a condenação às galés por sete anos.

## BIBLIOGRAFIA

Araújo, Maria Eduarda M. (2012). A cor dos têxteis antigos. Os neutros: beije, castanho e preto. Texto de apoio ao Workshop “Pigmentos e Corantes Naturais na Tinturaria Antiga: Usos e Estruturas. Lisboa. Centro de Arqueologia de Almada.

Em rede

[http://moodle-arquivo.fc.ul.pt/1213/pluginfile.php/44548/mod\\_resource/content/1/Corantes%20texteis\\_workshop%20Museu%20Nacional%20de%20Arqueologia.pdf](http://moodle-arquivo.fc.ul.pt/1213/pluginfile.php/44548/mod_resource/content/1/Corantes%20texteis_workshop%20Museu%20Nacional%20de%20Arqueologia.pdf), (consultado em 15 de Março de 2014.

Arraes, Duarte Madeira (1638). Apologia em que se Defendem huas Sangrias de Pés Dadas em hua

## BIBLIOGRAFIA (CONTINUAÇÃO)

Inflamação de Olhos Complicada com Gonorrehea Purulenta de Seis Dias. Lisboa: António Arevaz (sic).

Arraes, Duarte Madeira (1642). Methodo de conhecer e curar o morbo gallico. Lisboa: António Craesbeck de Melo e António Leite Pereira, mercador de livros.

Castro, Ferreira de (1990). A Lã e a Neve. 15ª ed.. Lisboa: Guimarães Editores.

Cortes, Geronimos (1595). Libro de Phisonomia Natural, y Vario Secretos de Natureza: el Qual Contiene Cinco Tratados de Materias Diferentes, no Menos Curiosas que Provechosas. Valencia: Chrysostomo Garriz.

<http://bivaldi.gva.es/es/consulta/registro.cmd?id=4028>

Cortez, Jeronymo (1707). O non plus ultra do lunario e pronostico perpetuo geral e particular para todos os reynos e províncias. Trad. António da Silva Brito. Lisboa: oficina de Domingos Gonçalves.

Ferreira, Antonio (1693). Luz verdadeyra, e recopilado exame de toda a cirurgia, Lisboa: Oficina de João Galvão.

Freitas, Augusto Santos Barjona de (1918). A região de Manteigas (solo, clima, população e agricultura. Lisboa: Imprensa de Manuel Lucas Torres.

Gallagher, Catherine e Laqueur, Thomas (ed.) (1986). The Making of the Modern Body: Sexuality and Society in the Nineteenth Century. Berkley: Universidade da Califórnia.

Garrett, Almeida (1845-1850). O Arco de Sanct<sup>a</sup>anna: Chronica Portuense. 2 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional

Grisley, Gabriel (1669). Desenganos para a medicina ou botica para todo pay de familias : consiste na declaração das qualidades, & virtudes de 260 ervas, com o uso dellas : tambem de 60 agoas estiladas, com as regras da arte da estilação. Coimbra: Oficina de Tomé Carvalho.

Henriques, Francisco da Fonseca (1726). Aquilegio Medicinal, em que se dá noticia das agoas de

Caldas, de fontes, rios, poços, lagoas e cisternas do Reyno de Portugal e dos Algarves que ou pelas virtudes medicinaes que tem ou por outra singularidade são dignas de memoria,

Macedo, Jorge Borges de (1982). Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII. Lisboa: Quercó.

Morão, Simão Pinheiro (1683). Trattado Único das Bexigas e Sarampo. Lisboa: João Galvão.

Nava, Pedro (2003). Capítulos da História da Medicina no Brasil. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes.

Ordenações e leis do reino de Portugal (1833), recopiladas per mandado d'el Rei D. Filippe o Primeiro, Décima Edição, segundo a de Coimbra de 1824, Tomo III. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.

Osberno (1147); Silva, Augusto Vieira (pref.) (1935), Conquista de Lisboa aos Mouros. Lisboa; Câmara Municipal.

Pereira, António dos Santos (1994). Espaços, Homens, Recursos: Contribuição para a História da Produção em Portugal (1475-1525). 3 volumes. Lisboa: Faculdade de Letras.

Pereira, António dos Santos (1997). A Fronteira Beirã no Tempo de D. Afonso Henriques. Algumas Notícias Covilhanenses. in Atas do 2º Congresso Histórico de Guimarães, Vol. II/ A Política Portuguesa e as suas Relações Exteriores. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho. pp. 201-221.

Pereira, António dos Santos (2000). Os abismos do Medo: Astrologia, Feitiçaria e Demónio desde a Idade Média. Notas Beirãs de um Projeto Imenso. in Educação, Indivíduo e Sociedade. Revista da Área Departamental de Ciências da Educação e Psicologia, Universidade do Algarve: Editorial Minerva, Patrocínio da F.C.G.. n.º 1: 111-122.

Pereira, António dos Santos (2003). Portugal. O Império Urgente (1475-1525): 1º vol. Espaços, Homens e Produtos, p. 549; 2º vol. Quadros Mentais e Aspetos do Quotidiano. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Pereira, António dos Santos (2009). Portugal Adentro do Douro ao Tejo. O Milénio Beirão. Covilhã: UBI.

## BIBLIOGRAFIA (CONTINUAÇÃO)

Pereira, António dos Santos (2009a). A diáspora no seu esplendor. A História da Menina e Moça – o amor no Labirinto da Saudade: confluência de imaginários e paradoxos, no vale de lágrimas da vida, enchente de ausências, disfarces e tristezas. *Á Beira*, 9, pp. 7-40.

Pereira, António dos Santos (2010). (1 ed.). Covilhã, Portugal: UBILETRAS/Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior.

Pereira, António dos Santos (2012). A Verdade e o Bem em Heitor Pinto. Covilhã: UBI.

Pereira, António dos Santos (2013). Cidadania Republicana: Feio Terenas, entre Froebel

e Comte. *Ubiletras*. n. 4. Covilhã: UBI. Pp. 75-104.

Quintílio, Alexandre (1616). *Relacion y Memoria de los maravillosos effectos y notables provechos que han hecho e hazen los polvos blancos solutivos de la quinta esencia del oro*, Madrid, Luiz Sanchez.

Santa Catarina, Lucas de (1704). *Serão político, abuso emendado, dividido em três noites para divertimento dos curiosos*. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes.

Santo António, D. Caetano de (1704). *Pharmacopea Lusitana: Methodo Pratico de Preparar, e Compôr os Medicamentos na Forma Galenica com todas as Receitas mais Uzuais*. Coimbra: João Antunes, mercador de livros.

Semedo, de João Curvo (1697). *Polyanthea Medical Noticias Galenicæ e Chymicæ*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes.

Silva, José Justino Andrada e (1854). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*. vol. 1 (1603-1612). Lisboa: Imprensa de J. J. A. Silva.

Siqueira, Sónia Aparecida (1973). "Trabalho Compulsório: a pena inquisitorial das galés", *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História – ANPUH, Goiânia*, setembro 1971, pub. In *Trabalho Livre e Escravo*, vol. I, (org.) Prof. Eurípedes Simões de Paula, S. Paulo, *Revista de História*, vol. XLIII, pp. 353-372. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S06.12.pdf> consultado em 11 de Março de 2014.

Rego, Raul (1982). *Os Índices Expurgatórios e a Cultura Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.

Soares, Franquelim Neiva (1993). *Medicina Popular e Feitiçaria nas Visitações da Arquidiocese de Braga nos Séculos XVI e XVII*. *Revista de Guimarães*, n.º 103: 67-97.

[http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG103\\_04.pdf](http://www.csarmento.uminho.pt/docs/ndat/rg/RG103_04.pdf)

*Ubimuseum*

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior



**ubimuseum**

REVISTA ONLINE  
DO MUSEU DE LANIFÍCIOS  
DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

UBIMUSEUM.UBI.PT

MUSEU.UBI.PT